

Mestrado

Ciências da  
Educação

# A EDUCAÇÃO NA PAUTA ULTRALIBERAL

Uma análise crítica dos discursos sobre  
educação produzidos e divulgados pelo  
Instituto Ludwig von Mises Brasil na esfera  
pública digital brasileira

Edmilson Pereira dos Santos

**M**

2021



**“A EDUCAÇÃO NA PAUTA ULTRALIBERAL”:**

**Uma análise crítica dos discursos sobre educação produzidos e divulgados pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil na esfera pública digital brasileira**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Sofia Marques da Silva

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Carla Malafaia

## Resumo

O Brasil e o mundo, nas primeiras décadas do século XXI, foram sacudidos por narrativas de aprofundamento do modelo capitalista, produzidas e difundidas por meio daquilo que o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci nomearia como *aparelhos hegemônicos* e a gramática liberal denominaria como *think tanks*. Em nosso trabalho de investigação, tomamos como objeto de estudo um desses aparelhos privados ultraliberais: o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil* (IMB). Atuando no Brasil como um irradiador do corolário ultraliberal, o IMB desempenhou (desempenha) um papel ativo em diversos debates, com especial enfoque para as pautas sobre a educação. Este *think tank* brasileiro elaborou discursos com o objetivo de produzir consensos em torno de posições favoráveis aos objetivos de movimentos ultraliberais e conservadores: i) a denúncia da alegada existência de um “currículo imoral” e “ideológico” nos sistemas educativos; II) a defesa de supostos interesses de famílias e associações que buscavam a regulação de modelos de *homeschooling* (educação domiciliar); iii) e o combate aos/às professores/as, como presumíveis responsáveis pela “transmissão” e “inculcação” de um “currículo oculto” embasado na “ideologia do estado”. Esta produção narrativa encontrou na *esfera pública digital brasileira* o *locus* adequado para a sua amplificação. Assim, por meio da *Análise Crítica do Discurso* (ACD), segundo as contribuições do modelo sociocognitivo de Adrianus Teun van Dijk (2005), analisámos e discutimos essas práticas discursivas. Desta análise, emergiram três categorias principais: i) “Práticas discursivas sobre a gestão do Estado no campo da educação na visão ultraliberal”; ii) “Práticas discursivas legitimadoras da tática operacional da guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal nas universidades e instituições oficiais de educação”; e iii) “Práticas discursivas sobre as perspectivas da educação ultraliberal: ideologia e produção de subjetividades radicalmente pró-capitalistas”. A análise e discussão destas práticas revelam as estratégias discursivas e o *modus operandi* desenvolvidos pelo aparelho privado de hegemonia ultraliberal - o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil* - em torno do debate público sobre educação no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação, Ultraliberalismo, Aparelho privado de hegemonia, Instituto Ludwig von Mises Brasil, Análise Crítica do Discurso.

## Abstract

Brazil and the World, in the first decades of the 21st century, were shaken by narratives deepening the capitalist model, produced and disseminated through what the Italian Marxist philosopher Antonio Gramsci would call hegemonic devices and the liberal grammar would call think tanks. In our research work, we took as an object of study one of these ultra-liberal private apparatuses: The Ludwig von Mises Institute - Brazil (IMB). Acting in Brazil as a transmitter of the ultraliberal corollary, the IMB played (plays) an active role in several debates, emphasizing the education agendas. This Brazilian think tank elaborated speeches to produce consensus around positions favorable to the objectives of the ultraliberal and conservative movements: i) It denounces the supposed existence of an “immoral” and “ideological” curriculum in educational systems; ii) The defense of the supposed interests of families and associations that seek to regulate the models of homeschooling; iii) And the fight against teachers, supposedly responsible for the “transmission” and “inculcation” of a “hidden curriculum”, based on the “ideology of the State”. This narrative production found an appropriate locus for its expansion in the Brazilian digital public sphere. Through Critical Discourse Analysis (CDA), in line with the contributions of the sociocognitive model of Adrianus Teun van Dijk (2005), we analyze and discuss these discursive practices. Three main categories emerged from this analysis: i) “Discursive practices on State management in the field of education from an ultraliberal perspective”; ii) “Discursive practices that legitimize the operational tactics of the ultraliberal intellectual and academic guerrillas in universities and institutions of official education”; and iii) “Discursive practices in the perspectives of ultraliberal education: ideology and production of radically pro-capitalist subjectivities”. The analysis and discussion of these practices reveal the discursive strategies and *modus operandi* developed by a private apparatus of ultraliberal hegemony - The Ludwig von Mises Institute - Brazil - on the public debate on education in Brazil.

**Keywords:** Education, Ultraliberalism, Private apparatus of hegemony, The Ludwig von Mises Institute - Brazil, Critical Discourse Analysis.

## Résumé

Le Brésil et le monde, dans les premières décennies du XXI<sup>ème</sup> siècle, ont été secoués par des narratives d'approfondissement du modèle capitaliste, produites et diffusées par moyen de ce que le philosophe marxiste italien Antonio Gramsci a nommé d'*appareils hégémoniques*, et que la grammaire libérale a appelé de *think tanks*. Dans notre travail d'investigation, nous avons pris comme objet d'étude un de ces appareils ultra-libérales: *L'Institut Ludwig Von Mises Brésil* (IMB). Agissant au Brésil comme un transmissieur du corollaire ultra-libérale, le IMB a joué (et joue encore) un rôle actif dans les différents débats, avec une attention spéciale pour les agendas sur l'éducation. Ce *think tank* brésilien a élaboré des discours avec l'objectif de produire des consensus autour de positions favorables aux objectifs de mouvements ultra-libérales et conservateurs: I) dénonçant l'existence présumée d'un "programme immoral" et "idéologique" dans les systèmes éducatifs; II) ciblant des intérêts supposés de familles et associations qui cherchaient la régulation de modèles de *homeschooling* (éducation domiciliaire); III) promouvant le combat aux professeurs/es comme prétendu/es responsables de la "transmission" et "inculcation" d'un "programme occulte" basé dans "l'idéologie de l'état". Cette production narrative a trouvé dans la sphère publique numérique brésilienne le *locus* approprié pour son amplification. De cette façon, à travers de *l'Analyse Critique du Discours* (ACD), selon les contributions du modèle socio-cognitif de Adrianus Teun Van Dijk (2005) nous avons analysé et discuté ces pratiques discursives. De cette analyse ont émergé trois catégories principales: I) "Pratiques discursives sur la gestion de l'État dans le domaine de l'éducation sous l'optique ultra-libérale"; II) "Pratiques discursives qui légitiment la tactique opérationnelle de la guérilla intellectuelle et académique ultra-libérales dans les universités et institutions officielles de l'éducation"; III) "Pratiques discursives sur les perspectives de l'éducation ultra-libérale: idéologie et production de subjectivités radicalement pro-capitalistes". L'analyse et la discussion de ces pratiques ont révélé les stratégies discursives et le *modus operandi* développés par l'appareil privé de l'hégémonie ultra-libérale- L'institut Ludwig Von Mises Brésil - autour du débat public l'éducation au Brésil.

**Mots-clés:** Éducation, Ultra-libéralisme, appareil privé d'hégémonie, Institut Ludwig Von Mises Brésil, Analyse Critique du Discours.

## Agradecimentos

Algo que sempre chamou a minha atenção em todas as obras acadêmicas ou de ficção que já li até hoje, é parte dos agradecimentos. Reconhecer a contribuição de uma vasta gama de pessoas que, direta ou indiretamente, nos ajudaram ao longo da jornada em que estivemos envolvidos na produção de um trabalho, acadêmico ou não, é um gesto que sempre considerei carinhoso, nobre, afetivo... Contudo, é algo que envolve um certo risco de deixarmos de agradecer devidamente alguém. Enfim, peço mil perdões se, porventura, eu esquecer alguém. Primeiramente, agradeço ao Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, onde sou lotado como membro da Equipe Técnico Pedagógica. Tenho enorme dívida com essa instituição de educação e sua excelente equipe de profissionais que se constituem em modelo escolar respeitado no país inteiro. Muito, muito obrigado mesmo. Primeiramente, agradeço à Professora Doutora Sofia Marques, que aceitou o desafio, desde a primeira hora, de ser a minha orientadora. Agradeço muitíssimo à Professora Doutora Carla Malafaia, que posteriormente se juntou à Professora Sofia nesta missão. Sem elas, eu jamais teria chegado ao resultado final deste trabalho. Muitíssimo grato mesmo! Todo trabalho deve dar os devidos louros aqueles que o antecederam e inspiraram. Raphael Dal Pai, Camila Rocha, Lucas Patschiki, Jessé Souza com seus extremamente relevantes trabalhos foram fundamentais para que eu tivesse um norte para onde me conduzir. Sou muito grato. Agradeço imenso a toda turma 2019 - 2021 do Mestrado de Ciências da Educação da Universidade do Porto, pelas trocas e por tantos aprendizados mútuos. Desta turma, meus agradecimentos especiais vão para Luiza, por sua amizade sincera e carinhosa, Eivaldo, alagoano arretado e um amigo querido, Jurema, que tanto representou e lutou por nossa turma nas instâncias administrativas da FCEUP. Por falar em FCEUP, meu reconhecimento vai para toda a equipe de excelentes docentes que nos instigaram para que tivéssemos o maior desenvolvimento acadêmico e como pessoas possível. Agradeço em especial ao Professor Doutor Henrique Vaz, que se tornou um amigo sempre acessível para todos nós. Aproveito para agradecer à equipe da Biblioteca, à equipe do *Help Desk* e à equipe do Serviço Acadêmico, sempre disponíveis a ajudar quando precisei de seus serviços. Um agradecimento muito especial a Luzimar Barbalho, Tânia Costa, Josy Dantas, Fátima - a querida Fatinha -, Tatiane, querida amiga que do Canadá se disponibilizou a ajudar em detalhes finais deste trabalho, Jusci e Ney, amigos queridos dos treinos da inesquecível P30, ao meu Professor de Muay Thai, mais que um mestre, um amigo. São tantas e tantas pessoas que devemos agradecer... perdoe-me a quem esqueci.

*Dedico este trabalho a todas/todos que pautaram e pautam as suas vidas na luta por um mundo mais socialmente justo e melhor para todos os seres humanos e não humanos.*

*Dedico também a Roberta Jerônimo, mais que esposa, amiga e confidente: a pessoa que em tudo me define!*

## **Lista de siglas**

ACD - Análise Crítica do Discurso

CNPq - Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EAE - Escola Austríaca de Economia

EUA - Estados Unidos da América

FEE - Foundation for Economic Education

IMB - Instituto Ludwig Von Mises Brasil

Imil - Instituto Millenium

LABIC - Laboratório Estudos sobre Imagem e Cibercultura

MEC - Ministério da Educação

PT - Partido dos Trabalhadores

USP - Universidade de São Paulo

## Índice geral

Introdução	9
Contextualização sócio-política do fenómeno do ultraliberalismo	10
Ultraliberalismo: a genealogia de um pensamento radicalmente pró-capitalista	14
Mapeamento dos think tanks ultraliberais brasileiros e as origens do Instituto Ludwig von Mises Brasil	18
Estrutura da dissertação	27
Capítulo I - Discussões teóricas	30
I.1 - Discutindo os sentidos da Educação: processos formativos e engajamento político e ideológico	31
I.2 - A ideologia ultraliberal: abordagem e discussão	36
Capítulo II - Enquadramento metodológico	45
II.1 - Análise crítica do discurso - as contribuições de Teun Adrianus van Dijk	46
II.2 - A definição do desenho da investigação: alguns constrangimentos	49
Capítulo III - Resultados: Instituto Ludwig von Mises Brasil e a amplificação de discursos educativos ultraliberais nos contextos digitais como estratégia de doutrinação ideológica e da produção de convencimento	57
III.1 - “Nós fazemos a liberdade”: O uso dos contextos digitais do Instituto Ludwig von Mises Brasil como estratégia para a produção e propagação de discursos ultraliberais	58
III. 2 - A educação na pauta ultraliberal: análises e discussões	60
III.2.1 - Práticas discursivas sobre o papel do Estado na gestão da educação na visão ultraliberal	62
III.2.2 - Práticas discursivas legitimadoras da tática operacional da guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal nas universidades e instituições oficiais de educação	74
III.2.3 - Práticas discursivas sobre as perspectivas da educação ultraliberal: ideologia e produção de subjetividades radicalmente pró-capitalistas	87
Conclusão	95
Referências bibliográficas do sítio eletrônico do Instituto Mises Brasil	101
Referências bibliográficas	107



## Índice de quadros

Quadro 1 - Correntes ideológicas ultraliberais	37
Quadro 2 - Práticas discursivas sobre educação do publicadas e divulgadas pelo Instituto Mises Brasil	53
Quadro 3 - Práticas discursivas do Instituto Mises Brasil que formam o <i>corpus</i> da investigação	54

## Índice de apêndice e anexos

Apêndice I - Íntegra das análises dos discursos das práticas discursivas que fizeram parte do <i>corpus</i> da investigação	123
Anexo I - Imagens	197
Anexo II - Quadros	206

## Introdução

*Economics are the method; the object is to change the heart and soul.*  
Thatcher (1981)

*[...] é a ideologia que, ao penetrar na mente do oprimido, retira e enfraquece suas defesas, tornando-o uma presa fácil da dominação econômica.*

Souza (2020, p. 45)

*A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana.*

Freire (2011, p. 86)

A secção que se segue começa com uma breve descrição sobre o contato com a temática estudada nesta investigação: a ideologia ultraliberal e seus modos de operação nos contextos da esfera pública digital brasileira. Faremos, também, uma brevíssima análise do contexto histórico, político e social que enquadra a emergência da organização ultraliberal que foi o foco desta investigação: o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil*. Apresentaremos uma visão introdutória sobre as origens do pensamento ideológico ultraliberal, bem como uma rápida discussão sobre as redes de organizações que constituem como aparelhos hegemônicos, *think tanks*, para pressionar e fabricar consensos a respeito de pautas políticas específicas no Brasil e no mundo. A este respeito, entendemos ser importante discutir, a partir de rápidas pinceladas, de que modo o quadro biográfico de um dos mais ativos militantes e intelectuais ultraliberais brasileiros, Helio Beltrão, nos possibilita compreender como as estruturas de classe - e sua respectiva fluidez na construção de redes de sociabilidades - estabelecem uma *praxis* que culmina no encontro de interesses específicos de determinados setores das elites políticas, econômicas e intelectuais no Brasil.

Por fim, apresentaremos as secções que organizam esta dissertação, e o modo como elas se desenvolvem e articulam.

## Contextualização sócio-política do fenômeno do ultraliberalismo

A primeira vez que ouvimos comentar sobre *anarcocapitalismo*, uma das vertentes do ultraliberalismo, foi em conversa com um colega da equipe técnico-pedagógica do *Instituto Federal do Rio Grande do Norte*, onde trabalhávamos. Era o ano de 2018. O país vivia um processo crescente de polarização política e ideológica, cujo início pode ser demarcado com a vitória da Presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo povo para o segundo mandato de seu governo, em 2014 (Alves et al., 2017) - Governo abreviado por um golpe institucional, em 2016, manipulado pelos setores conservadores e ultraliberais brasileiros (e.g, Alves et al., 2017; Souza, 2019). A descrição do pensamento ideológico anarcocapitalista pelo colega de equipe, um crítico de esquerda preocupado com as nuances da ideologia que explicava, causou-nos impressões agudas. Pesquisamos no *Google* mais informações sobre o que seria, afinal, esse tal de *anarcocapitalismo*. A pesquisa nos levou, inicialmente, a sítios eletrônicos que falavam sobre a obra *Atlas Shrugged* (1957), *Atlas Acorrentado* em português, de Ayn Rand, bem como da rede transnacional de *think tanks* denominada *Atlas Network*. Fomos levados, também, a uma série de vídeos e páginas eletrônicas em português e inglês, aparentemente, criadas por jovens, propagando as ditas ideias anarcocapitalistas.

Com base nas explorações iniciais, ficámos estupefatos com as proposições defendidas por aqueles/as jovens. Autointitulados/as “libertários/as” e cultivadores/as de um pensamento radicalmente favorável ao “livre-mercado”, defendiam o fim do *Estado*, propunham um tipo de sociedade, que, no nosso entender, poderia ser compreendida, em última análise, como um modelo capaz de levar ao fim do *Estado democrático de direitos*, conduzindo à intensificação da desigualdade e exclusão das pessoas mais afetadas pelo capitalismo existente.

Ficámos abalados. Estarrecidos. Indignados. Passámos a buscar as raízes desse modelo ideológico para tentar entender como essa percepção havia chegado até nós e seduzido parcelas da juventude brasileira. Queríamos perceber se já haveria, também, discussões no âmbito acadêmico sobre esse processo. Encontrámos os trabalhos de investigadores/as como Casimiro (2016); Dal Pai (2017); Patschiki (2012); Rocha (2017); Rocha (2019), e, o já nosso conhecido, porém ainda não lido à época, Souza (2019; 2020) e outros. Com muita competência e excelentes análises, estes estudos mostraram-nos um

mundo que sentimos que deveríamos estudar. Dal Pai (2017) e Rocha (2017) abriram as perspectivas sobre como refletir sobre aquelas ideias. A dissertação de mestrado de Dal Pai (2017), *Instituto Ludwig Von Mises Brasil: Os arautos do anarcocapitalismo*, e o artigo de Rocha (2017), *O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil*, mostraram-nos haver organizações com estruturas de funcionamento bastante coesas, algumas baseadas em redes mais intrincadas e antigas, há muito atuantes no Brasil.

Analisadas como organizações ultraliberais, ou anarcocapitalistas, essas organizações eram constituídas por frações das elites econômicas e intelectuais brasileiras vinculadas a organizações de mesmo viés ideológico localizadas nos Estados Unidos da América (EUA), como o trabalho dos/as investigadores/as supracitados/as demonstravam. Sintonizados como verdadeiros *aparelhos hegemônicos*, conforme a concepção gramsciana (Gramsci, 1999), de frações das elites radicalmente pró-capitalistas transnacionais, o propósito era tornar mundialmente aceitável, os discursos sobre o corolário ultraliberal - “individualismo formal”, “autonomia plena para o poder do ‘mercado’” e a “redução expressiva do *estado*” -, pretendendo até mesmo, como teorizava Rand (2012) e Rothbard (2013), “a extinção do elemento político *estado*”.

Apesar da relevância dos trabalhos de investigação acima mencionados, percebemos que não emergiam de suas reflexões análises aspectos mais sensíveis ao campo das Ciências da Educação, nomeadamente: processos formativos que perpassam as estratégias alegadamente “educativas”, elaboradas por essas organizações na busca por convencer e manipular sob processos de *violência simbólica* (Bourdieu, 1989), a sociedade civil com que “dialogam”. Acreditamos que uma análise enquadrada pelo campo das Ciências da Educação representa um contributo no âmbito dos estudos sobre essas organizações - *think tanks*, *aparelhos privados de hegemonia* de frações das elites radicalmente pró-capitalistas -, favorecendo um entendimento mais completo e multidimensional do papel que exercem na sociedade.

Em nosso trabalho iremos mostrar como um desses *aparelhos privados de hegemonia*, como é o caso do *think-tank* ultraliberal Instituto Mises Brasil (IMB), realiza intensa produção discursiva como estratégia que busca convencer e engajar parcelas da sociedade brasileira na defesa dos ideais ultraliberais. De entre as muitas pautas da sua agenda ultraliberal, a Educação e seus agentes, quando alicerçados por uma perspectiva emancipadora e crítica ao ideário ultraliberal, são alvos de deslegitimação contínua. Os

ataques permanentes envidados por ultraliberais, muitas vezes articulados com movimentos religiosos e conservadores no Brasil, são enfáticos nesse processo. O surgimento de discursos como o do movimento conservador *Escola Sem Partido* (Frigotto, 2017), em nome da pretensa defesa de uma “educação não ideológica”, é um exemplo do enfrentamento que ocorreu no campo da educação brasileira em períodos mais recentes.

As práticas discursivas do *Instituto Mises Brasil* podem ser melhor compreendidas se analisadas como mais uma das práticas discursivas geradas por grupos com interesses convergentes na sociedade brasileira dos últimos anos. Tais práticas discursivas circularam por diversos contextos e plataformas (nos espaços de discussão política, nos espaços de representação de classe, nas mídias tradicionais, nas mídias digitais, e etc.) eram constituídas pelos discursos de grupos como : i) empresários/as do setor de educação interessados/as em transformar o direito básico à educação em uma mercadoria com a qual poderiam obter lucro e acesso a recursos públicos destinados ao setor educacional (Freitas, 2012; Grabowski, 2019); ii) conservadores e grupos religiosos, contrariados por perceberem que os currículos escolares do país estava passando por reformulações para incluir o reconhecimento das contribuições históricas, culturais, políticas, científicas e artísticas de grupos como os indígenas e afro-brasileiros, sub-representadas nos ambientes escolares e acadêmicos no Brasil (Matuoka, 2017); iii) o próprio governo Jair Bolsonaro (e.g. Redação/Carta Capital, 2020), cuja plataforma política era alicerçada em um misto de projeto ultraliberal e ataques negacionistas à ciência, ofensas aos/às intelectuais e professores/as das instituições de educação e universidades (Carvalho, 2019) - muitos deles/as de “esquerda” e historicamente aliados/as dos movimentos sociais de esquerda contrários aos grupos que apoiaram o populismo bolsonarista desde a campanha presidencial de 2018.

Sabemos que esse processo não é específico do cenário político e social brasileiro, sendo tais ataques a universidades públicas uma estratégia, aparentemente, transnacional. Por trás dela estariam os interesses de setores empresariais (e.g. Maués & Souza, 2018), que, em busca de atingir seus interesses econômicos, não medem esforços na criação de uma imagem negativa do sistema educacional e do papel dos/as professores/as, bem como da esfera da acadêmica e científica, por serem espaços de ação contestatária aos objetivos metabólicos do capital. Não surpreende, portanto, que estas esferas se tenham tornado alvos preferenciais de práticas discursivas ideológicas das *novas direitas* (e.g. Patschiki et al.,

2016; Velasco et al., 2015). A guerra do bolsonarismo contra as universidades públicas e o sistema público de educação são reveladoras desse processo (Sakamoto, 2019). As críticas ao sistema educacional, as tentativas de mercantilizar as ofertas educativas e a produção de um discurso que tenta convencer, e manipular, a opinião pública de que a educação estatal é “tão somente ideológica”, assentando num “currículo imoral” (Nagib, 2012) e visando o “controle mental pelo estado” (Rockwell, 2012), são estratégias discursivas veiculadas nos textos ultraliberais que circulam nos espaços de comunicação da internet no Brasil, a *esfera pública digital brasileira*.

Percebemos nessas estratégias discursivas a intencionalidade da elaboração de uma “má pedagogia”, ou seja, uma espécie de doutrinação ideológica, manipuladora e orientada para a produção de um entendimento distorcido da realidade do país. Engendrada por frações das elites brasileiras, aquela "má pedagogia", age desmedidamente para alterar as percepções numa série de temas, desde as alterações climáticas, aos direitos sociais e ao papel do Estado na gestão da educação. Foi exatamente esse quadro instituído por processos coesos que culminaram com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e da ascensão de Jair Bolsonaro, como candidato das frações conservadoras e ultraliberais às eleições presidenciais de 2018.

Refletir sobre essa dinâmica nos faz lembrar as análises de Antonio Gramsci sobre a atuação daquilo que ele irá delinear conceitualmente como *aparelhos de hegemonia* (Gramsci, 1999), devido às ações das elites ultraliberais e conservadoras para promover as suas estratégias de produção e propagação de práticas discursivas que possibilitaram a queda de um governo progressista e a conquista do poder hegemônico por um representante fidedigno dos interesses de frações conservadoras e ultraliberais (e.g, Casimiro, 2016; Miguel, 2019; Patschiki; Rocha, 2017; Smaniotto & Barbosa, 2016; Souza, 2020; Telles, 2017).

No início dos anos 2000, a chegada do *Partido dos Trabalhadores* ao governo do país (2003) estabelece uma lógica conciliadora dos distintos interesses de classes e que funciona, ainda, dentro dos regramentos da ordem neoliberal mundial. À parte disso, são claras as conquistas em termos de políticas educacionais para o setor público e o aumento de representatividade dos setores subalternizados: o aumento da oferta educacional em todos os níveis; a inserção dos sujeitos historicamente excluídos do ambiente acadêmico (como os setores mais pobres da população afro-brasileira e os povos originários do território do

Brasil); a ampliação do número de instituições públicas de ensino superior; e o aumento do orçamento para o setor da educação. Não obstante, como resultado das dinâmicas de luta por hegemonia das classes dominantes e as tratativas conciliatórias dos governos petistas, várias concessões foram feitas aos setores empresariais no campo da educação (Paccola & Alves, 2018; Sader, 2013; Teles, 2019). É ainda nesse contexto que os setores dominantes da sociedade irão se articular, organizando seus espaços de produção discursiva contra as políticas progressistas em vigência (Rocha, 2016). De cunho conservador e/ou radicalmente pró-capitalista, movimentos e organizações passam a produzir e propagar a sua “pedagogia” política e ideológica, buscando convencer e engajar politicamente amplos setores da sociedade.

Atraindo grupos insatisfeitos e com afinidades ao projeto político-ideológico das elites que haviam perdido espaço no período do governo PT (2003 - 2016), organizações como *Mises Brasil* assumiram o “compromisso de educar” a sociedade civil, sob a bandeira do ultraliberalismo.

### Ultraliberalismo: a genealogia de um pensamento radicalmente pró-capitalista

O conceito de ultraliberalismo, como a terminologia deixa entrever, se origina do pensamento político, econômico e ideológico liberal. Este é de especial relevância para o entendimento dos eventos políticos e históricos ocorridos no mundo, desde os processos que permitiram a formação de uma classe social e econômica, a burguesia, como elemento de contestação ao poderio da nobreza absolutista europeia a partir do século XVII (Amadeo, 2011). As grandes matrizes do liberalismo econômico são historicamente identificadas com as teses elaboradas por Adam Smith. Entretanto, a narrativa discursiva ultraliberal não reconhece as formulações teóricas de Smith como relevantes contribuições para o desenvolvimento do liberalismo em sua origem. O fato de o pensador escocês considerar o que o Estado seja capaz de exercer significativas relações nas dinâmicas entre o livre mercado com a sociedade, faz com ele seja visto como uma figura de menor expressão para o pensamento ultraliberal. Assume centralidade genealógica nessa narrativa as contribuições teóricas de John Locke e outros. Dal Pai (2017) refere que essa narrativa, na

verdade, é projetada com o intuito não só de afastar-se de Smith e das críticas ao seu pensamento, mas de refutar os analistas que produziram argumentações contra o livre mercado e o capitalismo baseando-se nas leituras e interpretações do sistema econômico, político e ideológico capitalista partido do pensamento de Adam Smith. Esse é o caso de Karl Marx e de toda a escola de pensamento marxista.

Exemplar dessa estratégia são as articulações argumentativas de Murray Rothbard, que vai buscar nos escolásticos jesuítas dos séculos XVI e XVII as raízes do pensamento ultraliberal (Dal Pai, 2017). Note-se que Rothbard, dentre os mais respeitados ultraliberais, não é o único a perseguir a produção discursiva que gera uma historicidade bem mais antiga para o arcabouço teórico ultraliberal. O espanhol Jesús Huerta de Soto, doutor em economia e professor da Universidade Rey Juan Carlos, de Madrid, bem como o também doutor em economia e filósofo Hans-Hermann Hoppe sustentam a argumentação. Dal Pai (2017) analisa e problematiza tal narrativa historiográfica elaborada pelos intelectuais ultraliberais, apontando suas fragilidades. Ainda sobre Rothbard vale à pena salientar que esse aprofundou as visões de Mises sobre as relações com o Estado. Se Mises defendia um mínimo pontual de atuação estatal (ou seja, a base da concepção minarquista ultraliberal), somente na esfera da justiça e da segurança, Rothbard entenderá que essas áreas podem ser entregues ao livre mercado. Com isto, a existência do Estado deixa de ter qualquer validade. É essa percepção que irá fundamentar a corrente ultraliberal anarcocapitalista, da qual ele é o fundador.

Para os fins de nossa investigação iremos esboçar, brevemente, nesta seção, o desenvolvimento da perspectiva ultraliberal que, a partir da fundamentação teórica de Carl Menger, adquiriu forças com as contribuições de Ludwig Heinrich Edler von Mises e se espalhou mundo afora, com inúmeros/as seguidores/as (e.g, Casimiro, 2016; Dal Pai, 2017; Rocha, 2019).

O início do século XX apresentou um cenário pouco inspirador na ótica dos defensores do liberalismo radical. A fundação de um Estado socialista soviético, a crise do sistema capitalista e (consequente entrada em cena de um modelo liberal de Estado com forte caráter intervencionista), e o surgimento do nazismo e do fascismo na Europa (ambos com políticas de controle do planejamento da economia política) foram considerados sinais de alerta. Em vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1938, organizados pelo jornalista e importante intelectual orgânico ultraliberal, Walter Lippman, os liberais se unem para



discutir o futuro do liberalismo (Safatle, 2021). A intencionalidade era perceber como influenciar as sociedades da época para uma compreensão do capitalismo como um sistema civilizatório e de grande capacidade de promover o benefício da humanidade. Por trás dessa intencionalidade, os interesses não evidenciados dos processos de favorecimento do metabolismo do capital e da hegemonia burguesa. Contudo, a eclosão do conflito mundial adiou os intentos das hordas intelectuais a serviço do ultraliberalismo.

Fundamental para a organização e futura divulgação do pensamento ultraliberal, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi a formação da *Sociedade Mont Pèlerin (Mont Pèlerin Society)* em 1947 (Figura 1, Anexo I: Primeira reunião da Sociedade Mont Pèlerin). Friedrich August von Hayek foi o primeiro presidente. A organização, que ainda permanece em atividade, relata em sua página oficial a origem da constituição desse grupo que seria responsável por irradiar as matrizes do corolário ultraliberal pelo mundo:

After World War II, in 1947, when many of the values of Western civilization were imperiled, 36 scholars, mostly economists, with some historians and philosophers, were invited by Professor Friedrich Hayek to meet at Mont Pelerin, near Montreux, Switzerland, to discuss the state and the possible fate of liberalism (in its classical sense) in thinking and practice. The group described itself as the Mont Pelerin Society, after the place of the first meeting. It emphasised that it did not intend to create an orthodoxy, to form or align itself with any political party or parties, or to conduct propaganda. Its sole objective was to facilitate an exchange of ideas between like-minded scholars in the hope of strengthening the principles and practice of a free society and to study the workings, virtues, and defects of market-oriented economic systems. Members, who include high government officials, Nobel prize recipients, journalists, economic and financial experts, and legal scholars from all over the world, come regularly together to present the most current analysis of ideas, trends and events (Mont Pèlerin Society, s.d).

Como se percebe, a organização que contou em seu primeiro encontro com Hayek e Von Mises, mas também Friedman, como os grandes articuladores da reunião, tornou-se um *think tank*, ou seja, um aparelho ideológico de produção de hegemonia ultraliberal com pretensões de influenciar as sociedades ocidentais após a Segunda Grande Guerra. No entanto, divergências entre esses intelectuais fizeram com que Mises se retirasse do evento. O ideólogo ucraniano iria encontrar abrigo nos EUA para desenvolver melhor suas ideias. Mises tornar-se-ia patrocinado por proeminentes capitalistas estadunidenses interessados por suas elaboradas defesas do livre mercado. Ainda nesse país, Mises iria colaborar com a *Foundation for Economic Education (FEE)*, um centro de desenvolvimento de teorias pró-livre mercado - cujo fundador foi Leonard Read, um bem relacionado ex-executivo de grandes

corporações estadunidenses -. Mises, também, iria conseguir organizar seminários, onde divulgava suas ideias, na Universidade de Nova Iorque (Hülsmann, 2016).

À época, os EUA se consolidavam como potência liberal e capitalista após a derrota do fascismo e do nazismo na Europa. O país era conduzido pela política econômica keynesiana, ancorada num modelo de capitalismo que, sob pressão do contexto de disputa por hegemonia mundial entre os EUA (liberal e capitalista) e a extinta União Soviética (comunista), impunha a necessidade de atender a certas demandas das classes desfavorecidas (Kerstenetzky, 2012).

As críticas as correntes da política econômica vigentes no cenário mundial do pós-Segunda Guerra - liberalismo de matriz keynesiana e comunismo - abriram caminho para o ultraliberalismo, com sua defesa incondicional da autonomia dos mercados e da limitada atividade política e social do Estado, que se desenvolveu como um discurso ideológico contra hegemônico no interior do próprio sistema capitalista ocidental. Após a crise do capitalismo, nos anos 70 e 80 do século XX, o modelo ideológico ultraliberal ganha mais visibilidade. O Chile, da recém-implantada sinistra ditadura do general fascista Augusto Pinochet, se torna um laboratório das teorias ultraliberais sob a batuta de Milton Friedman e sua pequena hoste de intelectuais ultraliberais, que ficaram conhecidos como *Chicago Boys* - por estarem ligados à Universidade de Chicago (EUA):

[...] 1981 era o ano em que a ditadura de Augusto Pinochet estava no auge. Hayek estava entusiasmado com a transformação do Chile no laboratório mundial das ideias que ele, Milton Friedman, Gary Becker, Ludwig von Mises e outros pregavam com afinco. Em um impressionante documentário sobre a experiência neoliberal no Chile, *Chicago Boys* (2015), vemos a formação do grupo de economistas que implementaram o neoliberalismo em nosso continente pela primeira vez (Safatle, 2021, 19 -20).

Nos EUA e em Inglaterra, o governo de Reagan (1981 - 1989) e de Thatcher (1979 - 1990) favoreceriam medidas em linha com o corolário ultraliberal. Nesse período, surgem em grande número *think tanks* para produzir arsenal teórico-discursivo para o projeto ultraliberal. Esses passam a arregimentar intelectuais orgânicos, atuando na academia, na imprensa, em diversos espaços dos aparelhos de poder e em outras esferas públicas. Um processo que, na verdade, maximiza aquele que já estava em curso nos EUA desde que Walter Lippman e Edward Bernays começaram a exercer papel ativo na produção e divulgação de uma narrativa que tornava mais aceitável a influência e dominação das elites

capitalistas estadunidenses (Rocha, 2017; Souza, 2020). Exemplo disso, foi a reelaboração da imagem de John Davison Rockefeller pelas mãos de Edward Bernays (Souza, 2020): Rockefeller, de ávido capitalista passou a ser apresentado socialmente como um “magnânimo filantropo”.

O *Instituto Mises Brasil*, como *think tank*, se articula de modo análogo aos seus congêneres estadunidenses em torno de um projeto ultraliberal radicalmente pró-capitalista, com o objetivo de influenciar a sociedade civil brasileira, educando as mentes das pessoas para a aceitação de sua ideologia. A dinâmica desse processo se enquadra dentro das concepções gramscianas de “ideologia” que opera por meio de relações “educativas”, que ocorrem nas mais diversas esferas da vida social (Schlesener, 2016).

### Mapeamento dos *think tanks* ultraliberais brasileiros e as origens do Instituto Ludwig von Mises Brasil

O relatório produzido pela Universidade da Pensilvânia (EUA), o *Global Go To Think Tanks Index Report*, cujas análises são realizadas desde o ano de 2008, demonstra em seu último documento, publicado em 2019, a representatividade das estruturas de produção discursiva denominadas *think tanks*, ou aparelhos hegemônicos na concepção gramsciana, em mais de 80 países<sup>1</sup>. Segundo o documento:

[...] Think tanks are public policy research, analysis, and engagement organizations. They are organizations that generate policy-oriented research, analysis, and advice on domestic and international issues that enable policymakers and the public to make informed decisions about public policy issues. Think tanks may be affiliated with political parties, governments, interest groups, or private corporations or constituted as independent nongovernmental organizations (NGOs). These institutions often act as a bridge between the academic and policymaking communities, serving the public interest as an independent voice that translates applied and basic research into a language and form that is understandable, reliable, and accessible for policymakers and the public. Structured as permanent bodies, in contrast with ad hoc commissions or research panels, think tanks devote a substantial portion of their financial and human resources to commissioning and publishing research and policy analysis in the social sciences: political science, economics, public administration, and international affairs. The major outputs of these organizations are books, monographs, reports, policy briefs, blogs, conferences, seminars, web-based reports and commentary, formal briefings and informal discussions with policymakers, government officials, and key stakeholders.

---

<sup>1</sup> É possível acessar todos os relatórios, confeccionados desde o ano de 2008 até 2019, quando foi publicado o mais recente. Acessível em: <https://www.gotothinktank.com/global-goto-think-tank-index>

In an effort to help make sense of this highly diverse set of institutions we have created a typology that takes into consideration the comparative differences in political systems and civil societies around the world. While think tanks may perform many roles in their host societies, not all think tanks do the same things to the same extent. Over the last 85 years, several distinctive organizational forms of think tanks have come into being that differ substantially in terms of their operating styles, their patterns of recruitment, their aspirations to academic standards of objectivity and completeness in research and their engagement of policy makers, the press and the public (Global Go To Think Tanks Index Report, 2019).

Segundo este relatório, conseguimos apreender que as organizações denominadas de *think tanks* são diversas entre si e operacionalizam-se de maneira distinta. Transversalmente, funcionam como um instrumento de pressão dos decisores políticos e persuasão da opinião pública, por meio das práticas discursivas que produzem. Tais práticas possuem uma notória intencionalidade “educativa”, doutrinadora. Por outras palavras, atuam para a *fabricação de consenso* (Souza, 2020), influenciando a percepção das pessoas para obtenção dos objetivos que lhes interessam. Souza (2020), que faz uma análise crítica e apurada do surgimento e do papel dos *thinks tanks* como veículo discursivo da lógica operacional da *soft policy* dos EUA, argumenta que esse tipo de organização, nas mãos das elites do capitalismo mundial:

[...] marca um divisor de águas de fundamental importância histórica na forma como a dominação social e política passou a ser exercida nos Estados Unidos e no mundo. A elite econômica e política americana havia acabado de descobrir uma arma letal contra seu principal inimigo doméstico: o próprio povo trabalhador. A partir daí, o trabalho de dominação social passou a utilizar cada vez menos a violência física e policial, e cada vez mais a violência simbólica da manipulação consciente dos medos e ansiedades do público. Podemos testemunhar essa transformação fundamental, inclusive com seu uso contra a população dos países colonizados pelo imperialismo informal americano [...] (Souza, 2020, p. 58).

O relatório *Global Go To Think Tanks Index Report* (2019), aponta para a maior existência desses aparelhos privados de hegemonia em solo estadunidense, ilustrando o quanto é crucial na cultura política das elites capitalistas ianques a formação de instrumentos que operam para a fabricação de consensos na sociedade civil. Ainda de acordo com o relatório, o Brasil está na 11ª posição entre os países com maior número de *think tanks* em atividade, contando com mais de 103 dessas organizações no país (Anexo II - Quadros: *Relatório Global Go To Think Tanks Index Report 2019*). No geral, os dados do relatório apontam para uma ação cada vez mais amplificada desses setores na disputa do debate público na sociedade civil, pressionando governos nacionais e supranacionais para a consecução das pautas políticas que defendem. Um outro intento buscado por cada uma

dessas organizações é a “educação”, doutrinação ideológica pró-capitalista, aumentando assim o número de indivíduos engajados em suas fileiras.

Um quadro extremamente relevante com informações sobre a fundação/reestruturação e localização de *think tanks* e organizações ultraliberais no Brasil (Anexo II - Quadros: Quadro de *think tanks* ultraliberais que atuaram e/ou atuam no Brasil desde os anos 80 do século passado) é apresentado no trabalho de Rocha (2017). Neste quadro é possível perceber a dinâmica de grupos que, efetivamente, se ergueram como movimentos da onda ultraliberal no Brasil. Em uma tessitura da ordem do discurso ultraliberal que os tornam solidários entre si, invocando as pautas em favor da propriedade privada, contra os impostos, em favor da total liberdade de atuação do mercado e contra o “estado”, esses grupos procuraram e procuram realizar a “educação política” e a fabricação de consensos em amplos setores da sociedade civil.

Rocha (2017) revela-nos a existência de *think tanks* ultraliberais em atividade no Brasil desde o início dos anos 80 do século XX - contexto de reabertura política à democracia após um hiato de 21 anos de regime autoritário. Ainda do quadro de Rocha (2016), podemos observar que algumas organizações possuem como espaço de atuação os contextos digitais. O *Mises Brasil*, a organização que estudamos, embora tenha existência física na cidade de São Paulo, conforme os dados que apuramos em seu contextos digitais, já vinha articulando suas ações no campo virtual desde 2008. É nesse campo que irá orientar de forma amplificada a produção e a divulgação de suas práticas discursivas, como estratégias para convencer, “educar” e formar um público amplo e ancorado na ideologia ultraliberal.

Como *think tank* radicalmente pró-capitalista, o IMB organiza as suas ações na defesa “de uma sociedade livre que deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental”. Considerando, igualmente relevante que suas “ações influenciem a opinião pública e os meios acadêmicos” (Secção *Quem somos*, sítio eletrônico do IMB). Schlesener (2016, p. 89), em suas análises sobre o pensamento de Antonio Gramsci, considera que “se tomarmos a ideologia como parte da construção das relações de hegemonia, podemos afirmar a importância que assumem os intelectuais dos grupos dominantes no contexto das relações políticas”. Essa perspectiva nos faz dimensionar a importância de um *think tank* como o IMB para as tentativas de reprodução de discursos de interesse de frações das classes dominantes de uma forma que seja de fácil compreensão e assimilação para um

grande público de participantes nos contextos digitais. Essa é a sua tarefa pedagógica enquanto aparelho privado de hegemonia ultraliberal.

Como procurámos demonstrar, até aqui, o *Mises Brasil* não foi o único aparelho de produção de hegemonia de frações da burguesia brasileira. Pelo contrário: foi fruto de um contexto político e ideológico que permitiu a eclosão dessa “primavera liberal” radicalmente pró-capitalista. Em linha com Souza (2019, p. 9), é importante compreender que “nenhuma relação econômica de dominação se constitui sem a elaboração de uma trama simbólica de ideias e valores que a legitimam e justificam”. Essa trama simbólica de ideias e valores vinha sendo elaborada e compartilhada nas práticas discursivas que unificaram essas organizações e movimentos, os aparelhos privados de hegemonia das direitas brasileiras. De acordo com Souza (2019), que aponta para existência e reprodução/reconfiguração da “ideologia patrimonialista”, essa trama simbólica já era tecida desde os anos 30 e jamais perdeu seu espaço no campo das produções discursivas. Sendo, portanto, um fator que irá construir uma esfera de familiaridade e reconhecimento com as ideias e valores propagados pelos *thinks tanks* ultraliberais reestruturados e revigorados no cenário político brasileiro a partir de 2011. Importa recordar que o ano anterior, o ano eleitoral de 2010, foi marcado por mais uma vitória do *Partido dos Trabalhadores*, constituindo assim o terceiro mandato consecutivo de um grupo político que era considerado inimigo ideológico pelos ultraliberais.

A afiada percepção analítica de Souza (2020) traz algumas elucidações sobre o pico da eclosão do ultraliberalismo, por meio do acentuado surgimento de seus aparelhos privados de ideologia, no seio da sociedade brasileira:

Em 2006, o Brasil descobre o pré-sal, uma das maiores reservas de petróleo do planeta, e já começa a explorá-lo efetivamente a partir de 2008. O marco regulatório do pré-sal prevê um forte controle da Petrobras sobre todas as fases da produção. Em 2012, a presidenta Dilma lança sua ofensiva, respaldada no poderio dos bancos públicos brasileiros, para baixar os juros abusivos, onze vezes maiores que os juros praticados na França, ameaçando a “mamata” dos representantes do capitalismo financeiro americano no Brasil. Foi também nessa época que começou a ser gestado o banco do BRICS como principal estratégia para romper o controle absoluto da economia mundial pelo capital financeiro americano (Souza, 2020, p. 69).

Compreendemos, assim, os discursos que o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil* produz e divulga nos contextos digitais, como discursos que ecoam equalizados em sintonia com a narrativa discursiva que passa a circular na sociedade brasileira (Costa, 2019; Guelli, 2019). Essa trama discursiva arquitetada pelas forças revigoradas das novas (velhas!) direitas,

composta por, inclusive, *think tanks* como o *Mises Brasil*, buscará exercer fortíssima pressão na tentativa de produzir consensos em torno de pautas conservadoras e ultraliberais na sociedade civil brasileira. Um conjunto de estratégias de promoção de uma doutrinação política e ideológica a favor das agendas de elites nacionais, cujo objetivo é a restituição da sua hegemonia na condução do país (Casimiro, 2016; Dal Pai, 2017; Gros, 2004; Patschiki, 2012; Rocha, 2017; Rocha, 2019; Souza, 2020).

O IMB surge no cenário brasileiro no ano de 2007. Segundo Dal Pai (2017) o contexto no Brasil, sob o segundo mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o contexto mundial, afetado pela grave crise do sistema capitalista global, formam uma combinação circunstancial que, aparentemente, afasta o efeito da mera casualidade. Figura chave para a criação do *think tank* ultraliberal brasileiro é o engenheiro carioca Hélio Coutinho Beltrão. Graduado em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, foi executivo do *Banco Garantia*, *Mídia Investimentos* e da *Sextante Investimentos*. É fundador e membro do conselho consultivo do *Instituto Millenium* e fundador-presidente do *Instituto Ludwig von Mises Brasil*. Também é membro do Conselho de administração do *Grupo Ultra* e da *Metafrio*, presidente do Conselho Editorial do periódico acadêmico *Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Helio é filho do político Helio Marcos Pena Beltrão - que exerceu o cargo de ministro do planejamento (1967 - 1969) e de ministro da “desburocratização” (1979 -1983), bem como ministro da Previdência Social (1982 - 1983) e presidente da *Petrobrás* (1985 - 1986) - e da reconhecida arqueóloga brasileira Maria Beltrão - Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e investigadora sênior do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ganhadora do prêmio 8º Condes dos Arcos - Vice-Rei do Brasil, da Academia Portuguesa de História<sup>2</sup>.

Em entrevista concedida à revista “ISTOÉ”, revista de circulação nacional no Brasil, Helio é apresentado da seguinte maneira:

O engenheiro Helio Beltrão, de 52 anos, é um *liberal empedernido* (grifo nosso), um homem que acredita nas forças da livre iniciativa e do mercado como um fator de equilíbrio

---

<sup>2</sup> Informações sobre Helio Beltrão pai foram retiradas do sítio eletrônico da Fundação Getúlio Vargas. No mesmo sítio, há uma pequena biografia relatando a atuação de Hélio pai à frente dos importantes cargos públicos que exerceu. Acessível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao>. Já as informações referentes à investigadora Maria Beltrão, mãe de Helio Beltrão foram retiradas de: <http://www.mariabeltrao.com.br/>

da sociedade. Presidente do Instituto Mises, que promove os pensamentos do economista austríaco Ludwig Von Mises, e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium, ele foi um apoiador de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes, em quem vê inteligência e vontade para diminuir o gasto público e o tamanho do Estado brasileiro. Mas, nos últimos meses, seu pensamento vem mudando. Ainda que continue percebendo no governo um posicionamento liberal na economia, voltado para retirar as amarras da livre iniciativa e coroado pela aprovação da MP 881 da liberdade econômica, na política ele vê uma tendência negativa e autoritária. “Há problemas na atitude política do governo. Está havendo uma radicalização do dissenso, uma grande polarização e desrespeito a posições diferentes”, disse em entrevista à ISTOÉ. “De certa forma, o governo está nutrindo ou não está contendo uma massa de militância virtual e não virtual que cumpre sua agenda chapa branca (Vilardaga, 2019).

O texto da entrevista revela as crenças ideológicas do intelectual orgânico Beltrão, bem como o apoio de “primeira hora” a Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial (Figura 8 - Anexo I). Revela, também, a suposta admiração de Helio por Paulo Guedes, um intelectual das fileiras do ultraliberalismo brasileiro. Casimiro (2016), investigador brasileiro que fez uma excepcional análise dos *think tanks* ultraliberais brasileiros em sua tese de doutoramento, indica que Beltrão e Guedes são membros do *Instituto Millenium* (IMIL), organização ultraliberal fundada pela economista Patrícia Carlos de Andrade em 2005. Casimiro (2016) nos dá a informação de que ambos são, em conjunto com Patrícia, pertencentes aos quadros de fundadores/as da organização. Vale ressaltar que, de acordo ainda com Casimiro (2016), o IMIL é uma verdadeira “máquina de guerra” de produção e propaganda discursiva do movimento ultraliberal no Brasil. O *Instituto Millenium* se articula com vários outros *think tanks* de mesma tendência ideológica no Brasil e no mundo. Além disso, recebe doações de seus membros e de megacorporações brasileiras e/ou atuantes no Brasil: *Globo, Shell, Editora Abril, Gerdau, Grupo Évora* e outras (Casimiro, 2016).

Sobre o processo para a criação do *Instituto Mises Brasil*, Helio constrói uma narrativa onde ele é apresentado como uma espécie de *John Galt*, confirmando a imagem daquilo que o jornalista da revista “ISTOÉ” denominou de um “empedernido liberal, um homem que acredita nas forças da livre iniciativa e do mercado como um fator de equilíbrio da sociedade” - *Galt* é a personagem central do livro *A revolta de Atlas* (2012) de Ayn Rand, filósofa, escritora, guionista, nascida na Rússia pré-revolucionária e radicada nos EUA após a vitória das forças socialistas em 1917, em seu país natal. Rand criou uma perspectiva filosófica onde argumenta fervorosamente a favor do empreendedorismo, do livre mercado e contra a opressão do Estado. Chamada de *objetivismo*, a filosofia de Rand perpassa toda a



bibliografia produzida pela autora, que viria a influenciar todo o espectro ideológico da ultradireita nos EUA e no Brasil.

A trajetória de Helio, pelo menos na narrativa elaborada por ele, do liberalismo clássico ao ultraliberalismo de Hayek e Mises, é contada em entrevista para o lançamento do programa de *podcast* do Instituto (*1º Podcast Mises Brasil - Helio Beltrão*, 5 de Janeiro de 2012), realizada por Bruno Garschagen, intelectual ultraliberal autor do livro *Pare de acreditar no governo - Por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado* (2015). Este *podcast* é apresentado atualmente pelo advogado e político ultraliberal Rodrigo Saraiva Marinho, tratando-se de mais uma iniciativa “pedagógica” planejada e executada pelo *Mises Brasil* em sua missão de “educar” a sociedade brasileira para a aceitação da ideologia ultraliberal. Helio, na entrevista, conta que os primeiros contatos com o liberalismo clássico foram em casa, com o seu pai. Ele relembra uma máxima de autoria de Helio pai, que o acompanharia por toda a vida: “O Brasil é uma ilha de iniciativa privada cercada por governo por todos os lados”. O momento que marcou a transição de Beltrão, segundo a narrativa do próprio, teria sido no contexto da crise do capitalismo dos anos 90, época em que era um corretor de ações de uma importante corretora brasileira.

A partir desse ponto, ele teria resolvido estudar, de modo mais minucioso, o funcionamento do mercado financeiro. De acordo com Helio, a descoberta do livro de Friedrich Hayek haveria acontecido durante o período das privatizações de empresas públicas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002). Embora tenha ocorrido um estranhamento inicial com a teoria do pensamento econômico de Hayek, acabou por se sentir atraído por aquelas ideias. Segundo afirmações de Helio Beltrão, foi na parte das referências bibliográficas que se deparou com um autor correntemente citado no texto: Ludwig Von Mises. Acabou por explorar diversos livros de Mises, descobrindo também a existência de uma organização estadunidense com o nome do pensador econômico ucraniano, o *Mises Institute*. Para Helio, esses eventos transformaram a sua visão sobre os processos econômicos no capitalismo e a sua percepção sobre o mundo.

Após ter ganho muito dinheiro no mercado financeiro, aplicando as teorias de Hayek e Mises, Beltrão argumenta que se sentiu na “obrigação” de compartilhar suas experiências e seus conhecimentos com outras pessoas. Ele assevera, impulsionado por uma vontade “altruísta”, que estava na hora de “ajudar” a sociedade brasileira. Tal “abnegado” ímpeto teria sido a semente para a criação do *Instituto Ludwig von Mises Brasil*. Para isso, o modelo

do *Mises Institute* (Alabama, EUA) teria sido a sua inspiração, considerando o enorme sucesso na difusão dos ideais ultraliberais através de meios digitais. Apesar de ter a organização estadunidense como modelo, Helio afirma que o IMB foi criado a partir da lógica de “tropicalização” do modelo estadunidense para adaptar o projeto do *think tank Mises Institute* à realidade brasileira. Ainda de acordo com o intelectual orgânico e, atualmente, empenhado ativista da causa ultraliberal, o IMB tornou-se parte de uma extensa rede de organizações que tomaram o *Mises Institute* como referencial, embora todas possuam autonomia. Desde o momento da criação do *Mises Brasil*, em 2007, ao momento da referida entrevista para o episódio de abertura da série de podcasts do *think tank* brasileiro (2012), Beltrão assevera que estaria ocorrendo uma espécie de “primavera liberal”, considerando um crescimento exponencial de organizações do espectro ideológico ultraliberal no Brasil e no mundo.

Ainda na mesma entrevista, o intelectual orgânico e ativista ultraliberal discorre sobre as vantagens dos contextos digitais para proliferação das estratégias da educação ideológica do IMB. Dentre as estratégias citadas pelo presidente do IMB, estariam a oferta de cursos por módulos *on line*, tal qual o *Mises* estadunidense, e “o desenvolvimento de novos talentos”, bem como o “apoio aos talentos que já estão aí”, representando isto a formação de novas lideranças ultraliberais - esse é o sentido de iniciativas formativas como o *Mises Summer School*, o *Mises Winter School* e da *Pós-Graduação em Escola de Economia Austríaca* organizados pelo IMB. Iniciativas essas que, embora realizadas em contexto presencial *off line*, sempre repercutiram nos contextos digitais da organização ultraliberal, tendo, inclusive, a liberação de momentos e aulas para o público digital (Figura 4 - Anexo I). Outra significativa estratégia da organização como *think tank* seria apoiar “os poucos professores e intelectuais austríacos” para que estes pudessem realizar suas tarefas na difusão da ideologia: oferecer cursos sobre o pensamento econômico e a filosofia ultraliberais e publicação de livros.

A narrativa de Helio Beltrão é relevante por nos dar pistas consistentes sobre a articulação do *Mises Brasil* com a rede transnacional de aparelhos privados de hegemonia radicalmente pró-capitalista. Ademais, ela nos indica a proposta que orientou a formação real do IMB: a formação de novas lideranças e novos intelectuais capazes de exercer influência e a fabricação de consensos em diversos espaços das instituições brasileiras e da sociedade civil. O próprio Beltrão, como ativista com ampla rede de contatos por meio de

sua participação no mercado financeiro e em outras organizações ultraliberais, como é o caso do *Instituto Millenium* (Imil) e seu livre trânsito no *Mises Institute* e na rede de *Mises* espalhados pelo mundo, vem se fazendo visível.

Exemplo disso, tem sido a coluna que obteve na *Folha de São Paulo*, um dos veículos mais influentes da imprensa nacional. A partir desse espaço, Beltrão se insere no diálogo com leitores/as da classe média e alta brasileira, levando as práticas discursivas ultraliberais ao conhecimento de um público ainda mais amplo do que aquele/as que acessam os contextos digitais do IMB. Com efeito, Helio Beltrão conseguiu ao longo do tempo agregar um quadro de intelectuais ultraliberais respeitados em diversas esferas da sociedade brasileira, nomeadamente: professores/as de importantes universidades públicas e privadas brasileiras, profissionais dos ramos liberais de reconhecida influência pública nacional, e jovens *influencers* que dialogam com o público mais jovem brasileiro.

Esses/as atores/as sociais se encontram no interior do IMB, onde discutem suas ideias e produzem novos processos para alcançar os propósitos da organização. Além disso, por sua influência em diversos espaços, são convidados a participar de eventos, presenciais e, agora no contexto da pandemia, intensamente nos contextos digitais, conseguindo promover sua ideologia com mais amplitude. De entre as inúmeras pautas concatenadas e defendidas pelo *Mises Brasil*, a educação tem um lugar especial. Suas práticas discursivas sobre essa pauta são elaboradas por meio de artigos de opinião e outros materiais discursivos produzidos e divulgados nos canais mediáticos da organização na Internet.

Defendendo uma perspectiva ultraliberal de educação, colocam-se contra a oferta e regulação da educação pública e privada pelo Estado, pregam o fim do *Ministério da Educação* brasileiro (MEC), apoiam as iniciativas do modelo educacional *homeschooling*, constroem uma narrativa ideológica de ataque aos/às professores/as considerados/as de “esquerda” (“comunistas”) e àqueles/as que, mesmo sendo liberais, não são adeptos da concepção ultraliberal, assim estruturando a ação de “guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal” nos espaços de educação oficial (universidades e outras instituições educacionais).

Além disso, como tática operacional do projeto de formação de novos/as líderes ultraliberais, capazes de influenciar diferentes esferas públicas e o próprio corpo político do Estado, promovem seus cursos de formação, presencial e cada vez mais virtualmente. A nossa investigação procura desenredar e tornar claro esses processos ao tentar realizar a

tarefa de esmiuçar as formas como são produzidas e divulgadas as práticas discursivas ideológicas da organização ultraliberal *Instituto Ludwig Von Mises Brasil*. Nossa intenção é contribuir para as reflexões e os debates já abertos pelos/as intelectuais brasileiros/as que supracitamos (Casimiro, 2016; Dal Pai, 2017; Patschiki, 2012; Rocha, 2017; Rocha, 2019; Souza, 2019; Souza, 2020 et al.). Adicionalmente, trazemos a perspectiva da ideologia como configuradora e agregadora de práticas sociais, fornecendo lentes diferenciadas para analisar a educação e a escolarização em seu contexto sócio-político (Backer, 2020). Adicionalmente, consideramos que essas práticas merecem a atenção do campo das Ciências da Educação, entendendo que a ideologia possui em seu cerne um aspecto de mobilização educativa, potencializada na *práxis* das experiências ideológicas e políticas sempre presentes.

### Estrutura da dissertação

O nosso trabalho está organizado de uma forma que, assim acreditamos, se torna mais compreensível.

Nesta primeira parte, fizemos uma “Introdução”, onde abordamos e contextualizamos todo o cenário em que vem se descortinando o desenvolvimento da ideologia ultraliberal, apresentando uma breve análise das ações políticas e ideológicas de um dos mais relevantes intelectuais e militantes do campo ultraliberal no Brasil: Helio Beltrão. Isto se fez necessário, no nosso entender, porque dimensiona a importância da *práxis* política e das redes de sociabilidade que permitiram o surgimento e a expansão do aparelho privado de hegemonia ultraliberal *Instituto Ludwig Von Mises Brasil*. Analisar e discutir as ações e estratégias desse aparelho ultraliberal sem localizar as experiências e as tessituras políticas e ideológicas de sua principal liderança, seria negligenciar as diversas nuances que sustentam a existência e a operacionalidade do *think tank* brasileiro.

No “Capítulo I” discutimos os aspectos teóricos fundamentais para a abordagem ao objeto e para a elaboração desta dissertação. Discutimos a importância da ideologia e da educação como processos complexos, que tanto podem ser emancipatórios, como podem ser utilizados como reforço do domínio do poder das elites. No primeiro caso, tornando-se um terreno fértil para a formação de consciências críticas, com vista a um projeto

permanente de busca pela emancipação humana e da construção de uma sociedade transformadora e voltada para ideais igualitários e de justiça social. Analisamos o conceito de “ideologia ultraliberal”, aparentemente, um fenômeno de nossos tempos, mas cujas raízes se localizam no século XIX. Ou seja, no mesmo espaço temporal das raízes do materialismo histórico marxista, que os ideólogos ultraliberais procuraram combater ao longo de sua história. Por fim, discutimos o conceito de “esfera pública digital”, um debate que se desenvolve a partir das percepções do filósofo alemão Jürgen Habermas do conceito de “esfera pública”, mas que aborda as dinâmicas das relações discursivas e lutas pelo poder no campo dos contextos digitais.

No “Capítulo II” apresentamos a *Análise Crítica do Discurso* (ACD), segundo as contribuições de Van Dijk (2005), tendo-se configurado como um importante aparato teórico-metodológico no campo da análise dos estudos das práticas discursivas ideológicas. Para o nosso trabalho foi de máxima centralidade. Também, fazemos um breve apanhado sobre os processos que causaram certos constrangimentos (dificuldades) no nosso percurso investigativo. Situações capazes de ocorrer com qualquer investigador/a, e que não passamos a salvo por elas. Porém, aprendemos muitíssimo com a experiência. Encerrando o capítulo, apresentamos e discutimos as nossas escolhas relativamente aos dados empíricos e ao *corpus* de análise, constituído pelas práticas discursivas presentes nos contextos digitais do *Instituto Mises Brasil* (IMB).

O “Capítulo III” se inicia com uma reflexão sobre os contextos digitais do aparelho privado de hegemonia IMB, como estratégia fundamental de suas ações na esfera pública digital brasileira, exercendo um papel disseminador e amplificador das práticas discursivas da organização ultraliberal. Posteriormente, apresentamos as análises críticas e discussões que laboriosamente realizamos a partir de minuciosas leituras das categorias de práticas discursivas produzidas e propagadas pelo IMB no embate com o aquilo que descreve como “intervenção estatal” no campo das políticas públicas de educação, bem como contra aqueles/as que se constituem como poderosas forças opositoras aos obscuros interesses por trás discursos do aparelho privado de hegemonia ultraliberal. Por último, discutimos sobre o modo como as estratégias e ações do IMB visam, não somente, produzir consensos na sociedade civil e nos decisores das políticas públicas, mas, principalmente, induzir a formação de subjetividades radicalmente pró-capitalistas. Encerrando as nossas discussões, finalizamos com as “Conclusões” possíveis a que chegamos em nosso trabalho.

No que tange a secção de referências, para dar destaque aos artigos do sítio do Instituto Mises Brasil que citamos em nosso trabalho, optamos por criar uma secção específica. Entendemos que isso facilitará a pesquisa dos mesmos para investigadores/as que por ventura venha a utilizar o nosso trabalho como referência. No apêndice I apresentamos a íntegra das análises das práticas discursivas que formaram o *corpus* analítico de nossa investigação. Seleccionadas por meio dos critérios de representatividade e expressividade, conforme sugerido por Van Djik (2005), estas práticas se mostraram bastante significativas para a compreensão das narrativas que a organização Mises Brasil instrumentaliza em seu *modus operandi* para se inserir no debate público sobre a educação no contexto brasileiro. Além disso, demonstrou de forma relevante como o IMB articula seus argumentos de modo a provocar uma determinada apreensão da realidade segundo suas estratégias “pedagógicas”. Ou seja, em consonância com a sua tarefa de doutrinação ideológica. No anexo I, elencamos um conjunto de imagens, que ao nosso ver, ilustram e dialogam com as análises e discussões que realizamos em nosso trabalho. Tratam-se de eventos como a *V Conferência de Escola Austríaca*, aulas da *Pós-Graduação em Escola Austríaca de Economia*, da imagem de divulgação de podcasts, como o da entrevista a Olavo de Carvalho e da foto do candidato às eleições de 2018 Jair Bolsonaro, posando com livros do acervo disponibilizado pela organização ultraliberal nos contextos digitais. Acreditamos que tais imagens enriquecem a sua leitura deste trabalho, dialogando intrinsecamente com as análises aqui produzidas. Por último, no anexo II, apresentamos importantes quadros, como o do *Relatório Global Think Tanks 2019* e o quadro elaborado pela investigadora brasileira Rocha (2017) - ambos nos apresentam a dinâmica do surgimento de diversos aparelhos ideológicos na contemporaneidade.

## **Capítulo I - Discussões teóricas**

*A direita tomou o marxismo como seu inimigo principal, desenvolvendo correntes ideológicas e formas de ação política para impedir que aquelas ideias penetrassem nas camadas populares e modificassem o mundo.*

*Sader & Jinkings (2012, p. 12)*

Nesta seção, apresentamos os tópicos conceituais organizadores de nossa investigação: “educação”, “ultraliberalismo” e “esfera pública digital”.

No que tange à “educação”, discutimos e problematizamos, principalmente, a partir das contribuições centrais de Gramsci (1999; 2000; 2001; Liguori, 2017; Meta, 2017; Schlesener, 2016), em diálogo com outros/as pensadores/as, como a educação, pode ser concebida e articulada como uma estratégia para emancipação política e social dos setores subalternos. O pensador marxista italiano é crucial para pensar essas ideias, mas, também, em apontar a necessidade de organizar e divulgar o pensamento crítico no sentido de torná-lo potencialmente favorável à educação política e ideológica dos setores subalternos, condição essa essencial para a sua autonomia.

No que tange o conceito de “ultraliberalismo”, iremos apresentar uma brevíssima discussão dessa ideologia, suas vertentes e dogmas programáticos em que se sustentam.

Por fim, partindo das análises de Habermas (2003), vamos apresentar o conceito de “esfera pública” e o modo como, perante as possibilidades oferecidas pelos contextos digitais, ela se transmutou ampliando as suas áreas de influência e produção discursiva para o ambiente digital.

Embora a nossa perspectiva seja centrada nas contribuições teóricas do campo marxista, não nos furtaremos de colocar em diálogo os contributos de outros/as intelectuais fora desse campo teórico para problematizar os conceitos elencados e demonstrar que mesmo no campo alargado do liberalismo a visão ultraliberal é percebida como discutível.

## I.1 - Discutindo os sentidos da Educação: processos formativos e engajamento político e ideológico

As contribuições Gramsci (1999; 2000; 2001; Liguori, 2017 Meta, 2017; Schlesener, 2016) para pensarmos a educação, seja no interior dos sistemas educativos estatais, seja nos espaços cotidianos de sociabilidade, é de grande monta para as nossas análises. As reflexões do pensador italiano são importantes para discutir e problematizar aquilo que concebemos como uma elaboração arquitetada por frações das elites brasileiras, vinculadas à ideologia ultraliberal, para a disputa por hegemonia e legitimação do *status quo* capitalista.

As discussões que o jornalista e renovador das teorias marxistas concatena sobre as formas como *intelectuais orgânicos/as*, atuantes no aparelho ideológico estatal “escola/universidade” e na vida pública, deveriam construir a educação como um processo emancipatório, constituem as nossas matrizes teóricas. No caso específico que analisamos, a força da produção discursiva do ultraliberalismo recai com intensidade sobre professores/as, percebidos/as por Gramsci como *intelectuais orgânicos/as*, posto o trabalho realizado por eles/elas ter o potencial de vir a criar possibilidades para que os filhos e filhas das pessoas dos setores subalternizados alcancem a autonomia de suas reflexões, sempre críticas e dialéticas em relação à engenharia dos mecanismos ideológicos de produção de hegemonia pelas elites liberais e conservadoras brasileiras.

Compreendemos, que a engenharia supracitada, que efetiva com o controle e a cooptação dos sujeitos e dos meios de produção intelectual, ocorre nos espaços que constituem a sociedade civil, e, igualmente, nas esferas da estrutura do Estado, sendo o campo da educação mais um dos espaços de luta por hegemonia entre as diferentes classes sociais:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem,



respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2001, p. 20).

Os sociólogos franceses Bourdieu & Passeron (1970) analisaram a escola como um poderoso instrumento de reprodução das ideologias das classes dominantes, operando através de mecanismos sutis de violência simbólica. Tais construtos confluem nas teorias da *reprodução*, posto analisar a escola como espaço onde a lógica de reprodução dos valores e ideias das classes dominantes, contribuindo para a manutenção de estruturas sociais, culturais e econômicas desiguais. Esta teoria foi especialmente mobilizada no Brasil durante os anos 70 e 80 do século passado, por relação ao fato de o Estado brasileiro vir sendo controlado pelo regime ditatorial militar desde o golpe cívico-militar de 1964 (Dreifuss, 1987).

As análises deste período sobre a educação escolar centraram-se na ideia de considerar o espaço escolar como um instrumento de reprodução do regime militar e do modelo capitalista das classes dominantes a ele associadas. A escola seria, portanto, um *aparelho ideológico de Estado*. O conceito havia sido uma contribuição da análise marxiana realizada pelo filósofo francês Althusser (1974), que percebia as instituições escolares como reprodutoras das dinâmicas dos processos articulados pela ideologia estatal na França.

Em certa medida, segundo Schlesener (2016) Gramsci em suas reflexões percebe mecanismos de controle e repressão nas dinâmicas dos processos educativos. A percepção gramsciana é que esses processos limitam a escola ao papel de *aparelho hegemônico*, como é descrito numa carta escrita por ele a 11 de abril de 1927: “Eu julgava que duas obras-primas concentravam a experiência milenar dos homens no campo da organização de massa: o manual do cabo e o catecismo católico. [...]. Cabe acrescentar agora o regulamento carcerário que encerra verdadeiros tesouros de introspecção psicológica (Gramsci, 1975d, p. 74, citado por Schlesener, 2016, p. 157).

Trata-se de uma analogia realizada pelo pensador sardenho para se referir aos instrumentos de repressão e ideologia também presentes no sistema educacional (Schlesener, 2016). Paulo Freire enxergava que os processos educativos eram ambivalentes, tanto servindo para serem instrumentalizados como expressão do embotamento ideológico

pelos setores dominantes quanto uma possibilidade para a elevação da consciência crítica dos setores dominados:

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora, nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (Freire, 2011, p. 67).

Gramsci, também, observou possibilidades de relações muito mais complexas nas condicionantes que atuam nos processos de educação escolar, bem como das possibilidades existentes no interior desses processos (Meta, 2017). É nessas contribuições de Gramsci (2001; Meta, 2017; Schlesener, 2016), que o nosso entendimento sobre educação está alicerçado.

O intelectual italiano possui um olhar sobre a educação e suas dinâmicas como sendo não apenas relativas ao interior das instituições escolares, mas também a sindicatos, igrejas, partidos políticos e contextos de sociabilidades. A educação em Gramsci pode ser vislumbrada como uma prática cultural, social, política e ideológica que convoca processos reflexivos e de ações em práticas concretas, cujo objetivo é ser emancipadora dos sujeitos, que, assim, tornar-se-iam mais engajados criticamente na construção de sociedades voltadas para as transformações necessárias nas estruturas que moldam o mundo em vivemos. Tal noção encontra-se também nas reflexões de Adorno (1995):

[...] concebo como sendo educação (...) não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política (...) uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (Adorno, 1995, p. 141-142).

Ainda sobre a importância de uma educação cujos processos formativos sejam centrados na promoção de sujeitos políticos, Dantas et al. (2010) enfatizam que a preocupação com essa dimensão já estava presente desde há muito nas sociedades ocidentais:

Montesquieu, por exemplo, entendia que o exercício da escolha política demandava um indispensável bom senso, pautado na troca de informações e no debate intenso. Thomas Jefferson, por sua vez, entendia a educação como ferramenta capaz de despertar em cada um o espírito necessário à manutenção do poder do povo, garantindo a liberdade e o

afastamento da corrupção. Mais recentemente, já no século XX, Robert Dahl defende a educação cívica como instrumento fundamental à consolidação da democracia, sendo esta realizada de maneira formal nas escolas. (Dantas et al., 2010, p. 5).

Interessante observar que as reflexões dos autores supracitados apresentam a educação como processo emancipador e que permite aos sujeitos condições para agir reflexiva, crítica e politicamente na sociedade. Dessa forma, destaca-se a vitalidade do conceito de “educação” e a necessidade de refletirmos sobre os modos e espaços onde ela se torna possível. A educação, por si só, é “um ato político”, como definia Freire (1991). Esta concepção é também discutida por Schlesener (2016), com base nas reflexões de Gramsci:

A questão da educação perpassa a teoria política na medida em que as relações de hegemonia são relações educativas e o Estado se apresenta, para Gramsci, como o principal educador, seguido pelo ambiente, que também educa, envolvendo todas as instituições sociais, desde a família, as igrejas, os meios de comunicação de massa, aparato jurídico, ou seja, todas as instâncias sociais que formam o indivíduo ao longo de sua vida. Nessa estrutura social educadora elaboram-se e consolidam-se as ideologias no modo de ser e nas concepções de mundo que orientam e condicionam a vida de cada um (Schlesener, 2016, p. 90).

No Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um documento normativo e que regulamenta a educação no sistema de ensino brasileiro, parece refletir, de certo modo, a supracitada noção de educação, posto reconhecê-la como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96)”.

A educação é um espaço de lutas políticas e ideológicas sempre em atualização. Ela pode ser instrumento de dominação para os projetos de hegemonia das elites, mas também pode ser um instrumento de formação de consciência crítica dos setores subalternizados da sociedade. Tal era a percepção de Gramsci (2000; Baptista, 2010; Melo & Rodrigues, 2016; Schlesener, 2016). Para o pensador italiano, conforme indica Schlesener (2016, p. 156), “a questão da educação no sistema escolar implica a conformação do aluno aos interesses sociais, mas também a sua formação para a emancipação individual e social, visto que se trata das classes trabalhadoras”.

Quando pensamos em educação voltada para a formação das classes trabalhadoras no Brasil, quase sempre somos levados a referenciar Paulo Freire. Sem dúvida Freire deixou

inúmeras contribuições no campo intelectual, acadêmico e militante sobre a temática da educação. Em Freire, a educação, também, é percebida como um processo para alcançar a elevação da consciência do ser humano, devendo estar assente na liberdade, para que os indivíduos por suas próprias condições e em diálogo com os outros, possam analisar criticamente o mundo e as contradições sociais nele existentes, envolverem-se na sua transformação.

Para Gramsci (2001; Meta, 2017; Schlesener, 2016) a educação ocorre em múltiplos contextos, embora os processos dentro das instituições oficiais sejam considerados estratégicos se articulados com os interesses dos setores subalternos, considerando a potencial relevância dos/as intelectuais na formação da consciência crítica dos setores populares. Podemos apreender que Gramsci (2001; Meta, 2017; Schlesener, 2016) percebia a sociedade, com suas diversas instituições sociais, como campo aberto para as diferentes práticas educativas políticas e ideológicas que incluem possibilidades para a construção de um novo modelo de sociedade. Também podemos observar que considerava a atuação militante do/a intelectual como necessária para o desenvolvimento desse processo de transformação social.

Entendemos que os espaços para experimentação das práticas pedagógicas, e não apenas as engajadas na transformação das estruturas econômicas e sociais, ganharam novos ambientes. A internet emergiu como dispositivo e contexto de práticas políticas e ideológicas tanto para aquelas que visam a realização de um projeto mais humanista e igualitário de sociedade, quanto para aquelas que dão suporte aos projetos de justificação e legitimação da hegemonia do pensamento ideológico capitalista na contemporaneidade. Deste último, é exemplar o caso do *think tank* ultraliberal, assim como várias outras organizações desse mesmo espectro ideológico, que produzem e divulgam conteúdos nos contextos digitais com o intuito de convencer, ou seja “educar”, e engajar parcelas da sociedade brasileira em sua visão de mundo.

Compreendemos que para a efetivação dessas práticas políticas e ideológicas, os/as intelectuais são vitais. A relevância dada ao fato de que cada classe social possibilite o surgimento de intelectuais diretamente vinculados a ela, a figura do/a *intelectual orgânico/a*, é percebida como uma estratégia ideológica e política em Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Gramsci, 2001, p. 15).

Gramsci (2001) demonstra uma compreensão claríssima sobre o exercício da função “intelectual” por certos indivíduos e sobre os processos de cooptação dos mesmos de acordo com as capacidades das forças sociais que disputam a conquista da hegemonia no interior do desenrolar da história humana.

É sobre esses processos de disputa de hegemonia, articuladores de ações estratégicas por aparelhos hegemônicos como o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil* e seus/as intelectuais engajados/as na defesa da sua perspectiva ideológica ultraliberal, que nos debruçamos em nossa investigação.

## I.2 - A ideologia ultraliberal: abordagem e discussão

O ultraliberalismo, enquanto ideologia, revela-se como uma estratégia composta por práticas discursivas como modo de intervenção política e ideológica (Schlesener, 2016; Tiburi, 2018), tornando-se mais visível e influente na sequência de crises internas ao próprio modelo capitalista, como foi o caso das crises ocorridas nos anos 70 e 80 do século passado (e.g., Dal Pai, 2017; Patschiki, 2012; Rocha, 2017 et al.).

A ideologia da *Escola Austríaca de Economia* (EAE), segundo seus próprios adeptos, é centrada na defesa da:

[...] economia como uma ferramenta para entender como as pessoas, simultaneamente, cooperam e competem no processo de se descobrir as demandas, alocar os recursos, e descobrir maneiras de se construir uma ordem social próspera. Os austríacos veem o empreendimento como uma força crucial para o desenvolvimento econômico, a propriedade privada como um meio essencial para um uso eficiente dos recursos, e a intervenção governamental no mercado como sendo, sempre e em todo lugar, destrutiva (Rockwell, 2008).

A perspectiva apresentada acima faz parte do corolário que unifica as diferentes correntes dentro do ultraliberalismo. Contudo, o conceito, tal como o compreendemos, pode abrigar concepções distintas e pontualmente conflitantes entre si. Para considerações didáticas e ilustrativas usaremos as quatro subcategorias apresentadas por Walter Block, um

dos principais intelectuais do *Mises Institute* (EUA) - citado num artigo escrito pelo ultraliberal brasileiro Geanluca Lorenzon (2017):

### Correntes ideológicas ultraliberais

ANARCOCAPITALISTAS	MINARQUISTAS E OBJETIVISTAS	CONSTITUCIONALISTAS NORTE-AMERICANOS	NEOLIBERAIS
Corrente mais radical do ultraliberalismo, associada em grande parte à obra de Murray Rothbard, que descreve uma sociedade em que o estado não mais exista, de onde toda a ordem moral surge do conceito de autopropriedade. Também são expoentes desse pensamento as figuras de Hans-Hermann Hoppe (do lado austríaco) e David Friedman (do lado chicaguista).	São aqueles que acreditam que o estado tem um papel, mas de maneira muito restrita, somente no que concerne a segurança e justiça. Nesta categoria encontramos o pensamento de Ayn Rand e Robert Nozick, em sua obra clássica <i>Anarquia, Estado e Utopia</i> .	São a definição mais próxima do que existe hoje do termo liberalismo clássico. Por causa do documento produzido à época, que refletia exatamente o que se acreditava na filosofia, são defensores devotos da Constituição Norte-Americana. O exemplo mais clássico é a figura de Ron Paul.	Apesar da polêmica porém histórica definição, atribui-se o termo neoliberalismo às políticas de Milton Friedman e, em muito menor escala, a Friedrich Hayek (principalmente por relação à sua obra <i>Lei, Legislação e Liberdade</i> ) acreditarem existir "intervenções capazes de aprimorar o mercado", podem ser descritos como defensores de uma mistura de social-democracia, keynesianismo e alguma liberdade de mercado em termos microeconômicos. Um neoliberal defenderia políticas social-democratas usando o mercado, e não o governo. Em vez de escolas públicas, tem-se o voucher.

Quadro 1 - Correntes ultraliberais: quadro da autoria do investigador a partir da categorização dos autores ultraliberais citados.

Interessante observar que Lorenzon, nesse recorte tomado emprestado do intelectual ultraliberal estadunidense Walter Block, não faz qualquer menção a Mises. Contudo, a leitura das obras do intelectual ucraniano Ludwig von Mises, nos permite classificá-lo como um minarquista. Ainda, faz-se observar que a organização possui uma grande dificuldade em delinear, dentro das correntes ultraliberais, a qual, de fato, está vinculada. Se, por um lado, isso demonstra uma grande fluidez em mobilizar as contribuições dos diferentes teóricos ultraliberais, por outro, fragiliza a organização, diante de seus/as interlocutores/as. É comum, nos comentários das postagens da organização em seus contextos digitais, os/as leitores/as acusarem a organização de não ser “anarcocapitalista” ou até mesmo de “falsos libertários”. É, no mínimo curioso, observar que tanto o *Mises Institute* quanto o *Mises Brasil*, organizações que têm como patronos o mais proeminente intelectual minarquista, Ludwig Von Mises, se autodeclararem como

“libertárias” ou “anarcocapitalistas”, terminologias mais associadas ao pupilo estadunidense de Mises, Murray Rothbard. Não obstante, o IMB, no discurso de seus/as intelectuais, problematiza o conceito de “libertário”, tentando mesmo se afastar dele. Paradoxalmente, a organização, de uma maneira que podemos entender como forma de articular um discurso mais radical, em 2009, elaborou uma seção, em seu sítio oficial, denominada “Seção Anarcocapitalista”. Tal seção serve como guia no sentido de educar os/as leitores/as recém-iniciados/as nos caminhos do aprendizado sobre o corolário ideológico ultraliberal da organização.

Na verdade, o conceito de “ultraliberalismo” caracteriza-se por uma certa confusão e ambiguidade que deriva do fato de os/as analistas argumentarem que o ultraliberalismo é um outro dado para o neoliberalismo, quer na vertente estruturada no pensamento de Friedrich Hayek ou na de Milton Friedman. Em outros casos, associam o ultraliberalismo somente a correntes específicas: minarquista ou anarcocapitalista. Cas Mudde (2020), investigador dos movimentos políticos e ideológicos da ultradireita mundial, também percebeu a mesma dificuldade ao lidar com o conceito de “ultradireita”. Reverberando as reflexões de Mudde, inferimos que tais conceitos, muitas vezes, são construções elaboradas pelos/as analistas que estudam esses movimentos, ou seja, são articuladas por pessoas de fora desses movimentos. Contudo, esses grupos, de acordo com os seus interesses e as condições históricas do contexto, se apropriam e ressignificam esses termos de modo que operem a seu favor (Mudde, 2020). No artigo de opinião *Em defesa do ultraliberal*, de Gianluca Lorenzon, publicado no sítio eletrônico do *Mises Brasil* em 18/01/2017, notamos a dinâmica acima descrita. Lorenzon reflete com a audiência de leitores/as sobre o modo como o conceito de *ultraliberal* foi produzido por elementos externos aos movimentos ultraliberais:

Com o lançamento do "livro" intitulado *Historiadores Pela Democracia*, escrito pela *elite* de pensadores de esquerda da área de história do país, o termo 'ultraliberal' voltou a ser usado para denominar o movimento liberal/libertário do país, do qual este Instituto é apontado como parte. Embora tenha sido claramente empregado no sentido pejorativo, a pergunta é válida: seria mesmo uma má ideia utilizarmos o termo 'ultraliberal' para nos descrever? (Lorenzo, 2017).

O excerto aponta para a questão de o termo “ultraliberal” ser uma produção ideológica vinda de fora. Porém, como o título já antecipa, seria o caso de os movimentos

que se afirmam como “liberal/libertário” se apropriarem e ressignificarem um conceito de início “pejorativo” para adequá-lo de modo mais positivo.

O objetivo do ultraliberalismo, enquanto ideologia a serviço de interesses capitalistas, será convencer, “educar” e moldar as subjetividades dos sujeitos. Para isso, o corolário ultraliberal irá trabalhar dentro das margens possíveis de reconhecimento do discurso plantado pelos/as liberais conservadores/as brasileiros/as. Usará práticas discursivas já de plena familiaridade da sociedade brasileira, como a crítica elaborada ao longo do tempo por certa perspectiva ideológica de verniz liberal, a *ideologia patrimonialista*, que se erigiu construindo uma imagem significativamente negativa do Estado brasileiro, sempre associado à corrupção, ineficiência e à função de defesa dos interesses de frações das elites políticas e econômicas (Souza, 2019). Assentará nessa capacidade de produzir uma narrativa ideológica familiar aos sujeitos o seu poder de dialogar, buscando convencer as pessoas e educá-las em uma perspectiva ultraliberal.

### I.3 - A esfera pública digital: uma breve discussão sobre um contexto estratégico para amplificação dos discursos ultraliberais

O conceito de *esfera pública digital* ancora-se numa versão ampliada dos espaços de dinâmicas daquilo que Habermas definiu como “esfera pública”. Esse conceito foi formulado por Habermas (2003), ao analisar e descrever as transformações ocorridas nas relações entre os Estados nacionais, na Europa do século XVII com a nascente burguesia mercantil. Para o filósofo alemão, o período é marcado pela elaboração de um espaço de práticas comunicacionais, discursivas, entre o poder estatal e a burguesia mercantil, que passa a lutar pela defesa de seus interesses específicos. É uma época caracterizada pela transição do mercantilismo para o proto-capitalismo. Habermas (2003) define “esfera pública burguesa” do seguinte modo:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio



dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (Habermas, 2003, p. 42).

Os redutos de convívio e de sociabilidade dos setores da burguesia nascente tornar-se-ão os espaços de exposições de ideias, debates e produção discursiva que serão orientadas para influenciar a opinião pública e, também, as diretrizes da política estatal (Habermas, 2003). A esfera pública “passa a ser um âmbito de controle do poder do Estado, nela atua a sociedade civil como agente de controle, gerador de demandas e meio de pressão que emerge das esferas privadas e atua no âmbito público”(Couto, 2014, p. 134).

A esfera pública habermasiana é um ente autônomo ao Estado, formado por frações da burguesia com interesses particulares. Interesses que muitas vezes podem convergir, mas também, se mostrarem muito específicos a determinadas frações (Couto, 2014). Os polifônicos discursos no interior da esfera pública são, a partir desse momento, os mediadores da relação do Estado com a sociedade civil. A imprensa irá ocupar função central nesse processo de mediação (Habermas, 2003). Surge dessa relação a produção da opinião pública, que se articula em torno das tentativas de conduzir ao entendimento hegemônico entre as diferentes frações no interior da esfera pública em suas demandas, críticas e consensos.

As práticas discursivas, produzidas pelo Estado e divulgadas mediante a imprensa, bem como aquelas oriundas das diversas frações de interesses burgueses, tornar-se-ão o campo onde a relação dialógica e a disputa por hegemonia passarão a acontecer. Mais que a atuação dos poderes coercitivos do Estado, valerá a produção do consenso entre os elementos que, de fato, buscam controlar os jogos de poder: o Estado e as frações da burguesia então em desenvolvimento.

Ao longo do tempo, as análises teóricas de Habermas passaram a sofrer o crivo das críticas e revisões por partes de estudiosos/as que, mesmo reconhecendo os méritos do pensamento habermasiano, indicam que havia brechas e problemas a serem discutidos (Fraser, 2003; Guimarães, 2014; Honneth, 1999; Pereira, 2011). Contudo, as possibilidades abertas pelo filósofo político alemão para pensarmos o conceito de esfera pública continuam relevantes, posto que por meio desse conceito conseguimos compreender as próprias dinâmicas de produção de discursos no interior de um processo político e ideológico voltado para a construção da democracia liberal.

Hoje, os contextos de produção e propagação de discursos se ampliaram de um modo como jamais ocorreu antes. A multiplicidade discursiva de nossa época (e.g., Castells, 2017; Silva, 2020; Unisinos, 2017) encontrou nos contextos digitais da internet o fluxo necessário para levar informações e conhecimentos para todo o planeta de modo contínuo e veloz<sup>3</sup>. O uso estratégico da internet foi em muito responsável pela transformação de nossa compreensão da esfera pública habermasiana.

Os contextos digitais são outras formas significativas de reprodução de dinâmicas sociais, políticas, culturais e materiais de nossa contemporaneidade. Por essa natureza, os contextos digitais têm merecido a atenção de investigadores/as de campos científicos diversos. Sociólogos/as, antropólogos/as, historiadores/as, economistas, cientistas políticos entre outros/as passaram a compartilhar o interesse pelo digital tanto quanto os/as profissionais que o desenvolveram e continuam inovando as plataformas digitais. Muitas investigações têm sido feitas sobre o uso dos contextos digitais como meios de influenciar e catalisar o engajamento e a participação política nas sociedades contemporâneas (e.g., Celikates, 2015; Delmas, 2018; Evangelista & Bruno, 2018; Rocha, 2019; Salgado, 2015; Schroeder, 2019; Wermuth & Nielsson, 2018; Züger et al., 2015). Muitos desses estudos têm se notabilizado pela preocupação em buscar perceber como os contextos digitais se promovem como plataforma de visibilidade de políticos, movimentos e grupos de todas as tendências ideológicas por todo o mundo.

As investigações tentam analisar e problematizar os limites e influências dos usos para além dos ecrãs, quando os debates e as pautas, ou seja as práticas discursivas articuladas nos contextos digitais, passam a produzir reflexões e práticas políticas e sociais nos contextos *off line*. Salientamos que esse processo ocorre, igualmente, no sentido inverso. Quer dizer, as experiências vividas nos contextos *off line* também produzem reações nos contextos digitais (e.g., Guimarães Jr. 2004; Sousa, 2015). Cada vez mais esses dois mundos se interpenetram conduzindo a significativas relações dinâmicas.

Considerando os objetivos de nossa investigação, observamos que as práticas discursivas elaboradas pelo IMB são produzidas e promovidas para, também, tentar induzir

---

<sup>3</sup> Não podemos deixar de perder vistas, no entanto, que milhões de pessoas continuam sem acesso a internet, portanto suas vozes, os seus discursos permanecem silenciados. Igualmente, não podemos deixar de perder de vistas os inúmeros constrangimentos enfrentados por aqueles que transitam pelo fluxos digitais: o brutal capitalismo de vigilância, a total falta de controle sobre os próprios dados pessoais, os instrumentos de censura utilizados nos países autoritários, etc.

tais efeitos. Mais: buscam alcançar a sociedade civil brasileira, em um processo de tentativa de engajamento e educação de novos/as adeptos/as ao ultraliberalismo. Busca-se com isso formar um conjunto de novos sujeitos aptos para a participação política na sociedade brasileira.

Ekman & Amnå (2012), que analisaram amplamente o conceito de “participação política” na contemporaneidade, embasam uma visão mais alargada do conceito de participação política. Para estes investigadores, os processos de participação não se restringem, unicamente, à dimensão formal e institucional da política:

A lot of citizen engagement in the contemporary democracies seems to be formally non-political or semipolitical on the surface, that is, activities not directly aimed at influencing the people in power, but nevertheless activities that entail involvement in society and current affairs. People in general discuss politics, consume political news in papers and on TV or on the Internet, or talk about societal issues. People are aware of global problems, like environmental issues and the poverty or HIV situation in different parts of the world. People have political knowledge and skills, and hold informed opinions about politics. Some people write to editors in local papers, debating local community affairs. Others express their opinions on-line (Ekman & Amna, 2017, p. 288).

Os contextos digitais, em articulação com outros contextos, têm-se mostrado crescentemente relevantes na participação política apontada pelos dois investigadores. A evidência disso é o número cada vez maior de pessoas que, em múltiplos contextos digitais, consomem informações políticas/ideológicas e as compartilham (Caiani & Parenti, 2011; Gallego, 2018; Marcus, 2000; Schroeder, 2019). Contudo, é preciso considerar que:

[...] ao mesmo tempo em que existem enorme quantidade e diversidade de informação política disponível na Internet, oriunda tanto de indústrias da informação como de organizações da sociedade civil, além do campo político, cabe nos perguntar como pode o/a cidadão/ã comum distinguir, neste emaranhado de diferentes dados e fontes, quais informações são confiáveis e úteis e quais são distorcidas ou equivocadas. No caso dos governos, por exemplo, a maioria da comunicação dirigida ao público ainda tem como objetivo primordial a formação de sua opinião, ou no máximo a oferta de informações básicas. Já em relação às indústrias, Gomes nos lembra que a informação de qualidade continua sendo aquela produzida pelos conglomerados da comunicação, só que no formato digital. Muitos dos dados disponíveis na Internet, assim como suas fontes, carecem de credibilidade (Guimarães, 2014, p. 151).

Partindo do ponto de vista das preocupações da investigadora brasileira, apontamos para as *fake news* e seus efeitos perversos no campo das práticas discursivas que circulam pela internet. O fenômeno sócio-comunicativo das *fake-news* tem provocado inúmeros impactos em todos os aspectos do cotidiano. A percepção dessa dimensão social poderia ser compreendida como uma faceta daquilo que se caracteriza como era da *pós-verdade*

(Salgado, 2018; Tiburi, 2019) onde a veracidade da informação é sub-representada e as emoções, os afetos e as crenças pessoais se tornam catalisadores nos processos de consumo de informações no campo da política<sup>4</sup>. Percebemos tais relações, por exemplo, na produção discursiva e divulgação dos chamados *hate speeches* (*discursos de ódio*):

[...] se na internet de fato floresce um espaço da liberdade de expressão e de experiência democrática, ela igualmente se transformou no paraíso dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos, um refúgio que, aliás, lhes tem sido mais seguro e próspero que o mundo offline (Gomes, 2005, p. 74).

Compreendemos que, nos âmbitos dos contextos digitais, as visões de mundo dos sujeitos atravessam a produção e divulgação de conteúdos digitais e, portanto, devem ser objeto de questionamento e análises. Adicionalmente, no ambiente digital há processos que tornam determinadas práticas discursivas mais visíveis que outras, devido aos interesses de obtenção de lucratividade pelas empresas proprietárias das plataformas digitais (Dal Pai, 2017; Patschiki, 2012). Ainda assim, poderíamos argumentar sobre a existência do interesse pessoal ou da identificação ideológica, ou da mera curiosidade, que faz com que os indivíduos busquem informações, conhecimentos, saberes, em certos sítios digitais e não em outros.

Os sítios digitais que os sujeitos procuram obter informações tornam-se lugares onde eles potencialmente se envolvem com processos formativos previamente elaborados de acordo com as dinâmicas ideológicas que ordenam os contextos digitais de organizações como o *Mises Brasil*.

Consideramos que os contextos digitais são espaços relevantes para o desenvolvimento de processos formativos de educação. Entretanto, são contextos em disputas, pela confluência de uma multiplicidade de práticas discursivas que apresentam vários sentidos políticos e ideológicos. São esferas públicas digitais que atuam na tentativa da produção persuasiva, exercendo assim relações de poder, muitas vezes sequer percebidas

---

<sup>4</sup> O documentário *Nada é privado: O escândalo da Cambridge Analytica*, exibido na *NetFlix*, elabora um discurso que corrobora, de maneira contundente e perturbadora, com essa visão. Ver: Amer, Karim, & Nouaijm, Jeane (Diretores). (2019). *Nada é privado: O escândalo da Cambridge Analytica*. Amer, Karim; Kos, Pedro; Dreyfous, Geralyn White, & Lerner, Mike Production. Ainda, sobre essa temática, Joseph Stiglitz (2019) reflete como o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, mobilizou-se para inverter o sentido do que seria informações falsas (*fake news*). Trump durante o seu governo considerou que as mídias tradicionais que lhe faziam oposição e os setores acadêmicos do país seriam os verdadeiros produtores e divulgadores desse tipo de informação. No Brasil, onde o presidente em exercício se orientou pelas mesmas posturas que representava e fazia o ex-presidente estadunidense, também, é possível argumentar ter havido um processo de sentido igual ao realizado por Trump enquanto esteve no poder.

pelas pessoas que buscam informações *online*, supostamente credíveis para elaborar as suas próprias análises.

É a partir da compreensão dessas dinâmicas que conseguimos identificar a atuação política e ideológica do Instituto Mises Brasil nos contextos digitais. A organização ultraliberal faz do ambiente digital o seu espaço comunicativo com a sociedade brasileira. Nele, denuncia aquilo que denomina como “ideologia estatal”, perpetrada, entre outras formas, por meio da gestão do sistema educacional pelo Estado.

## Capítulo II - Enquadramento metodológico

*Os discursos são como icebergs dos quais são expressos apenas partes específicas de conhecimento (contextualmente relevantes), mas onde uma vasta parte do conhecimento pressuposto faz parte do common ground sociocultural.*

*van Dijk (2005, p. 54)*

Neste capítulo começaremos com uma discussão sobre a metodologia que orienta o nosso trabalho: A Análise Crítica do Discurso (ACD) conforme o modelo sociocognitivo formulado por van Dijk (2005). O analista holandês, tal como fizemos aqui, desenvolve suas análises a partir de um conjunto de práticas discursivas (artigos de jornais de conservadores europeus e estadunidenses) para problematizar as questões de xenofobia e racismo contidas nessas práticas.

Na investigação que aqui se apresenta, partimos de um conjunto de artigos de opinião que operam por meio da visão ultraliberal, visão que procuramos analisar e problematizar, para tratar da temática educação no Brasil. Publicados e divulgados nos contextos digitais da organização Instituto Mises Brasil, tal como nos artigos analisados por van Dijk (2005), o material que submetemos aos processos da ACD, ocultam intencionalidades ideológicas que visam “educar” o olhar, veiculando uma perspectiva ideológica sobre a questão da educação no Brasil. Entendemos que o modelo sociocognitivo de van Dijk (2005) opera por critérios analíticos que o tornam funcional e valioso para a produção de uma análise crítica do discurso sistemática e rigorosa. Tornando-se, assim, um recurso a favor do esclarecimento sobre os meios de dominação discursiva, cuja intencionalidade é a doutrinação ideológica por organizações como o Instituto Mises Brasil.

Destacamos neste capítulo, também, os percalços e mudanças de itinerário no rumo da investigação. Elas impactaram na forma como explorámos o nosso objeto, bem como definiram as nossas perspectivas metodológicas para a sua abordagem.

Por fim, discorreremos sobre as nossas escolhas sobre o conjunto de documentos que serviram como *corpus* analítico da investigação.

## II.1 - Análise crítica do discurso - as contribuições de Teun Adrianus van Dijk

A abordagem metodológica que serviu para analisar o *corpus* de documentos selecionados para o nosso trabalho foi a *análise crítica do discurso* (ACD), segundo as contribuições teóricas e metodológicas de van Dijk (2005). A contribuição da análise teórica de van Dijk (2005), é relevante por se centrar particularmente na análise do discurso mediante o processo analítico que o autor denominou de “modelo sociocognitivo”. Este é de fundamental importância para as análises das representações sociais e mentais dos/as produtores/as e dos/as interlocutores/as do discurso político. No caso específico desta investigação, fazemos uso do modelo sociocognitivo como um processo para decodificar, no *corpus* dos textos coligidos, as representações sociocognitivas reveladoras do discurso ultraliberal sobre educação difundidas pelo *Instituto Mises Brasil*, organização ultraliberal objeto de nossas análises.

Van Dijk preocupa-se com os processos que levam à produção de um determinado discurso, mas também com as relações de poder e dominação (abuso de poder) presentes no mesmo. O teórico holandês argumenta que é preciso ir além dessas questões e observa:

Para além do estudo do poder e da dominação, essa abordagem crítica (a análise do discurso) precisava, na minha opinião, não só de uma dimensão discursiva e de uma dimensão social e política, mas também de uma dimensão cognitiva. [...] Claro que, assuntos fundamentais estudados na psicologia social, como atitudes, persuasão, identidade, interação, comunicação, formação das impressões, e muitos mais, também tem uma dimensão discursiva importante. É este interface entre discurso e cognição social [...] que sempre me fascinou: como é que as pessoas adquirem, comunicam e usam as representações como sejam conhecimento, atitudes e ideologia? (van Dijk, 2005, p. 15).

Compartilhamos desse mesmo fascínio que vem, desde os anos 60 até o presente, orientando o trabalho de van Dijk. Cremos que as opções que tomamos contribuem significativamente para a realização do propósito da investigação em questão: analisar criticamente a temática da educação nas práticas discursivas ultraliberais, os meios de produção e propagação das mesmas e a tentativa de influenciar a opinião pública brasileira e os decisores das políticas públicas. As contribuições de van Dijk (2005) são essenciais para a nossa abordagem dos discursos ultraliberais, posto estes serem dotados de uma dimensão “pedagógica” - contundentemente assentada na intencionalidade da doutrinação ideológica.

A abordagem analítica proposta parte da perspectiva das lutas discursivas e seus processos de tentativa de persuasão e de transformação da realidade. Trata-se de uma visão

holística dos contextos políticos, ideológicos e sociais a partir do discurso. A abordagem de van Dijk (2005) procura ser o mais abrangente possível ao se preocupar com os contextos de produção e divulgação da comunicação discursiva, bem como com os contextos inerentes à estrutura e à composição dos gêneros discursivos. Além disso, o contexto histórico, político, social e ideológico onde o evento discursivo foi produzido é fundamental na ACD.

A ACD formulada por van Dijk (2005) tem como objetivo central capacitar os setores subalternos da sociedade com os instrumentos analíticos necessários para perceber as práticas discursivas e ideológicas das elites como elas de fato são: armas do *soft policy* ideológico dos setores dominantes na batalha pela hegemonia política. Um exemplo de como a ACD pode ser bastante útil nesse processo podemos ver na investigação da Oliveira e Silva (2017). O trabalho contribui significativamente para a compreensão desse processo de instrumentalização dos subalternos para a compreensão e crítica em relação às práticas discursivas realizadas pelas elites na luta por fazer prevalecer suas perspectivas ideológicas.

Oliveira e Silva (2017), no artigo científico *Educação étnico-racial e formação inicial de professores: a recepção da Lei 10.639/03*, se propõem, a partir das contribuições de van Dijk (2005), analisar os discursos e percepções de estudantes da formação inicial de professores/as sobre a referida lei. O estudo foi realizado 13 anos após a edição da mencionada norma. A lei foi criada por pressão dos movimentos sociais negros no Brasil, ainda durante o primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2006). O intuito da lei era o de romper com a hegemonia, na verdade uma completa dominação, da visão eurocêntrica nos currículos escolares nacionais.

No Brasil, até época recente, as contribuições dos povos africanos e dos povos originários do continente (indígenas) foram secundarizadas, omitidas e até mesmo negadas nos currículos escolares. As práticas discursivas presentes nos currículos oficiais, ou seja, a narratividade de uma visão de mundo eurocêntrica das elites políticas e intelectuais, reforçavam o racismo estrutural existente no âmbito do sistema educacional, nas demais instituições e na sociedade brasileira (Abe, 2020).

Para Oliveira e Silva (2017), que analisaram as práticas discursivas dos/as estudantes sobre a lei 10.639/2003, tomando como norteador da investigação a análise crítica do discurso de van Dijk, sublinham que:



[...] é na relação discurso/ação que a jornada política e jurídica emerge como significados de memória social em instituições sociais que legitimam significados e as práticas sociais racistas. Como afirmado por Van Dijk (2008, p. 15), o racismo não é inato, mas aprendido, e aprendido discursivamente. Lembramos que pode dessa mesma forma ser desconstruído, questionado e invalidado discursivamente (Oliveira & Silva, 2017, p. 2).

O processo de desconstrução, questionamento e invalidação discursiva ocorre por meio da linguagem (oral ou imagética), posto ser ela a produtora da elaboração narrativa e ideológica, mas também política, ativada pelos sujeitos. Um dos grandes contributos da análise crítica do discurso de van Dijk (2005), na interpretação da linguagem, são os seus “modelos mentais”, uma vez que:

[...] os modelos mentais dos utilizadores da linguagem constituem a interface crucial que teoricamente possibilita o elo de ligação entre grupos sociais, as suas representações sociais, os modelos mentais dos seus membros e, por último, o discurso dos seus membros. Os modelos mentais explicam a forma como um discurso pode exibir tanto propriedades pessoais como sociais e, como de fato, e na mesma situação cada discurso é diferente. É nesta série complexa de relações que se centra a investigação na ACD teoricamente adequada. Não há uma relação direta entre discurso e sociedade (van Dijk, 2005, p. 52).

Portanto, os/as autores/as do evento discursivo, analisam e percebem as condições mais adequadas para produção de discursos que representam certa ideologia. Esta, embora ainda hegemônica, já circula por outros canais comunicativos, tornando o discurso mais fácil de ser apreendido socialmente por outras pessoas. Para exemplificar essa dinâmica, trazemos a referência do trabalho de investigação de Rocha (2019). A investigadora que acompanhou o crescimento dos grupos e da militância ultraliberal no Brasil, analisou o modo como uma das grandes bandeiras do ultraliberalismo tomou corpo e ganhou a atenção da sociedade brasileira: a luta contra a tributação de impostos.

Nas práticas discursivas do IMB e dos/as ultraliberais, tal luta representa o cerne da guerra contra o “autoritarismo” e a “corrupção” do Estado brasileiro. No contexto político e social analisado por Rocha (2019), o das manifestações orquestradas pelos/as ultraliberais, a partir de 2014, contra o Partidos dos Trabalhadores e contra a Presidenta Dilma Rousseff, o slogan - um gênero discursivo típico da área da propaganda - usado como verdadeira palavra de ordem do campo ultraliberal, “Imposto é roubo!” ganhou terreno e obteve adesões. Como demonstra Rocha (2019), se até aquele momento o pensamento e as práticas discursivas ultraliberais tinham pouca visibilidade social e política, a partir dali se desenvolveram e se edificaram como um contrapúblico que já não era possível ignorar.

No caso das práticas discursivas do *Mises Brasil* é importante notar, desde logo, que só a partir de 2013, se observa um crescimento significativo das interações dos/as leitores/as nas redes sociais, com um aumento acentuado do número de reações, compartilhamentos e comentários. De entre as várias dimensões em que a organização ultraliberal *Mises Brasil* se tem focado desde então, para nós, como investigadores/as das Ciências da Educação, a pauta específica da educação e seus processos formativos, assenta em práticas discursivas que devem ser analisadas. É da percepção de que tais práticas mereciam uma análise crítica profunda que nos apropriamos da ACD, segundo as contribuições formuladas por van Dijk (2005), como nossas lentes teórico-metodológicas:

Uma questão relevante ao tomarmos a ACD como referência teórico-metodológica para os estudos da educação é a análise de determinado corpus de pesquisa em seu tempo e espaço. Sua base assenta-se em teóricos da filosofia da linguagem (Bakhtin, 1992, Wittgenstein, 1953; Austin, 1975; Searle, 1983), analistas do discurso franceses (Pêcheux, 1983), filósofos e sociólogos (Marx; Engels, 1998; Foucault, 2012; Bourdieu, 1982), e precursores da escola de Frankfurt. Especificamente no campo da educação, estudos da sociolinguística e estudos da narrativa (Labov, 1972; Gumperz, 1982; Heath, 1986; Bruner, 1990, dentre outros) são obras precursoras que romperam com a visão prescritivista de teorias educacionais e se voltaram para a realidade social das práticas educacionais, com o objetivo de nelas intervir ((Oliveira & Silva, 2017, p. 4).

Como iremos demonstrar ao longo deste trabalho, as contribuições da análise crítica do discurso de van Dijk (2005) como fundamentais para identificar, analisar e problematizar as práticas discursivas do *Mises Brasil* objeto de nossas análises.

## II.2 - A definição do desenho da investigação: alguns constrangimentos

Este trabalho, lá atrás, quando ainda era um projeto de mestrado em construção, começou com preocupações e objetivos bem diferentes em relação ao que de fato resultou esta dissertação. Pretendia ser uma etnografia no campo digital. A intenção era investigar, compreender e analisar como as plataformas digitais eram usadas por uma organização de caráter político e ideológico ultraliberal, o *Instituto Mises Brasil*, com o objetivo de produzir influência e fabricar consensos nos debates públicos no cenário brasileiro.

Entretanto, as dificuldades em aceder colaboradores/as entre os/as leitores/as que circulavam naqueles contextos, ao nosso ver essenciais para contribuir para melhor perceber

como os sujeitos recepcionam e interpretam as práticas discursivas da organização, foi um dos muitos fatores que dificultaram seguir por aquela opção metodológica para a realização da investigação conforme a havíamos desenhado inicialmente.

Por conta disso, fomos levados a focar a nossa atenção numa das dimensões do projeto inicialmente delineado: as práticas discursivas políticas e ideológicas, produzidas e divulgadas pelo Mises Brasil em diversos contextos digitais. O conteúdo produzido, que ia de artigos de opinião a podcasts, versavam sobre economia, política brasileira, política externa e muitos outros assuntos. Observámos que o IMB utilizava plataformas variadas como estratégia de produção e divulgação de sua ideologia. O sítio oficial da organização, a fanpage no *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, o *Linkedin*, o *YouTube*, o *Telegram*, o *Spotify*, o *Deezer*, por exemplo, eram usados pela instituição ultraliberal.

A escolha do sítio eletrônico como *locus* da investigação deve-se ao facto de ser o espaço mais importante para as estratégias de produção e divulgação política e ideológica da organização *Mises Brasil*. É ele a central de produção discursiva e divulgação do IMB, para onde são dirigidas todas as pessoas que acessam os demais contextos digitais sob administração do IMB. Além disso, configura-se como o grande centro de informações sobre a instituição e sua equipe técnica e acadêmica. Mais ainda: é o grande repositório de conteúdos digitais arquitetados para a divulgação da ideologia ultraliberal nas diferentes plataformas *on-line* do IMB. A constatação desses aspectos nos encaminhou para o mapeamento e identificação do material mais relevante para a nossa investigação, as práticas discursivas da organização. Em resposta ao redirecionamento da investigação para algo mais específico, o campo da produção discursiva do IMB, precisávamos, também de adequar a metodologia adotada. Optamos, então, pela Análise Crítica de Discurso (ACD), segundo as formulações de van Dijk (2005).

A nossa abordagem metodológica, a ACD segundo o modelo sociocognitivo de interpretação do discurso de van Dijk (2005), se fez premente por permitir um estudo mais aprofundado das lógicas de persuasão e dominação concatenadas pela ideologia ultraliberal promovida por meio das práticas discursivas impregnadas nos discursos produzidos e divulgados pelo *Mises Brasil*. Consideramos que decodificar tais práticas discursivas, realizadas por um setor que representa particular visão de mundo elitista e excludente, permite-nos analisar e discutir um processo observado em muitas sociedades, mas particularmente no Brasil: a propagação e o crescimento da ideologia ultraliberal.

### II.3 - A opção por documentos do site: justificação

A escolha por selecionar o *corpus* de documentos, que são objeto de nossas análises, do sítio eletrônico se justifica por considerarmos esse contexto relevante em termos de produção e divulgação de conteúdos digitais produzidos pelo IMB. Os outros contextos digitais, embora produzam conteúdos específicos e relevantes para os/as leitores/as (lives, vídeos, postagens imagéticas e pequenos textos), funcionam mais como elementos de mobilização dos/as leitores/as em torno dos conteúdos publicados no sítio eletrônico do IMB.

No website do IMB existe um repositório de conteúdos digitais expressivo: artigos, volumosa biblioteca digital de livros em PDF e podcasts. Todos acessíveis a qualquer pessoa cujo interesse seja se iniciar, e até mesmo aprofundar-se, no “conhecimento” produzido pelos/as intelectuais ultraliberais. Trata-se de um conjunto de documentos de extrema relevância para investigadores/as interessados/as em analisar o pensamento ultraliberal minuciosamente.

A interface da seção dos artigos, que representam as práticas discursivas produzidas e propagadas pelo IMB nos contextos digitais, é dividida em 25 abas (Figura 2, do Anexo II: Imagem das abas na seção dos artigos de opinião do sítio do IMB), com 100 artigos cada, totalizando mais de 2.421 artigos de acesso livre. Os artigos são ainda classificados por área de conhecimento: “artigo do dia”, “economia”, “direito”, filosofia” e “política”. Ainda há os classificadores: “comitê editorial”, “arquivo” e “autores”. O período de publicação dos artigos vai de 24/01/2008 a 15/06/2021. A última data se refere ao acesso no momento em que revisamos este capítulo. Para a investigação, delimitamos a coleta de dados até dezembro de 2020. Outra seção que serviu para a coleta de dados foi a seção “blog”. Constituída por 4 abas, sendo que nas três primeiras há um total de 100 posts por aba e na última apenas 30. Ao todo são 330 posts, cuja publicação data de 13/03/2008 e a última de 14/05/2021. Por sua vez, possui identificadores similares ao da interface dos artigos: “Último post”, “economia”, “direito”, “filosofia”, “política”, “comitê editorial” e “arquivo”.

Inicialmente, diante de um conjunto tão grande de informações, que poderiam tornar-se dados para as nossas análises, adotamos a estratégia de filtrar as temáticas que, no nosso entender, são particularmente importantes no cenário contemporâneo brasileiro,

porque dominaram as narrativas políticas da imprensa tradicional e das mídias digitais nos últimos anos<sup>5</sup>.

Procedemos à inserção de palavras-chave, que tivessem pertinência relativamente às temáticas pautadas nos grandes debates públicos no cenário político e ideológico brasileiro, no mecanismo de busca do sítio eletrônico e da fanpage: “Bolsonaro/bolsonarismo”, “anarcocapitalismo”, “ultraliberalismo”, “capitalismo”, “liberdade”, “feminismo”, “racismo”, “comunismo/socialismo”, “populismo”, “Venezuela”, “fascismo” “democracia” e “Covid-19”.

Com a introdução dessas palavras-chave no mecanismo de busca do sítio eletrônico foi possível coligir um amplo conjunto de informações que, principalmente, foram organizadas em 10 grupos de pautas temáticas:

- 1 - Discursos contra o Estado e suas estruturas de funcionamento [57 artigos];
- 2 - Discursos contra o socialismo/comunismo: ou a produção do inimigo [77];
- 3 - Discursos ultraliberais sobre cidadania e direitos sociais [62];
- 4 - Discursos convergentes e/ou divergentes com o bolsonarismo [26];
- 5 - Discursos anti-Venezuela: ou o paradigma do perigo vermelho [18];
- 6- Discursos sobre a pandemia de Covid-19 [14];
- 7- A metanarrativa ultraliberal [98];
- 8 - Discursos sobre a condição feminina na sociedade e/ou feminismo [13];
- 9 - Discursos sobre a democracia [13]; e
- 10 - Discursos sobre o “populismo” na ótica do ultraliberalismo [17].

No total, as 10 pautas temáticas formavam um *corpus* de 395 artigos passíveis de serem inscritos em outro conjunto, ou conjuntos, de pautas temáticas mais específicas. À medida que as práticas discursivas - ou seja cada um dos artigos corporificam as pautas temáticas do IMB - foram sendo analisadas, emergiram discursos que não apenas criticavam a atuação do Estado e seus agentes na educação e propunham a adoção do *homeschooling*, mas, também, outros discursos que elaboravam um modelo alternativo de projeto de educação ultraliberal. Não obstante, surgiram discursos que sugeriam diretrizes para a

---

<sup>5</sup> O professor e investigador Fábio Malini, da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, tem produzido o monitoramento dos contextos digitais brasileiros nos últimos anos. As contribuições do Professor Malini têm recebido grande reconhecimento por parte da academia e dos movimentos sociais, posto o trabalho dele haver elaborado uma espécie de “cartografia” dos contextos digitais no Brasil. A partir dessa cartografia digital tem sido possível analisar melhor a produção e propagação de temáticas ideológicas que movimentaram a internet, no Brasil, recentemente. Para a melhor compreensão do trabalho do Professor Fábio Malini e suas contribuições sugerimos acessar o sítio eletrônico do Laboratório Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), fundado e coordenado pelo Professor Malini. Acessível em: <http://www.labic.net/author/fabiomalini/>

atuação de professores/as e intelectuais ultraliberais nos espaços onde a educação era normatizada e/ou gerida pelo Estado.

Compreendemos que essas práticas discursivas, corporificadas nos artigos de opinião/discursos produzidos e divulgados pelo IMB, poderiam ser categorizadas da seguinte forma:

**Práticas discursivas sobre educação publicadas e divulgadas pelo IMB**

TEMÁTICA	QUANTIDADE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS	NARRATIVA
Educação estatal	51	A educação sob a tutela do Estado como basicamente ideológica e coercitiva.
Intelectuais não-ultraliberais na academia e nas escolas sob a tutela do Estado	28	Todo/a intelectual não-ultraliberal é descrito/a como reprodutor/a da ideologia do Estado.
Intelectuais ultraliberais na academia e nas escolas sob a tutela do Estado	15	Justificação e defesa da atuação dos/as intelectuais nos ambientes acadêmicos e escolares sob a tutela do Estado.
Homeschooling	5	Valorização do modelo de educação homeschooling por se enquadrar nos princípios do ultraliberalismo.
Projeto alternativo de educação ultraliberal	48	Defesa da criação de escolas e projetos educativos ideologicamente identificados com o ultraliberalismo e a construção da Universidade Mises, nos moldes da correlata nos EUA.

Quadro 2 - Práticas discursivas sobre educação do IMB. Quadro produzido a partir da análise exploratória realizada pelo investigador.

O surgimento dessas categorias de práticas discursivas chamou a nossa atenção. A forma como esses discursos eram elaborados instigou-nos a olhar para eles mais atentamente. Na verdade, percebemos que a nossa entrada na investigação para entender as estratégias persuasivas do instituto ultraliberal *Mises Brasil* poderia ser realizada por meio da análise e problematização desses discursos. Para as análises mais pormenorizadas das práticas discursivas da organização ultraliberal sobre educação, tomamos em consideração o que van Dijk (2005) assevera:

[...] não existe coisa semelhante a uma análise do discurso ‘completa’: uma análise do discurso ‘a cem por cento’ de uma pequena passagem pode levar meses e ocupar centenas de páginas. Uma análise do discurso completa de *corpus* amplo de texto ou fala está por isso completamente fora de questão. Por esta razão na ACD, temos de fazer opções e escolher as estruturas que são relevantes para o estudo de um assunto social (van Dijk, 2005, p. 38).

Esses, conforme indica van Dijk (2005), são constrangimentos reais que impedem o trabalho de investigação da ACD a partir de um amplo conjunto de dados. A delimitação das “opções” e das “estruturas relevantes”, conforme o excerto acima, para a análise crítica do discurso faz-se necessário porque a depender dos objetivos e do cabedal teórico do/a analista as análises produzidas mesmo de um pequeno fragmento discursivo tem o potencial de se tornar relativamente extensa. Por isso, exige-se que o/a investigador/a faça as análises dos dados que possui com a maior seletividade e qualidade possível, concentrando o seu *corpus* de documentos de modo a ser expressivos e representativos da magnitude discursiva dos sujeitos ou organizações objeto de nossos estudos. Assim, selecionámos o material para a análise crítica do discurso pretendida a partir das problemáticas que orientaram a nossa investigação. A seguir, listamos os documentos que tipificam as regras de expressividade e representatividade supracitadas. Também, elaboramos um breve resumo das práticas discursivas e o gênero discursivo em que se classificam, o ano de publicação, a seção onde se encontram e a autoria:

**Práticas discursivas do mises brasil que formam o corpus da investigação por relação a critérios de expressividade e representatividade**

PRÁTICA DISCURSIVA	GÊNERO DISCURSIVO	ANO	SEÇÃO	AUTORIA	RESUMO
“Os primeiros e os próximos 25 anos”	Discurso comemorativo	2008	Economia	Lew Rockwell	Transcrição do discurso do CEO do Mises Institute por ocasião do aniversário de 25 anos daquela instituição, modelo que orienta o IMB, destaque para o planeamento da educação ultraliberal como estratégica para o avanço do ultraliberalismo misesiano nos 25 anos seguintes.
“O homeschooling nos EUA (e no Brasil)”	Artigo de opinião	2008	Direito	Isabel Lyman	A especialista estadunidense em educação homeschooling faz uma arraigada defesa desse modelo. Traduzido e adaptado pelo intelectual ultraliberal Leandro Roque, que tece acérrimos comentários sobre a educação sob a tutela do Estado e faz apologia ao homeschooling.

PRÁTICA DISCURSIVA	GÊNERO DISCURSIVO	ANO	SEÇÃO	AUTORIA	RESUMO
“UMB - A Universidade Mises Brasil”	Discurso informativo	2010	Economia	Cristiano Fiori Chiocca	Apresentação do projeto educacional para para a construção da “Universidade Mises Brasil”.
“Por que os austríacos ensinam em universidade pública”	Artigo de opinião	2012	Filosofia	Antony Müller; Fábio Barbieri; e Ubiratan Jorge Iorio	Professores de universidades públicas, os intelectuais ultraliberais que assinam o artigo, defendem a atuação nesse espaço como estratégica para a divulgação do pensamento ideológico misesiano em um ambiente onde o marxismo é hegemônico.
“A educação como mercadoria”	Artigo de opinião	2013	Política	Andrea Faggion	Professora de uma universidade pública brasileira, a intelectual ultraliberal argumenta o porquê de a educação precisa ser considerada uma mercadoria como outra qualquer.
“A educação estatal e como ela seria em um livre mercado”	Artigo de opinião	2015	Política	Harry Browne	Adaptado para o contexto brasileiro por Leandro, faz uma contundente crítica à educação sob a tutela do Estado e a compara o modelo idealizado da indústria de alta tecnologia.
“Não se deixe educar pelo estado”	Artigo de opinião	2016	Política	Lew Rockwell	O autor adverte sobre o “perigo” que representa a educação sob a tutela do “estado”, e sugere a autoeducação ultraliberal como um processo para se livrar do controle estatal.
“Os intelectuais de esquerda, a discordância como ofensa e as universidades como zonas de guerra”	Artigo de opinião	2016	Filosofia	Bruno Garschagen	O intelectual produz uma versão ultraliberal dos “conflitos” discursivos que ocorrem no ambiente acadêmico brasileiro.
“Sim, a escola está destruindo gerações e causando estragos profundos”.	Artigo de opinião	2017	Política	Flávio Augusto	Ex-empresário do setor educacional, o autor argumenta que as escolas são modelos ultrapassados e propõe uma solução “pedagógica” para superar esse atraso.
“Dica aos jovens: sejam ambiciosos e parem de perder tempo com o sistema educacional convencional”	Artigo de opinião	2019	Economia	Flávio Augusto	Ex-empresário da educação e ícone do empreendedorismo brasileiro, faz uma ode à “pedagogia do empreendedorismo”.

Quadro 3 - Práticas discursivas do Mises Brasil que formam o corpus da investigação. Quadro produzido pelo investigador.



A escolha por este seleto grupo de artigos, os eventos discursivos de nossas análises, justifica-se pela tônica ultraliberal que conferem à temática da educação, com maior ênfase dentre os 147 analisados por nós (Apêndice II - Práticas discursivas sobre educação publicadas e divulgadas pelo IMB).

A exclusão dos demais documentos ocorreu porque não obedeciam aos critérios de maior expressividade e representatividade relativamente à temática "educação". Contudo, tais documentos foram usados como elementos discursivos que dialogam com o nosso *corpus* analítico *stricto sensu*, uma vez que reforçam as nossas reflexões sobre as práticas discursivas do IMB no que se refere à temática específica da educação. Igualmente, ampliam as nossas análises sobre os significados que a organização produz em relação à ideologia e à identidade ultraliberal. O entendimento dessas duas dimensões é relevante para um enquadramento mais adequado sobre a forma como a organização ultraliberal produz o seu discurso sobre a temática da educação.

### **Capítulo III - Resultados: Instituto Ludwig von Mises Brasil e a amplificação de discursos educativos ultraliberais nos contextos digitais como estratégia de doutrinação ideológica e da produção de convencimento**

*A dominação social material e concreta de todos os dias só é efetiva e tende a se eternizar se é capaz de se “justificar” e convencer. E produzir “convencimento” é precisamente o trabalho dos intelectuais no mundo moderno...*

*Souza (2019, p. 6)*

Iniciamos este capítulo com uma breve reflexão sobre a importância que os contextos digitais possuem para as ações políticas e ideológicas da organização ultraliberal *Instituto Ludwig Von Mises Brasil*. Trata-se, conforme conseguimos analisar, de um poderoso instrumento para a produção e divulgação de um considerável arsenal discursivo ideológico: os conteúdos digitais que o IMB disponibiliza para sua audiência de leitores/as. Podemos, igualmente, perceber que os contextos digitais são capazes de amplificar os discursos do aparato ultraliberal, tendo-se vindo a verificar um engajamento ideológico crescente da juventude brasileira - constituindo aquilo que o presidente da organização, Helio Beltrão, denominou de “Primavera liberal”.

A partir das análises que fizemos das práticas discursivas do *think tank* ultraliberal brasileiro, construímos, para efeitos analíticos e didáticos, três categorias principais que entendemos fundamentais para a compreensão dos embates discursivos estruturados na narrativa ideológica do IMB: i) “Práticas discursivas sobre o papel do Estado na gestão da educação na visão ultraliberal”; ii) “Práticas discursivas legitimadoras da tática operacional da *guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal* nas universidades e instituições oficiais de educação; e iii) “Práticas discursivas sobre as perspectivas da educação ultraliberal: ideologia e produção de subjetividades radicalmente pró-capitalistas.” Entendemos que estas categorias se apresentam como consistentes chaves de leitura e interpretação das práticas discursivas arquitetadas pelos/as intelectuais orgânicos/as que colaboram com o *Instituto Mises Brasil*.

### III.1 - “Nós fazemos a liberdade”: O uso dos contextos digitais do *Instituto Ludwig von Mises Brasil* como estratégia para a produção e propagação de discursos ultraliberais

As mensagens elaboradas e propagadas pelo *Mises Brasil* na internet constituem processos que desencadeiam práticas discursivas políticas e ideológicas cuja orientação é influenciar e persuadir, “educar” e engajar a sociedade brasileira em pautas temáticas do interesse da organização.

O objetivo secundário de nossa investigação era tentar perceber o uso do aparato tecnológico dos espaços digitais utilizados pela organização ultraliberal *Instituto Ludwig Von Mises Brasil* para a produção e divulgação de seus discursos, principalmente lidando com aquilo que era o nosso objetivo central: identificar e analisar criticamente as práticas discursivas da organização sobre a temática da educação.

Rocha (2019), investigadora brasileira que estudou as ações de grupos e militantes ultraliberais durante os processos de mobilização contra a Presidenta Dilma Rousseff, afirma que os contextos digitais da Internet brasileira foram espaços fundamentais para a visibilidade da ideologia ultraliberal. Para ela as articulações dos ultraliberais, no início, deram-se nos espaços concretos das academias, associações e da rua, mas foram desenvolvidas intensamente nos contextos digitais, nomeadamente da extinta rede social *Orkut* e do, ainda, muito ativo *Facebook*.

Mueller, um intelectual ultraliberal alemão radicado no Brasil, professor na *Universidade Federal de Sergipe (Br)*, no artigo *A internet e o futuro da liberdade*, publicado pelo *Mises*, em 03/10/2011, sublinha a importância do uso da internet como estratégia para a organização: “O libertarianismo é a ideologia do pluralismo e da diversificação. Neste sentido, as novas mídias, e a internet em particular, estão completamente compatíveis com a filosofia política libertária. Esta novidade representa uma singularidade histórica” (Mueller, 2011). Mueller, neste artigo, enfatiza o papel que os contextos digitais representam para as estratégias da organização ultraliberal e de todos os movimentos libertários/ultraliberais: “uma singularidade histórica”, posto amplificadores da divulgação do corolário ideológico que sustentam.

O uso estratégico da internet pela organização, também, parece ser indicada quando ela configura os seus contextos digitais de modo a serem abertos e públicos. Qualquer

pessoa que buscar no *Google* pela organização terá acesso livre aos seus conteúdos. Além disso, ao acessar o sítio eletrônico a pessoa é convidada a assinar a “carta semanal” da organização, visto o *pop-up* com a emblemática figura de Mises caracterizado como uma espécie de *Uncle Sam*. Ao assinar, o/a leitor/a passa a receber a programação semanal, com informes sobre os conteúdos produzidos semanalmente pelo IMB.

Ressaltamos o uso desses contextos digitais, por parte da organização ultraliberal brasileira, como estratégia fundamental de mobilização e formação de leitores/as que buscam conhecer ou se embasar na visão ultraliberal sobre os eventos ocorridos no país e no mundo de acordo com a narrativa produzida e divulgada pelos/as intelectuais orgânicos/as que cooperam ou fazem parte da equipe do *Instituto Mises Brasil*. A dinâmica que perpassa as relações entre a organização e sua audiência é bastante análoga àquela observada por Ekman & Amnå (2012) sobre as novas formas de aquisição de informações e engajamento político e ideológico por meio da utilização dos contextos digitais, conforme discutimos na secção 3 do capítulo I.

Igualmente, exemplar da importância dos contextos digitais para o *Mises Brasil*, tem sido a divulgação da programação e compartilhamento de trechos de seus mais significativos eventos: o *Mises Summer School* e o *Mises Winter School*. Ambos com grande poder de atrair o público jovem ultraliberal. A preocupação em tornar parcialmente acessíveis os conteúdos das palestras, aulas e algumas atividades ocorridas durante esses eventos revela a intenção de atrair e dialogar com a audiência de pessoas que não puderam estar presentes ou não foram selecionadas pela organização para tais eventos. Essa tática faz parte dos processos formativos orquestrados pela organização, conforme avaliamos.

Os demais conteúdos digitais disponibilizados pelo IMB são compostos por diferentes estruturas digitais: podcasts, vídeos, livros em PDF, imagens, publicações em diferentes plataformas digitais e artigos eletrônicos. A propósito destes últimos, por serem as práticas discursivas mais produzidas e difundidas pela organização ultraliberal, registrando elevados níveis de interação e compartilhamento em contextos digitais, acabaram por se revelar o material mais expressivo para as nossas análises, conforme discorreremos na secção 3 do capítulo II.

Na secção a seguir, iremos apresentar e discutir as análises do material selecionado.

### III. 2 - A educação na pauta ultraliberal: análises e discussões

As nossas análises levaram-nos a categorizar os discursos que serviram como nosso *corpus* analítico nesta investigação da seguinte forma:

- 1 - Práticas discursivas sobre o papel do Estado na gestão da educação na visão ultraliberal;
- 2 - Práticas discursivas legitimadoras da tática operacional da *guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal* nas universidades e instituições oficiais de educação;
- 3 - Práticas discursivas sobre as perspectivas da educação ultraliberal: ideologia e produção de subjetividades radicalmente pró-capitalistas

A classificação aqui apresentada tem o intuito de evidenciar os objetivos mais presentes em um determinado tipo ou conjunto de práticas discursivas, uma vez que estas práticas estão presentes de modo significativo no *corpus* analisado, bem como em tantos outros discursos que pontuam a pauta sobre o estatuto da educação. Ainda sobre o *corpus* selecionado é importante referir que se tratam, em sua maioria, de artigos de opinião. Esse é um gênero discursivo onde a produção argumentativa ideológica é orientada para buscar convencer e persuadir possíveis leitores/as sobre aquilo que está sendo apresentado no documento. Os artigos de opinião produzidos e divulgados pelo *Mises Brasil* possuem hiperlinks, característica presente em alguns documentos digitais. Os hiperlinks funcionam como recursos que levam o/a leitor/a para outros lugares no mesmo sítio ou para outro sítio eletrônico, onde há informações que o/a produtor/a do documento considera importante.

Estes discursos são cingidos por argumentos que correspondem ao que van Dijk (2005) irá categorizar como “quadrado ideológico”. Isto é, argumentos que enfatizam os pontos considerados negativos do/a adversário/a ideológico/a e secundarizam/omitem/negam os do lado de quem emite o discurso; ao mesmo tempo, esses argumentos dão destaque aos pontos defendidos pelo/a emissor/a do discurso e secundarizam/omitem/negam os do/a oponente ideológico/a. Isto é:

[...] ao nível dos tópicos, títulos, significados locais, argumentos, descrições das pessoas, citações, unidades lexicais e muitas propriedades das notícias, nós vemos que as *Nossas* (grafia do autor) coisas boas serão realçadas, enquanto as coisas boas *Deles* (idem) serão secundarizadas (mitigadas, marginalizadas, ignoradas). Por outro lado, as coisas “más” *Deles* serão enfatizadas, enquanto que as *Nossas*, tipicamente secundarizadas. Este “quadrado ideológico” composto pelas quatro estratégias principais do discurso ideológico pode ser então aplicado a todos os níveis do discurso (noticioso). Assim, por exemplo, as

coisas “más” deles aparecerão tipicamente nas primeiras páginas, em títulos gordos, nos tópicos principais, graficamente destacadas, nas fotos, descritas em termos muito negativos, e por aí em diante (van Dijk, 2005, p. 16).

O “quadrado ideológico” descrito pelo teórico do discurso é muito perceptível na estratégia ideológica de persuasão articulada pelos/as ultraliberais do *Mises Brasil*, constituindo o “modelo mental” que os/as autores/as dos textos ou falantes querem que a audiência alcance. Tal modelo é elaborado tomando como vetores as relações entre “discurso → cognição → sociedade”. O processo, aqui percebido, enfatiza os modos, crenças, ideologias, identidade(s) social(is), subjetividades, etc, prévias que são fatores influenciadores da apreensão ou não de determinado discurso.

Os tópicos e títulos seguem um padrão: impactar e chamar a atenção dos/as utilizadores/as para a leitura dos artigos. Sobre este aspecto, van Dijk (2005) acrescenta:

Por razões discursivas, cognitivas e sociais, os tópicos do discurso desempenham um papel fundamental na comunicação e na interação. Definidos como 'macroestruturas semânticas' derivadas de estruturas locais (micro), os tópicos representam aquilo 'sobre que versa' o discurso, globalmente falando, e explicam a coerência global do texto e da fala (van Dijk 1980). Eles são o significado global que os utentes da linguagem formam na produção e compreensão do discurso e o 'âmago' que melhor é recordado por eles. Os utilizadores da linguagem são incapazes de memorizar e de controlar todos os detalhes significativos de um discurso, e por esta razão organizam mentalmente estes significados através de significados globais ou tópicos. Daí também a relevância social dos tópicos no discurso, na interação e na estrutura social: são eles que definem o rumo a seguir pelos falantes, organizações e grupos, e isso terá o maior impacto no discurso posterior e na ação (van Dijk, 2005, p. 41).

O analista holandês discute a importância dos tópicos para os processos cognitivos de apreensão das temáticas discursivas elaboradas em um evento discursivo como uma notícia de jornal, por exemplo. Nas análises que elaboramos sobre as práticas discursivas do IMB percebemos essa mesma dinâmica.

Além das estruturas dos tópicos e dos títulos, no caso específico do *Mises Brasil*, há, também, a produção discursiva dessas estruturas com imagens de grande impacto visual em muitos dos artigos de opinião produzidos pela organização - considerando que as práticas discursivas da instituição são produzidas e divulgadas para o ambiente digital, faz sentido que assim seja.

Outro ponto a observar é que, embora esses textos discursivos tenham sido publicados até 2017, no sítio eletrônico do IMB, ao longo de 2020 eles foram (re)postados no feed de notícias da fanpage do Mises Brasil no Facebook, bem como em outros domínios digitais da organização. Isso indica a contínua relevância e recontextualização desses discursos para o IMB. O que significaria, possivelmente, uma estratégia de reforço e persuasão presentes no projeto político e ideológico do Instituto Mises Brasil, em sua ação

“educativa”, doutrinadora, com a audiência de leitores/as que transitam pela esfera pública digital ultraliberal. Por limitação de espaço, foi-nos impossível, como seria adequado, disponibilizar nesta secção as análises na íntegra. Porém, as mesmas poderão ser consultadas no apêndice I desta dissertação.

Apresentamos, abaixo, as análises que desenvolvemos dos discursos do aparelho privado de hegemonia ultraliberal *Instituto Mises Brasil*, de acordo com a metodologia por nós adotada: a *Análise Crítica do Discurso* (ACD), conforme formulada por van Dijk (2005).

### III.2.1 - Práticas discursivas sobre o papel do Estado na gestão da educação na visão ultraliberal

A visão ultraliberal sobre o papel Estado na gestão da educação perpassa, com maior ou menor intensidade, inúmeros discursos produzidos e divulgados no sítio eletrônico do *Instituto Mises Brasil*. Sobressai, nesses discursos, a narrativa de que a atuação estatal é sempre elaborada com a intencionalidade de legitimar o “controle da mente” e “manipular” os indivíduos desde o momento em que iniciam a sua vivência escolar. Trata-se de uma narrativa para induzir uma perspectiva superficial e deturpada da realidade social e engendrar interesses que não são, em parte, postos em evidência, como iremos demonstrar.

Avelar (2019), ao analisar a participação de novos/as atores/as privados/as na formulação e governança de políticas públicas como objeto de estudo, faz a seguinte reflexão sobre o senso comum que habita o imaginário social sobre a gestão das políticas de educação:

Uma resposta comum que habita nosso imaginário é que quem faz as políticas é o Estado, o governo. Evoca-se os órgãos públicos, como o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação. Algumas vezes, também os profissionais da educação são mencionados como parte desse ecossistema. Entretanto, passam despercebidos outros grandes atores, em especial os grupos privados, com ou sem fins lucrativos. Aí estão incluídos fundações, institutos e empresas cuja relevância é crescente em todo o mundo. No Brasil não tem sido diferente (Avelar, 2019, p. 77).

O aparelho privado de hegemonia IMB, para efetivar a sua intencionalidade de colocar o “estado” como o único responsável pela gestão da educação, instrumentaliza habilmente o imaginário social construído pelo senso comum, como podemos perceber no texto de Avelar, produzindo uma forte narrativa para tentar convencer ao público de

leitores/as. Nessa narrativa, o “estado” não educa; ao invés, exerce o seu poder na transmissão de uma “ideologia” que formata o pensamento das pessoas para se conformarem com a sua existência. É a “ideologia do estado” maquinando para podar “a liberdade” dos sujeitos.

No artigo de opinião *Não se deixe educar pelo estado*, de 15/01/2016, escrito por Lew Rockwell, figura de proa do *Mises Institute*, o discurso produzido é bastante ilustrativo do pensamento ultraliberal sobre aquilo que afirma ser a “atuação” do Estado no campo da educação. A ideia expressa no título, e que será recorrente ao longo do artigo, é a de que o indivíduo é o responsável por "se" (pronome reflexivo, que transmite a ideia da auto responsabilização do sujeito) permitir passar pelo processo "educativo do estado". No caso, conforme o autor elabora no decorrer do evento discursivo, a educação do "estado", significa "ideologia do estado".

Como é possível analisar no artigo, o autor tenta persuadir o/a leitor/a da necessidade de "se libertar" desse processo. Nesse sentido, já antecipa outras proposições que serão elaboradas no evento discursivo e, também, já prepara o terreno cognitivo (o mapa mental) desejado. Na visão do autor, a educação, ou “propaganda inculcada” nas mentes das pessoas pelo aparato estatal e seus operadores, seria um instrumento habilmente manipulado pelo “estado”.

No artigo de opinião *Os intelectuais de esquerda, a discordância como ofensa e as universidades como zonas de guerra*, publicado pelo IMB em 07/04/2016 e assinado pelo intelectual ultraliberal Bruno Garschagen, a “ideologia do estado” é ancorada na narrativa sobre certo “marxismo cultural” no campo da educação, apresentada como parte intrínseca dos processos de desenvolvimento de toda uma “cosmovisão”, pactuada consensualmente por distintos setores no Brasil, e "transmitidas" às pessoas desde cedo:

[...] a cosmovisão que lhes é transmitida pela maioria dos professores do ensino fundamental à universidade, onde ganha uma roupagem científica, com aceitação ativa ou passiva dos pais, familiares, amigos e colegas, é ratificada e ampliada por certa imprensa, comentaristas, personalidades culturais, intelectuais e até mesmo empresários, é compreensível que considerem-na correta, como a única e perfeita resposta para todos os problemas ocorridos dentro da sociedade (Garschagen, 2016).

No artigo de opinião *Sim, a escola está destruindo gerações e provocando causando estragos profundos - Abolir esse modelo gerenciado pelo estado e criar outro é crucial*, de



20/10/2017, escrito pelo ícone do empreendedorismo no Brasil, o empresário Flávio Augusto, serão mobilizados argumentos para demonstrar que é necessário se desvencilhar da “influência ideológica” estatal e buscar novas ferramentas que preparem as futuras gerações para o mercado de trabalho.

Contrariamente à visão sobre o papel da escola como meio de mobilidade social, o artigo de opinião apresenta outra perspectiva: a de que a escola provoca “estragos” na formação das nossas crianças, gerando crianças apáticas e desinteressadas. A culpa, como é fácil de identificar, seria do “estado”. Este, que em outros artigos é apresentado como um ente ideologicamente coercitivo, aqui, é elaborado como um ser alienante. O “estado” produz a letargia e desarticula a vontade de aprender das crianças.

Para mudar esse quadro, é preciso tirar do “estado” a competência para educação das novas gerações. Estas seriam inseridas no processo educativo que as conduziriam a habilitarem-se para os “empregos do futuro”, conforme exposto no texto do artigo: “falar em público, noções de direito civil, direito tributário, direito comercial etc. Pelo menos o básico de cada um, nutrição, finanças pessoais, inteligência emocional, empreendedorismo, esporte em alta performance, serviço social e trabalho voluntário em comunidades carentes, idioma estrangeiro com qualidade, língua portuguesa, interpretação de texto e redação”. Estas dimensões constituiriam o currículo básico para as novas gerações.

O desenho curricular sugerido por Flávio Augusto parece traçado por uma perspectiva que não privilegia a formação de competências críticas. Trata-se de um currículo de caráter tecnicista, que se impõe como neutro e voltado para a mera realização profissional dos/as estudantes. Freire já nos advertia sobre os perigos desse tipo de discurso:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra (Freire, 2011, p. 66).

Ainda sobre a instrumentalidade que a escola tem no discurso de Flávio, o pensador holandês Gert Biesta (2018) traz reflexões pertinentes quanto a essa problemática:

Nas sociedades contemporâneas existem muitas expectativas sobre o que as escolas devem fazer. Estas incluem a instrumentalização de crianças e jovens para o mundo do trabalho, a sua transformação em cidadãos democráticos ou a criação de uma sociedade coesa e inclusiva. O que une essas expectativas é que elas se aproximam da escola como uma espécie de instrumento para resolver problemas da sociedade. A escola é tratada como tendo uma função para a sociedade e, portanto, como uma instituição que deve ser funcional e útil para ela. O perigo dessa maneira de pensar é que outras questões – como o que a escola deve cuidar ou proteger – desaparecem facilmente do campo de visão (Biesta, 2018, p. 21).

Embora concordemos de modo parcial com Biesta, quando o autor se refere à instrumentalização da escola como meio de formação para mundo do trabalho, exclusivamente, entendemos que, sim, a escola precisa ser o espaço da formação de consciências críticas e emancipadas, conforme discutimos em nosso capítulo teórico (Secção 1, Capítulo I).

Já o “currículo” proposto no artigo de opinião analisado, além de centrado exclusivamente na dimensão da preparação para o mundo do trabalho, remete à projeção de uma escola muito distante daquela que a maioria das crianças brasileiras pobres têm à sua disposição. Bem antes da pandemia ter surgido como fator que expôs ainda mais as desigualdades e as contradições existentes na oferta educacional para as diferentes classes sociais do país, o sistema já apresentava a velha dicotomia entre “escolas para pobres” e “escolas para ricos”(e.g., Libâneo, 2012). O currículo proposto além de negligenciar essa problemática, ignora a realidade social vivenciada pelas crianças dos setores subalternos de um país como o Brasil, onde a falta de professores/as é uma realidade (e.g., Pinto, 2014).

Situações como essas, presentes na realidade social brasileira, supostamente poderiam ser resolvidas pelo próprio *mercado*. Podemos apreender essa proposição nos discursos ultraliberais produzidos pelo *Mises Brasil*. Por um lado, mediante a livre oferta de educação, um “produto comercializável como qualquer outro”; por outro lado, ao tornar a educação em produto cuja demanda operaria segundo a lógica do mercado, com a possibilidade da oferta do “produto” educação para todos os gostos e bolsos, as famílias teriam a possibilidade de educar os seus filhos de acordo com o modelo educacional do *homeschooling* (educação domiciliar), ou mesmo por meio de *vouchers* em escolas privadas, em um contexto onde a gestão governamental fosse abolida. Esses são os argumentos que serão trabalhados nos discursos presentes em artigos de opinião publicados pelo IMB, como exemplo, *A educação como mercadoria*, de 28/06/2013; *A educação estatal e como ela seria*

em um livre mercado, de 18/10/2015; e O “homeschooling” nos EUA e (no Brasil), de 18/09/2008.

O primeiro dos artigos supracitados entra em circulação nos contextos digitais do aparelho privado de hegemonia ultraliberal brasileira em um contexto bastante expressivo, do ponto de vista político e ideológico: o contexto das *Jornadas de Junho de 2013* (e.g., Harvey et al., 2015; IHU, 2013: nº 434; IHU, 2018: nº 254). Insatisfeitos com os rumos do país e descontentes com a face corrupta das instâncias políticas brasileiras, milhares de pessoas, principalmente jovens estudantes vinculados/as ao pensamento progressista e de esquerda iriam tomar conta das ruas e dos contextos digitais no Brasil.

Suas pautas eram contra o aumento dos preços dos transportes nas grandes cidades, contra a corrupção política e por mais qualidade nos serviços públicos de saúde, de entre uma miríade de outras problemáticas. A demanda por “educação pública e de qualidade”, também, ganha contornos reivindicatórios pelas multidões que ocuparam as ruas e os contextos digitais no Brasil. Faggion, autora do referido artigo, apresentaria as suas considerações contra uma intervenção popular de cunho político e crítico, a “pichação” possivelmente feita pelos/as estudantes em protesto no campus universitário onde ela atuava:

Bom, enquanto constatação de fato, parece-me que é verdade que "educação não é mercadoria". No Brasil, não existe espaço para um livre mercado da educação, porque o Leviatã dita as regras para tudo quanto é curso e ainda ocupa o sistema de todos os lados, seja ofertando cursos gratuitamente seja injetando recursos em instituições privadas. Acontece que a pichação que eu citei é normativa, e não uma descrição factual. Ela quer dizer que a educação não deve ser uma mercadoria. E aí eu pergunto: ora, e por que não? (Faggion, 2013)

Ao longo da trama discursiva, a autora ultraliberal tentará guiar os/as leitores/as para a compreensão de que as ações do “Leviatã” conferem ao mesmo as possibilidades necessárias para o “controle da mente”, como irá expressar Lew Rockwell (2016). Para ela a “objetificação” de um direito social, a educação, transformada em mero produto, um objeto com valor de mercadoria, seria algo “natural” e “essencial” para retirar das mãos do “estado” e passar para as mãos de professores/as, que poderiam auferir ganhos de acordo com suas competências profissionais e capacidade de atrair “clientes educacionais”. Este modelo, beneficiaria também as famílias que passariam a ter em suas mãos a decisão sobre que tipo de educação seria o mais adequado:

Ter a educação como mercadoria significaria apenas e tão somente que um determinado conteúdo ou uma determinada competência poderia ter seu ensino livremente ofertado por aquele que se julgasse em condições para tanto, em troca de um preço por ele estipulado, ao passo que o interessado em adquirir aquele conteúdo ou competência poderia livremente aceitar a oferta se desejasse pagar o preço estipulado. Que mal há nisso? Acaso é a educação alguma espécie de bem sagrado que não poderia receber um preço? O educador teria que educar por uma espécie de sacerdócio, sem receber para tanto? Por quê? Se há um problema normativo com relação à educação, a meu ver, ele está representado pela tirania do estado, que determina, acima dos pais, o que devemos aprender, quando e como. Dado que os estatistas julgam que o estado sabe melhor do que o indivíduo o que é o melhor para ele próprio, eles também julgam que haveria um grande mal em deixar os indivíduos decidirem quais conhecimentos desejam para si e para seus filhos (Faggion, 2013).

Sem dúvidas, Faggion desenha o seu mapa mental de modo a que a ideia da “interferência do estado” na educação seja um dado em concreto que atrapalha o acesso das pessoas ao modelo e à dinâmica de um processo educacional que lhes seja mais satisfatório. Fica implicada no discurso de Faggion a concepção *praxiológica*, a *economia política das trocas voluntárias entre as pessoas*, coluna vertebral que sustenta a ossatura do corolário ultraliberal, presente na obra *Ação humana: Um tratado de economia*, de Ludwig Von Mises (2010).

Tal implicação discursiva está igualmente presente no artigo de opinião *A educação estatal e como ela seria em um livre mercado*, publicado em 18/10/2015. O artigo de opinião, traduzido e “adaptado para a realidade brasileira” segundo o tradutor oficial do IMB, Leandro Roque, foi escrito pelo ultraliberal estadunidense Harry Browne. Esse é apresentado como o “falecido autor de *Por que o Governo Não Funciona* e de vários outros livros e candidato à presidência dos EUA pelo *Partido Libertário* nas eleições de 1996 e 2000”.

Interessa observar que a existência de um tradutor oficial como parte da equipe da organização ultraliberal, com a tarefa de traduzir artigos elaborados por intelectuais ultraliberais dos EUA revela a rede do discurso transnacional que unifica os interesses entre as frações das elites econômicas e intelectuais brasileiras e estadunidenses. Esses interesses são expressivos e tiveram potência necessária para se articularem e influenciarem os rumos da política interna brasileira em diversos momentos (e.g., Dreifuss, 1981; Souza, 2020). Importa também mencionar que a publicação do artigo ocorreu três dias após uma data importante para o ambiente da educação no Brasil: comemora-se em 15 de outubro o *Dia*

*do Professor/Dia da Professora*. Compreendemos que não se trata de “mera coincidência” portanto. O contexto político e ideológico da época vivenciava um momento de acalorado tensionamento, onde o campo da educação escolar é palco do debate de movimentos conservadores e ultraliberais (e.g., Ação Educativa Assessoria, 2016; Frigotto, 2017; Nagib, 2012; Silva, 2019).

No artigo de opinião de Browne, “tropicalizado” por Leandro Roque para o contexto político e ideológico do Brasil, os argumentos se articulam de modo que podemos perceber, claramente, como os/as ultraliberais se apropriam das pautas mais conservadoras para emitir um juízo de valor sobre os rumos da educação brasileira. Vemos isso nas argumentações de Roque inseridas no artigo de Browne:

[...] as escolas públicas acabam ensinando muitas coisas que iriam deixar os pais apavorados — isto se os pais soubessem exatamente o que se passa nas escolas. Orientação sexual e "kit-gay" são apenas a ponta do iceberg. Os alunos são ensinados a atormentar seus pais para que eles reciclem lixo, para que fechem a torneira do chuveiro enquanto estiverem se ensaboando durante o banho, e para que adotem inúmeros outros rituais da nova religião ambientalista. Literatura clássica quase nunca é mencionada. Quando o é, é apenas para mostrar como as pessoas já foram ignorantes e insensíveis, e não para mostrar aos alunos a complexidade da vida e a riqueza do idioma.

Tempo e recursos parecem haver de sobra para ensinar as crianças a se conformar com a ideologia e o pensamento politicamente correto da moda. Porém, se os pais reclamam que seus filhos não estão aprendendo ciências, português, história e matemática, os políticos respondem que está faltando dinheiro, os professores respondem que são mal pagos e vários "agentes sociais" dizem que a nova metodologia de ensino, com maior ênfase na 'consciência social do aluno', é bastante superior ao velho e reacionário método clássico de educação. E, no final, todos se unem para concluir que o grande problema realmente é o governo, que destina pouco dinheiro para a educação — logo, novos impostos são necessários (Roque, 2015).

Nesse fragmento da narrativa discursiva que compõe o artigo de opinião, a estratégia de apropriação das pautas que emergiram dos debates que movimentos conservadores procuravam fazer presente nos espaços midiáticos da sociedade civil brasileira torna-se perceptível. As discussões visibilizadas pelos movimentos conservadores eram em torno de pautas como a questão da polêmica “ideologia de gênero”, ou seja, as citadas preocupações com a “orientação sexual” e o “kit gay” supostamente presentes nas práticas pedagógicas escolares segundo os movimentos conservadores.

Essas temáticas ganharam as páginas da imprensa e, também, serviram de arma política na campanha presidencial de 2018. Nota-se, também, a argumentação discursiva contrária às discussões sobre educação ambiental, que são parte das unidades curriculares

de disciplinas como Geografia e Biologia, percebidas como “aborrecimentos” ensinados aos/às estudantes nas escolas brasileiras. “Disciplinados/as” pela “nova religião ambientalista”, os/as discentes levariam essas “doutrinações” para o ambiente familiar irritando suas famílias com “rituais” ensinados na escola.

Os ataques ao pensamento crítico ocultam, possivelmente, a intencionalidade de projetar uma visão negacionista dos impactos provocados pelo agronegócio e por setores empresariais cujos interesses se chocam com as regulamentações ambientais que, ainda, existem no Brasil. Compreendemos que ao produzir tais discursos o IMB está realizando o seu papel como aparelho privado de hegemonia na defesa dos objetivos políticos e econômicos de frações da burguesia nacional e internacional que atuam no país.

A perspectiva conservadora sobre a educação e o negacionismo científico estarão presentes em outros artigos publicados nos contextos digitais da organização: *As raízes anti-humanas do movimento ambientalista - O novo socialismo*, de Lew Rockwell, publicado em 04/05/2010; *Belo Monte e o movimento ambientalista*, de Leandro Roque, publicado em 20/11/2011; *Nosso frágil planeta*, de Walter Williams, publicado em 17/01/2014; *Na França, a população descobriu que ambientalismo e social-democracia custam caro - Eis o preço da mistura de assistencialismo com “Acordo de Paris”*, de Peter Earle, publicado em 03/17/2018; *E se as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não mais tivessem que seguir o MEC? - Eis uma verdadeira reforma educacional. E as consequências seriam surpreendentes - e positivas*, de Anthony P. Geller, publicado em 03/12/2019; de entre outros. Sendo que o artigo de Geller pode ser considerado um complemento a este que foi analisado por nós, trazendo em seu texto a reprodução *ipsis literis* de partes do artigo aqui discutido.

A presença dessas temáticas na prática discursiva que estrutura o artigo de opinião, ao nosso ver, demonstra como o IMB instrumentaliza os debates em voga na sociedade na tentativa de atrair e influenciar um público mais amplo, bem como fabricar consensos em torno de setores das elites políticas e econômicas nacionais e transnacionais. Um exemplo é a apropriação do debate sobre a educação domiciliar, ou *homeschooling*, que será concatenada em paralelo com a lógica dos processos e interesses da gestão empresarial:

Não há nada de específico na educação que nos faça duvidar de que o mercado poderia fornecê-la. Assim como qualquer produto ou serviço, a educação é uma combinação de terra, trabalho e capital direcionados a um objetivo claro: a instrução de assuntos

acadêmicos e relacionados, os quais são demandados por uma classe de consumidores, majoritariamente pais. O argumento de que uma educação de alta qualidade seria intrinsecamente cara para uma fatia significativa da população não se sustenta. Um livre mercado que consegue saturar a sociedade com telefones celulares, geladeiras, fornos microondas, televisões de alta definição, computadores, tablets e máquinas de lavar certamente pode produzir educação de alta qualidade para as massas. O segredo é a liberdade de empreendimento (Browne, 2015).

Compreendemos que a real intenção do autor ao fazer esse paralelo é fabricar um consenso em torno da completa desregulação da demanda educativa como área de gestão do Estado, que passaria a ser exercida pelos critérios únicos do livre mercado. Na prática discursiva de Browne a defesa de tal perspectiva é um assunto supostamente de interesse das próprias famílias. Por isso, desde o início, o autor engendra um discurso em que se apresenta como alguém que defende esse interesse. Família e lógica de *mercado* se entrecruzam, são interesses partícipes das mesmas expectativas e desejos segundo a apropriação ultraliberal da pauta *homeschooling*: “Imagine um mundo em que os impostos para a educação deixassem de existir, em que a liberdade conduzisse a educação de seus filhos e você pudesse escolher uma escola para eles da mesma maneira que escolhe qual artefato eletrônico quer comprar. Isso é querer demais? (Browne, 2015)”.

O debate sobre o modelo educacional *homeschooling*, que ainda hoje suscita posições controversas, já se situava na pauta sobre educação do *Instituto Mises Brasil* desde 2008. No artigo *O homeschooling nos EUA (e no Brasil)*, de 18/09/2008, de Isabel Lyman, com inserção da análise brasileira assinada por Leandro Roque, serão discutidas as questões que perpassam o modelo do ponto de vista ultraliberal. Lyman, doutora em Educação, é apresentada como autora de uma obra na qual retrata o *homeschooling* nos EUA, o livro *The Homeschooling Revolution*. Embasados nos resultados do trabalho de doutoramento da autora, os argumentos que irão fundamentar a prática discursiva tentam convencer seus/as leitores/as sobre os aspectos positivos inerentes à educação realizada pelas próprias famílias no ambiente doméstico. Para a audiência de leitores/as interessados/as, a especialista informa a existência de uma série de organizações sociais, associações e empresas que oferecem modelos diversificados às famílias:

As famílias podem optar por comprar um currículo já montado por empresas que têm especificamente os homeschoolers como alvo. Dentre essas empresas estão a A Beka Home School e a Saxon Publishers. Outras podem optar por matricular seus filhos em instituições que também oferecem educação a distância, como a Calvert School de Maryland, a Christian Liberty Academy Satellite Schools de Illinois, ou a Clonlara School de Michigan. Já

as escolas voltadas para a educação on-line, como a K-12 Inc., oferecem currículos na internet para os homeschoolers (Lyman, 2008).

Entendemos que, no evento discursivo divulgado pelo *Mises Brasil*, realça-se a oferta de “produtos educativos”, a “educação como mercadoria”, para um mercado especificamente voltado para os *homeschoolers*. Embora a autora estadunidense enfatize o suposto sucesso acadêmico e profissional de crianças que passaram pela experiência, o discurso estrutura-se flagrantemente mais imbuído de sentido comercial, publicitando o modelo *homeschooling*. A partir da análise das nuances do que, realmente, se quer incutir, torna-se clara a objetificação da educação como um produto que deveria passar a funcionar de acordo com os processos de acumulação do capital. Com efeito, de acordo com Saviani (2017, p. 233): “[a] função de mascarar os objetivos reais por meio dos objetivos proclamados é exatamente a marca distintiva da ideologia liberal, dada a sua condição de ideologia típica do modo de produção capitalista que introduziu, pela via do ‘fetichismo da mercadoria’, a opacidade nas relações sociais.”.

Avançando na discussão, será que tal modelo “exitoso e com capacidade de atrair astros e estrelas pop” estadunidenses, como discute Lyman, poderia ser aplicado no Brasil? Esse é ponto que a segunda parte do texto, de autoria de Leandro Roque, irá apresentar como central em sua estratégia discursiva de convencimento da audiência de leitores/as brasileiros/as:

No Brasil, o homeschooling ainda é algo praticamente fictício, pois a legislação brasileira não permite a educação domiciliar. Porém, há uma tênue esperança para os amantes da liberdade: uma corajosa família de Timóteo, MG, decidiu que ela, e não o estado, é que sabe o que é melhor para a educação de seus dois filhos de 14 e 15 anos. Nada mais de obrigar as crianças a ir à escola regularmente para ouvir o que o estado tem a lhes dizer. Basta! (Roque, 2008)

No contexto em que o intelectual ultraliberal do Mises Brasil produz o seu discurso, de fato não era, e continua não sendo, liberada pelos ordenamentos jurídicos brasileiros que contemplam normativas específicas sobre a oferta da educação e sobre a responsabilidade da família e da sociedade no provimento de tal oferta (*Constituição da República Federativa do Brasil/1988*; a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei 9.394/1996*; e o *Estatuto da Criança e do adolescente, Lei 8.069/1990*). No entanto, isto não impediu que a



organização continuasse, ao longo dos anos, produzindo discursos a favor dessa liberação, alimentando a “tênue esperança dos amantes da liberdade”.

De volta ao discurso de Roque, percebemos a tentativa do intelectual ultraliberal em construir uma percepção onde, supostamente, se envolve com os interesses da família supracitada, bem como as demais famílias que percebem na educação domiciliar um espaço de autonomia em relação à influência do “estado”.

A organização ultraliberal seria uma das vozes que pautaram o discurso em defesa da educação domiciliar na sociedade civil brasileira, cumprindo o seu papel de *think tank* ou aparelho privado de hegemonia no embate por interesses particulares. Esse esforço discursivo produziu efeitos concretos no campo da política: em 08/10/2015, o deputado federal Eduardo Bolsonaro protocolou o projeto de lei, o PL 3261/2015, a favor da liberação do modelo *homeschooling* no país. Antes e após essa data o IMB permaneceu como instrumento discursivo ideológico pela implementação do modelo. É que vemos em artigos de opinião como *Entendendo o básico sobre o homeschooling - e respondendo às três críticas mais comuns - seus defensores querem apenas uma liberdade humana essencial*, de Daniel Chaves Claudino, publicado em 31/01/2019.

Retornando ao estratégico jogo discursivo e ideológico presente no texto de Leandro Roque, ele utiliza o exemplo da “corajosa família de Timóteo”, que teria empenhado todos os esforços para “não se deixar educar pelo estado”, para instrumentalizar seus argumentos contra a atuação do “estado” e seus agentes no campo da educação:

[...]temeroso de perder o monopólio da doutrinação, o estado vem perseguindo implacavelmente essa família, fazendo de tudo para puni-la pelo hediondo crime de ter optado por não submeter seus dois filhos ao lixo ideológico e às inutilidades de toda sorte que são ensinados na educação básica (pra não dizer no ensino médio e superior). Dispostos a tudo para impedir o sucesso do individualismo e do mérito próprio, os burocratas processaram criminalmente a família - cujos pais podem ir pra cadeia - e ameaçam tomar a guarda dos filhos. Além disso, a Justiça decidiu que os dois meninos deveriam fazer provas de conhecimentos gerais para verificar se houve "abandono intelectual" - isto é, para verificar se eles deixaram de aprender as coisas que o estado quer que elas aprendam (Roque, 2008).

O produtor do discurso recorre ao encadeamento de expressões que projetam uma imagem significativamente negativa sobre a educação formal, de responsabilidade do Estado: “monopólio da doutrinação”, “lixo ideológico”, “inutilidades de toda sorte” e “as coisas que o estado quer que elas aprendam”.

Por se rebelar contra isso, a família é acusada de "abandono intelectual", sendo perseguida "implacavelmente" pelos "burocratas" do "estado", que consideram um "crime hediondo" a família querer educar os seus filhos fora da escola, no ambiente domiciliar. Leandro Roque tenta veicular um olhar de empatia pela família "perseguida pelo estado".

Discursos como esse de Leandro, que apela para a empatia e argumentos contra a dita "interferência do estado" em assuntos que deveriam ser geridos e operacionalizados fora da esfera política, apenas no âmbito privado das famílias e pelo livre mercado, são artificialmente engendrados nas práticas discursivas da organização ultraliberal. As práticas discursivas do IMB procuram amplificar o debate acalorado entre defensores e opositores do modelo de educação domiciliar. Ao longo dos anos, o debate conseguiu a adesão de novos atores/as políticos/as, inclusive chegando a ser ponto central do programa de governo do então candidato às eleições presidenciais de 2018 Jair Bolsonaro, pai do referido deputado que levou a proposta para o Congresso Nacional brasileiro.

Os argumentos apresentados por Leandro Roque, bem como por outros autores dos artigos de opinião publicados pelo IMB, ao retomarem a temática do *homeschooling*, fazem eco e se equalizam na frequência das práticas discursivas produzidas por frações bolsonaristas da sociedade brasileira. No entanto, também, mascaram a defesa da classe empresarial, que tem na educação o seu *mercado* preferencial. Avelar (2019, p. 76) considera que "uma série de novos atores têm participado da política educacional em complexas redes de governança. Novas vozes provenientes do setor privado, que não são eleitas nem supervisionadas pela população, têm tido participação significativa na determinação de políticas educacionais" Para a investigadora brasileira:

Os chamados "edubusiness", ou "edunegócios", têm crescido internacionalmente em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior. O Brasil tem se tornado um local especialmente atrativo para esses empreendimentos por conta de sua enorme população em idade escolar (está entre as dez maiores populações em idade escolar do mundo). Com foco no lucro, questões pedagógicas, éticas e sociais são colocadas em segundo plano por esse tipo de organização, cujo trabalho pode atingir a política educacional de diversas formas: participação em fóruns e comitês públicos, venda de serviços ou materiais para secretarias de educação, pressão sobre legisladores e executivos do governo com poder de decisão etc (Avelar, 2019, p. 78).

Compreendemos que todos os discursos analisados e discutidos nesta seção constituem práticas discursivas sobre o papel do Estado na gestão da educação de acordo a visão ultraliberal. Esses discursos são articulados para, como procurámos demonstrar, impor

uma determinada perspectiva política e ideológica, a ultraliberal, que seja capaz de produzir efeitos concretos na formação da opinião pública na sociedade brasileira, mas também de influenciar os decisores das políticas públicas no campo da educação.

### III.2.2 - Práticas discursivas legitimadoras da tática operacional da guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal nas universidades e instituições oficiais de educação

As práticas discursivas sobre o clima no ambiente social da educação elaboradas pelos/as intelectuais ultraliberais do *Instituto Ludwig von Mises Brasil* mobilizam um arsenal argumentativo onde impera a insatisfação pela ausência do escopo teórico da *Escola de Economia Austríaca*, seu dito sustentáculo “científico”, nos currículos e nos debates acadêmicos.

Isto se daria pelo facto de certos setores nos meios acadêmicos e intelectuais, procurarem obstaculizar a circulação de ideias ultraliberais (Rockwell, 2008). Contra tais setores, que na argumentação ultraliberal são adeptos e propagadores da ideologia do "marxismo cultural", é preciso disputar os espaços educativos. Por isso, por mais contraditório que seja a existência de intelectuais ultraliberais nas instituições de educação do “estado”, ela se justificava pela necessidade de fazer valer o pensamento “científico” ultraliberal.

Essa narrativa, que constitui aquilo que denominamos de “guerrilha intelectual e acadêmica”, perpassa com intensidade as práticas discursivas produzidas e divulgadas pelo IMB. Um desses exemplos é o discurso *Os primeiros e os próximos 25 anos*, comemorativo dos 25 anos de fundação do *Mises Institute*, proferido pelo presidente da organização estadunidense, Lew Rockwell, 2007, em Nova Iorque, e publicado pelo *Mises Brasil* em 2008. Este artigo apresenta-nos um programa tático operacional, cujas estratégias são decisivas para a realização das atividades do aparelho privado de hegemonia ultraliberal, em linha com o objetivo de se tornar mais influente na sociedade estadunidense e no mundo. O discurso faz uma digressão pela biografia de seus principais patronos, Ludwig von Mises e Murray Rothbard. Invocando o idealizado “espírito combativo” de ambos, argumenta como foram incansáveis na defesa da “liberdade”, associada à ideia de agência individual nos

processos das relações metabólicas que favorecem a acumulação de capital no interior do livre mercado capitalista. O *Mises Institute*, no discurso de Rockwell, é percebido como herdeiro desse legado: “O Mises Institute cumpriu não só aquilo a que se pretendeu cumprir — isto é, ser um sustentáculo das ideias de Mises; ele lançou uma revolução no aprendizado, e está liderando o caminho para um futuro de liberdade” (Rockwell, 2008).

Essa “revolução no aprendizado”, por meio de suas estratégias de “educação”, formação e engajamento ideológico, como será apresentado ao longo do discurso, certamente serviu como espelho para outras organizações que buscaram implantar o modelo do aparelho privado de hegemonia estadunidense. Foi o caso do *Instituto Mises Brasil*, cujo presidente e fundador Helio Beltrão, esteve presente no evento comemorativo, em Nova Iorque, conforme declara o próprio na seção de comentários ao artigo, em 25/05/2010: “Esse discurso eu vi AO VIVO!:-).”

A centralidade da tática de guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal, defendida por Rockwell, e que podemos perceber no histórico operacional do IMB, são evidenciadas no discurso comemorativo analisado. Ao comentar a “conquista” de uma vaga em uma universidade por Murray Rothbard, algo que jamais Mises e Hayek tinham conseguido, percebemos as nuances da referida tática e, também, dos êxitos do trabalho do *Mises Institute* que, finalmente, conseguia impor uma figura relevante do seu espectro político e ideológico no espaço acadêmico estadunidense:

E lembro-me de estar recebendo a notícia de que o defensor do livre mercado havia ganhado uma cadeira de economia na University of Nevada, em Las Vegas — e os amigos do instituto queriam que Murray a aceitasse. Ele teria agora um emprego que pagava bem em uma boa universidade. Ele teria alunos os quais ele poderia aperfeiçoar. Ele estaria seguro e livre para ensinar e escrever. Era algo extraordinário. Ele seria poupado do destino de Mises e Hayek, que nunca tiveram um emprego de professor titular na América. Agora estávamos cercados pela evidência: o trabalho do instituto poderia fazer diferença (Rockwell, 2008).

Isso, também, pode ser percebido em outra passagem do discurso de Rockwell:

Temos visto tantos estudiosos aparecerem e nos aturdiem com seus escritos, suas aulas e suas contribuições. A Mises University tem formado praticamente cada austríaco em ação hoje, ao redor do mundo. Nossas publicações se expandiram para filmes e audiobooks. Nossa biblioteca, originada nas coleções de Murray Rothbard e Robert LeFevre, se expandiu em mil direções com o objetivo de preservar aquilo que outras bibliotecas cuidadosamente ou maliciosamente deixam de lado. Nós não simplesmente mantemos esses livros para nossos professores e alunos. Nós disponibilizamos centenas de livros online. Vastas quantias de materiais incríveis, os quais não viam a luz do dia havia décadas, estão agora a apenas um clique (Rockwell, 2008).

Percebemos como os contextos digitais, nos argumentos de Lew Rockwell, se tornam o espaço para alimentar e amplificar a potência do discurso ultraliberal, bem como de almejar a fabricação de consensos por meio da educação ideológica ultraliberal desse aparelho privado de hegemonia estadunidense. Fica visível, também, que Rockwell começa a apresentar a intencionalidade de demonstrar que existem setores nos meios acadêmicos e intelectuais que procuram “ocultar” a possibilidade de maior circulação das ideias ultraliberais. É preciso informar o “inimigo ideológico” e erigir a guerrilha intelectual e acadêmica nos espaços onde atuam esses “inimigos”: os múltiplos contextos da educação. Compreendemos essa dimensão no desencadeamento do discurso do presidente do *Mises Institute*:

E se acontecer de você estar em um campus universitário e ver alguns garotos andando com camisetas com imagens estampadas de Mises, Menger, Rothbard, ou Bastiat, saiba que a fonte é o Mises Institute. Ainda temos uma equipe pequena, mas todos trabalhamos feito loucos naquilo que amamos: tornar disponível o ensino da liberdade na tradição misesiana, e encorajar seu estudo e progresso. Queremos imprimir novamente toda a biblioteca austríaca e libertária. Apenas esse ano, isso inclui os livros de Hazlitt, Heilperin, Chodorov, Fetter, Garrett, Hutt, Machlup, Nock, Flynn, e tantos outros. Na verdade, o Mises Institute se tornou a força impulsionadora da velha teoria liberal pelo mundo afora (Rockwell, 2008).

Os malabarismos argumentativos, traçados por Rockwell, na apresentação de uma defesa ideológica daquilo nós estamos denominando como “guerrilha intelectual e acadêmica”, surgem no seguinte fragmento discursivo:

[...] a realidade levanta uma questão que podemos ser tentados a descartar, mas é uma com a qual penso que deveríamos nos comprometer. A questão é: ao fazer o que fazemos, não estaríamos de alguma maneira distorcendo o mercado de idéias, inclinando o grande debate intelectual em nosso favor? E seria certo entrar nesse rarefeito mundo acadêmico com uma agenda que é científica, moral e política? Em resumo, se a liberdade é uma ideia tão boa, e se a tradição misesiana é tão atraente, por que ela precisa de nossa ajuda? (Rockwell, 2008)

O fragmento, na verdade, apresenta indagações meramente retóricas que buscam realçar o corolário ultraliberal misesano como estando fundamentado em dimensões “morais”, “científicas” e “políticas”, legitimando o enfrentamento no “rafeito” âmbito acadêmico e intelectual. E Rockwell continua o seu discurso fiel à sua retórica:

Mas será que essa educação ajudou a reforçar a liberdade? Todos os dados indicam que quanto mais objetivamente educada as pessoas se tornam, mais propensas elas ficam a acreditar no estado como meio de salvação social. Pode-se mapear isso demograficamente. Quanto maior o nível de educação, maior é a inclinação pelo pensamento socialista. Por que é assim? Hayek diria que isso tem a ver com a arrogância de intelectuais que acreditam que podem inventar uma melhor ordem social do que aquela que a liberdade pode criar. Mises chamaria a atenção para o ressentimento da parte dos intelectuais, que pensam que não são tão estimados pela sociedade como são os empreendedores ou estrelas do esporte. Rothbard assinalaria que os intelectuais são atraídos pelo estado como um meio de legitimizar suas idéias e assegurar seu bem-estar financeiro. Qualquer que seja o caso, isso é um fato que aturdiria as pessoas no século XVIII: quanto mais educação uma pessoa recebe, mais elas são atraídas por ideais sociais que só podem ser realizados sob completo despotismo, se não mais (Rockwell, 2008).

O autor aponta para o “fracasso” da educação de inspiração iluminista, base do pensamento contemporâneo, por ela não realizar os ideais da “liberdade”. Concretamente, Rockwell afirma que “quanto maior o nível de educação, mais é a inclinação pelo pensamento socialista.”. E a culpa disso, na visão dos principais teóricos ultraliberais (Mises, Hayek e Rothbard), seria dos/as intelectuais “arrogantes” e “ressentidos/as”, cujo o verdadeiro objetivo era obter as “benesses” concedidas pelo “estado”. Rockwell fecha esse raciocínio argumentando que “quanto mais educação uma pessoa recebe, mais elas são atraídas por ideais sociais que só podem ser realizados sob completo despotismo, se não mais”.

Os argumentos tecidos pelo intelectual ultraliberal estadunidense sustentam e legitimam a perspectiva da “guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal” lançada contra a educação estatal, de viés iluminista, assim como contra os/as intelectuais que questionam o ideário ideológico ultraliberal. Uma visão bastante belicista, que orienta as ações para esse processo, como ilustrado na postagem de Olavo de Carvalho, guru da ultradireita brasileira e mentor intelectual de muitos membros do governo Bolsonaro, que por meio do seu canal digital *Mídia Sem Máscara* tenta doutrinar parcelas da sociedade brasileira (Patschiki, 2012). A postagem foi feita na seção de comentários ao discurso informativo *A UMB - A Universidade Mises Brasil*, do ex-membro do Mises Brasil Cristiano Fiori Chiocca, publicado em 18/08/2010. Carvalho veicula seu comentário, enviesado pela perspectiva da guerrilha intelectual e acadêmica, com ataques às universidades brasileiras:

A única solução viável, que enxergo, é a formação de pequenos grupos solidários, firmemente decididos a obter uma formação intelectual sólida, de início sem nenhum reconhecimento oficial ou acadêmico, mas forçando mais tarde a obtenção desse reconhecimento mediante prova de superioridade acachapante. Já não leciono no Brasil, mas

a experiência mostrou que muito aluno meu, com alguns anos de aulas e bastante estudo em casa, já está pronto para dar de dez a zero, não digo em alunos, mas em professores da USP, Unicamp, UFRJ *et cetera*, o que, bem feitas as contas, é até luta desigual, é até covardia. As universidades tornaram-se instrumentos do crime organizado, empenhados em tapar bocas, paralisar consciências, destruir talentos, perverter vocações, secar todas as fontes de uma restauração possível e, é claro, gastar dinheiro público. Custam caro e só servem para o mal. É preciso inventar o quanto antes novas formas de estruturação social da vida intelectual e torná-las economicamente viáveis. Só o empresariado pode tomar essa iniciativa. Só ele tem capacidade de organização e de aglutinação de recursos para isso. O sistema dos *think tanks* talvez funcione, se assimilado com a devida seriedade e adaptado eficazmente às condições brasileiras. Os modelos da *Heritage Foundation*, da *Atlas Foundation*, do *Hudson Institute* estão aí para ser estudados. Nos EUA, eles tornaram-se centros irradiantes de energia positiva capaz de contrabalançar, e com frequência vencer, o ativismo imbecilizante dos comissários-do-povo universitários (Olavo de Carvalho em resposta ao artigo de Cristiano Chiocca, 2010).

O combate aos “comissários-do-povo universitários” é “legítimo”, portanto, no discurso de Olavo de Carvalho e de todo o espectro ultraliberal brasileiro. Uma das estratégias elencadas para a guerrilha intelectual e acadêmica é patente no podcast com Helio Beltrão. Neste, Beltrão destacaria a formação de “novos talentos”, ou seja, a educação ideológica e o engajamento da juventude brasileira nas fileiras ultraliberais passaria a ser uma das táticas fundamentais das estratégias da organização.

Exemplar disso, foi a organização do evento *Tour Libertário*, realizado em conjunto com a organização ultraliberal *Ordem Livre*, no qual o IMB, na figura de seus mais importantes membros à época, percorreu várias universidades brasileiras proferindo palestras sobre o ultraliberalismo<sup>6</sup>. Ocorrido em 05/10/2009, seria anunciada assim no sítio eletrônico do *Instituto Mises*:

Hoje, começa em todo o país uma iniciativa do *Ordem Livre* que conta com o apoio do Instituto Mises Brasil. O *Tour Libertário* é um evento que promove palestras sobre liberdade e economia em diversas universidades nas principais cidades brasileiras. O presidente do Instituto Mises Brasil, Helio Beltrão, participa do evento nas universidades de São Paulo (USP), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Faculdade Mário Schenberg e IBMEC Minas, com sua palestra sobre as origens da atual crise econômica.

Além disso, outro integrante do Instituto Mises Brasil, o economista Rodrigo Constantino, também é um dos palestrantes. Além dos dois, os outros speakers são:

---

<sup>6</sup> O evento foi bastante ambicioso, procurando abranger quase todas as regiões do país, como podemos perceber no roteiro divulgado no informativo: 5/10/2009 (8h) - UFRGS - Porto Alegre; 6/10/2009 (8h) - UFSC - Florianópolis; 7/10/2009 (8h) - Unicritiba - Curitiba; 8/10/2009 (8h) - USP - São Paulo; 8/10/2009 (18h) - Faculdade Mario Schenberg - São Paulo; 9/10/2009 (13h) - FAAP - São Paulo; 14/10/2009 (18h) - IBMEC-MG - Belo Horizonte; 15/10/2009 (8h) - UFMG - Belo Horizonte (Salão Nobre da Faculdade de Direito); 16/10/2009 (8h) - UFES - Vitória; 19/10/2009 (13h) - UFBA - Salvador; 20/10/2009 (13h) - UFAL - Maceió; 21/10/2009 - UFPE - Recife; 22/10/2009 (8h) - UFRN - Natal; 23/10/2009 (8h) - UFC - Fortaleza; 23/10/2009 - (18h) - FA7 - Fortaleza

Diogo Costa (cientista político e editor do *Ordem Livre*), Bruno Garschagen (cientista político), Lucas Mafaldo (filósofo) e Adolfo Sachsida (economista). (Tavares, Núbia, 2009).

Esse processo, ao nosso ver, marcaria uma das facetas daquilo que denominamos *guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal*: um combate centrado na disputa de atenção e poder no interior das instituições de educação do país. É em nome desse “combate necessário” que Antony Mueller, Fábio Barbieri e Ubiratan Jorge Iorio - expoentes do pensamento ultraliberal no Brasil, intelectuais orgânicos do aparelho privado de hegemonia ultraliberal *Mises Brasil* e professores em universidades públicas - irão justificar a atuação profissional em estabelecimentos de educação estatal.

O artigo de opinião, que embora tenha sido publicado em 18/10/2012, refere-se ao questionamento presente, ainda hoje, conforme os comentários que circulam nos contextos digitais do IMB: *Por que os ‘austríacos’ lecionam em universidades públicas?* Na legitimação de suas posições de professores trabalhando no aparato educacional estatal, os “mosqueteiros” ultraliberais fazem uma digressão histórica mostrando como intelectuais como Carl Menger, ultraliberal austríaco, estiveram a serviço de governos durante suas vidas. Lembrem, igualmente, que o próprio Ludwig Von Mises, que deu aulas não remuneradas na Universidade de Viena, se assim tivesse tido a oportunidade, “seguramente aceitaria o cargo, caso este fosse obtido.. Todos eles trabalharam em comissões governamentais que influenciaram as políticas públicas.” Objetivo esse, conforme procuramos demonstrar em nossas análises, traduz o real interesse do ultraliberalismo.

Podemos perceber isso nos debates intentados pelo *Mises Brasil* sobre uma possível reforma ultraliberal da *Constituição Brasileira*. O resgate do pensamento de Roberto Campos, em *A Constituição contra o Brasil - Ensaio de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988*, coletânea de ensaios do pensador liberal brasileiro organizada por Paulo Roberto de Almeida; e *Uma nova Constituição para o Brasil: De um país de privilégios para um país de oportunidades*, de Modesto Carvalhosa; ambos publicados, respectivamente em 2018 e 2021, pelo braço editorial do IMB, a editora LVM (Ludwig Von Mises).

De volta ao discurso do artigo, podemos perceber como os “mosqueteiros” ultraliberais continuam o “diálogo” na tentativa de justificar, para o seu público de leitores/as, a atuação em universidades federais:



O leitor deve se perguntar se o fato de que os três únicos economistas acadêmicos austríacos atuando no país trabalham em universidades públicas seria ou não uma coincidência. Poder-se-ia argumentar que, em um mundo liberal ideal, com separação entre educação e estado, o volume de riqueza seria tal que existiriam indivíduos ricos o bastante para que tivéssemos especialistas em cada campo do conhecimento humano, incluindo aquelas áreas menos demandadas, como literatura húngara, história da Mesopotâmia, musicologia do shakuhachi (a flauta japonesa de bambu) e...economistas especializados em preservar o conhecimento sobre a importância da propriedade privada e liberdade para o futuro da humanidade!

Em uma sociedade intervencionista, porém, algo como "economista austríaco" não é demandado: as poucas faculdades privadas que contratam pesquisadores se interessam por macroeconomistas tradicionais e especialistas em finanças. Nas públicas, apesar da predominância das teorias econômicas intervencionistas, ainda existe liberdade acadêmica: podemos dominar o conhecimento de teorias rivais, passar em concursos públicos, participar dos debates e propor nossas ideias. No sistema atual, poderíamos apenas dar (muitas) aulas em faculdades privadas, sem fazer pesquisa (Mueller et al., 2012).

A justificativa dos intelectuais ultraliberais passa pelo argumento de que “no mundo real”, o da “intervenção estatal”, é quase impossível, caso se queira alcançar um espaço que concilie o ensino e a investigação acadêmica, fugir da atuação profissional nas instituições sob “tutela do estado”. A ideia da instrumentalidade do arcabouço teórico das correntes de pensamento contrárias ao ultraliberalismo, sem dúvidas uma referência ao keynesianismo social-democrata e o materialismo-histórico marxista, está presente no discurso. Isso se dá como argumento para explicar a batalha de ideias no interior das instituições de educação oficiais:

[...] ao optar por defender uma teoria econômica liberal, fizemos consideráveis sacrifícios pessoais. Como nosso trabalho é julgado pelos pares (geralmente economistas keynesianos ou marxistas), o reconhecimento na academia é muito mais difícil se defendemos ideais liberais. Além disso, o custo de oportunidade salarial do economista não é pequeno, mas, em vez de ganhar dinheiro no mercado financeiro, ou em outros campos, optamos pela sala de aula, em nome da perseguição de um ideal, da busca de um horizonte melhor para todos — ensinar os valores econômicos, o extraordinário cabedal de conhecimentos dos quais a civilização depende. Como observou Mises no último parágrafo de sua monumental obra *Ação Humana*, "*cabe aos homens decidirem se preferem usar adequadamente esse rico acervo de conhecimento que lhes foi legado ou se preferem deixá-lo de lado. Mas, se não conseguirem usá-lo da melhor maneira possível ou se menosprezarem os seus ensinamentos e as suas advertências, não estarão invalidando a ciência econômica; estarão aniquilando a sociedade e a raça humana.*"

Os autores procuram inverter o questionamento sobre a atuação deles nas instituições de educação do Estado, como podemos ver no fragmento do discurso supracitado, oferecendo aos/as leitores/as a visão de que, na verdade, eles se constituem como “abnegados mosqueteiros” na defesa do legado de Mises, uma vez que poderiam auferir maiores recompensas no mundo do capital, do que em universidades públicas.

Nessas instituições, eles encontrariam, apenas, o desprestígio por parte de seus pares. A elaboração da batalha de ideias e da guerra intelectual e acadêmica é sensivelmente articulada no sentido de convencer quem lê:

A teoria econômica austríaca é uma ciência, não uma ideologia. Este fato inquestionável nos autoriza a trabalhar em qualquer instituição, privada ou pública, onde haja lugar para a investigação econômica. E, como qualquer empreendimento científico que não é ideológico deve também ter em conta as teorias opostas, os economistas austríacos, como economistas em um sentido científico, devem ser capazes de coabitar intelectualmente com quaisquer outros, inclusive marxistas e keynesianos, que devem realmente receber a sua oposição em termos de conhecimentos científicos, pela sede de conhecimento. De fato, parte significativa de tudo que escreveram os economistas austríacos consistiu em críticas das teorias rivais, críticas essas baseadas na atenta leitura dessas teorias. O isolamento autoimposto até que se chegasse a um puro mundo liberal seria inadequado para todos os envolvidos na discussão acadêmica.

Como economistas austríacos somos a favor de uma metodologia e teoria específica, que está em concorrência com paradigmas alternativos. Podemos ter convicção de que temos as melhores ferramentas, mas a nossa tarefa é principalmente a de tentar convencer os de um paradigma diferente. Assim funciona o processo acadêmico no que tem de melhor, o livre intercâmbio de ideias, o mercado competitivo de ideias onde os produtos às vezes ruins vendem mais do que os melhores, porque as pessoas não têm os recursos intelectuais para convencer as demais. Por exemplo, a McDonald tem um maior volume de negócios do que um restaurante três estrelas em Paris. Bons vinhos são apenas para alguns. Refeições requintadas são apenas para aqueles que podem pagar. Na área de ideias é a capacidade intelectual e também o tempo que contam. Seguindo com a nossa analogia, vemos que, para a maioria dos estudantes, a economia austríaca é "muito cara". Temos que trabalhar para torná-la mais acessível, sem diluir sua substância. Esse é o nosso desafio e é melhor enfrentá-lo entre os nossos colegas (que não são inimigos), que têm pontos de vista diferentes (Mueller et al., 2012).

O discurso é centrado, como podemos perceber no excerto acima, na tentativa de produzir uma percepção da *Escola de Economia Austríaca* como um projeto não ideológico, mas sim "científico". Portanto, distinto daquele defendido pelos setores neófitos ultraliberais, radicais libertários com pouca ou nenhuma apropriação da teoria da *Escola Austríaca de Economia*. Podemos, também, depreender o sentido da guerrilha intelectual e acadêmica no excerto acima. Os autores negam, expressamente, a dinâmica dessa guerrilha no discurso: "Esse é o nosso desafio e é melhor enfrentá-lo entre os nossos colegas (que não são inimigos), que têm pontos de vista diferentes".

Contudo, os argumentos presentes no texto demonstram a disputa ideológica e política, quase sempre beligerante, desenvolvida pelos/as intelectuais ultraliberais<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> É possível tal guerrilha discursiva em discursos presentes em artigos de opinião como *Os intelectuais de esquerda, a discordância como ofensa e as universidades como zonas de guerra*, de Bruno Garschagen, publicado em 07/04/2016; em programas de entrevistas do IMB, como o *Podcast 279 - Luta por uma universidade livre (Bruno Kaiser)*, de 07/08/2017; o *Podcast 330 - Liberalismo, vida acadêmica e a esquerda na*

Iremos encontrar a guerrilha intelectual e acadêmica em sua mais aberta confrontação com os/as “adversários/as ideológicos/as”, no interior do ambiente universitário, no artigo de opinião *Os intelectuais de esquerda, a ofensa como discordância e as universidades como zonas de guerra*, assinado por Bruno Garschagen, intelectual ultraliberal autor do livro “best seller” *Pare de Acreditar no Governo - Por que os Brasileiros não Confiam nos Políticos e Amam o Estado*, e apresentador e entrevistador do Podcast Mises Brasil de 2012 a 2020.

O artigo foi produzido e posto em circulação num contexto de máxima polarização política e ideológica, onde os rumos do país estavam sendo traçados nos obscuros acordos entre as frações das elites políticas e econômicas brasileiras (Costa, 2019; Guelli, 2019; Rocha; 2019). No centro do debate, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Os setores progressistas e das esquerdas brasileiras, com grande presença na intelectualidade e nos ambientes acadêmicos do país, se colocaram na linha de frente contra um golpe civil-parlamentar (Casimiro, 2020; Patschiki, et al., 2016), que contava a produção de uma narrativa ideológica amplamente disseminada nos veículos de comunicação no país (Guelli, 2019). Esse é o cenário do contexto macro em que Garschagen publica o seu discurso. Trata-se de um exercício discursivo que emana aquilo que ele alega combater: a “distorção da realidade” - uma dinâmica discursiva que denominamos como “produção do inimigo/a ideológico/a” e a “guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal”.

Os argumentos do autor, também, se configuram na estruturação do “quadrado ideológico” (van Dijk, 2005), uma vez que não se inibe de traçar um perfil dos/as adversários/as ideológicos/as, como detentores/as de defeitos morais e psicológicos. O autor é exímio em ocultar, negar e esconder qualquer característica positiva que os/as “inimigos/as ideológicos/as” possuam. Inversamente, constrói uma representação significativamente elogiosa sobre aqueles/as que se posicionam no mesmo espectro ideológico que o seu.

O tópico de leitura presente no título já ensaia a compreensão que é desejada que o/a leitor/a alcance: a dimensão “problemática” vivenciada pelos/as intelectuais ultraliberais no embate contra a hegemonia acadêmica de intelectuais de esquerda. Reforça essa articulação a imagem que ilustra o artigo, uma foto, em tamanho grande, da Professora de

---

*universidade (Eduardo Chaves), de 21/08/2018; e o Podcast 426 - O cenário das universidades no Brasil (Dennys Xavier).*

Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Marilena Chauí. Na foto, a sua expressão facial é exibida com um forte acento carregado, expondo trejeitos furiosos. A intenção é relacionar a imagem da Professora Marilena com o suposto ar “beligerante” dos/as intelectuais de esquerda, que, diante do enfrentamento ideológico, não possuem outros recursos que não a “ofensa”. Isso será trabalhado pelos argumentos de Garschagen ao longo do evento discursivo:

Eis um fenômeno revelador de uma certa personalidade e mentalidade progressista: qualquer um que não reze pela cartilha, qualquer um que discorde de qualquer ponto ou aspecto da ideologia culturalmente dominante, não é um indivíduo que discorda de um argumento A ou B, mas sim um agressor, um infame que ousa recusar-se a aceitar a superioridade da ideologia perfeita. Se antes apenas alguns doutrinários e doutrinados das ideologias progressistas (muitas delas de esquerda) seriam capazes de pessoalmente se indignar com o interlocutor de forma ostensiva, com ameaças verbais e até agressões físicas, hoje tal comportamento de indignação agressiva virou moeda comum graças ao conforto, proteção e distância física propiciada pela internet. Para muitos desses progressistas das esquerdas de variadas matizes (e não só para eles), a internet é um poderoso estimulante comportamental, como a cocaína ou o crack para criminosos. Usando a tela e o teclado como escudos, difamam, injuriam, caluniam e passeiam por outros artigos do código penal sem o menor escrúpulo ou drama de consciência. O fazem porque se consideram inimputáveis legalmente e ideologicamente. E se acham inimputáveis porque se veem alicerçados e justificados no pensamento político e cultural dominante gerado e legitimado pelos intelectuais e difundido e ratificado pela *intelligentsia* (Garschagen, 2016).

O discurso do intelectual orgânico ultraliberal, ao afirmar que seus/suas “adversários/as” encontram respaldo “no pensamento político e cultural dominante gerado e legitimado pelos/as intelectuais e difundido e ratificado pela *intelligentsia*”, sintoniza e reverbera toda uma produção narrativa e ideológica que os setores mais conservadores vinham produzindo desde os anos 90 no Brasil e em outros países.

É caso do já mencionado Olavo de Carvalho, no Brasil, e de Ben Shapiro nos EUA, cujas obras, respectivamente, *A nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994) e *Lavagem cerebral: Como as universidades doutrinam a juventude* (2004), traduzido e publicado no Brasil em 2020. Para eles, as universidades eram centros de irradiação de ideologias que corrompem a mente da juventude e da sociedade.

No Brasil, aquela narrativa discursiva política e ideológica iria centrar-se na elaboração da imagem dos/as intelectuais e das universidades como propagadores da “nova revolução marxista”, ancorada no pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci e dos intelectuais vinculados à *Escola de Frankfurt*, grupo formado por teóricos marxistas como Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Olavo de Carvalho, intelectual do espectro ultraconservador brasileiro, um dos primeiros e mais influentes produtores dessa narrativa no Brasil, no livro supracitado, lançou a tese de que os setores intelectuais de esquerda e progressista faziam um trabalho de disseminação do processo ideológico que denominou de *marxismo cultural*:

Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a a enxergar no martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a idéia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva”. Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural (Carvalho, 2019, p. 130).

Tal concepção se alastrou progressivamente pela sociedade brasileira influenciando tanto setores conservadores como setores ultraliberais. O IMB capitalizou esse discurso para tentar atacar a imagem do candidato à presidência da República do *Partido dos Trabalhadores* (PT), Fernando Haddad. No artigo de opinião *Fernando Haddad, um autodeclarado marxista adepto da Escola de Frankfurt*, publicado em 27/09/2018, de autoria do próprio Garschagen, em um momento decisivo do pleito presidencial, o “marxismo cultural” é a arma ideológica apontada contra o presidenciável representante dos setores progressistas e do voto estratégico das esquerdas brasileiras.

Nesse artigo, Garschagen procura alertar seus/as leitores/as para o perigo do voto em Haddad, dizendo que “[muito] se fala sobre o suposto perigo representado por Jair Bolsonaro, mas é praticamente inexistente na grande imprensa e televisão qualquer alerta sobre o risco para o país de um eventual governo de Fernando Haddad, candidato do PT à Presidência.” Garschagen continua tecendo considerações sobre a *Escola de Frankfurt*:

A referência à Escola de Frankfurt é importante: seus integrantes criaram instrumentos intelectuais para tornar possível uma revolução cultural e política a partir do controle da linguagem e das ideias. O corolário desse empreendimento, alicerçado no marxismo, era a mudança de mentalidade e da própria política formal. Do politicamente correto à bandidolatria e antirreligiosidade, várias agendas ideológicas que hoje afetam o mundo ocidental são resultado direto da produção teórica da Escola de Frankfurt (Garschagen, 2018).

No cenário ideológico e politicamente explosivo das eleições presidenciais de 2018, esse discurso possuía um expressivo poder de convencimento. Inegavelmente, pelo menos durante o pleito eleitoral, a organização ultraliberal *Mises Brasil*, como um aparelho privado de hegemonia, irá associar a sua imagem à do candidato populista da ultradireita Jair Bolsonaro, cuja família e muitos membros do seu futuro governo tinham como guru intelectual Olavo de Carvalho (Figura 9 - Anexo I: Podcast Mises Brasil (Bruno Garschagen entrevista Olavo de Carvalho)).

A narrativa da “revolução cultural marxista” permanecerá presente em outros momentos na pauta política e ideológica do IMB, como, por exemplo, em: *A escola de Frankfurt, o marxismo cultural, e o politicamente correto como ferramenta de controle*, de Claudio Grass, publicado em 05/05/2016; *Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras - Chegou a hora de contra-atacar*, de Ubiratan Jorge Iorio, publicado em 24/11/2016.

Em outra passagem do discurso, a dinâmica de guerrilha intelectual e ideológica se torna evidenciada quando Garschagen se solidariza com outro intelectual ultraliberal, contestado por suas ideias possivelmente estruturadas no corolário ideológico do marxismo cultural olavista:

Na semana passada, conversei com um professor de uma universidade federal. O seu relato deixou-me ainda mais abismado do que eu poderia imaginar previamente. O nível do aparelhamento ideológico do departamento a que ele está vinculado já ultrapassou há muito a patologia, a estupidez e a mera desonestidade. Para tornar a história ainda mais absurda, tornou-se a vítima preferencial do chefe do departamento e dos demais professores do curso, assim como dos alunos incitados por aqueles, por não se submeter àquela visão de mundo, de sociedade, de indivíduos, de política, de ideologia. Instigado pelo professor para verificar um exemplo ínfimo do que ele vivencia profissionalmente, visitei a comunidade do Facebook onde esses personagens militam em detrimento da universidade e da inteligência. O que li é de fazer qualquer pessoa sensata duvidar que uma parte da humanidade fora agraciada com as conquistas do processo civilizatório. Professores e alunos competindo naquela esfera de estupidez elevada ou pretenciosa que o escritor austríaco Robert Músil considerava como a verdadeira doença da cultura e que se infiltrava nas mais altas esferas intelectuais, tinha enorme influência dentro da sociedade e se manifestava com a participação ativa "na agitação da vida intelectual, especialmente na sua inconstância e ausência de resultados". Naquele universo restrito da rede social, a cada tentativa de concatenação de falta de ideias combinadas com insultos, emergia a prova empírica de como se desenvolveu e se manifesta essa estrutura de pensamento progressista e o horror que seus agentes expressam de forma agressiva contra o elemento de perturbação daquela ordem. Isso suscitava ataques e ultrajes dos mais variados contra o professor, que, diante da minha sugestão diplomática,

respondeu-me que em hipótese alguma sairia daquele grupo, pois sua posição era a única nota crítica naquela terra desolada (Garschagen, 2016).

Interessa observar como o autor afirma que a guerrilha intelectual e acadêmica extrapola o ambiente físico da universidade e ocorre, também, dos contextos digitais, ou seja, na esfera pública digital brasileira. No encadeamento do debate, o autor parece produzir uma construção argumentativa a imagem a “tóxicos dependentes” àqueles/as que resistem, nos contextos digitais, a propagação do discurso enviesado de ultraliberais e conservadores olavistas: “Para muitos desses progressistas das esquerdas de variadas matizes (e não só para eles), a internet é um poderoso estimulante comportamental, como a cocaína ou o crack para criminosos.” Percebe-se a intencionalidade de desqualificar o/a adversário/a presente no discurso.

Tomando como exemplo o discurso de Olavo de Carvalho, presente no artigo *Como vencer um debate sem precisar ter razão*, do livro *O imbecil coletivo II*, podemos compreender o que levou à não aceitação da perspectiva do professor com quem Garschagen se havia solidarizado:

[...] essas ideologias a prosperar em nossas plagas de Pindorama, muito embora tenham sido destroçadas em âmbito global, em 1945 e 1989 respectivamente. Os divertidos comentários de Olavo de Carvalho devem ser lidos para nos defendermos dos neoburros e imbecis coletivistas, incrustados nos meios culturais que a hegemonia gramsciana domina.

[...]

A hagiografia exacerbada e destinada a enternecer nossos corações de "homens cordiais" está hoje santificando guerrilheiros assassinos como Che Guevara, e toda a facção da inteligentzia, tão notoriamente privada da mesma, que se destacou ao tentar converter o Brasil numa nova e gigantesca Cuba: Antônio Callado, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e o Betinho - que Deus os perdoe e os guarde em sua santa utopia ...

Mas a prova que a chamada "esquerda burra" a tudo está disposta para conservar as posições conquistadas - inclusive inquisição, censura e violência - nos é oferecida pelo pequeno incidente ocorrido há poucos dias na PUC do Rio. Estudantes daquela universidade publicaram um jornal a que deram o nome de O Indivíduo, para destacar sua oposição ao coletivismo sombrio, controlado pelo "politicamente correto" que se pretende implantar em nome de "justiça social". Foram agredidos por arruaceiros da SS jesuítica. Mas, ao se queixarem ao reitor Jesus Hortal Sánchez SJ, foram desautorizados com o argumento que "o individualismo ignora a solidariedade humana e o conteúdo cristão da fraternidade (Carvalho, 1998, p. 329-330).

É possível depreender da prática discursiva de Garschagen, bem como outras práticas discursivas do campo ultraliberal, a mesma perspectiva argumentativa elaborada por Olavo de Carvalho. Ou seja, a beligerância argumentativa como uma das táticas da guerrilha

intelectual e acadêmica. Referindo-se ao contexto social, político e ideológico imediatamente posterior à publicação do artigo de Garschagen, Orso refletiu que:

No atual momento em que vivemos, presenciamos uma profunda crise do capital. Trata-se de uma prolongada crise de superacumulação e de superprodução. E a solução, do ponto de vista do capital, passa pela explosão das atuais relações de produção existentes, de tal modo que possa se libertar das amarras e imprimir um novo processo de acumulação. Isso, porém, não ocorre de forma harmônica, nem pacífica. Ao contrário, pressupõe muitos conflitos e muita violência para gerar instabilidade, provocar a destruição das condições existentes e justificar reformas ao sabor, ao gosto e de acordo com as necessidades do capital. Nisso se insere tanto o golpe econômico, político, midiático e judicial, como o desferido contra os direitos sociais conquistados com muita luta e, dentre eles, contra a educação, que é transformada em mercadoria e utilizada como uma das formas de resolver parte da crise do capital (Orso, 2017, p. 233).

Podemos interpretar essa narrativa, a da guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal, como um processo de disputa de espaço e poder político e intelectual no interior das instâncias de educação. Mas, também, como uma estratégia para manipular a opinião pública em torno de um projeto que produza uma imagem negativa sobre as universidades públicas brasileiras, permitindo aos setores interessados na privatização da educação operarem sob certo consenso previamente fabricado por organizações como *Instituto Mises Brasil*.

Entendemos, portanto, que a melhor forma de compreender a narrativa dos setores ultraliberais é considerá-la como um processo e, conforme discute acima Orso, uma estratégia para a obtenção do seu interesse último: a apropriação das estruturas das universidades públicas brasileiras, de forma que se tornem um produto a serviço da acumulação do capital pelos setores empresariais da educação.

### III.2.3 - Práticas discursivas sobre as perspectivas da educação ultraliberal: ideologia e produção de subjetividades radicalmente pró-capitalistas

Uma das narrativas presentes nas práticas discursivas da organização ultraliberal brasileira *Instituto Mises Brasil*, é a da afirmação da identidade libertária, anarcocapitalista ou ultraliberal. Aquela narrativa sustentava-se em estudos intensos do escopo teórico, político e “filosófico” produzido e propagado pelos intelectuais orgânicos vinculados à *Escola de Economia Austríaca*.



O presidente do *Institute Mises* nos Estados Unidos, Lew Rockwell, no discurso *Os primeiros e os próximos 25 anos*, em comemoração aos 25 anos da organização ultraliberal estadunidense, fazia um balanço daquilo que havia sido possível influir para tornar a sua organização “a força impulsionadora da velha teoria liberal pelo mundo afora”. Não à toa, segundo Helio Beltrão, presidente do IMB, no já referido primeiro programa de podcast gravado, iria procurar “tropicalizar” o modelo do *Mises* estadunidense. A tática operacional da matriz estadunidense era o uso intenso dos contextos digitais como uma forma de propagar todo o repositório ideológico ultraliberal que estava sendo disponibilizado *on-line*: “Vastas quantias de materiais incríveis, os quais não viam a luz do dia havia décadas, estão agora a apenas um clique” (Rockwell, 2008).

Esse, também, era o rumo que a organização brasileira queria para si. Muito embora tal definição parecesse estar ainda em aberto, conforme o informativo dado pelo intelectual ultraliberal Cristiano Fiori Chiocca, em 18/10/2010. Chiocca, empresário e economista, foi um dos fundadores do *Instituto Mises Brasil* três anos antes da publicação do informativo sobre as inspirações da organização ultraliberal. O evento discursivo arquitetado por Chiocca vincula-se ao plano das aspirações projetadas por Lew Rockwell no discurso comemorativo dos 25 anos do *Mises Institute* (EUA). Tal como Rockwell, Chiocca traçava planos no campo da batalha ideológica.

Partindo de um suposto encontro com um jovem interessado no ultraliberalismo e leitor do sítio eletrônico do IMB, Chiocca iria destacar a importância da sua organização voltar-se para a divulgação da matriz ideológica da *Escola Austríaca de Economia*:

Já faz um tempo que eu queria escrever sobre esse tema, pois sempre pensei no Instituto Mises Brasil como um disseminador da Escola Austríaca no Brasil(*sic*). No lançamento do livro do Constantino, *A Economia do Indivíduo*, fiquei conhecendo o André Cardoso, um jovem leitor do site que está terminando o colegial. Veio-me à cabeça a lembrança de quando descobri o site do Mises Institute. Naquela época, estava entre o meio e o final do meu curso de economia, e pensei comigo mesmo: "se eu tivesse descoberto esse site antes, teria poupado uma fortuna, jamais teria feito faculdade de economia". Os artigos eram didáticos, claros, sempre bem fundamentados. Cada artigo uma aula. O IMB nasceu mais ou menos com essa intenção: disseminar os artigos em língua local para que cada vez mais gente tenha acesso a EA. Mas não apenas isso: um papel importante do instituto é colocar à disposição dos leitores os livros dos grandes autores da EA que já existiam traduzidos para o português. E isso tem sido feito. Faltam poucos títulos a serem colocados no site e, no futuro, devemos ter os livros em PDF, e-books, *print on demand*, enfim, tudo ao gosto do freguês (Chiocca, 2010).

Destacamos deste excerto o suposto diálogo com a juventude. Para o IMB, como destacaria Helio Beltrão (*Primeiro Podcast Mises Brasil/2012*), a formação de “novos talentos”, ou seja, a educação ideológica e o engajamento da juventude brasileira nas fileiras ultraliberais passaria a ser uma das estratégias fundamentais da organização. Dois exemplos refletem o quanto essa estratégia foi - e continua ser - fundamental para a doutrinação ideológica da juventude brasileira, bem como de amplas parcelas da sociedade civil no país: o evento *Tour Libertário*, já discutido na seção anterior, e a experiência de Dal Pai (2017) quando confrontado com o discurso de um jovem aluno “embasado” pelas leituras de artigos obtidos no sítio do *Instituto Mises Brasil*:

Tive conhecimento da existência do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) quando lecionava em uma escola particular como professor de História e Filosofia em 2012. Dentre meus alunos da época, um em particular, de uma turma de 8º ano, despertou minha curiosidade. Ele era muito participativo nas aulas, principalmente quando se discutia sobre economia e política. Mas o ponto realmente curioso não era sua participação ativa nas aulas, mas sim o conteúdo de suas intervenções e argumentações. Suas falas eram direcionadas sempre em defesa da propriedade privada e do capitalismo como modo de produção de forma geral. As argumentações deste aluno, em sua grande maioria, sempre eram baseadas em livros e artigos lidos por ele. Neste sentido, é um tanto evidente minha curiosidade, pois me pareceu de uma peculiaridade muito grande um aluno, de sua faixa de escolaridade, ter interesse por ler obras e artigos de intelectuais neoliberais. Inclusive, o aluno em questão se autodenominava “libertário”, mas não se remetendo aos intelectuais do anarquismo (Mikhail Bakunin ou mesmo Pierre-Joseph Proudhon, por exemplo), mas a algo chamado pelos intelectuais estudados por ele como anarcocapitalismo. Por conta de meu interesse na singularidade da questão, por um lado, e seu interesse em debater sobre economia e política, por outro; conversávamos com frequência fora das aulas. Nestas conversas, ele acabou me apresentando a fonte de onde se originara seu conhecimento sobre os temas. Ele me passou o link do site do IMB, do qual, tinha posse de livros publicados, e era leitor assíduo. Conforme me mostrava a origem de seu conhecimento, baseado nos escritos e obras disponíveis no site, comecei a vislumbrar a existência de várias páginas e pessoas que, partindo direta ou indiretamente do IMB, argumentavam a favor da propriedade privada e do livre-mercado, entre outras questões pertinentes ao neoliberalismo, nas redes sociais, em particular no Facebook. Aliás, a partir dessa tomada de conhecimento do IMB, percebi também que, ao longo de um curto período (aproximadamente dois anos), o número de pessoas defendendo as posições neoliberais abertamente cresceu, e continua crescendo, rapidamente (Dal Pai, 2017, p. 13 -14).

Conforme percebemos no discurso de Chiocca, e através da experiência da prática profissional escolar de Dal Pai, os contextos digitais da organização ultraliberal seria fundamental para o processo de formação ideológica e o engajamento de leitores/as (Figura 5, Anexo I - Jovens influencers brasileiros debatem uso estratégico dos contextos digitais para a divulgação do ultraliberalismo). Este seria o papel central da “educação ultraliberal”, doutrinação ideológica, que o *Mises Brasil* estava desenvolvendo, mediante a proliferação de um vasto material nos contextos digitais. Percebemos nesta estratégia a tentativa de dar

uma resposta à ausência de espaço nas instituições tradicionais para o pensamento da *Escola Austríaca de Economia*. As universidades são territórios onde, na visão de Chiocca, a presença do pensamento e do arcabouço teórico ultraliberal não tem espaço. Portanto, o IMB precisa romper essa hegemonia. Uma observação importante nesta discussão deve ser feita a respeito do autodidatismo como um processo enfatizado nos discursos de intelectuais ultraliberais. Embora não haja muito espaço para desenvolver a problemática nesta dissertação, pretendemos deixar breves considerações.

Entendemos que os conteúdos produzidos e divulgados pelo *Mises Brasil* nos contextos digitais absorvidos sem a devida discussão e problematização por jovens e adultos, por meio do processo “autodidático” proposto por pela organização ultraliberal *Mises Brasil*, acarreta riscos importantes de doutrinação ideológica. Devemos levar em conta que estes conteúdos são constituídos por discursos impregnados de uma determinada intencionalidade, que os/as produtores/as desses discursos, consoante analisa van Dijk (2005), estruturam no próprio evento discursivo um caminho de entendimento possível de questões mais globais que deverão ser assimiladas pela audiência de leitores/as.

Portanto, entendemos que o “autodidatismo” defendido pelo IMB deve ser colocado em evidência e problematizado. O filósofo da educação Georges Gusdorf<sup>8</sup>, na obra *Professor para quê* (1995), conforme citado por Silva (2012), argumenta que:

O autodidata representa aqui o órfão da cultura, o *self made-man*, que, chegado muito tarde à preocupação do conhecimento, só deve a si próprio sua iniciação. Para ele, a cultura é um saber capitalizado nos livros, a totalidade indefinida das aquisições humanas, que precisa abordar sozinho. Ninguém lhe abre os caminhos, ninguém estabelece, no seio desta massa, as distinções hierárquicas indispensáveis. Saber e sabedoria apresentam-se-lhe como uma aglomeração, uma totalidade sem perspectiva; acha-se perdido na imensidão das bibliotecas como um viajante perdido num deserto sem pontos de referência, e que insistisse ao acaso, sucessivamente, em todas as direções, condenado afinal a morrer sem ter encontrado o caminho (Gusdorf, 1995, p. 133 citado por Silva, 2012, p. 168).

No processo de construção do conhecimento possibilitado pelas relações de ensino/aprendizagem da pedagogia socioconstrutivista - tão criticada pelo pensador ultraconservador Olavo de Carvalho conforme citamos na seção anterior - as problemáticas apontadas por Gusdorf, o sentimento de estar “sozinho”, “sem referências” e “perdido” diante das dinâmicas do processo de construção do conhecimento não encontra vez. As

---

<sup>8</sup> Infelizmente, não conseguimos ter acesso à obra de Gusdorf diretamente. Mas, como a discussão feita por Silva (2012) era bastante preciosa para as considerações realizadas por nós, optamos por usá-la.

relações erigidas no ambiente da educação socioconstrutivista são inerentemente mediatizadas. Segundo Boiko e Zamberlan:

Na perspectiva de que o processo de desenvolvimento é otimizado pelo aprendizado e que a presença ou a colaboração de outra pessoa mais capaz conduz este processo, o referencial sócio-construtivista situa a educação e a escola como tendo um papel essencial na promoção do desenvolvimento dos indivíduos, e o professor, como planejador, observador, promotor e desafiador do desenvolvimento dos mesmos. Neste sentido, o papel do professor é caracterizado como o de mediador entre os significados pessoais dos seus alunos e os culturalmente estabelecidos, promovendo o aprendizado e o desenvolvimento dos mesmos (Boiko & Zamberlan, 2001, p. 51).

Ou seja, conforme argumentam as investigadoras brasileiras citadas, a importância do/a professor/a e da escola são fundamentais como norteadores/as dos processos de ensino/aprendizagem. Sendo o/a professor/a e a escola promotores de uma visão crítica e emancipadora, tornam-se potenciais interlocutores na formação de pessoas atentas aos perigos dos ideologismos doutrinadores de percepções de mundo como a ultraliberal. Tendo em vista essa dinâmica, conseguimos compreender o porquê da defesa do *homeschooling* e do autodidatismo como bandeiras defendidas pelos ultraliberais: a falta de sujeitos e espaços especializados e capazes de livrar a juventude das armadilhas de discursos como o do corolário ultraliberal é significativamente propício para a captura e modelação de subjetividades receptivas à ideologia libertária/ultraliberal.

Retornando ao artigo de Chiocca, na busca de um modelo ideal para a consecução do projeto de educação ultraliberal, o *think tank* ultraliberal estadunidense *Mises Institute* seria o exemplo a ser seguido:

Nos EUA, o MI tem a *Mises University* e o *Rothbard Graduate Seminar*, que são um tipo de curso rápido, de uma ou duas semanas. Quando estiveram aqui na ocasião do Seminário de EA, os palestrantes nos concederam entrevistas (que o Fernando está devendo) e, na missão de formular as perguntas, fiz questão de questioná-los sobre como eles veem um curso formal de economia 100% EA. As respostas não foram exatamente o que eu esperava: eles disseram que a EA deve ocupar cada vez mais espaço, etc, etc. Mas uma resposta em especial apontou para o Home Study Course (<http://mises.org/store/Mises-Institute-Home-Study-Course-in-Austrian-Economics-P211.aspx>). Mais ainda: foi dito que o ensino "por si mesmo" vai conquistar grande parte do público que hoje frequenta as salas de aula. *Ainda não conheço o conteúdo desse Home Study, mas o modelo de uma série de aulas do Fundamentals of Economic Analysis (<http://mises.org/media.aspx?action=category&ID=99>) me agrada muito, e penso que um embrião de uma Universidade Mises Brasil deveria ser por aí, com cursos curtos, focados em certos temas, com algumas partes para os "já iniciados" e outras para os iniciantes.* Pesa o fato de que, no momento, os membros do IMB não são, como no MI, professores universitários (Chiocca, 2010).

No discurso de Chiocca, transparece a importância da relação com os ultraliberais dos EUA. Helio Beltrão, em sua entrevista ao *Primeiro Podcast Mises Brasil* (2012), é enfático em dizer o quanto receberam “incentivos” da organização estadunidense no processo de criação do *Mises* brasileiro. Os incentivos dados pelo *Mises Institute* à organização ultraliberal brasileira irão inspirar a adoção do modelo tático operacional desse *think tank*. Chiocca apresenta ao/à seus/as leitores/as os parâmetros que lhe servem de inspiração para os futuros cursos, hoje já existentes, a ser oferecidos pelo IMB. Todos seguindo o modelo do autodidatismo. Tal modelo, muito importante para a operacionalidade da organização, será incentivado em vários discursos produzidos e divulgados pelo IMB, como é o caso do professor e intelectual orgânico ultraliberal Antony Mueller no artigo *A internet e o futuro da liberdade*, de 03/11/2011. O discurso de Mueller, nesse artigo, é muito assertivo sobre como os contextos digitais são ferramentas tecnológicas de grande impacto para a proliferação de ideologias como o ultraliberalismo: “A revolução da informação moderna, e a internet em particular, representam uma revolução sócio-política; provavelmente a mais poderosa revolução desde o início da modernidade. Esta revolução de hoje trabalha em favor da liberdade.”

A secção de comentários do artigo de opinião de Chiocca acaba por se tornar um espaço onde a intelectualidade ultraliberal e conservadora irá, aparentemente de forma espontânea, deixar suas opiniões e contribuições para a formação de um projeto pedagógico da referida *Universidade Mises Brasil*. Fernando Ulrich se pronuncia em um discurso onde expressa sua percepção, permeada pela perspectiva da guerrilha intelectual e acadêmica:

Como recém formado no mestrado em EA (*Escola Austríaca de Economia*, grifo nosso) confesso que um conhecimento mais profundo do mainstream econômico me facilitaria na hora de destruir por completo seus argumentos. Entretanto, acho que a utilidade vai só até este ponto e nada mais. Dessa forma, se tivesse que escolher uma faculdade, talvez mesmo assim não escolhesse economia. Nosso tempo é precioso demais para aprender Keynes e cia palavra por palavra. Concordo com o Erick e acho que as Universidades deveriam ser fomentadoras de discussão e não indotinação. No entanto, hoje em dia elas têm exercido muito pouco esse papel. Infelizmente currículos universitários são quase padrões no mundo todo. Mesmo assim, inúmeros economistas austríacos lecionam em Universidades mainstream com currículo mainstream mas pouco a pouco questionando e induzindo a uma reflexão mais profunda, e por fim, expondo a perspectiva austríaca. O Helio recentemente me comentou que há inúmeros docentes austríacos na Argentina. Atualmente no mundo, conheço apenas uma Universidade 100% austríaca, a Francisco Marroquín da Guatemala. Inclusive a biblioteca se chama Ludwig Von Mises. Na Espanha, o Jesús Huerta de Soto está fazendo todo o possível para dominar o departamento de Economia na Universidade

Rey Juan Carlos. Já é o atual catedrático e, portanto, tem muito mais espaço para mudar o conteúdo curricular e contratar docentes com viés austríaco ou pelo menos questionador (?). *Nos cursos de graduação de Comunicação Visual, ADM e Economia nesta Universidade o próprio Huerta é o professor nas cadeiras de Introdução a Economia e o livro texto usado é o Ação Humana, o Dinheiro, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos, além de diversos textos de Hayek, Rothbard, Bawerk, Menger, etc (Ulrich em comentário ao artigo de Cristiano Chiocca).*

O comentário postado por Ulrich reforça a lógica da guerrilha intelectual e acadêmica elaborada pelos/as intelectuais ultraliberais. Importa dizer que nem sempre a referida guerrilha é realizada pela confrontação de narrativas, como nos discursos Olavo de Carvalho e Bruno Garschagen, podendo ocorrer pela disputa e ocupação estratégica de posições nos departamentos acadêmicos de universidades, como revela o comentário de Ulrich. Além disso, ele demonstra a forma como os/as ultraliberais encaram o ensino tradicional nas universidades: mero instrumento para a inserção no mercado de trabalho e como forma de conhecer melhor o/a “adversário/a ideológico/a”, na tentativa de o combater mais eficazmente.

Outro Intelectual ultraliberal, que ainda hoje figura entre os principais nomes do IMB, Jorge Iorio, ao ser lembrado por um leitor, afirma que:

É claro que a iniciativa tem todo o meu apoio. É um velho sonho que venho acalentando há anos e, por experiência com muitos alunos, posso afirmar que será um sucesso. Agradeço a lembrança do meu nome e gostei até do "lápiz" do Cristiano. Além do Muller e do Barbieri, temos um outro "austríaco" aqui no Rio, que fez a tese de PhD na NYU com o Israel Kirzner. É o Gilberto Salgado. É muito modesto e tímido, mas tem um vasto conhecimento da EA. Prometi ao Helio que me empenharia em trazê-lo para o IMB. Avanti, ragazzi! (Jorge Iorio em resposta ao artigo de Cristiano Chiocca)

Iorio traz a perspectiva de que haveria outros intelectuais ultraliberais disponíveis para auxiliar a tarefa ideológica educativa do IMB e nos traz a informação dos processos de cooptação de intelectuais para os quadros da organização. Posteriormente, Iorio, em parceria com Barbieri e Mueller, articulou um artigo de opinião, *Por que os austríacos lecionam em universidade pública*, de 2012 - analisado na seção anterior.

Olavo de Carvalho deixa a sua contribuição - cujo excerto do discurso já destacamos na seção anterior -, enfatizando a necessidade de uma formação intelectual e ideológica consistente, através de pequenas “células” de pessoas empenhadas em assimilar o corolário ultraliberal. Ele destaca o papel das classes empresariais na manutenção da viabilidade de promoção de aparelhos ideológicos como a *Atlas Network* e outros similares. Carvalho sugere que tal modelo poderia ser adaptado à realidade brasileira.

Como já se disse, a secção de comentários foi bastante participada. Muitas outras contribuições e sugestões foram dadas por vários intelectuais ultraliberais. Mas, por limitação de espaço, optamos por ficar nos supracitados. A dinâmica da intervenção opinativa por parte da intelectualidade ultraliberal e conservadora evidencia que os artigos do IMB, como aqui exemplificado, são objeto de interesse no meio ultraliberal. O facto de participarem com suas contribuições e sugestões revela um certo carácter de “solidariedade” e “irmandade”, num momento em que o IMB parecia à deriva em busca de um caminho próprio para produção de modelos que viabilizassem seu projeto de educação ideológica na sociedade brasileira.

O teor da mensagem informativa elaborada por Cristiano Chiocca é imensamente revelador do projeto que já estava em curso e do que o público leitor ultraliberal poderia esperar como tarefa que o *Instituto Mises Brasil* iria assumir para si: a missão de tornar-se um poderoso instrumento dos projetos de poder de frações das elites brasileiras, expresso no capital simbólico da potência narrativa orquestrada por uma classe de intelectuais orgânicos/as a seu serviço.

## Conclusão

A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideais dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, "selecionam" e "distorcem" o que os olhos veem, e "escondem" o que não deve ser visto. O leitor poderia se perguntar: mas por que alguém faria isso? Por que existiria o interesse em esconder, distorcer ou, como dizemos na vida cotidiana, o interesse em "mentir" sobre como o mundo realmente é? Ora, como diria o insuspeito Max Weber, os ricos e felizes, em todas as épocas e em todos os lugares, não querem apenas ser ricos e felizes. Querem saber que têm "direito" à riqueza e felicidade. Isso significa que o privilégio - mesmo flagrantemente injusto, como o que se transmite por herança - necessita ser "legitimado", ou seja, aceito por aqueles que foram excluídos de todos os privilégios.

Souza (2019, p. 5)

Após mais de uma década de conquistas sociais, e também de inúmeras no campo da educação, o Brasil mergulhou num período de imensos retrocessos a partir de 2016. A educação e aqueles/as que militam nesse campo se viram cercados/as, sufocados/as, asfixiados/as, pelas correntezas dos avassaladores processos ideológicos conservadores e ultraliberais. Nesse sentido, tentar compreender esses processos torna-se fundamental em nosso contexto histórico.

Paralelamente ao conservadorismo extremo que tenta moldar a educação brasileira, à "balbúrdia" e paralisia do ministério da educação brasileiro, aos cortes orçamentários e às perseguições e intervenções políticas no ambiente educacional brasileiro, as organizações e intelectuais ultraliberais são as grandes ameaças presentes em nosso país (Dal Pai, 2017; Patschiki, 2012; Patschiki et al. 2016; Rocha, 2017; Rocha; 2019; Souza, 2020) etc.

O perigo representado por organizações de caráter ultraliberal, que em resposta às crises dos processos metabólicos do capitalismo procuram moldar narrativas e manipular subjetividades, foi o que tentamos demonstrar em nossas análises e discussões. Partindo do caso particular do *Instituto Ludwig Von Mises Brasil*, um aparelho privado de hegemonia ultraliberal, selecionámos um conjunto de práticas discursivas que tinham como foco estratégico a elaboração de narrativas com vista: i) ao questionamento das políticas públicas no setor da educação, ii) à disputa de poder nos espaços acadêmicos e em outras instâncias pedagógicas na sociedade civil e iii) à construção de um projeto de captura e modulação de subjetividades.



Nossas análises (Capítulo III/seção 2.1) revelaram como os/as intelectuais ultraliberais procuram enfatizar a perspectiva discursiva onde o "estado" age contra os interesses de toda a sociedade por meio da "inculcação da ideologia do estado", atuando na produção do "controle da mente" por meio da educação. Processo que, no entender ultraliberal, se desenvolve em todo o sistema educativo, seja ele estatal ou privado. Como discutimos, as práticas discursivas ultraliberais, na projeção dessa figura "coercitiva" e "ideológica" do "estado", operam no imaginário social, elaborando o Estado como um ser concreto, personificado algumas vezes na figura de seus/as agentes. Como procurámos problematizar, a construção dessa imagem e as contundentes críticas feitas pelos/as intelectuais ultraliberais do *Mises Brasil*, ocultam estratégias específicas de atuação desse aparelho privado hegemônico. Supostamente agindo em nome da defesa dos interesses das famílias e da sociedade, a ideologia ultraliberal configura-se como uma reação dos interesses de frações das elites nacionais e transnacionais que visam a desestruturação do sistema educativo sob a gestão do Estado. Nossas análises dão a conhecer os interesses privados que se deslocam no sentido de construir uma imagem extremamente negativa de todo o sistema educacional estatal e, com isso, fabricar consensos de que tal sistema deva ser abolido e deixado nas mãos do mercado, sendo este mais eficiente no cumprimento das expectativas educacionais da sociedade.

Como procurámos demonstrar (Capítulo III/seção 2.2), a produção de uma imagem extremamente negativa do sistema educacional brasileiro, em particular do ambiente acadêmico e intelectual, esteve presente nas práticas discursivas da guerrilha intelectual e acadêmica promovida pelos/as pensadores/as que colaboram com o *Instituto Mises Brasil*. Colados/as à narrativa produzida pelo influente intelectual da ultradireita brasileira, Olavo de Carvalho, os/as intelectuais do *Mises* invocaram o discurso contra o "marxismo cultural", que, segundos eles/as, é propagado nas universidades e escolas brasileiras por professores/as progressistas e de esquerda (Capítulo II, secção 2.2). A disputa ideológica e por poder no espaço da educação emergiu como dimensão relevante das práticas discursivas analisadas, aglutinando diferentes estratégias. Defrontados/as com o desprestígio de seu escopo "científico" no ambiente acadêmico e intelectual, os/as intelectuais ultraliberais passariam a tentar influenciar esse ambiente desde dentro.

Entendemos que as táticas reveladas por nossas análises não se excluem e revelam a estratégia para a obtenção do interesse último do aparelho privado de hegemonia Instituto

Mises Brasil: a apropriação das estruturas das universidades públicas brasileiras, de forma que elas se tornem um produto a serviço da acumulação metabólica do capital pelos setores empresariais da educação. Assim, a conquista de espaço no ambiente acadêmico e intelectual brasileiro serviria, tão somente, para legitimar o discurso ultraliberal e fortalecer o processo de captura ideológica orquestrado pela organização.

Por fim, e não menos importante, procurámos demonstrar que o fortalecimento da captura ideológica intentada pelos/as intelectuais ultraliberais não se efetivam, apenas, nos espaços acadêmicos e intelectuais, mas também, por meio dos contextos digitais, amplificando seus discursos na esfera pública digital brasileira (Capítulo III/seção 2.3). Combatendo a perspectiva sobre a necessidade dos processos educativos formais, que ocorrem no interior do sistema oficial de educação, argumentam a favor dos processos autodidáticos como uma forma de “não se deixar educar pelo estado”. Para isso, enfatiza-se a forte formação “teórica” por meio da leitura atenta do legado intelectual de pensadores/as ultraliberais da Escola de Economia Austríaca, amplamente divulgado e atualizado pelos/as “austríacos/as” contemporâneos/as do *Instituto Mises Brasil*. Procurámos discutir como a leitura acrítica desse escopo “científico” ultraliberal, por meio dos processos autodidáticos, pode ser significativamente problemática, acarretando um considerável potencial de produzir leituras distorcidas da realidade e de contribuir na captura ideológica dos sujeitos.

Procurámos demonstrar que tal dinâmica se tem efetivado de forma consistente na esfera pública digital brasileira, posto ser esse o contexto que tem adquirido centralidade nos processos de consumo de informações políticas e dos modos de engajamento político e ideológico (Capítulo I/Seção 3). Consideramos que o material selecionado, para as análises propostas nesta investigação, permitiu-nos perceber as lutas políticas e ideológicas sobre a temática da educação presentes nas práticas discursivas produzidas e divulgadas amplamente nos contextos digitais da organização ultraliberal *Instituto Ludwig von Mises Brasil*. Argumentámos como o conjunto desses documentos contribuem para uma narrativa discursiva que revela o sentido do projeto político e ideológico intentado pelo *Mises Brasil* no seu embate discursivo/ideológico em relação às políticas públicas de educação no Brasil.

Tentámos evidenciar o papel da organização ultraliberal brasileira na produção de uma narrativa que questiona o papel do Estado e dos/as professores/as, ou seja, de intelectuais orgânicos/as na concepção gramsciana, que na visão ultraliberal estariam “alinhados/as” com a “ideologia do estado”. Tal narrativa argumenta a favor de mudanças -

não para melhor em nossa concepção - na forma como se efetiva o sistema educacional no Brasil, apoiando o *homeschooling*, bem como incentivando a projeção de uma sociedade livre da “interferência estatal” em todos os âmbitos, inclusive na educação.

A narrativa ultraliberal ainda entende que, enquanto não chegar o dia em que a educação no Brasil não esteja sob “interferência do estado” - e que a própria sociedade, em diálogo com direto com o “mercado”, tenha a “liberdade” para gerir os seus interesses e expectativas educacionais -, é imperativo que os intelectuais ultraliberais se façam presentes nos espaços de debate sobre a gestão da educação no Brasil, erguendo-se como uma voz dissonante contra a “ideologia estatal” e seus agentes. Eles também devem estar no interior do sistema educativo brasileiro, lutando para transformá-lo. Estes são os argumentos-chave, transversais às práticas discursivas analisadas.

Entendemos que o foco na luta por levar as pautas da ideologia ultraliberal para o cerne das discussões sobre as políticas de educação no Brasil, pelo IMB, representa o esforço dessa organização por fazer valer o seu potencial de influenciar a sociedade brasileira. A ideologia ultraliberal manifesta-se de modo operacional discursivo, cuja intencionalidade é transformar percepções e fabricar consensos em torno de pautas do interesse de frações associadas às dinâmicas metabólicas do capital. A compreensão dessa dimensão nos traz muitas luzes sobre as práticas discursivas do IMB no embate com o Estado, como agente educativo. De entre as muitas arenas abertas pelos ultraliberais do Mises Brasil, o campo da educação é um território privilegiado na disputa pela atenção da sociedade brasileira. Nas narrativas ideológicas proclamadas por essas vozes, o Estado é articulado como uma “força opressora” que subjuga todos/as, seja por meio de seus instrumentos de coerção, seja por instrumentos ideológicos. Procurámos demonstrar em nossa investigação como os/as intelectuais produtores/as dos discursos, práticas discursivas, divulgados pelo *Instituto Ludwig Mises Brasil* definem a educação como um instrumento ideológico central no processo de dominação e sujeição da sociedade pelo “estado”, impedindo que esta se torne livre dos “grilhões estatais”.

Desmontar e trazer à tona os interesses presentes nessa narrativa, através da análise crítica das práticas discursivas produzidas e divulgadas pelo *Instituto Mises Brasil* na esfera pública digital brasileira, foi o objetivo central de nossa investigação. Com as análises críticas e discussões realizadas a partir dos discursos que fizeram parte de nosso *corpus* analítico, esperamos ter demonstrado, conforme assevera van Dijk, que os processos da ACD de um

documento não se esgotam em poucas páginas. De um curto fragmento de texto podem ser desenvolvidas problematizações e análises vastas - o que, assim desejamos, abre espaços para novas leituras, análises e discussões que podem ser levadas a cabo por outros/as investigadores/as. Esperamos ter sucesso em suscitar possíveis novas investigações por meio de nossa contribuição no entendimento dos embates ideológicos no contexto histórico, político e social.

Entendemos que hoje se afigura central nos embates políticos e ideológicos de nosso tempo a inspiração nas contribuições teóricas e nas lutas históricas por transformação social, por meio da leitura atenta e do diálogo crucial com a obra de autores/as como Gramsci, Freire, de entre outros/as. Estes/as se ergueram como intelectuais orgânicos/as que enxergaram na educação fator significativo para as mudanças necessárias nas engrenagens que movimentam a dialética história humana. Ambos, Gramsci e Freire, perceberam as complexidades existentes nos processos educativos, que ocupam não apenas o ambiente escolar e intelectual, mas são realizados nas diversas instâncias da vida social dos sujeitos. Ambos, igualmente, compreenderam as potencialidades ideológicas que permeiam esses processos, servindo como legitimadores e reprodutores das lógicas dominantes, mas encerrando também possibilidades de construção de sujeitos reflexivos e alicerçados em perspectivas de transformação social e política.

Quanto ao primeiro aspecto, a educação como aparato ideológico das classes dominantes, Gramsci deixaria imensas contribuições a partir de suas interpretações das obras marxianas. A luta pela hegemonia de uma classe sobre as outras, o papel dos aparelhos hegemônicos e atuação de intelectuais agindo organicamente na defesa dos interesses de determinadas classes sociais, continuam sendo linhas teórico-analíticas fundamentais na investigação atual.

Foi o nosso caso ao observar e discutir como o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil*, uma organização fundada na ideologia ultraliberal, se estrutura ativamente como um aparelho privado de hegemonia, ou *think tanks* na linguagem da ideologia liberal, de setores política e economicamente poderosos da sociedade brasileira, mas com relações estreitas com redes transnacionais na defesa de interesses ultraliberais do capitalismo contemporâneo. A arregimentação de intelectuais, ou mesmo a cooptação ideológica desses/as nas classes subalternas, faz parte do processo de sua luta por hegemonia e dominação. Seduzidos pelo capital, esses/as intelectuais se constituem na *vanguarda*

*ultraliberal* responsável pela produção de discursos que operam no sentido veicular o corolário ultraliberal de forma compreensível e assimilável na sociedade brasileira.

Diante do quadro político e ideológico que temos no Brasil de hoje, observamos movimentos conservadores de ultradireita e ultraliberais ampliarem a sua esfera de influência sobre a sociedade civil e mesmo nas instâncias oficiais de poder político, por meio de estratégias que (re)produzem a captura ideológica e a persuasão política, espécies de violências simbólicas “não coercitivas”, chegando ao governo do país.

O nosso trabalho teve como objetivo analisar e discutir como a dinâmica de captura ideológica e persuasão política ocorreu por meio da orquestração de práticas discursivas amplificadas na esfera pública digital brasileira. Compreender tal dinâmica, ao nosso ver, permitirá que novos processos dialógicos sejam construídos no sentido de desocultar interesses privados de classes com as quais não há possibilidade de pactos conciliatórios, uma vez que seus objetivos são exclusivamente voltados para maximização da acumulação metabólica do capital, mesmo que isso implique, em nome de uma pretensa “liberdade”, a exclusão dos direitos sociais e educacionais - e/ou em última instância, até das próprias condições mínimas de existência das pessoas mais vulneráveis, não só em nossa sociedade, mas por toda a parte.

Acreditamos que o nosso trabalho de investigação, submetido aos rigorosos exames do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Porto, se constitui em uma relevante contribuição para o entendimento das mudanças sociais ocorridas nos processos que tem na produção e propagação de ideologias uma dimensão expressiva de suas dinâmicas. Embasados em autores como Gramsci e Freire, que tinham uma profunda clareza sobre tais processos, procurámos demonstrar o quanto a ideologia e os instrumentos formativos que a corporificam são maximizados, amplificados, pelo uso das novas tecnologias digitais. As Ciências da Educação, assim pensamos, devem estar atentas a esses dinamismos, valorizando e incentivando investigadores/as que observam e analisam os processos educativos que se entrecruzam com as formas de produção e promoção das ideologias no mundo contemporâneo - mundo em que elas ganham centralidade e força o suficiente para tentar definir o projeto de futuro que queremos construir para a humanidade e o nosso planeta.

## **Referências bibliográficas do sítio eletrônico do Instituto Mises Brasil**

Augusto, Flávio (2019). Dica aos jovens: sejam ambiciosos e parem de perder tempo com sistema educacional convencional - Eis os 10 passos recomendados. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/article/2790/dica-aos-jovens-sejam-ambiciosos-e-parem-de-perder-tempo-com-o-sistema-educacional-convencional>

Beltrão, Helio (2016). O maior esquema de pirâmide do século - como Bernie Madoff enganou meio-mundo durante trinta anos: O clássico exemplo das regulações que protegem os regulados. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2316/o-maior-esquema-de-piramide-do-seculo--como-bernie-madoff-enganou-meio-mundo-durante-trinta-anos>

Beltrão, Helio & Geller, Anthony (2021). O que defende a Escola Austríaca e por que ela não deve ser confundida com libertarianismo: A ciência econômica deve ser livre de juízo de valor. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/3341/o-que-defende-a-escola-austriaca-e-por-que-ela-nao-deve-ser-confundida-com-libertarianismo>

Bishop, Tho (2018). O socialismo em sua essência: pobres morrendo de fome e a elite política se esbaldando, *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2944/o-socialismo-em-sua-essencia-pobres-morrendo-de-fome-e-a-elite-politica-se-esbaldando>

Bishop, Tho (2019). Limpar o “lixo marxista” é o melhor ponto de partida para um Brasil melhor, *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2976/limpar-o-lixo-marxista-e-o-melhor-ponto-de-partida-para-um-brasil-melhor->

Boudreaux, Donald (2017). Como o capitalismo e a globalização reduziram os preços e trouxeram progresso para todos: A tecnologia cada vez mais acessível permite maior igualdade de condições. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2757>

Chaves, Eduardo (2018). *Liberalismo, vida acadêmica e a esquerda na universidade*. [Podcast 330]. Mises Brasil. <https://mises.org.br/FileUp.aspx?id=551>

Claudino, Daniel Chaves (2019). Entendendo o básico sobre o homeschooling - e respondendo às três críticas mais comuns: Seus defensores querem apenas uma liberdade humana essencial. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2984>

Earle, Peter (2018). Na França, a população descobriu que ambientalismo e social-democracia custam caro: Eis o preço da mistura de assistencialismo com Acordo de Paris. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2968/na-franca-a-populacao-descobriu-que-ambientalismo-e-social-democracia-custam-car>

Equipe IMB (2013). Com uma pequena ajuda de nossos amigos. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1561/com-uma-pequena-ajuda-de-nossos-amigos>

Equipe IMB (2016). Uma crítica austríaca ao pensamento de Friedman. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/blogpost/2430/uma-critica-austriaca-a-milton-friedman>

Garschagen, Bruno (2012). *Entrevista com Helio Beltrão* [Podcast 1º]. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/FileUp.aspx?id=127>

Garschagen, Bruno (2016). Sobre Rui Barbosa, instituições e o Partido Conservador do Brasil Império - um outro lado. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2303>

Garschagen, Bruno (2018). Fernando Haddad, um autodeclarado marxista adepto da Escola de Frankfurt. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2948>

Geller, Anthony P. (2019). E se as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não mais tivessem de seguir o MEC?: Eis uma verdadeira reforma educacional. E as consequências seriam surpreendentes - e positivas. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2628/e-se-as-escolas-publicas-fossem-abolidas-e-as-particulares-nao-mais-tivessem-de-seguir-o-mec>

Gordon, David (2021). Como o "Acordo da Burguesia" enriqueceu o mundo: O súbito salto na riqueza que poucos valorizam. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/3337/como-o-tratado-da-burguesia-enriqueceu-o-mundo>

Grass, Claudio (2016). A Escola de Frankfurt, o marxismo cultural, e o politicamente correto como ferramenta de controle. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2401/a-escola-de-frankfurt-o-marxismo-cultural-e-o-politicamente-correto-como-ferramenta-de-controle>

Holanda, André de (2012). Falácia e grosseria: o homeschooling segundo mais dois "izpessialistas". *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1352/falacia-e-grosseria-o-homeschooling-segundo-mais-dois-izpessialistas>

Hoppe, Hans-Hermann (2009). Por que a monarquia é superior à democracia. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/373/por-que-a-monarquia-e-superior-a-democracia>

Hoppe, Hans-Hermann (2011). Por que Mises (e não Hayek). *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1124>

Horwitz, Steve & Adorney, Julian (2021). Nós não humanizamos o capitalismo; foi o capitalismo quem nos humanizou: Graças à acumulação de capital, o trabalho infantil foi abolido e a jornada de trabalho, reduzida. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2535/nos-nao-humanizamos-o-capitalismo-foi-o-capitalismo-quem-nos-humanizou>

lorio, Ubiratan Jorge (2016). Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/2574/gramsci-paulo-freire-e-a-batalha-da-linguagem-nosso-declinio-comecou-com-a-deturpacao-das-palavras>

lorio, Ubiratan Jorge (2018). Por que Mises e também Hayek? - Elevar um e ignorar outro é uma injustiça: Social-democracia, metodologia e o debate sobre a inviabilidade do socialismo. *Mises Brasil*.  
<https://mises.org.br/article/2838/por-que-mises-e-tambem-hayek--elevar-um-e-ignorar-o-outro-e-uma-injustica>

Kaiser, Bruno (2017). *Na luta por uma universidade livre* [Podcast 279]. *Mises Brasil*.  
<https://mises.org.br/FileUp.aspx?id=500>

Knight-Currie, Kevin (2018). Por que lixeiros e professores ganham menos que artistas e grandes jogadores de futebol - O mundo real não funciona exatamente como quer os seus sentimentos e desejos. *Mises Brasil*.  
<https://mises.org.br/article/2515/por-que-lixeiros-e-professores-ganham-menos-que-artistas-e-grandes-jogadores-de-futebol>

Lorenzon, Geanluca (2017). Em defesa do ultraliberal. *Mises Brasil*.  
<https://mises.org.br/blogpost/2612/em-defesa-do-ultraliberal>

McMaken, Ryan (2016). Se você não gosta do governo sob o qual vive, deve ter o direito de se separar e criar um outro. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/2341/se-voce-nao-gosta-do-governo-sob-o-qual-vive-deve-ter-o-direito-de-se-separar-e-criar-um-outro>

Mendes, Lucas (2010). O caso de um herói. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/655/o-caso-de-um-heroi>

Mueller, Antony (2011). A internet e o futuro da liberdade. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/1119/a-internet-e-o-futuro-da-liberdade->

Mueller, Antony (2018). O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence? Este é o embate ideológico da atualidade. *Mises Brasil*.  
<https://mises.org.br/Article.aspx?id=2953>

Mueller, Antony (2020). A esquerda “anti-fascista” tem muito em comum com os fascistas originais, *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/2868/a-esquerda-anti-fascista-tem-muito-em-comum-com-os-fascistas-originais>

Murphy, Robert P. (2009). A SEC torna Wall Street ainda mais fraudulenta. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/213/a-sec-torna-wall-street-ainda-mais-fraudulenta>



Murphy, Robert P. (2011). A Escola de Chicago versus a Escola Austríaca. Publicado em 26 de Junho de 2011. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/article/1024/a-escola-de-chicago-versus-a-escola-austriaca>

Narloch, Leandro (2017). Capitalismo de estado, ou “rent seeking”, é o comportamento que explica a economia do Brasil de hoje - A mão visível do estado ajuda os que temem a livre concorrência. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/article/2809/o-capitalismo-de-estado-ou-rent-seeking-e-o-comportamento-que-explica-a-economia-do-brasil>

Niño, José (2017). Um breve histórico da Venezuela: da quarta população mais rica do mundo à atual mendicância. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2687>

O socialismo venezuelano: pessoas comendo cachorros, saqueando supermercados e morrendo de inanição. (2016). *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2410/o-socialismo-venezuelano-pessoas-comendo-cachorros-saqueando-supermercados-e-morrendo-de-inanicao>

Pepinelli, Flávio (2014). Um manifesto separatista: discutindo a sério a secessão. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1982/um-manifesto-separatista-discutindo-a-serio-a-secessao>

Rockwell, Lew (2008). Por que a economia austríaca importa. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/article/36/por-que-a-economia-austriaca-importa>

Rockwell, Lew (2010). As raízes anti-humanas do movimento ambientalista: O novo socialismo. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/676/as-raizes-anti-humanas-do-movimento-ambientalista>

Rockwell, Lew (2013). Por uma nova liberdade: O manifesto libertário. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1710/por-uma-nova-liberdade--o-manifesto-libertario>

Rockwell, Lew (2016). Não se deixe enganar pelo estado. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1447/nao-se-deixe-educar-pelo-estado>

Rockwell, Lew (2016). O que realmente é o fascismo. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1343/o-que-realmente-e-o-fascismo>

Rockwell, Lew (2016). Vivemos em economia planejada pelo governo e poucos se dão conta disso. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2529/vivemos-em-uma-economia-planejada-pelo-governo-e-poucos-se-dao-conta-disso>

Roque, Leandro (2009). A ficha ainda não caiu em Brasília. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=262>

Roque, Leandro (2011). Belo Monte e o movimento ambientalista. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1157>

Roque, Leandro (2018). A catástrofe humanitária do socialismo venezuelano: 90% da população vive hoje na pobreza. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2847/a-catastrofe-humanitaria-do-socialismo-venezuelano-90-da-populacao-vive-hoje-na-pobreza>

Roque, Leandro (2019). Os quatro de nós que Bolsonaro e sua equipe terão que desatar, *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2957/os-quatro-nos-que-bolsonaro-e-sua-equipe-terao-de-desatar>

Rosset, Rafael (2016). O fascista é você! *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2323>

Rothbard, Murray (2011). Elucidando Milton Friedman e a Escola de Chicago. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/article/1065/elucidando-milton-friedman-e-a-escola-de-chicago>

Sandi, Douglas & Birmann, Ricardo (2020). Os aplicativos de entrega fornecem renda para os mais jovens - e são execrados pelos “humanistas”. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/article/3211/os-aplicativos-de-entrega-fornecem-renda-para-os-mais-jovens--e-sao-execrados-pelos-humanistas>

Silva, Rodrigo da (2016). Nunca se esqueça: golpista e fascista é você. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/blogpost/2377/nunca-se-esqueca-golpista-e-fascista-e-voce>

Sowell, Thomas (2015). A redistribuição é uma ideia economicamente insensata. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1972>

Sowell, Thomas (2019). Intelectuais e raça - o estrago incorrigível: E as tragédias causadas pelos oportunistas. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1554/intelectuais-e-raca--o-estrago-incorrigivel>

Tamny, John (2021). Como a desigualdade de riqueza acaba reduzindo a pobreza: Em economias livres, a desigualdade é uma consequência do progresso. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2764/como-a-desigualdade-de-riqueza-acaba-reduzindo-a-pobreza>

Tucker, Jeffrey (2016). Como bem ilustra a Venezuela, os defensores do socialismo desconhecem uma lei básica da economia. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2494/como-bem-ilustra-a-venezuela-os-defensores-do-socialismo-desconhecem-uma-lei-basica-da-economia>

Vieira, Mateus (2019). Uma pequena amostra do socialismo brasileiro, em números, *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/3035/uma-pequena-amostra-do-socialismo-brasileiro-em-numeros>

Wendt, Carlos Marcelo Velloso (2016). O nosso desastre começa nas faculdades e universidades de economia. *Mises Brasil*.  
<https://mises.org.br/article/2395/nosso-desastre-comeca-nas-faculdades-e-universidades-d-e-economia>

Williams, Walter (2014). Nosso frágil planeta. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1782>

Xavier, Dennys (2020). *O cenário das universidades no Brasil* [Podcast 426]. Mises Brasil.  
<https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=680>

Young, Roger (2014). Por meio deste ato, eu me separo. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/2341/se-voce-nao-gosta-do-governo-sob-o-qual-vive-deve-ter-o-direito-de-se-separar-e-criar-um-outro>

## **Referências bibliográficas**

Abe, Stephanie Kim (2020). *O racismo estrutural na escola e a importância de uma educação antirracista*.

<https://www.cenpec.org.br/noticias/o-racismo-estrutural-na-escola-e-a-importancia-de-um-a-educacao-antirracista>

Ação Educativa Assessoria (Ed.). (2016). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. Ação Educativa.

Adorno, Theodor (1995). *Educação e emancipação*. Paz e Terra.

Almeida, Paulo Roberto (Ed.). (2018). *A Constituição contra o Brasil: Ensaio de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988*. LVM.

Althusser, Louis (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Martins Fontes.

Alves Filho, Manuel (2017). *Base curricular é conservadora, privatizante e ameaça a autonomia, avaliam especialistas: Processo de construção da BNCC é marcado por divergências*.

<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>

Alves, Giovanni, Gonçalves, Mirian Quaresma, Maria Luiza, Ramos Filho, Tonelli Wilson, & Teles, Barbara Caramuru (Eds.). (2017). *A enciclopédia do golpe*. Práxis.

Amadeo, Javier (2011). *As origens do liberalismo: liberdade, autoridade e propriedade no pensamento político do século XVII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, on-line. ANPUH-São Paulo.

Amer, Karim, & Nouaijm, Jeane (Diretores). (2019). *The great hack: Privacidade hackeada*. [Filme]. Netflix.

Augusto, André Guimarães (2016). O neoliberalismo religioso e aristocrático de Von Mises. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 44, 86 - 110. <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/187>

Avelar, Mariana (2019). O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: Cássio, Fernando (Ed.). *Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 76 - 83). Boitempo.

Baptista, Maria das Graças Almeida (2010). Práxis e educação em Gramsci. *Filosofia e educação*, 2(1), pp. 181 - 203. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8635530/3323/4847>

Barrocal, André (2019). Sabotagem e misoginia embalam perseguição do MEC à UNB - Ministro Weintraub é suspeito de tentar forçar TCU a reprovar as contas da Reitora Márcia Abrahão. *Carta Capital*.  
<https://www.cartacapital.com.br/educacao/sabotagem-e-misoginia-embalam-perseguiçao-do-mec-a-unb>

Backer, David (2020). Ideology and education. In *Oxford Research Encyclopedia of Education* (pp. 1-16). Oxford University Press.

Becker, Kyene. (2019, maio 20). Lenin inventou a expressão “idiota útil” e recomendou o uso na “linha de frente” #boato. *Boatos.org*.  
<https://www.boatos.org/mundo/lenin-inventou-idiota-util.html>

Beltrão, Maria. (s.d.) *Maria Beltrão*. <http://www.mariabeltrao.com.br/>

Biesta, Gert (2018). O dever de resistir (dois pontos) Sobre escolas, professores e sociedade. *Educação*, 41(1), 21 -29. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29749>

Bodart, Bruno (2017). Para que servem os direitos sociais? 100 anos de constituições que prometem mundos sem fundos.  
<https://www.institutomillennium.org.br/para-que-servem-os-direitos-sociais-100-anos-de-constituicoes-que-prometem-mundos-sem-fundos/>

Boiko, Vanessa Alessandra, & Zamberlan, Maria Aparecida Trevisan (2001). A perspectiva sócio-construtivista na psicologia e na educação: O brincar na pré-escola. *Psicologia em estudo*, 1(6), 51 - 58.  
<https://www.scielo.br/j/pe/a/f3FJkXGVQL5JnsL7J5JP3C/abstract/?lang=pt>

Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil/Difel.

Bourdieu, Pierre, & Passeron, Jean-Claude (1992). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Livraria Francisco Alves.

Buttigieg, Joseph A. (2017). Subalterno/subalternos. In: Liguori, Guido, & Voza, Pasquale (Eds.), *Dicionário gramsciano 1926 - 1937* (pp. 1296 - 1302). Boitempo.

Caetano, Maria Raquel & Mendes, Valdelaine da Rosa (2020). Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. *Educar em Revista*, 36, 1 - 17.  
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.75939>

Caiani, Manuela, & Parenti, Linda (2011). The Spanish extreme right and the Internet. *Análise Social*, XLVI(201), 719-740. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n201/n201a06.pdf>

Carvalho, Olavo de (2019). *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. Vide.

Carvalho, Olavo de, & Dugin, Alexandre (2012). *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: Um debate entre Olavo de Carvalho e Alexandre Dugin*. Vide.

Casimiro, Flávio Henrique Calheiros (2016). *A “nova direita” no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1984 - 2014)* [Tese de doutoramento não publicada]. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13910>

Castells, Manuel (1999). *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra.

Castells, Manuel (2001). *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade*. Zahar.

Castells, Manuel (2017). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Celikates, Robin (2015). Digital publics, digital contestation: A new structural transformation of the public sphere?. In Celikates, Robin & Kreide, Regina & Wesche, Tilion (Eds.) *Transformations of democracy: Crisis, protest and legitimation* (pp. 159-176). Rowman & Littlefield.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. (s.d). *Hélio Marcos Pena Beltrão*. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao>

Costa, Petra (Diretora). (2019). *Democracia em vertigem* [Filme]. Netflix.

Couto, Dilnéia Rochana Tavares do (2014). Sobre o conceito de esfera pública: Com Fraser e contra Habermas?. In: Lima, Clovis Ricardo Montenegro de (Ed.). *Os direitos humanos enquanto conteúdo* (pp. 133 - 139). Salute.

Cristofolletti, Evandro Coggo, & Serafim, Milena Pavan (2018). As Think Tanks liberais no Brasil enquanto aparelhos de hegemonia: influências na sociedade civil e no Estado. *Política e Políticas Públicas*, 9, 5 - 26. <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/leg/article/view/1472/1548>

Cruz, Antônio (2019). Educação: A mediocridade autoritária como política de governo. *De olho nos planos/Agência Brasil*. <https://deolhonosplanos.org.br/opiniao-mediocridade-autoritaria/>

Cunha, Otávio Augusto (2020). O sujeito empreendedor, alienado e servil. *Outras palavras* <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/sujeito-empendedor-alienado-e-servil/>

Dal Pai, Raphael Almeida (2017). *Instituto Ludwig Von Mises Brasil: Os arautos do anarcocapitalismo* (Dissertação de mestrado). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Estadual do Oeste Paranaense. <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3160>

Dantas, Humberto, Themoteo, Reinaldo J., & Woischnik, Jan (2010). Apresentação In Woischnik, Jan (Ed.), Educação política: reflexões e práticas democráticas. *Cadernos Adenauer*, XI(3), 3-11. [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038)

Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix(2010). *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.

Delmas, Candice (2018). Is hacktivism the new disobedience?. *Raisons politiques*, 1(69), 63-81. <https://philpapers.org/archive/DELIHT-2.pdf>

Dornelles, Juliano, & Mendonça Filho, Kleber (Diretores). (2019). *Bacurau*. SBS Productions.

Dowbor, Ladislau (2017). *A era do capital improdutivo: A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e a destruição do planeta*. Outras Palavras & Autonomia Literária.

Dreifuss, René Armand (1981). *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Vozes.

Eagleton, Terry (1997). *Ideologia: Uma introdução*. Boitempo.

Ekman, Joakim, & Amnå, Erik (2012). Political participation and civic engagement: a towards new typology. *Human Affairs Review*, 22, 283–300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>

Engels, Friedrich (2007). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo.

Evangelista, Rafael (2018). *Para além das máquinas de adorável graça: Cultura hacker, cibernética e democracia*. Sesc.

Evangelista, Rafael, & Bruno, Fernanda (2019). WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review: Journal on Internet Regulation*, 8(4), 1-23. <https://doi.org/10.14763/2019.4.1434>

Ferraz, Ricardo, & Borges, Laryssa (2021). Bandeira bolsonarista, o ensino em casa entra em discussão no Congresso: A Câmara dos Deputados se prepara para votar o projeto de lei que regulamenta o "homeschooling", apoiado pela bancada evangélica. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/educacao/bandeira-bolsonarista-o-ensino-em-casa-entra-em-discussao-no-congresso/>

Figueiredo, Patrícia (2018). Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou o “kit gay”: Jair Bolsonaro (PSL) acusa adversário de ter sido responsável pela idealização de material escolar contra a homofobia, mas iniciativa surgiu do Legislativo. *El País*. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381\\_052616.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html)

Foucault, Michel (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes.

Fraser, Nancy (2003). O que é crítico na teoria crítica. *Ex æquo - Revista da associação portuguesa de estudos sobre as mulheres (APEM)*, 8, 57 - 89. <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/o-que-e-critico-na-teoria-critica>

Freire, Paulo (1991). A educação é um ato político. *Cadernos de Ciência*, 24, 21-22 [http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1357/2/FPF\\_OPF\\_07\\_015.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1357/2/FPF_OPF_07_015.pdf)

Freire, Paulo (2011). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.

Freire, Paulo (2013). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freitas, Luiz Carlos de (2012). Os reformadores empresariais da educação: Da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, 33(119), 379 - 404. <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119>

Freitas, Luiz Carlos de (2018). *A reforma empresarial da educação: “nova direita”, velhas ideias*. Expressão Popular.

Freitas Filho, Luciano (2019). *Em defesa da escola: Reflexões sobre a educação domiciliar/homeschooling: A quem interessa a deslegitimação da escola? Com mais crianças pobres fora da escola, não seria a educação domiciliar um caminho para o trabalho infantil?. Justificando*.

<https://www.justificando.com/2019/03/25/em-defesa-da-escola-reflexoes-sobre-a-educacao-domiciliar-homeschooling/>

Frigotto, Gaudêncio (2017). *Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. EdUERJ.

Gallego, Esther Solano (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.

Genro, Tarso (2019). Ultraliberalismo é a revolução da barbárie: De Hayek, o “moderado” a Guedes, o radical. *Jornal Sul21*. [https://www.sul21.com.br/colunas/tarso-genro/2019/11/ultraliberalismo-e-a-revolucao-da-barbarie-de-hayek-o-moderado-a-guedes-o-radical/#google\\_vignette](https://www.sul21.com.br/colunas/tarso-genro/2019/11/ultraliberalismo-e-a-revolucao-da-barbarie-de-hayek-o-moderado-a-guedes-o-radical/#google_vignette)

Gentili, Pablo, & Oliveira, Dalila Andrade (2018). A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: Sader, Emir (Ed.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (pp. 253 - 263). FLACSO-Brasil/Boitempo.

Gilman, Sari & Kornbluth (Diretores). (2017). *Salvando o capitalismo*. Eden Wurmfeld Produção.



Gomes, Wilson (2005). Internet e participação política em sociedades democráticas. *FAMECOS*, 27, 58-78. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/3323/2581>

Grabowski, Gabriel (2019). Quais são os interesses das fundações e institutos empresariais com a BNCC e o “novo” ensino médio. *Extraclasse*. <https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2019/09/quais-sao-os-interesses-das-fundacoes-e-institutos-empresariais-com-a-bncc-e-o-novo-ensino-medio/>

Gramsci, Antonio (1999). *Cadernos do Cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Civilização Brasileira.

Gramsci, Antonio (2000). *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política*. Civilização Brasileira.

Gramsci, Antonio (2001). *Cadernos do Cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Civilização Brasileira.

Gros, Denise B. (2004). Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *RBCS*, 19(54), 143 - 160. <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a09v1954.pdf>

Gros, Denise B. (2010). Novas formas de ação política do empresariado gaúcho nas últimas décadas. In Conceição, Octávio A. C., Grandó, Marinês Zandavali, Teruchkin, Sônia Unikowsky, & Faria, Luiz Augusto Estrella, *A evolução social (Três décadas de economia gaúcha)*, (pp. 172-210). FEE. <https://arquivofee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume3/7/denise-gros.pdf>

Guelli, Pablo López (Director). (2019). *A nossa bandeira jamais será vermelha* [Filme]. Salamanca Filmes Produção.

Guimarães, Juliana Depiné Alves (2014). Opinião pública e internet: uma discussão acerca do conceito de esfera pública habermasiana nos ambientes digitais. In Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de. (Ed.). *Os direitos humanos enquanto conteúdo* (pp. 141 - 154). Salute.

Guimarães Jr., Mário J. L. (2004). De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line. *Horizontes Antropológicos*, 10(21), 123-154. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100006>

Habermas, Jürgen (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.

Hobbes, Thomas (2009). *O Leviatã: Ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Martin Claret.

Hobsbawm, Eric (1991). *Nações e nacionalismo desde 1780*. Paz e Terra.

Honneth, Axel (1999). "The social dynamics of disrespect: Situating critical theory today". In Dews, P. (Ed.) *Habermas: A critical reader* ( pp. 320-337). Blackwell.

Hülsmann, Jörg Guido (2016). Ludwig Von Mises e as organizações libertárias: Lições estratégicas. *Mises*, 4(1), 161 - 181. <https://www.revistamises.org.br/misesjournal/article/view/833/517>

Infomoney (s.d.). *Paulo Guedes: A trajetória do fiador econômico do governo Bolsonaro*. <https://www.infomoney.com.br/perfil/paulo-guedes/>

Instituto Ludwig Von Mises Brasil. (s.d.). *Professor especialista: Hélio Beltrão*. <https://pgea.com.br/project/helio-beltrao/>

Iorio, Ubiratan Jorge (2017). *Dos protoaustríacos a Menger: Uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia*. LVM.

Janela Afonso, Almerindo, & Lucio-Villegas, Emilio (2007). Estado-Nação, educação e cidadanias em transição. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(1), 77 - 98. [https://www.researchgate.net/publication/26496321\\_Estado-nacao\\_educacao\\_e\\_cidadanias\\_em\\_transicao/link/004635149718fd75da000000/download](https://www.researchgate.net/publication/26496321_Estado-nacao_educacao_e_cidadanias_em_transicao/link/004635149718fd75da000000/download)

Kerstenetzky, Célia (2012). *O Estado de bem-estar social na idade da razão*. Campus/Elsevier.

Laval, Christian (2003). *A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Planeta.

Lévy, Pierre (2010). *Tecnologias da inteligência: O futuro da inteligência na era da informática*. Editora 34.

Lévy, Pierre (2018). *Cibercultura*. Editora 34.

Libâneo, José Carlos (2012). O dualismo perverso da escola pública brasileira: Escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, 38(1), 13-28. <https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>

Liguori, Guido (2017). Aparelho hegemônico. In Liguori, Guido, & Voza, Pasquale (Eds.) *Dicionário Gramsciano (1926 - 1937)* (pp. 75 -77). Boitempo..

Losurdo, Domenico (2006). *Contra-história do liberalismo*. Ideias & Letras.

Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane Santana, & Lurdes, Lucena (Eds.). (2017). *A crise da democracia brasileira*. Navegando.

Lyman, Izzy (2000). *The homeschooling revolution*. Bench Pr Intl.

Magalhães, Ricardo Campelo de (2012, outubro 13). O que é um ultraliberal? *O insurgente*. <https://oinsurgente.org/2012/10/13/o-que-e-um-ultraliberal>

Magela, Geraldo (2019). 100 dias de governo Bolsonaro e a educação: O que aconteceu até agora. *De olho nos planos/Agência Senado*. <https://deolhonosplanos.org.br/100-dias-bolsonaro-educacao/>

Mancini, Claudia (2020). As ideias liberais estão vindo cada vez mais de baixo para cima. Entrevista a Hélio Brandão. <https://experienceclub.com.br/as-ideias-liberais-estao-vindo-cada-vez-mais-de-baixo-para-cima/>

Marcus, G. E. (2000). Emotions in politics. *Annual Review of Political Science*, 3(1), 221-250. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.3.1.221>

Mariz, Renata (2020). Por paralisia, MEC trava US \$72,5 milhões do Banco Mundial destinados ao ensino médio: Devido à falta de ação da pasta, financiamento para apoiar a reforma da etapa educacional foi bloqueado. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/por-paralisia-mec-trava-us-725-milhoes-do-banco-mundial-destinados-ao-ensino-medio-24654879>

Marchesan, Ricardo (2019). Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo. <https://controversia.com.br/2019/09/16/empreendedorismo-e-mito-em-pais-que-nao-cria-trabalho-digno-diz-sociologo>

Martins, Fernanda de Souza, & Ruiz, Maria José Ferreira (2015) O movimento estudantil e a democratização da educação. *Desafios atuais para a educação: XVI Semana da Educação/VI Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação*, 172 - 184. EdUEL

Mascaro, Alysson Leandro (2013). *Estado e forma política*. Boitempo.

Matuoka, Ingrid (2017). Por que o conservadorismo avança sobre as escolas? *Centro de Referências em Educação Integral*. <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-conservadorismo-avanca-sobre-escolas>

Maués, Olgaíses Cabral, & Souza, Michele Borges de (2018). A transnacionalização e a expansão da educação superior. *Educação em questão*, 56(47), 151 - 173. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2018v56n47ID14002>

Mazzeo, Carlos Antônio (2015). *Estado e burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa*. Boitempo.

Meta, Chiara (2017). Educação. In Pasquale, Liguori, Guido, & Voza, Pasquale (Eds.) *Dicionário Gramsciano (1926 - 1937)* (pp. 406 - 411). Boitempo.

McGann, James G. (2020). *2019 Global Go To Think Tank Index Report*. TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports. [https://repository.upenn.edu/think\\_tanks/17/](https://repository.upenn.edu/think_tanks/17/)

Melo, Maria Lúcia, & Rodrigues, Denise Simões (2017). Gramsci e a educação. *I JOINGG: Jornada internacional de estudos e pesquisas em Antonio Gramsci/ VII JOREG: Jornada regional de estudos e pesquisas em Antonio Gramsci/ Práxis, formação humana e luta por uma nova hegemonia*, 1, 1 -16. GGramsci: Grupo de estudos em Antonio Gramsci.

Menger, Carl (2017). *Princípios de economia política*. Lebooks.

Miguel, Luis Felipe (2019). *O colapso da democracia no Brasil: Da Constituição ao golpe de 2016*. Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular Editora.

Ministério da Casa Civil. (1990). “Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990”. Presidência da República. *Diário Oficial da União*, 16 (julho). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

Ministério da Educação. (1996). “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996”. Presidência da República. *Diário Oficial da União*, 20 (dezembro). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

Mises, Ludwig Von (2010). *Ação humana: Um tratado de economia*. LVM.

Mongchilde (2010, julho 5). *Pink Floyd: Breaking the wall* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=YR5ApYxkU-U>

Moura, Rayane (2020). A educação domiciliar ou homeschooling, deve ser liberada no Brasil?. *ECO/UOL*. <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2020/12/17/conheca-os-pros-e-contras-do-homeschooling-a-educacao-domiciliar-no-brasil.htm>

Mudde, Cas (2020). *O regresso da ultradireita: Da direita radical à direita extremista*. Presença.

Murray, Rothbard (2013). *Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade*. LVM Editora.

Nagib, Miguel (2012). O conteúdo imoral na escola. *Gazeta do povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo-imoral-na-escola-2cxdyvyk166jniid29cefc09a>

Neomundo (2019). Relatório aponta impacto ambiental de vídeos na internet. *Estadão*. <http://www.neomundo.org.br/2019/07/11/relatorio-aponta-impacto-ambiental-de-videos-na-internet/>

Oliveira, Cida de (2021). Educadora alerta para os interesses e danos por trás da “homeschooling” - Prioridade na pauta educacional, regulamentação da educação domiciliar vai além de aspectos ideológicos e pode trazer prejuízos a longo prazo. *Rede Brasil Atual*. <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/04/educadora-interesses-danos-homeschooling/>

Oliveira, Eveline Nogueira Pinho de, Moita, Dimitre Sampaio, & Aquino, Cássio Adriano Braz de (2016). O empreendedor na era do trabalho precário: Relações entre trabalho e precarização laboral. *Psicologia Política*, 16(36), 207- 226  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n36/v16n36a06.pdf>

Oliveira, Míria Gomes, & Silva, Paulo Vinícius Batista da (2017). Educação étnico-racial e formação inicial de professores: a recepção da Lei 10.639/03. *Educ. Real*, 42(1), 183-196.  
<https://doi.org/10.1590/2175-623661123>

Orso, José Paulino (2019). Reformas educacionais em tempos de golpe ou como avançar andando para trás. In Hooks, Bell, Cara, Daniel, Haddad, Sérgio, & Guajajara, Sonia (Eds.). *A educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 233 - 260). Boitempo.

Paccola, Marco Antonio Bestetti, & Alves, Giovanni Antonio Pinto (2018). Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. *Plural*, 25(2), 269-281.  
<https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/153655/150082/329298>

Patschiki, Lucas (2012). *Os litorais da nossa burguesia: O “Mídia Sem Máscara” em Atuação Partidária (2002-2011)* [Dissertação de mestrado]. Biblioteca de teses e dissertações da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.  
<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1789>

Patschiki, Lucas, Smaniotto, Marcos Alexandre, & Barbosa, Jefferson Rodrigues (Eds.). (2016). *Tempos conservadores: Estudos críticos sobre as direitas*. Gárgula.

Penna, J. O. de Meira (19). Como vencer um debate sem precisar ter razão. In Carvalho, Olavo de (Ed.). *O imbecil coletivo II: A longa marcha da vaca para o brejo & Os filhos da PUC* (pp. 326 - 329). Topbooks.

Pereira, Marcus Abílio (2011). Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. *Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*, 1 -26. Compolítica.

Pinto, José Marcelino Rezende (2014). O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras. *Jornal de Políticas Educacionais*, 8(15), 03 - 12  
<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v8i15.39189>

Rand, Ayn (2012). *A revolta de Atlas*. Arqueiro.

Redação (2020). Ataques à educação pública fazem parte de um projeto de privatização - Afinal de contas, a quem serve a incompetência do MEC no governo de Jair Bolsonaro?. *Carta Capital*.  
<https://www.cartacapital.com.br/educacao/ataques-a-educacao-publica-fazem-parte-de-um-projeto-de-privatizacao>

Reia-Baptista, Vítor (2008). Conceitos e processos formativos de pedagogia e literacia dos Media. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42(2), 65-77.  
[http://dx.doi.org/10.14195/1647-8614\\_42-2\\_4](http://dx.doi.org/10.14195/1647-8614_42-2_4)

Rocha, Camila (2017). O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *Millcayac*, 4(7), 95-120.  
<http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/millca-digital/article/view/1020/624>

Rocha, Camila (2019). “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, 62(3), 1 - 42.  
<https://doi.org/10.1590/001152582019189>

Rosa, Pablo Ornelas, Souza, Aknaton Toczek, & Camargo, Giovane Matheus (2019). O combate à “ideologia de gênero” na era da pós-verdade: uma cartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Sinais*, (2)23, 128 - 154.  
<https://doi.org/10.25067/s.v2i23>

Rothbard, Murray (2013). *Educação: Livre e obrigatória*. LVM.

Roxo, Sérgio (2019). Novo ministro diz que sofreu perseguição de “comunistas da Unifesp”, onde dá aula - Para combatê-los, diz ele, a solução são as lições do guru de direita Olavo de Carvalho. *O Globo*.  
<https://oglobo.globo.com/sociedade/novo-ministro-diz-que-sofreu-perseguiacao-de-comunistas-da-unifesp-onde-da-aula-23582809>

Sader, Emir (Ed.). (2013). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. FLACSO-Brasil/Boitempo.

Sader, Emir & Jinkings, Ivana (2012). *As armas da crítica: Antologia do pensamento de esquerda*. Boitempo.

Safatle, Vladimir (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In Safatle, Vladimir, Júnior, Nelson da Silva, & Dunker, Christian (Eds.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 11 - 38). Autêntica.

Sakamoto, Leonardo (2019, maio 15). Bolsonaro declara guerra à educação pública como parte de projeto de poder. *Blog do Sakamoto*.  
<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/05/15/bolsonaro-declara-guerra-a-educacao-publica-como-parte-de-projeto-de-poder/>

Saldaña, Paulo (2019). Ideologia, polêmica e paralisia marcam MEC sob Abraham Weintraub: Foco do programa de Bolsonaro, educação básica fica à deriva; ministério diz não ter havido interrupções. *Folha de São Paulo*.  
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/ideologia-polemica-e-paralisia-marcam-mec-sob-abraham-weintraub.shtml>

Salgado, Susana (2018). Online media impact on politics. Views on post-truth politics and post-postmodernism. *International Journal of Media & Cultural Politics*, 14(3), 317–331. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35569/1/Salgado\\_Susana\\_Posttruth\\_IJMCP.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35569/1/Salgado_Susana_Posttruth_IJMCP.pdf)

Salgueiro, Edison (2021). MEC lança cartilha de homeschooling - Objetivo é esclarecer as vantagens dessa modalidade de ensino, legalmente garantida em mais de 60 países ao redor do mundo. *Oeste*. <https://revistaoste.com/politica/mec-lanca-cartilha-de-homeschooling/>

Saviani, Dermeval (2011). *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Autores Associados.

Saviani, Dermeval (2019). A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In Hooks, Bell, Cara, Daniel, Haddad, Sérgio, & Guajajara, Sonia (Eds.). *A educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 215 - 232). Boitempo.

Shapiro, Ben (2004). *Como as universidades doutrinam a juventude*. Trinitas.

Schlesener, Helena (2016). *Grilhões invisíveis: As dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci*. UEPG Editora.

Schroeder, Ralph (2019). Digital Media and the Entrenchment of Right-Wing Populist Agendas. *Sage Journal - Social media + Society*. 5 (4), 1–11. <https://doi.org/10.1177/2056305119885328>

Severo, José Leonardo Rolim de Lima (2014). A sociedade pedagógica: demandas e possibilidades contemporâneas de ensino e aprendizagem na perspectiva da Pedagogia Social. *Interfaces Científicas - Educação*, 2(3), 143 - 158. <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1291>

Silva, Antonio Ozaí da (2012). Sobre o autodidata. *Revista Espaço Acadêmico*, 11 (128), 168 - 170. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15695/8553>

Silva, Natanael de Freitas (2019). “Escola sem partido” e a “ideologia de gênero”: Pânico moral e ataque à educação pública brasileira”. Em *Aprendendo história: Experiências* (331 - 340). Sobre ontens: periódico de aprendizagem histórica, edição especial <http://revistasobreontens.blogspot.com/p/livros.html>

Silva, Tarcísio (2020). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. LiteraRua.

Silva, Tarcísio (2015). Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 96(244), 561-576. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/345513545>

Snowden, Edward (2019). *Vigilância massiva, registro permanente*. Planeta.

Soares, Wellington (2015). Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011 - Material “Escola Sem Homofobia”, de formação sobre questões de gênero e sexualidade, foi alvo de críticas de setores conservadores e teve veiculação suspensa pela presidência. *Nova Escola*. <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

Sousa, Carlos Ângelo de Meneses (Ed.). (2015). *Juventudes e tecnologias: Sociabilidade e aprendizagens*. Liber Livros.

Souza, Jessé (2015). *A tolice da inteligência brasileira: Ou como o país se deixa manipular pela elite*. Leya.

Souza, Jessé (2019). *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro*. Leya.

Souza, Jessé (2020). *A guerra contra o Brasil: Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Estação Brasil.

Stiglitz, Joseph E. (2019). *Pessoas, poder e lucro: Capitalismo progressista para uma era de descontentamento*. Bertrand.

Thatcher, Margareth (1981). Mrs Thatcher: The first two years [In person]. United Kingdom. <https://www.margareththatcher.org/document/104475>

Teixeira, Tatiana (2007). *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Revan.

Teles, Bárbara Caramuru (2017). *Enciclopédia do golpe. Volume 1*. Instituto de Defesa da classe trabalhadora/ Instituto Joaquín Herrera Flores/ Projeto Editorial Práxis/ Clacso/ Canal 6.

Teles, Gabriel (2019). A conformação neoliberal das políticas educacionais de ensino superior no governo Lula. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 11(2), 122-138. <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.32473>

Tiburi, Márcia (2018). Linguagem é poder: sobre jogos sujos e democracia. Cult/UOL. <https://revistacult.uol.com.br/home/linguagem-e-poder-sobre-jogos-sujos-e-democracia/>

Tiburi, Márcia (2019). *Delírio do poder: Psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação*. Record.

Torre, Luísa Guimarães (2020). *Fake news, pós-verdade e jornalismo: Disputa discursiva nas eleições gerais brasileiras de 2018* [Dissertação de mestrado]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130230>

Triches, Jocemara, Lottermann, Josimar, & Cerny, Roseli Zen (Eds.). (2019). Os rumos da educação e (contra)reformas: Os problemas educacionais do Brasil atual. NUP/CED/UFSC.



Unisinos (2013). A potência das ruas em debate. *Humanitas*, nº 434, ano XIII. <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5305-editorial>

Unisinos (2017). Sociabilidade 2.0: Relações humanas nas redes digitais. *Humanitas*, n.º 502, ano XVII. <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/502>

Unisinos (2018). Junho de 2013: Cinco anos depois. Demanda de uma realização democrática nunca realizada. *Humanista*, nº 524, ano XVIII. <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/524>

Vainer, Carlos, Harvey, David, Maricato, Ermínia, Brito, Felipe, Peschanski, João Alexandre, Maior, Jorge Luiz Souto, Sakamoto, Leonardo, Secco, Lincoln, Iasi, Mauro, Davis, Mike, Oliveira, Pedro Rocha de, Rolnik, Raquel, Braga, Ruy, Viana, Silvia, Zizek, Slavoj, & Lima, Venício A. de (2013). *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo.

van Dijk, Teun Adrianus (2005). *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso*. Campo das Letras.

Velasco e Cruz; Kaysel & Coda (Eds.). (2015). *Direita, volver!: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Fundação Perseu Abramo.

Veloso, Dri (2021). Entidades ligadas à educação protestam contra a liberação do “homeschooling” no Brasil. *Fórum* <https://revistaforum.com.br/movimentos/entidades-ligadas-a-educacao-protestam-contra-liberacao-do-homeschooling-no-brasil/>

Vilardaga, Vicente (2019). O Governo não é liberal na política: Entrevista a Helio Brandão. *Isto é*, 2596. <https://istoe.com.br/o-governo-nao-e-liberal-na-politica/>

Voza, Pasquale (2017). Intelectuais. In Liguori, Guido, & Voza, Pasquale (Eds.). *Dicionário gramsciano*(pp. 742 - 747). Boitempo.

Wermuth, Maiquel Ângelo Dezordi, & Nielsson, Joice Graciele (2018). Ultraliberalismo, evangelicalismo político e misoginia: a força triunfante do patriarcalismo na sociedade brasileira pós-impeachment. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade de Santa Maria*, 13 (2), 455-488. <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/27291>

Xavier, Dennys Garcia (2019). *Thomas Sowell e a aniquilação de falácias ideológicas*. LVM Editora.

Zanini, Fabio (2019). Quem são os libertários e anarcocapitalistas, que pregam o fim do Estado: Corrente que defende que imposto é roubo ganha adeptos no Brasil, inclusive na burocracia estatal da gestão Bolsonaro. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/quem-sao-os-libertarios-e-anarcocapitalistas-que-pregam-o-fim-do-estado.shtml>

Zappellini, Marcelo Beckert (2019). *Uma introdução à Escola Austríaca de Economia*. [Notas de apoio ao curso Introdutório à Escola Austríaca de Economia, lecionado na Universidade do Estado de Santa Catarina]. [https://www.researchgate.net/publication/337893797\\_Uma\\_Introducao\\_a\\_Escola\\_Austriaca\\_de\\_Economia?channel=doi&linkId=5df0f18f4585159aa475135e&showFulltext=true](https://www.researchgate.net/publication/337893797_Uma_Introducao_a_Escola_Austriaca_de_Economia?channel=doi&linkId=5df0f18f4585159aa475135e&showFulltext=true)

Züger, Theresa, Milan, Stefania, & Tanczer, Leonie Maria (2015). Sand in the information society machine: How digital technologies change and challenge the paradigms of civil disobedience. *The Fibreculture Journal*, 26, 108 - 135. [10.15307/fcj.26.192.2015](https://doi.org/10.15307/fcj.26.192.2015)

## **Apêndices e anexos**

## Apêndice I - Íntegra das análises dos discursos que fizeram parte do *corpus* discursivo

Rockwell, Lew (2008). Os primeiros e os próximos 25 anos. *Mises Brasil*. <https://mises.org.br/Article.aspx?id=71>

### Os primeiros e os próximos 25 anos



#### economia

A prática discursiva em análise trata-se um evento discursivo comemorativo aos 25 anos de criação do *Mises Institute* (EUA). Pronunciada pelo presidente da organização, Lew Rockwell. Trata-se de um evento discursivo celebratório compartilhado com uma audiência de ouvintes mais receptivos/receptivas aos argumentos do discurso ultraliberal. Observar quem são os/as produtores/produtoras dos discursos, para quem eles são produzidos e, tão importante quanto, os contextos históricos, políticos e sociais onde ocorre a circulação discursiva é algo que perpassa as análises de van Dijk (2005). Dessa forma, essas condicionantes não poderiam se ausentar de nossas análises.

Além disso, como poderemos ver no texto discursivo, também, é possível entender as articulações argumentativas como um processo que faz uma análise retrospectiva dos avanços e conquistas realizadas pela organização ultraliberal no cenário político e ideológico nos EUA, nos 25 anos anteriores ao evento. No mesmo discurso, o autor apresenta-nos um programa tático operacional, cujas estratégias permearão as atividades do aparelho privado de hegemonia ultraliberal no projeto de se tornar mais e mais influente na sociedade estadunidense e no mundo nos 25 anos seguintes ao evento discursivo.

Destaca-se a data e o local do evento: 13 de Outubro de 2007, Nova York. O historiador Raphael Almeida Dal Pai (2017) nos traz uma visão muito significativa sobre esses dois dados, que “coincidem” com a própria fundação do *Instituto Ludwig von Mises Brasil*:

O Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) surge em 2007 em meio a um período de intensos questionamentos sobre a forma de organização e reprodução metabólica do capital, desencadeados pela crise financeira de 2007/2008. Neste ínterim, observou-se uma série de manifestações nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa, tendo como tema os efeitos sentidos pela população (demissões e ordens de despejos nos EUA) e as medidas impostas para seu fim (tendo o pacote de medidas de austeridade, aprovadas na Grécia, possuindo grande repercussão na mídia mundial). Mais especificamente nos EUA, epicentro da crise financeira, presenciou-se a erupção de uma série de manifestações, em que os cidadãos da maior potência econômica e militar do globo lutavam para tomar o controle dos destinos dos bancos e centros financeiros: tirar de *Wall Street* e devolver à *Main Street*, ou melhor, *ocupar Wall Street*.

A data e os acontecimentos ligados ao fato são relevantes para o surgimento do IMB, pois não há indícios de que sua criação em meio a um cenário de forte contestação do modelo neoliberal seja mera coincidência. Somado a isto, seu surgimento coincide também com o período do segundo mandato do presidente da república pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (2007 –2010), reeleito presidente após derrotar Geraldo Alckmin do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no segundo turno, contabilizando o segundo fracasso seguido do PSDB em eleições presidenciais, após os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-1998 e 1999-2002) (Dal Pai, 2017, p. 26).

Dal Pai (2017, p. 26) nos informa que o cenário era de plena efervescência política e ideológica provocada pela grave crise que afetou o coração do sistema econômico e ideológico capitalista, os EUA. Crise que logo se espalharia por todo o mundo. Associado a isso, no âmbito nacional, a continuação de Luís Lula da Silva como Presidente do Brasil é outro fator que explica o surgimento do IMB segundo o historiador brasileiro.

A resposta do governo do Presidente Barack Obama à crise (Stiglitz, 2019), fortalecendo o sistema financeiro estadunidense e culpando e punindo alguns poucos especuladores que haviam levado à nova crise do capital mundial, e a chegada da crise no Brasil, sob segundo governo do Presidente Lula evidenciavam os equívocos de se aceitar a “intervenção” do Estado na esfera da política econômica, pelo menos em uma análise ideológica ultraliberal.

Isso fica visível em artigos de opinião publicados e divulgados pela organização, como e.g.: *A SEC torna Wall Street ainda mais fraudulenta*, de Robert P. Murphy, publicado pelo IMB em 07/01/2009, Roque, Leandro(2009). *A ficha ainda não caiu em Brasília*, de Leandro Roque, de 07/01/2009 e *O maior esquema de pirâmide do século: Como Bernie Madoff*

*enganou meio-mundo durante trinta anos - O clássico exemplo de como as regulações protegem os regulados*, de Helio Beltrão e publicado em 16/02/2016.

Na visão presente nos artigos de opinião desses intelectuais ultraliberais a única lógica possível seria, então, retirar o poder do "estado" e permitir que o "mercado", "sempre perfeito", "adaptável" e "auto-organizável", seguisse as suas próprias leis e dinâmicas.

O discurso de Lew Rockwell, um dos dois eventos discursivos analisados por nós que não são artigos de opinião, mas, contudo, são fundamentais para a compreensão das estratégias táticas operacionais de aparelhos de hegemonia de frações das elites capitalistas transnacionais, verte, em seus malabarismos argumentativos, elementos que constituem orientações para as ações ultraliberais no campo da educação ideológica.

O discurso faz uma digressão pela biografia de seus principais patronos, Ludwig von Mises e Murray Rothbard. Invocando o idealizado "espírito combativo" de ambos, argumenta como foram incansáveis na defesa da "liberdade", sempre associada à ideia de liberdade total para o agir dos sujeitos nos processos no interior do livre mercado capitalista. O *Mises Institute*, no discurso de Rockwell, é percebido como herdeiro desse legado: "O *Mises Institute* cumpriu não só aquilo a que se pretendeu cumprir — isto é, ser um sustentáculo das ideias de *Mises*; ele lançou uma revolução no aprendizado, e está liderando o caminho para um futuro de liberdade (Rockwell, 2008)."

Essa "revolução no aprendizado", por meio de suas estratégias de educação, formação e engajamento ideológico, como será apresentado ao longo do discurso, certamente serviu como modelo para outras organizações que buscaram implantar o modelo do aparelho privado de hegemonia estadunidense. Foi o caso do *Instituto Mises Brasil*, cujo presidente e fundador Helio Beltrão, na seção de comentários da postagem do discurso de Rockwell, afirmaria:

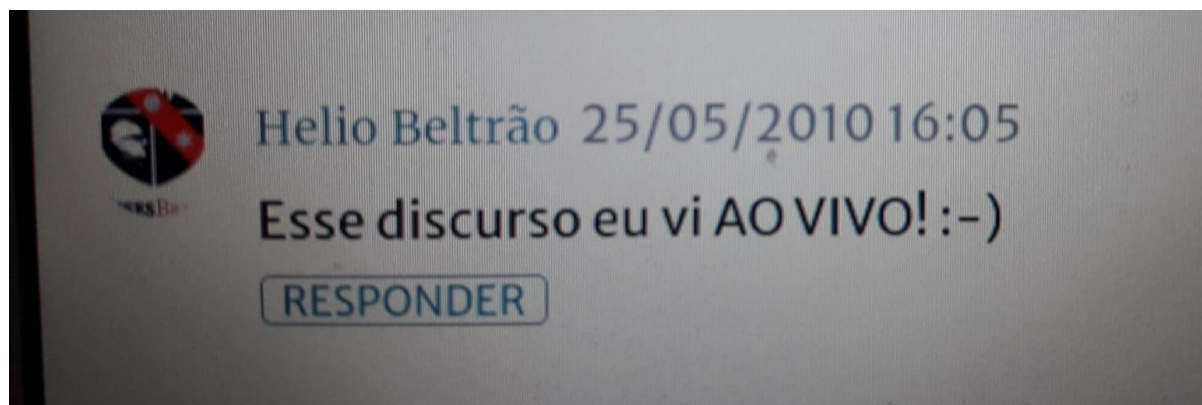


Imagem retirada da seção de comentários da postagem do discurso de Lew Rockwell.

Interessante notar que o discurso celebrativo do presidente do *Mises Institute* foi publicado no sítio eletrônico do IMB depois de um ano do evento em Nova York. Já a postagem de Beltrão foi realizada 2 anos depois da publicação feita pela organização que ainda lidera.

Chama a atenção que o presidente do *Mises Brasil* Helio Beltrão, festeje, efusivamente, com o seu público de leitores/leitoras o fato de haver presenciado o discurso de Rockwell na ocasião em que ele foi proferido. Como já indicamos nesta dissertação, o próprio Helio Beltrão declara ter envidado todos os esforços que estavam ao seu alcance para introduzir o modelo tático operacional do *Mises Institute* no Brasil.

Lew Rockwell vai apresentando, no decorrer do discurso, as estratégias táticas e operacionais que estavam, em seus argumentos, sendo exitosas para propagação das ideias misesanas nos EUA. Nas palavras do ultraliberal libertário estadunidense isso significava que “a primeira tarefa do *Mises Institute* era fornecer um lar para as idéias de Mises, para grandes livros e também para seus melhores e mais produtivos estudantes — estivessem eles fisicamente conosco ou não” (Rockwell, 2008).

A centralidade da tática de *guerrilha intelectual e acadêmica*, defendida por Rockwell e que podemos perceber no histórico operacional do IMB, são evidenciadas no discurso laudatório ao fazer um breve histórico da vida de Murray Rothbard. Na narrativa discursiva de Rockwell, a conquista de uma vaga em uma universidade, algo que jamais Mises e Hayek haviam conseguido, é elaborada como um exemplo dos avanços das ideias ultraliberaes libertárias nos EUA:

E lembro-me de estar recebendo a notícia de que o defensor do livre mercado havia ganhado uma cadeira de economia na University of Nevada, em Las Vegas — e os amigos do instituto queriam que Murray a aceitasse. Ele teria agora um emprego que pagava bem em uma boa universidade. Ele teria alunos os quais ele poderia aperfeiçoar. Ele estaria seguro e livre para ensinar e escrever. Era algo extraordinário. Ele seria poupado do destino de Mises e Hayek, que nunca tiveram um emprego de professor titular na América. Agora estávamos cercados pela evidência: o trabalho do instituto poderia fazer diferença (Rockwell, 2008).

A referência aos “amigos do instituto” é uma alusão às frações das elites intelectuais, políticas e econômicas capitalistas simpáticas às ideias ultraliberaes produzidas e divulgadas pelo aparelho privado de hegemonia *Mises*. Em trecho mais à frente, o autor cita alguns/algumas dos/das “amigos/amigas” que, podemos supor, foram fundamentais para a

conquista de Rothbard, bem como para circulação das ideias ultraliberais entre os setores das classes dominantes estadunidenses:

Durante os últimos 25 anos, todos esses programas floresceram além de nossos mais indômitos sonhos. Tivemos o grande prazer de trabalhar com notáveis como F.A. Hayek, Henry Hazlitt, Hans Sennholz e outros tantos. Temos trabalhado estreitamente com o maior estadista de nossa época: Ron Paul, cuja generosidade foi essencial para nosso rápido sucesso. Nós nos beneficiamos da generosidade de doadores como os falecidos Parthenia de Muralt, O.P. Alford III, Lawrence Fertig, Henry Hazlitt, and Margaret Rowley (Rockwell, 2008).

A “generosidade de amigos/amigos” para esse tipo de organização, como também já apontamos em outros momentos de nosso trabalho (Casimiro, 2012; Dal Pai, 2016; Patschiki, 2016; Rocha, 2019; Souza, 2020), é uma peça fundamental para o funcionamento e manutenção da mesma. Tal dinâmica funciona, também, como motor para o êxito operacional e propagandístico desses aparelhos privados de hegemonia. Isso pode ser percebido no discurso de Rockwell:

Temos visto tantos estudiosos aparecerem e nos aturdiem com seus escritos, suas aulas e suas contribuições. A Mises University tem formado praticamente cada austríaco em ação hoje, ao redor do mundo. Nossas publicações se expandiram para [filmes e audiobooks](#). Nossa biblioteca, originada nas coleções de Murray Rothbard e Robert LeFevre, se expandiu em mil direções com o objetivo de preservar aquilo que outras bibliotecas cuidadosamente ou maliciosamente deixam de lado. Nós não simplesmente mantemos esses livros para nossos professores e alunos. Nós disponibilizamos [centenas de livros online](#). Vastas quantias de materiais incríveis, os quais não viam a luz do dia havia décadas, estão agora a apenas um clique (Rockwell, 2008).

Nesse fragmento do discurso de Rockwell manifestam-se as estratégias que serão adotadas, também, pelo IMB de Helio Beltrão. Configuram-se como investimentos centrados no campo da educação e propagação ideológicas do corolário ultraliberal, que “outras bibliotecas cuidadosamente ou maliciosamente deixam de lado”. O potencial de uso dos contextos digitais, que possibilitam com “apenas um clique” trazer à luz para uma imensidão de leitores e leitoras espalhadas pelo mundo o acesso de “vastas quantias de materiais incríveis”.

Percebemos como os contextos digitais, nos argumentos de Lew Rockwell, se tornam o espaço para alimentar o poder de fabricação de consensos por meio da educação ideológica ultraliberal desse aparelho privado de hegemonia estadunidense. Fica visível, também, que Rockwell começa a apresentar a intencionalidade de demonstrar que existem setores nos meios acadêmicos e intelectuais que procuram “ocultar” a possibilidade de



maior circulação das ideias ultraliberais. É preciso informar o “inimigo ideológico” e erigir a *guerrilha intelectual e acadêmica* nos espaços onde atuam esses inimigos: a educação em seus múltiplos contextos.

Compreendemos essa dimensão no desencadeamento da discursividade do presidente do *Mises Institute*:

E se acontecer de você estar em um campus universitário e ver alguns garotos andando com camisetas com imagens estampadas de [Mises](#), [Menger](#), [Rothbard](#), ou [Bastiat](#), saiba que a fonte é o Mises Institute.

Ainda temos uma equipe pequena, mas todos trabalhamos feito loucos naquilo que amamos: tornar disponível o ensino da liberdade na tradição misesiana, e encorajar seu estudo e progresso. Queremos imprimir novamente toda a biblioteca austríaca e libertária. Apenas esse ano, isso inclui os livros de [Hazlitt](#), [Heilperin](#), [Chodorov](#), [Fetter](#), [Garrett](#), [Hutt](#), [Machlup](#), [Nock](#), [Flynn](#), e tantos outros.

Na verdade, o Mises Institute se tornou a força impulsionadora da velha teoria liberal pelo mundo afora (Rockwell, 2008).

Os malabarismos argumentativos traçados por Rockwell, na apresentação de uma defesa ideológica daquilo nós estamos denominando como “guerrilha intelectual e acadêmica”, surgem no seguinte fragmento:

[...] a realidade levanta uma questão que podemos ser tentados a descartar, mas é uma com a qual penso que deveríamos nos comprometer. A questão é: ao fazer o que fazemos, não estaríamos de alguma maneira distorcendo o mercado de idéias, inclinando o grande debate intelectual em nosso favor? E seria certo entrar nesse rarefeito mundo acadêmico com uma agenda que é científica, moral e política? Em resumo, se a liberdade é uma ideia tão boa, e se a tradição misesiana é tão atraente, por que ela precisa de nossa ajuda? (Rockwell, 2008)

O fragmento, na verdade, apresenta uma falsa questão. Indagações meramente retóricas que buscam realçar o corolário ultraliberal misesiano como fundamentado em uma áurea “moral”, “científica” e “política”, que deve buscar o enfrentamento no “rarefeito” âmbito acadêmico e intelectual. Após algumas elucubrações, o intelectual orgânico ultraliberal assevera que a tradição iluminista, da qual o próprio Mises seria herdeiro, havia formatado uma perspectiva de educação, ainda fomentada pelo ambiente acadêmico e instituições de educação reguladas pelo Estado. E Rockwell continua o seu discurso fiel à lógica retórica que havia articulado:

Mas será que essa educação ajudou a reforçar a liberdade? Todos os dados indicam que quanto mais objetivamente educada as pessoas se tornam, mais propensas elas ficam a acreditar no estado como meio de salvação social. Pode-se mapear isso demograficamente. Quanto maior o nível de educação, maior é a inclinação pelo pensamento socialista. Por que

é assim? Hayek diria que isso tem a ver com a arrogância de intelectuais que acreditam que podem inventar uma melhor ordem social do que aquela que a liberdade pode criar. Mises chamaria a atenção para o ressentimento da parte dos intelectuais, que pensam que não são tão estimados pela sociedade como são os empreendedores ou estrelas do esporte. Rothbard assinalaria que os intelectuais são atraídos pelo estado como um meio de legitimizar suas idéias e assegurar seu bem-estar financeiro. Qualquer que seja o caso, isso é um fato que aturdiria as pessoas no século XVIII: quanto mais educação uma pessoa recebe, mais elas são atraídas por ideais sociais que só podem ser realizados sob completo despotismo, se não mais (Rockwell, 2008).

O autor aponta para o fracasso da educação de inspiração iluminista, base do pensamento contemporâneo, posto ela não tornar os ideais da “liberdade”, malabarismo argumentativo para o projeto ultraliberal, atraentes para as pessoas educadas nas perspectivas advindas daquela tradição.

Muito ao contrário: as pessoas tornar-se-iam cada vez mais defensoras de ideias que recusam a “liberdade” e ancoraram suas expectativas na crença do “estado como meio de salvação social”. Ou seja, Rockwell concebe que “quanto maior o nível de educação, mais é a inclinação pelo pensamento socialista.”. E a culpa disso, na visão dos principais teóricos ultraliberais (Mises, Hayek e Rothbard) seria dos intelectuais “arrogantes” e “ressentidos” cujo o verdadeiro objetivo era ser “beneficiado” pelo “estado”.

Rockwell fecha esse raciocínio argumentando que “quanto mais educação uma pessoa recebe, mais elas são atraídas por ideais sociais que só podem ser realizados sob completo despotismo, se não mais”.

Os argumentos tecidos pelo intelectual ultraliberal estadunidense são a base da fundamentação da “guerrilha intelectual e acadêmica” lançada contra a educação estatal, de viés iluminista, assim como contra os intelectuais questionadores do ideário ideológico ultraliberal. Esses serão elencados como inimigos ideológicos da “liberdade”. Portanto, devem ser combatidos.

O discurso de Rockwell vai se desdobrando em argumentos malabarísticos que enfeixam o sentido da batalha contra o “estado” e sua “interferência” na educação. Assinalam a guerra de guerrilha intelectual e acadêmica que deverá ser realizada contra os intelectuais que não se entusiasmam com a ideologia ultraliberal.

Rockwell conclui seu discurso exortando a audiência ultraliberal ao alinhamento do programa tático operacional esmiuçado por ele:

A história, como sempre, nos julgará. Que nós possamos dizer que fizemos tudo o que pudemos para servir o bem da humanidade, que nunca nos entregamos ao mal, que não apenas nos opusemos meramente a ele em nossos corações e mentes, mas que também lutamos contra ele de maneira ainda mais ousada, e que desalojamos o mal do estatismo pelas bênçãos da liberdade, que é a base da própria civilização. Do fundo do meu coração, eu agradeço a vocês pelo apoio dado à nossa causa. Agora, sigamos em frente para mais outros incríveis 25 anos (Rockwell, 2008).

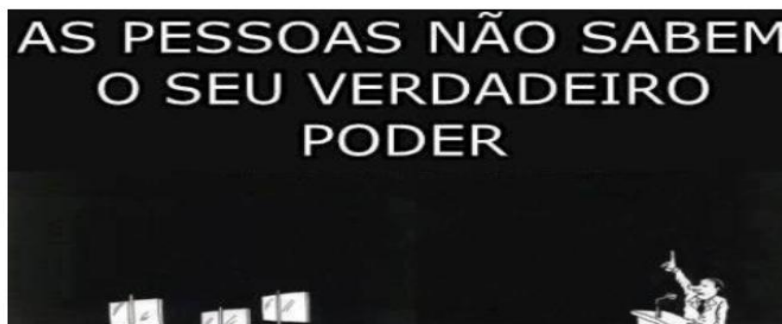
Tal conclusão, que apresenta figuras metafóricas reveladoras de artifícios argumentativos morais e psicológicos, “o bem da humanidade”, “mal” e “bênçãos da liberdade”, cujo propósito é elevar, incendiar, o ânimo da audiência de intelectuais e “amigos/amigas” da organização contra o “mal do estatismo” e para o engajamento à luta pelo “bem da humanidade”. Ou seja, pela construção da “liberdade”, que é a “base da própria civilização”.

O presidente do *Mises Brasil*, presente ao evento em Nova York, deve ter compreendido perfeitamente o discurso de Rockwell. A organização brasileira, desde a sua criação, em 2007, estipula suas ações de acordo com esse programa tático operacional. É o que podemos ver em suas práticas discursivas contra a educação estatal, na propagação da ideia da guerrilha intelectual e acadêmica e na defesa propagação da educação ideológica ultraliberal. Sempre em busca de influenciar a sociedade civil e engajar mais e mais pessoas na causa ultraliberal.

Embora o discurso celebratório de Rockwell não seja um artigo de opinião, ele é crucial para a nossa compreensão da estratégia e do *modus operandi* que conduzirá a produção das práticas discursivas do Mises Brasil, aparelho privado de hegemonia ultraliberal brasileiro, na sua missão de fabricar consensos e influenciar as pautas políticas em debate no país.

Lew Rockwell (2016). *Não se deixe educar pelo estado*. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1447/nao-se-deixe-educar-pelo-estado>

## Não se deixe educar pelo estado



política

O artigo de opinião escrito por Lew Rockwell<sup>9</sup>, figura de proa do *Mises Institute*, organização que serviu de base e inspiração para o IMB, é bastante ilustrativo do pensamento ultraliberal sobre a atuação do Estado no campo da educação. No artigo, Lew Rockwell é apresentado como o *chairman* e *CEO* do *Ludwig von Mises Institute*, em Auburn, Alabama, editor do website [LewRockwell.com](http://LewRockwell.com), e autor dos livros *Speaking of Liberty* e *The Left, the Right, and the State*.

Analisando o texto discursivo, é possível notar que o título, como marca referência de macroestrutura, é um elemento que orienta a produção cognitiva de apreensão da mensagem discursiva. Expresso como uma palavra de ordem, traz em seu conjunto operacional elementos que merecem atenção:

### Não se deixe educar pelo estado

A grafia da palavra "estado", como o ente de representatividade política normativa, na ideologia ultraliberal sempre é apresentada com "e" minúsculo. Tal apresentação é uma estratégia política e ideológica cuja intencionalidade é demonstrar o aparente pouco apreço

---

<sup>9</sup> Rockwell possui uma imensa reputabilidade perante os ultraliberais brasileiros. Ele foi o responsável, juntamente com Murray Rothbard, ideólogo de tendência anarcocapitalista, por fundar o *Mises Institute*, em Nova York (EUA). ver o artigo *Com uma pequena ajuda de nossos amigos*, da "Equipe do IMB", publicado em 29/03/2013, <https://www.mises.org.br/article/1561/com-uma-pequena-ajuda-de-nossos-amigos>

pelo ente político “Estado”, seja ele federal, estadual ou municipal em qualquer um dos seus níveis de poder - executivo, legislativo ou judiciário. Não à toa que uma das pautas defendidas pelos ultraliberais, pelo menos retoricamente, é o “direito à secessão”.

Tal discurso está presente no corolário ideológico de grupos que alimentam um discurso separatista no Brasil, principalmente do Sul do país e de São Paulo. Historicamente, os cidadãos dessas regiões produzem percepções pejorativas contra a população de imigrantes oriundos/oriundas do Nordeste do Brasil, bem como em relação aos seus descendentes<sup>10</sup>.

Desde o processo de modernização industrial nacional, nos anos 40 do século XX, nordestinos/nordestinas buscaram melhores oportunidades de vida em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (E.g: Fernandes, 2013). É o caso do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja cinebiografia *Lula, o filho do Brasil*, de 2009, foi dirigida pelo cineasta brasileiro Fábio Barreto. Ainda hoje, quando as eleições presidenciais resultam em um quadro que não agrada às elites paulistas e do Sul do país, a narrativa discursiva é a de que “o povo nordestino não sabe votar”<sup>11</sup>.

A narrativa do IMB que incentiva a secessão pode ser vista, por exemplo, nos seguintes artigos de opinião: *Por meio deste ato, eu separo*, de 29/09/2014; *Um manifesto separatista: discutindo a secessão à sério*, de 1/12/2014; e mais recentemente, *Se você não gosta do governo sob o qual vive, deve se separar e criar um outro*, de 07/09/2020, já no governo Bolsonaro e no dia da “Proclamação da Independência”. Aparentemente, tais discursos moldam uma perspectiva que incentiva e agrega os setores que defendem a secessão de regiões do país.

---

<sup>10</sup> Ver: E.g: Carvalho, Felipe(2019). Não parece, mas é xenofobia: 20 frases para nunca dizer a ninguém - Seja um refugiado de guerra ou um nordestino que migra para para o Sul ou Sudeste, todos merecem respeito, pois eles ajudam a construir o Brasil. *Marie Claire*. Retirado de <https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2019/07/nao-parece-mas-e-xenofobia-20-frases-para-nunca-dizer-ninguem.html> ; e Ferreira, Ivone (2020). Como o preconceito interfere na percepção sobre a identidade do migrante nordestino - Expressões como “cabeça chata”, “baiano” e “mulher macho” marcam negativamente a imagem dessas pessoas nas grandes metrópoles. *Jornal da USP*. Retirado de <https://jornal.usp.br/ciencias/preconceito-interfere-na-percepcao-sobre-a-identidade-do-migrante-nordestino/>

<sup>11</sup> Ver, e.g.: Magalhães, Mário(2015). Elite celebra Nordeste no São João, mas diz que nordestino não sabe votar. Blog do Mário Magalhães. Retirado de <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/elite-celebra-nordeste-no-sao-joao-mas-diz-que-nordestino-nao-sabe-votar/>; Jornal O Povo(2018). *Nordestinos são alvo de preconceitos após resultado do 1º turno das eleições; a prática é crime - A maior parte das mensagens preconceituosas partiu dos leitores do candidato Jair Bolsonaro(PSL), que não conseguiu ter uma votação expressiva na região*. Retirado de <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/10/nordestinos-sao-alvo-de-preconceito-apos-fim-do-1-tur-no-das-eleicoes.html>

Contudo, como discutem a literatura dos analistas sociais que trabalhamos nesta dissertação (E.g.: Casimiro, 2012; Dal Pal, 2017; Patschiki, 2016; Rocha, 2017; Rocha, 2019; Souza, 2019; Souza, 2020), bem como outras narrativas discursivas apresentadas pelo próprio instituto ultraliberal, a intencionalidade real é pressionar as estruturas de governo e setores influentes da sociedade brasileira para reformas que tragam em seu bojo os projetos defendidos pelo corolário ultraliberal.

Podemos ver isso apresentado em artigos de opinião como *Para que servem os direitos sociais? - ou: 100 anos de Constituições que prometem mundos sem fundos( A empiria comprova a teoria: quanto mais direitos as Constituições prometem, mais pobre é o país)*, de Bruno Bodart, publicado em 7/02/2017. Isso, também, se reflete no resgate realizado pelo braço editorial do IMB, a editora *Ludwig Von Mises* (LVM), do pensamento de Roberto Campos, na obra *A Constituição contra o Brasil - Ensaio de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988*, organizada por Paulo Roberto de Almeida e publicada em 2018.

Retornando à ideia expressa no título, e que será recorrente ao longo do artigo, é de que o indivíduo é o responsável por "se" (pronome reflexivo, que transmite a ideia da auto responsabilização do sujeito) permitir passar pelo processo "educativo do estado", com aspas, com a intenção de induzir a leitura para a compreensão de que o "estado" realiza, na verdade, a introjeção ideológica que lhe interessa. Trata-se de um aspecto que compõe o quadro de elementos da microestrutura textual (do evento discursivo), tal como os fenômenos linguísticos de sintaxe, efeitos de estilo e gramaticais.

Como é possível analisar no artigo, o autor tenta persuadir o/a leitor/leitora da necessidade de "se libertar" desse processo. Nesse sentido, já antecipa outras proposições que serão elaboradas no evento discursivo e, também, já prepara o terreno cognitivo (o *mapa mental*) desejado pelo autor para que o/a leitor/leitora apreenda o exposto no artigo de opinião.

Um aspecto inerente à macroestrutura das práticas discursivas do IMB é que as imagens que ilustram seus artigos, também, podem ser percebidas como um tópico para a elaboração do mapa mental condutor da compreensão do evento discursivo<sup>12</sup>. Aqui, no

---

<sup>12</sup> Há diferentes versões dessa imagem no Google. A que foi utilizada pelo IMB, é uma versão mais reduzida da imagem. Para ver a uma versão mais completa da charge política e uma explicação mais detalhada, ver: *Democracia*. In: Political Cartoon: <https://globaldemocracy.weebly.com/political-cartoon.html>

artigo de opinião de Lew Rockwell, a imagem escolhida funciona no sentido de reforçar a narrativa ideológica ultraliberal. As estruturas visíveis do artigo de opinião, texto e imagem (charge política), procuram projetar o sentido de um "estado", representado no discurso imagético, afastado do "povo".

Interessante observar a representação imagética do político: com um braço estendido, típico de uma saudação ao estilo fascista, discursando para o "povo" distanciado da figura do político. Implicitamente, está a mensagem de que existe um afastamento, uma falta de representatividade, de reconhecimento, entre o "povo" e o "poder".

Emerge da análise da charge política um dos conceitos essenciais na ACD de Van Dijk (2005): o conceito de *implicações*. É a análise daquilo que “não foi dito”, que, “por vezes, é mais revelador do que o estudo daquilo que é realmente expresso num texto” (van Dijk, 2005: 66). Embora o autor aplique o conceito, apenas, ao discurso textual, compreendemos que é necessário estendê-lo ao discurso imagético também.

Tais implicações fazem parte do mapa mental elaborado pelo autor do texto (discurso). Situa-se no campo da ideologia partilhada com o público leitor que compreende (ou deveria) as lógicas subjacentes ao evento discursivo e não expressas. Esse tipo de articulação ocorrerá em outros momentos no texto analisado.

Ainda sobre a caricatura do político, destaca-se um nariz peculiarmente proeminente, lembrando mais a figura do conto de fadas "Pinóquio". Podemos inferir que o intuito do produtor da caricatura intenciona representar a figura do político como um tirano de estilo fascista, relacionado com a produção de mentiras, falácias, na relação com o "povo".



Hitler discursando para o povo alemão. Compare com a charge publicada ilustrativa do artigo. Há uma forte analogia imagética entre o político da primeira e o ditador nazista.  
Fonte da imagem: *Google Imagens*.

O termo *fascismo*, ou *proto-fascismo*, foi articulado pelos setores progressistas e de esquerda para qualificar a forte oposição que queria a deposição imediata da Presidenta Dilma Rousseff<sup>13</sup>. Isso se deveu pela tônica das práticas discursivas elaboradas por setores contrários ao governo Dilma: discursos que faziam uma ressignificação histórica do período da ditadura militar no Brasil e que clamavam a intervenção das forças armadas, como forma de restabelecer a *ordem* e a *ética* no país.

Esse é o contexto, que vai de 2013 a 2016, momento que o artigo de Lew Rockwell passa a circular nos contextos digitais do *Instituto Mises Brasil* (E.g: Lucena et al., 2017; Patschiki et al., 2016;).

Podemos compreender que a apropriação do discurso do intelectual ultraliberal estadunidense pelo *Mises Brasil*, esteja articulada a intencionalidade de usar tal evento discursivo para explicar o que levaria ao poder, bem como a sua permanência, os “inimigos ideológicos” do ultraliberalismo, como era o caso da Presidenta Dilma e do *Partido dos Trabalhadores*.

No processo de legitimação e perpetuação do poder nas mãos do “estado”, na visão do autor, a educação, ou “propaganda inculcada” nas mentes das pessoas pelo aparato estatal e seus operadores, seria a grande responsável. A parte principal do artigo de opinião de Lew Rockwell (a parte central do evento discursivo em análise), estrategicamente, está dividido em duas partes: i) a primeira contesta e desqualifica o Estado e a educação oficial e ii) a segunda, apresenta-se como um “autêntico” manifesto que lança proposições no sentido de persuadir os/as leitores/leitoras a usar os contextos digitais do IMB como ferramentas para a promoção da “educação autônoma” e “verdadeira”.

Segundo o autor, só esta “educação autônoma” permitirá ao/à leitor/leitora preparar-se, através da “educação e dos conhecimentos” postulados pelo ultraliberalismo,

---

<sup>13</sup> Ver os artigos publicados pelo IMB: *Nunca se esqueça: golpista e fascista é você*, em 05/04/2016 [https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2377&fbclid=IwAR014JrrZMiKktEFq3svJ31rM\\_k8EHMC47qT-RgMjEg9ET4MI-YXY3Hw1Us](https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2377&fbclid=IwAR014JrrZMiKktEFq3svJ31rM_k8EHMC47qT-RgMjEg9ET4MI-YXY3Hw1Us) *O fascista ‘você!*, 22/02/2016 <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2323&fbclid=IwAR1ZjKrOsYSV92G6PoEvFdhT21gpaD-EVHucuLxoFrGewd8eKBiRVTzrVfs> Esses são alguns exemplos da narrativa discursiva articulada pelo IMB na tentativa de vincular fascismo/nazismo com o socialismo ou o Estado social-democrata, bem como com o próprio Estado brasileiro. As esquerdas e progressistas, em uma inversão retórica, passaram a ser as “verdadeiras fascistas” que impediam a “liberdade” no país.



para o embate contra o “estado” e a rejeição da “educação governamental”, conquistando, por fim, a idealizada “liberdade”:

[...]é por isso que a [educação autônoma](#) — a verdadeira educação — é uma enorme ameaça para qualquer regime. É por isso que ela é combatida tão veementemente pelo estado e seus burocratas. Se o estado perder o controle daquilo que entra em sua mente, ele perde o segredo de sua própria sobrevivência (Rockwell, 2016).

Os termos usados – “a educação autônoma” e “a verdadeira educação” – pretendem valorizar o modelo ultraliberal de “educação”. Funcionam como sujeitos sintáticos que têm como predicados verbais “é uma enorme ameaça para qualquer regime” e “é combatida tão veementemente pelo estado e seus burocratas”. Essa estrutura sintática articula, por inversão ideológica discursiva, uma suposta perseguição realizada pelo “estado e seus burocratas” aos ultraliberais, uma vez que estes estão “a revelar” à sociedade o “segredo” que permite ao “estado o controle daquilo que entra em sua mente”.

As articulações sintáticas e ideológicas que elaboram o evento discursivo são bastante sutis. Produzem uma imagem de polarização ideológica, baseada em eventos discursivos que dialogam com a produção de uma pós-verdade e uma discursividade forjada na ocultação ou negação das condições políticas, culturais e sociais vivenciadas por outros setores da sociedade.

Importa observar que o termo “educação autônoma” incorpora, no artigo, um hiperlink. Ao acessá-lo, o/a leitor/leitora será dirigido/dirigida para uma página no sítio eletrônico do IMB: <https://www.mises.org.br/Subject.aspx?id=10>. Nela encontrará muitos outros artigos versando sobre a perspectiva ultraliberal sobre “educação”. A arquitetura do mapa mental engendrado pelo autor/tradutor do artigo de opinião, mais uma vez, procura conduzir o/a leitor/leitora pelas redes do discurso ultraliberal. O uso de hiperlinks terá lugar em outras partes do texto.

Cabe um breve à parte para explicar o uso desse tipo de recurso em documentos eletrônicos, tal como os que compõem os artigos de opinião e outros tipos textuais que são produzidos e divulgados pelo IMB. Nos documentos digitais, o hiperlink é um processo que serve para, a partir de um determinado documento digital, acessar um ou mais documentos, que podem estar contidas em outras partes do documento original ou em outros sítios. Forma uma uma espécie rede discursiva intencionalmente arquitetada para trazer mais

informações ao/à leitor/leitora, bem como conduzi-lo por meio de arquitetura discursiva que tenha a função de reforçar um determinado ponto de vista sobre algo dado.

Por exemplo, quando se menciona [Étienne de la Boétie](#), um filósofo francês do século XVI, cuja obra serve de hipertexto – conferindo uma certa historicidade à rede discursiva que é construída em torno da ideologia ultraliberal e sua luta pela “liberdade” – para o evento discursivo analisado. O autor, inclusive, é citado *ipsis litteris* no artigo de opinião.

O pensador francês escreve no contexto da expansão do poder real de Francisco I, e, também, no momento em que a polarização política e religiosa entre católicos e huguenotes cresce vertiginosamente. De forma anacrônica, porém intencional, o discurso de Étienne é apropriado pelos ultraliberais para legitimar a luta contra o “estado opressor” contemporâneo.

No momento situacional de publicação do artigo no Brasil, havia um clima de expressiva polarização política e ideológica entre os defensores do governo Dilma e as articuladas elites, com o aval da persuadida classe média. A referência a outro momento histórico que é reapropriado ideologicamente pelo discurso ultraliberal, aproxima as narrativas discursivas de acordo com os objetivos dos ultraliberais.

A combinação entre a ilustração já analisada – onde o líder político é apresentado como um caricato fascista afastado do povo – e o texto do artigo de opinião permitem a tentativa de atuação da intencionalidade persuasiva do autor na subjetividade do/da leitor/leitora. Observa-se que ao articular o discurso sobre educação com o contexto social e político brasileiro, o artigo pretende inflamar a opinião do/da leitor/leitora.

Ao afirmar, no *lead*, que “Não é nenhuma coincidência que os governos de todos os países do mundo queiram estar no controle da educação das crianças”, o artigo orienta a leitura para um sentido ideológico contundente. Deseja fazer entender que governos, como o vigente à altura, só se legitimam e perpetuam a sua existência mediante o controle da educação das pessoas desde a mais tenra idade. Esse controle, realizado por uma suposta benevolência do “estado” faz com que os indivíduos adotem um *habitus*, passando a tolerar e “compactuar” com o “estado”.

Na ideologia ultraliberal, as pessoas são permissivas ao “controle ideológico do estado”, pois “se” tornam cativas das benesses do “estado”. Discursos metafóricos como “Elas mesmas irão prender os grilhões aos seus próprios tornozelos”, produzem o efeito de

auto responsabilização do indivíduo na sua relação com a educação do Estado, não importando se as escolas são públicas ou a privadas, caracterizando o currículo escolar como uma peça de “propaganda governamental”.

Importa notar que muitas informações relevantes sobre o currículo escolar brasileiro, pelo menos o que vigorava antes da reforma curricular ocorrida após o golpe cívico-parlamentar de 2016, não são sequer consideradas. Todo o sistema educacional é visto como mera “distorção”.

De 2003 ao período anterior ao golpe, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de expansão e de reformulação, que incluiu a inserção de pautas diretamente ligadas aos interesses das “minorias étnicas”: a inclusão do ensino de História da África, dos povos africanos, que foram escravizados e levados para as Américas, as contribuições das pessoas afro-brasileiras para a cultura, as ciências e diversas outras áreas na sociedade brasileira (Lei 10.639 de 2003). Sendo posteriormente, acrescida a valorização e o reconhecimento dos *povos originários*, cujos territórios foram invadidos durante o processo de formação do Estado brasileiro (Lei 11.645, de 2008).

Ambas foram reconhecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (Lei 9.394, de 1996) anterior ao golpe de 2016. O discurso ultraliberal do artigo de opinião considera as referidas implementações no ordenamento legal que rege a educação brasileira como, tão somente, “propaganda governamental”. Percebemos no texto a operação do “não explicitado”, conforme analisa van Dijk (2005). Ou seja, a tessitura de uma série de discursos subjacentes, compreendidos apenas pelos/pelas leitores/leitoras ultraliberais, que percebem nas supracitadas diretrizes curriculares tentativas de “controle da mente” pelo poder estatal.

Na verdade, ao longo do artigo é fácil encontrar aquilo que van Dijk denomina de “quadrado ideológico”: o destaque, em primeiro plano, dos nossos valores positivos (ultraliberais) e a secundarização (ou mesmo negação) dos valores deles (o Estado); o destaque, em primeiro plano, dos valores negativos deles (o Estado) e a secundarização (ou ocultação) dos nossos (ultraliberais).

Nesse sentido, a escolha semântica de representação do Estado e da educação regulada pelo Estado demonstra a prevalência de termos pejorativos: “propaganda governamental inculcada”, “sistema educacional enormemente distorcido”, “espoliar”,

“atacar a vida, a liberdade e a propriedade” (valores máximos da ideologia ultraliberal<sup>14</sup>); “quadrilha”; “controle da mente” e “mais letal e antissocial instituição da história da humanidade”.

Nota-se a seletividade da estratégia semântica na elaboração da exposição ideológica que demoniza a figura do Estado e da educação oficial. No que se refere ao modelo de educação ultraliberal, os termos são bem mais positivos: “autônoma” e “verdadeira”. No entanto, a “autonomia” que seria tão propalada pelo modelo ultraliberal de “educação” é posta em causa pelo próprio sentido da ordem de construção da segunda parte do texto, posto que todo o manifesto incorpora um conjunto de diretrizes, comandos, a serem perseguidos por aqueles/aquelas que se identificam com determinada ideologia. O seguinte fragmento do texto (evento discursivo) ilustra bem essa dimensão:

Se o público foi iludido, cabe a nós a imprescindível tarefa de desiludi-lo. É necessário rasgar o manto de santidade sob o qual o estado se esconde. Esta é a tarefa mais crucial de nossa época. E qualquer um pode fazer sua parte. Comece consigo próprio. Eduque-se. Aprenda tudo o que puder sobre uma sociedade livre. Leia os grandes, como [Frédéric Bastiat](#), [Ludwig von Mises](#), [Murray Rothbard](#), [Henry Hazlitt](#), [Hans Sennholz](#), [George Reisman](#), [Tom Woods](#), [Thomas DiLorenzo](#) e [Jesús Huerta de Soto](#). À medida que você for aprofundando seus conhecimentos, compartilhe o que você está lendo e aprendendo. Crie um blog. Crie um canal no YouTube. Organize um grupo de estudos. O que quer que faça, aprenda e espalhe seu conhecimento. Jamais pare (Rockwell, 2016).

O excerto do discurso, portanto, pode ser compreendido não como meras sugestões, mas categóricos comandos para todos aqueles que necessitam cumprir “a tarefa mais crucial de nossa época”. Observemos, nesse trecho, o papel que os contextos digitais ocupam como ferramentas estratégicas da luta política e ideológica ultraliberal.

Sobre esse aspecto, o autor/tradutor retoma o artifício de manipulação discursiva da pós-verdade, ao elaborar uma projeção onde a atuação nos contextos digitais da Internet tem permitido aos/às ultraliberais construírem um outro campo narrativo que rompe com o “domínio dos tradicionais defensores do estado”: a imprensa *mainstream*.

A suposta existência do enfrentamento das correntes ultraliberais contra uma parcela das elites brasileiras, aquelas cujos interesses passam pelo *lobby* político nas

---

<sup>14</sup> Na verdade, trata-se de estratégia discursiva que permeia todo o corolário ultraliberal. Por negação e afirmação de exclusividade, apresenta o Estado como um elemento que ataca os valores inerentes aquilo que o senso comum mais preza: a vida, a liberdade e o direito à propriedade”. Tanto na Constituição dos EUA quanto na Carta Magna brasileira (CF/88), tais direitos são explicitamente garantidos como fundamentais, conforme, respectivamente, a 5ª Emenda e o caput do Artigo 5º da Constituição brasileira. Portanto, trata-se de uma tentativa de manipulação ideológica que leigos ou não podem se deixar convencer.

relações com o Estado, e que utilizam a imprensa *mainstream* a seu favor, apenas, é um recurso para legitimar o discurso ultraliberal na sustentação de que jamais houve a existência de uma sociedade “realmente liberal”, uma vez que as relações capitalistas com o Estado constituiriam uma distorção dos verdadeiros valores que conduziriam à “liberdade”.

Ao traduzir o artigo de Lew Rockwell para o ambiente situacional brasileiro, evidencia a natureza transnacional da ordem do discurso ultraliberal, que enfatiza a soberania do “livre mercado” como a tônica da prática discursiva e da prática social que “humaniza” o ser humano e que “permitiu” o “grande progresso” das sociedades contemporâneas.

Essas narrativas podem ser percebidas em artigos de opinião publicados pelo Mises Brasil, como por exemplo: *Como o capitalismo e a globalização reduziram os preços e trouxeram progresso para todos - A tecnologia cada vez mais acessível permite maior igualdade de condições*, de Donald Boudreaux, de 01/09/2017; e *Nós não humanizamos o capitalismo; foi o capitalismo quem nos humanizou - Graças à acumulação de capital, o trabalho infantil foi abolido e a jornada de trabalho, reduzida*, de Steve Horwitz e Julian Adorney, de 13/02/2021.

Por fim, considerando a produção do modelo mental criado pelo utilizador/leitor durante a compreensão de um evento discursivo, van Dijk (2005, p. 52) assegura que “o que nós usualmente nos lembramos de um discurso não é tanto o seu significado, mas o modelo mental que construímos durante a compreensão”.

Nesse processo, a formulação de tópicos globais sobre um discurso auxiliam na leitura, compreensão, do/da leitor/leitora. Alguns dos tópicos globais que, hipoteticamente, um/uma leitor/leitora poderia fazer, de forma mais genérica, sobre o artigo de opinião objeto de análise seriam:

- 1 - O “estado” controla e o povo e legitima a sua existência por meio da Educação;
- 2 - A educação do “estado” é uma “mera peça de propaganda ideológica”;
- 3 - As pessoas permitem que as suas mentes sejam controladas pela propaganda governamental quando entram na escola, seja pública ou privada;
- 4 - Para romper com esse controle, é preciso adotar “a verdadeira educação” (a ultraliberal);
- 5 - As pessoas que “se libertaram” têm o compromisso de, através da “educação ultraliberal”, se responsabilizar pela “libertação” das demais; e
- 6 - A criação de grupos de estudos, blogs, leituras, o uso intensivo da internet são meios fundamentais para o conhecimento da sociedade a “educação ultraliberal”.

A assimilação desses tópicos globais seria o nível de compreensão desejado pelo autor/tradutor no processo de apreensão do discurso realizado pelo/pela leitor/leitora.

Augusto, Flávio (2017). Sim, a escola está destruindo gerações e causando estragos profundos. *Mises* *Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/2786/sim-a-escola-esta-destruindo-geracoes-e-causando-estragos-profundos>

## **Sim, a escola está destruindo gerações e causando estragos profundos**

**Abolir esse modelo gerenciado pelo estado e criar outro é crucial**



Publicado no sítio eletrônico da organização em 20/10/2017, o artigo opera, na organização dos tópicos globais de apreensão discursiva, em três níveis: títulos (e subtítulos, como é comum no IMB), linguagem imagética de grande apelo visual e na construção dos tópicos de leitura. O título e subtítulo são provocativos e já antecipam a tônica da exposição que estrutura os tópicos.

Contrariamente à visão que costuma fazer parte do senso comum sobre o papel da escola como meio de promoção social e formação educativa, o artigo de opinião apresenta outra perspectiva: a de que a escola provoca “estragos” na formação das nossas crianças, gerando crianças apáticas e desinteressadas. A culpa, como é fácil de identificar, seria do “estado”. Este, que em outros artigos é apresentado como um ente ideologicamente coercitivo, aqui, é elaborado como um ser alienante. O “estado” produz letargia e desarticula a vontade de aprender das crianças.

Para mudar esse quadro, é preciso tirar do “estado” a competência para educação das novas gerações. Estas seriam inseridas no processo educativo que as conduziriam a habilitarem-se para os “empregos do futuro”, conforme exposto no texto do artigo: “falar em público, noções de direito civil, direito tributário, direito comercial etc. Pelo menos o básico de cada um, nutrição, finanças pessoais, inteligência emocional, empreendedorismo,

esporte em alta performance, serviço social e trabalho voluntário em comunidades carentes, idioma estrangeiro com qualidade, língua portuguesa, interpretação de texto e redação constituiriam o currículo básico para as novas gerações.

O desenho curricular sugerido por Flávio Augusto parece traçado para uma perspectiva que não privilegia a formação de uma capacidade socialmente crítica para os/as alunos/alunas. Portanto, é um currículo que se impõe como “neutro” e voltado para a mera realização profissional dos/das estudantes. Paulo Freire já nos advertia sobre os perigos desse tipo de discurso:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra (Freire, 2011, p. 66).

O “currículo” proposto pelo autor nos remete à projeção de uma escola muito distante daquela que a maioria das crianças brasileiras pobres têm à sua disposição. Bem antes da pandemia ter surgido como fator que expôs ainda mais as diferenças e contradições existentes na oferta educacional para as diferentes classes sociais do país, o sistema já apresentava a velha dicotomia entre “escolas para pobres” e “escolas para ricos”(26). O currículo proposto pelo autor foge completamente à realidade social vivenciada pelas crianças dos setores subalternos de um país como o Brasil, onde a falta de professores/as para disciplinas constantes do currículo nacional é uma realidade(27).

Tomando nota dessas condicionantes, podemos considerar que as proposições curriculares feitas pelo autor não estão em sintonia com a realidade de meninos e meninas das camadas mais pobres de nossa sociedade. Porém, isso não é nenhuma novidade para o autor e para a organização *Mises Brasil*.

Isso parece refletido na elaboração imagética discursiva que se articula com os outros níveis estruturais de leitura do artigo de opinião. A imagem apresenta crianças brancas em ambiente de sala de aula, bastante diferente daquele que se costuma ver nas “escolas para pobres”, tão característico do que existe espalhado pelo país. Quando o autor menciona o incentivo de uma cultura de voluntariado nas crianças, é evidente que o seu público não são as crianças pobres. Mas, a criação de hábitos de voluntariedade nas crianças dos setores mais abastados do país. Os fundamentos de tal “caridade”, que assume um



espírito beneficência ultraliberal, parece retratar aquilo que, lá no século XIX, Engels analisava nas elites burguesas da Inglaterra (Engels, 2007)

Não se creia, porém, que o inglês “culto” expresse tão cruamente seu egoísmo. Ao contrário, ele o dissimula com a mais vil das hipocrisias. Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação! (Engels, 2007, p. 309)

O discurso ultraliberal, refletido no artigo de opinião, destaca-se, também, por sua ênfase na “cultura do empreendedorismo” como uma “prática pedagógica”. Práticas discursivas do *Mises Brasil* funcionando como apologia à cultura do empreendedorismo são muito corriqueiras. Na verdade, a cultura do empreendedorismo incentivada pelo IMB (E.g: Sandi & Birman, 2020) é algo que faz parte do capitalismo do século XXI (Cunha, 2020; Marchesan, 2019; Oliveira et al., 2016).

Não à toa, empresas como *Uber*, *Bolt*, *Ifood* e outras tornaram-se populares entre os/as jovens, e não tão jovens, em busca de ocupação que lhes garantam algum retorno financeiro. As consequências disso são o aumento da precarização do trabalho e das condições de vida desses/dessas “empreendedores”, no caso das camadas subalternizadas da sociedade brasileira. Tais condições muitas vezes produzem o insucesso ou o abandono escolar como demonstrado no *Guia sobre o abandono e evasão escolar: um panorama da educação brasileira*, de 2020, do *Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão*.

Contudo, a cultura empreendedora fomentada para o currículo estruturado pelo autor não é aquela que o *Mises* defende em suas práticas discursivas na maioria das vezes, posto percebermos que a proposição do autor é delineada obedecendo um determinado perfil socioeconômico - presente na imagem dos/as estudantes ilustram o artigo de opinião e, também, perceptível nas áreas sugeridas para a atuação empreendedora:

Não apenas na forma de se ter uma empresa, mas também como empreender em uma carreira profissional. Empreender com a mesada. Estímulos para startups na internet. Blogs. Conteúdo no YouTube e redes sociais com o foco na criação de audiências (Augusto, 2017).

Interessante observar que o autor, Flávio Augusto, é considerado pela organização ultraliberal Mises Brasil como um "ícone do empreendedorismo no Brasil". Ele se consagrou como uma espécie de *self made man* brasileiro que fez fortuna criando empresas na área de educação. importa notar que Flávio comporta-se como a representação que Gramsci (2001, p. 12) faz do "empresário intelectual", posto dotado da capacidade de refletir sobre o seu empreendimento e, também, como um intelectual orgânico das classes empresariais brasileiras.

Flávio Augusto torna-se sujeito (re)produtor da ideologia ultraliberal que prega, com condições de obter respeitabilidade e digno de ser lido pela audiência ultraliberal. Isso é possível posto a forma como articula concepções do corolário ultraliberal faz com que a audiência ultraliberal tenda a aceitar as crenças, o conhecimento e as opiniões (a não ser que sejam inconsistentes com as suas crenças pessoais e experiências) divulgadas através do discurso por quem vêem como sendo uma fonte credível, como são os/as acadêmicos, peritos, profissionais ou os média de referência (Nesler, 1993 citado por van Dijk, 2005, p. 27). .

A apologia da cultura do empreendedorismo pelo autor revela-se elitista e altamente diferenciada em relação aos estratos sociais brasileiros. Em outro artigo, isso parece ser evidenciado no modelo de ação empreendedora sugerido para a atuação das pessoas mais pobres (Augusto, 2019). Inclusive sugerindo, como dica para as pessoas mais jovens não buscar empregos com carteira assinada e vender:

[...] algum produto. Qualquer um: picolé, bala, bombom, relógio, pão etc. Escolheria o produto com o qual mais me identifico e estudaria tudo sobre ele. Em uma segunda fase, depois de conquistar um pouquinho de capital, criaria modelos recorrentes de venda desse produto, tipo um serviço de entrega de pães todas as manhãs para os consumidores associados. Eu me dedicaria a vender esse plano. Tudo sem muito capital, mas que me permitisse começar pequeno e sonhar grande e com escala (Augusto, 2019).

Ao nosso ver, tal "pedagogia do empreendedorismo" produz percepções que elaboram um fantasioso universo onde cada pessoa, por sua própria capacidade, teria condições de vencer e conquistar espaço de sucesso no mundo do capitalismo contemporâneo. Esse é um processo que, na verdade, aliena ainda mais os setores subalternos ao colocá-los por sua conta e risco em um mercado onde a força de vontade e a

competência não são instrumentos suficientes para quem quer que seja superar as barreiras sociais.

Tais práticas discursivas produzidas e divulgadas pelo *Mises Brasil* corroboram para percepção sobre a visão de mundo elitista e excludente que permeia o corolário ultraliberal.

Faggion, Andrea (2013). A educação como mercadoria. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/article/1636/a-educacao-como-mercadoria>

---

## A educação como mercadoria



O artigo da autora ultraliberal Andrea Faggion, apresentada como “professora do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina e do Mestrado em Filosofia da Universidade Estadual de Maringá”, foi publicado em 28 de de Junho de 2013 pelo *Mises Brasil* em seu sítio eletrônico.

O macrocontexto em que o discurso entra em circulação, nos contextos digitais da organização ultraliberal brasileira, é bastante expressivo do ponto de vista político e ideológico vivenciado no país. Os eventos, inicialmente, articulados pelos setores de vários movimentos sociais, com centralidade naqueles organizados pelos/pelas estudantes vinculados/vinculadas ao pensamento progressista e de esquerda iriam tomar conta das ruas e dos contextos digitais no Brasil.

Eram as *Jornadas de Junho* (E.g: Harvey et al., 2015; IHU, 2013: nº 434; IHU, 2018: nº 254), cujo motivo havia sido o aumento das passagens dos transportes públicos nas grandes cidades do país e, com o seu desenvolvimento, passou a agregar outras demandas e bandeiras clássicas dos movimentos estudantis. A defesa da “educação pública e de qualidade” era uma das pautas muito cruciais para os setores estudantis.

Para esses setores, que vinham de lutas históricas contra as tentativas de hegemonia dos poderes econômicos e políticos em sua sanha permanente em pressionar os governos pela pautas ultraliberais no campo das políticas públicas em educação, certamente, a educação não era uma mercadoria (E.g: Martins & Ruiz, 2015).

A professora Faggion, ultraliberal que atuava como docente em duas universidades públicas no interior do Estado brasileiro do Paraná, deve ter observado essas manifestações.

A “pichação”, palavra que em seu discurso ganha contornos pejorativos, tratava-se, possivelmente, de uma intervenção urbana crítica dentro do campus universitário onde ela trabalhava.

A intelectual orgânica ultraliberal elabora uma narrativa em que os eventos parecem passar um tanto “alheios” ao seu interesse, exibindo ares desdenhosos: “Uma recente pichação no campus sede da Universidade Estadual de Maringá diz que a “educação não é mercadoria”. Parece que também haverá uma palestra sobre isso e, se não me engano, existe até uma campanha sobre o tema rolando por aí ...(Faggion, 2013)”.

As expressões em destaque sublinham a intencionalidade da autora em fazer-se passar pouco interessada no assunto perante seus/suas leitores/leitoras. Contudo, a prática discursiva que exercitará em seu artigo de opinião revela que não é bem assim. A intelectual redige seus argumentos para a audiência que a lê como um ato político e ideológico de uma ultraliberal que age dentro da lógica da *guerrilha intelectual e acadêmica* no interior de uma instituição de educação pública:

Bom, enquanto constatação de fato, parece-me que é verdade que “educação não é mercadoria”. No Brasil, não existe espaço para um livre mercado da educação, porque o Leviatã dita as regras para tudo quanto é curso e ainda ocupa o sistema de todos os lados, seja ofertando cursos gratuitamente seja injetando recursos em instituições privadas. Acontece que a pichação que eu citei é normativa, e não uma descrição factual. Ela quer dizer que a educação não **deve** ser uma mercadoria. E aí eu pergunto: ora, e por que não? (Faggion, 2013)

Faggion assume o seu lugar de intelectual orgânica ultraliberal ao questionar o fato de o “por que não?” a educação não se tornar, de fato, uma mercadoria como qualquer outra. Ao observamos o título do artigo de opinião, bem como a apropriação e a intencional resignificação da imagem de “uma campanha sobre o tema” que estava “rolando por aí”, percebemos a forma que a autora discorre sobre texto argumentos de verniz ultraliberal.

Título e imagem, abrem os tópicos que orientarão a leitura da audiência de leitores/leitoras. A autora lançará mão de uma produção discursiva que a aproximará de sua audiência e deixará visível a identidade ideológica que defende. No arcabouço discursivo de ideias, códigos e valores ultraliberais é que Faggion sustentará a sua perspectiva discursiva: “No Brasil, não existe espaço para um livre mercado da educação, porque o Leviatã dita as regras para tudo quanto é curso e ainda ocupa o sistema de todos os lados, seja ofertando cursos gratuitamente seja injetando recursos em instituições privadas (Faggion, 2013)”.

A figura do “estado”, o “Leviatã” que “dita as regras”, impede a existência do livre mercado no campo da educação e não permite a realização do desejo das pessoas por uma educação sem amarras e adaptada ao interesse de cada pessoa ou família. A autora acusa o “estado” de interferir no sistema de educação, seja público ou privado, tornando esses espaços mais passíveis de seu controle.

O desenvolvimento da trama discursiva procurar guiar os leitores/leitoras ultraliberais para a compreensão dessas ações do “estado” como os instrumentos que lhe confere as possibilidades necessárias para o “controle da mente”, como irá expressar Lew Rockwell (2016) em seu artigo de opinião publicado pelo IMB anos mais tarde. Compreendemos que reforça essa percepção a indicação de vários artigos, ao final da postagem do artigo de Faggion, relacionados com a temática em discussão.

A autora vai dando encadeamento aos seus argumentos de forma que eles induzam paulatinamente a defesa de sua perspectiva pró-mercantilização da educação ao atacar “o controle do estado” na área da educação:

Ter a educação como mercadoria significaria apenas e tão somente que um determinado conteúdo ou uma determinada competência poderia ter seu ensino livremente ofertado por aquele que se julgasse em condições para tanto, em troca de um preço por ele estipulado, ao passo que o interessado em adquirir aquele conteúdo ou competência poderia livremente aceitar a oferta se desejasse pagar o preço estipulado. Que mal há nisso? Acaso é a educação alguma espécie de bem sagrado que não poderia receber um preço? O educador teria que educar por uma espécie de sacerdócio, sem receber para tanto? Por quê?

Se há um problema normativo com relação à educação, a meu ver, ele está representado pela tirania do estado, que determina, acima dos pais, o que devemos aprender, quando e como. Dado que os estatistas julgam que o estado sabe melhor do que o indivíduo o que é o melhor para ele próprio, eles também julgam que haveria um grande mal em deixar os indivíduos decidirem quais conhecimentos desejam para si e para seus filhos (Faggion, 2013).

À audiência de leitores/leitoras ultraliberais se evidencia a defesa do projeto da modalidade educacional *homeschooling*, por meio das articulações discursivas de Faggion, modelo defendido pelo *Instituto Mises Brasil*. Os artigos sugeridos irão ressaltar essa defesa:

Artigos sobre o assunto:

[A obrigatoriedade do diploma - ou, por que a liberdade assusta tanto?](#)

[Educação e liberdade](#)

[A educação livre](#)

[Educação em poder do estado Homeschooling nos EUA \(e no Brasil\) \(IMB, 2013\)](#)

A seleção de artigos que reforçam certas ideias defendidas pelo IMB, como a organização faz em relação às proposições em defesa do *homeschooling*, é uma das estratégias da educação ideológica do IMB, muito comum em seu sítio eletrônico.

A intencionalidade é valorizar ao máximo as articulações discursivas da ideologia ultraliberal concatenadas pela autora. Quer dizer, segundo a ACD de van Dijk (2005), lastrear o entendimento do mapa mental que estruturou o raciocínio do/da produtor/produtor da prática discursiva.

Sem dúvidas, Faggion desenha o seu mapa mental de modo que a ideia da “interferência do estado” na educação é um dado em concreto que atrapalha o acesso das pessoas ao modelo e à dinâmica de um processo educacional que lhe seja mais satisfatório. Isso só seria, portanto, realizável, em um mundo onde o livre mercado atuasse harmonizando a oferta educacional por parte dos próprios educadores e a vontade de adquirir essa oferta, como um produto qualquer, por parte das pessoas.

Fica, portanto, implicada a concepção *praxiológica*, a economia política das “trocas voluntárias entre as pessoas”, máxima que sustenta a ossatura do corolário ultraliberal, presente na obra *Ação humana: Um tratado de economia*, de Mises.

Compreendemos que para o público identificado com essa concepção, o artigo de opinião de Faggion, apenas, reverbera proposições há muito assentadas em suas mentes. Porém, para um público mais amplo, pouco conhecedor dessa percepção implicada, silenciada e compartilhada somente pelos segmentos ultraliberais, as ideias da autora podem ser sedutoras, posto orientadas para construir uma visão idealizada da educação enquanto uma “mercadoria”.

Entretanto, ocultam a perversidade que é passível de haver em um universo onde a oferta educativa seja deixada a cargo das lógicas dos interesses do capital, muito distintas dos imperativos direitos sociais de uma imensa parcela populacional que não teria condições de entrar na dinâmica dos processos praxiológicos para aquisição um “produto”, “mercadoria”, educacional que lhe fosse favorável.

Do discurso de Faggion, poderíamos apontar o entendimento dos possíveis tópicos globais de apreensão da leitura:

1 - A educação, sim, pode e deveria operar sobre a lógica objetificação de produto, que possui certo valor de venda;

2 - o “mercado” seria um espaço muito mais adequado para atender o interesse das pessoas e famílias, posto mais capacitado para atender as “reais” necessidades educacionais e por um preço adaptado a cada pessoa ou família; e

3 - ao impedir tal realização, o “estado”, um “Leviatã” que a tudo controla, impede que as pessoas e as famílias alcancem os seus desejos e anseios educacionais.



Browne, Harry (2015). A educação estatal - e como ela seria em um livre mercado. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1072>

## A educação estatal - e como ela seria em um livre mercado



política

O artigo de opinião, traduzido e “adaptado para a realidade brasileira” segundo o tradutor oficial do IMB, Leandro Roque, foi escrito pelo ultraliberal estadunidense Harry Browne. Esse é apresentado como o “falecido autor de [Por que o Governo Não Funciona](#) e de vários outros livros”, bem como “candidato à presidência dos EUA pelo Partido Libertário nas eleições de 1996 e 2000”.

Interessa observar que a existência de um tradutor oficial como parte da equipe da organização ultraliberal, tanto quanto o trabalho de lançar mãos de artigos elaborados por intelectuais ultraliberaes estadunidenses, revela a rede do discurso transnacional que unifica os interesses entre as frações das elites econômicas e intelectuais brasileiras e dos EUA.

Igualmente, é necessário informar que a publicação do artigo ocorreu três dias após uma data importante para o ambiente da educação no Brasil: comemora-se em 15 de Outubro o *Dia do Professor (Dia da Professora)*. Compreendemos que não se trata de “mera coincidência” portanto.

O contexto político e ideológico vivencia um momento de acalorado embate onde a educação escolar é palco do debate de movimentos conservadores e ultraliberaes (E.g: Ação Educativa, 2016; Frigotto, 2017; Nagib, 2012; Silva, 2019). Esses grupos, cujos interesses

distintos irão se cruzar, usarão várias plataformas midiáticas para tentar induzir a sociedade civil brasileira a aceitar suas narrativas discursivas.

No artigo de opinião de Browne, “tropicalizado” para o contexto político e ideológico do Brasil, os argumentos se articulam de modo que podemos perceber, claramente, como os discursos do corolário ultraliberal se apropriam das pautas mais conservadoras para emitir um juízo de valor sobre os rumos da educação brasileira:

[...] as escolas públicas acabam ensinando muitas coisas que iriam deixar os pais apavorados — isto se os pais soubessem exatamente o que se passa nas escolas. Orientação sexual e "kit-gay" são apenas a ponta do iceberg. Os alunos são ensinados a atormentar seus pais para que eles reciclem lixo, para que fechem a torneira do chuveiro enquanto estiverem se ensaboando durante o banho, e para que adotem inúmeros outros rituais da nova religião ambientalista. Literatura clássica quase nunca é mencionada. Quando o é, é apenas para mostrar como as pessoas já foram ignorantes e insensíveis, e não para mostrar aos alunos a complexidade da vida e a riqueza do idioma. Tempo e recursos parece haver de sobra para ensinar as crianças a se conformarem com a ideologia e o pensamento politicamente correto da moda. Porém, se os pais reclamam que seus filhos não estão aprendendo ciências, português, história e matemática, os políticos respondem que está faltando dinheiro, os professores respondem que são mal pagos e vários "agentes sociais" dizem que a nova metodologia de ensino, com maior ênfase na 'consciência social do aluno', é bastante superior ao velho e reacionário método clássico de educação. E, no final, todos se unem para concluir que o grande problema realmente é o governo, que destina *pouco* dinheiro para a educação — logo, novos impostos são necessários (Roque, 2015).

Nesse fragmento da narrativa discursiva que compõe o artigo de opinião em análise, a estratégia de apropriação das pautas que emergiam dos debates que movimentos conservadores procuravam fazer presente nos espaços midiáticos da sociedade civil brasileira torna-se perceptível.

As discussões que eram visibilizadas pelos movimentos conservadores eram em torno de pautas como a questão da polêmica “ideologia de gênero”, ou seja, as citadas preocupações com a “orientação sexual” e o “kit gay” presentes nas práticas pedagógicas escolares segundo os movimentos conservadores.

Essas temáticas ganharam as páginas da imprensa e, também, serviram de arma política na campanha presidencial de 2018. Podemos ver, por exemplo, isso em artigos como *Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011 - Material “Escola Sem Homofobia”, de formação sobre questões de gênero e sexualidade, foi alvo de críticas de setores conservadores e teve veiculação suspensa pela presidência*, publicado na revista *Nova Escola*, em 01/02/2015; e *Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou o “kit gay” - Jair*

*Bolsonaro (PSL) acusa o seu adversário de ter sido o responsável pela idealização de material escolar contra homofobia, mas iniciativa surgiu no Legislativo*, publicado no *El País Brasil*, 13 de Outubro de 2018.

Igualmente, é visível a argumentação discursiva contrária às discussões sobre educação ambiental que são parte das unidades curriculares de disciplinas como Geografia e Biologia, percebidas como “aborrecimentos” ensinados aos/às estudantes nas escolas brasileiras. “Disciplinados”/“disciplinadas” pela “nova religião ambientalista”, os/as discentes levariam essas “doutrinações” para o ambiente familiar irritando os pais com “rituais” ensinados na escola.

Os ataques ao pensamento crítico sobre o meio ambiente e a educação voltada para formar pessoas preocupadas com a pauta da preservação do planeta ocultam, possivelmente, a intencionalidade de projetar uma visão negacionista dos impactos provocados pelo agronegócio e outros setores empresariais que provocam danos ambientais no Brasil.

A perspectiva conservadora sobre educação e o negacionismo científico, que embasam os tópicos de compreensão desse fragmento, estarão presentes em outros artigos publicados nos contextos digitais da organização: *As raízes anti-humanas do movimento ambientalista - O novo socialismo*, de Lew Rockwell, publicado em 04/05/2010; *Belo Monte e o movimento ambientalista*, de Leandro Roque, publicado em 20/11/2011; *Nosso frágil planeta*, de Walter Williams, publicado em 17/01/2014; *Na França, a população descobriu que ambientalismo e social-democracia custam caro - Eis o preço da mistura de assistencialismo com “Acordo de Paris”*, de Peter Earle, publicado em 03/17/2018; *E se as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não mais tivessem que seguir o MEC? - Eis uma verdadeira reforma educacional. E as consequências seriam surpreendentes - e positivas*, de Anthony P. Geller, publicado em 03/12/2019; entre outros. Sendo que o artigo de Geller pode ser considerado um complemento a este que foi analisado por nós. Inclusive, trazendo em seu texto a reprodução *ipsis literis* de parte do artigo aqui presente.

A presença dessas discussões na prática discursiva que estrutura o artigo de opinião, ao nosso ver, demonstra como o IMB instrumentaliza os debates em voga na sociedade na tentativa de atrair um público mais amplo e influenciar mais e mais pessoas, bem como fabricar consensos com setores das elites políticas e econômicas nacionais. No caso do artigo analisado aqui, a tomada dessas pautas é só um gancho para o que o articulador do

discurso, realmente, quer introduzir como os tópicos globais da narrativa discursiva. O próprio autor indica isso ao sugerir reflexões sobre a educação sob a esfera do “estado”:

De todos os passos que foram dados rumo ao caminho da servidão, qual foi o pior? Em minha opinião, foi o de permitir que o estado educasse nossos filhos, seja diretamente por meio de escolas públicas, seja indiretamente por meio de escolas privadas reguladas integralmente pelo Ministério da Educação.

Dado que a educação que nossos filhos recebem é toda controlada por funcionários públicos, que operam dentro das normas estabelecidas por um sistema estatal, não é surpresa nenhuma que nossos filhos cresçam acreditando que:

- o estado é um árbitro justo, imparcial, amoroso e caritativo, ao contrário de empreendedores privados, que agem somente em interesse próprio;
- programas governamentais realmente entregam aquilo que prometem e, sem eles, as pessoas estariam em situação muito pior;
- sem a saúde e a educação públicas, e sem programas de assistência social do governo, todos morreríamos doentes ainda muito jovens, seríamos analfabetos e as ruas estariam repletas de pessoas passando fome; e
- o estado é o país, e é nosso dever patriótico apoiar toda e qualquer política idiota que o governo decida implementar.

A educação é um desastre (Browne, 2015).

Ao orientar o/a leitor/leitora para se confrontar com essas posições sobre a “verdadeira essência” da atuação do “estado” no campo da educação, considerada “um desastre”, o produtor do discurso que fazer valer suas afirmações sobre o caráter ideológico da “educação estatal”, que operando “por meio de escolas públicas” ou “indiretamente por meio de escolas privadas reguladas integralmente pelo Ministério da Educação” alimenta a crença sobre a sua importância social na mente das pessoas.

Percebemos nessa construção argumentativa, na verdade, uma estratégia de inversão de sentidos de leitura da realidade. Ao informar a sua audiência dos “perigos da educação estatal”, Browne procura manipular o entendimento de leitores/leitoras. Busca fazê-los moldar suas percepções para a aceitação das pautas que defende no texto: a transformação da educação em mercadoria e dos cidadãos/cidadãs em mero consumidores dessa mesma mercadoria que passaria a estar sob a influência das dinâmicas do livre mercado.

Sobre esse tipo de discurso, que tenta convencer o leitor/leitora para adoção de projetos políticos e ideológicos francamente do interesse de frações econômicas da sociedade, compreendemos que Paulo Freire (2011, p. 88) foi cirúrgico ao nos deixar suas reflexões: "No fundo, a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível. O discurso ideológico nos ameaça de anestésiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos."

No decorrer do texto, o autor apresentará uma série de perspectivas que irão reforçar as estratégias na produção discursiva analisada. Apropriando-se das críticas tecidas no campo da política tradicional, durante período de eleições, o autor aponta para a problemática da educação fornecida e regulada pelo Estado.

O autor, por meio de estratégia discursiva, busca criar um vínculo, com seu público leitor: “A primeira coisa que precisa ser entendida a respeito das escolas públicas é que elas *não* são instituições educacionais. Elas são agências políticas — logo, são controladas pelo grupo que tenha mais influência política. E isto exclui você e eu.” Para, então, discorrer sobre a forma como a gestão e influência das decisões tomadas pelas esferas políticas responsáveis pela educação afetam supostos interesses das pessoas e famílias:

Não é de se estranhar, portanto, que suas políticas de ensino e de funcionamento sejam ditadas pelos sindicatos dos professores e dos funcionários, bem como pelas fantasias utópicas das universidades nas quais esses professores se formaram. [...] É a burocracia quem comanda tudo, e a ela todos devem ser submissos.

[...]

Tempo e recursos parece haver de sobra para ensinar as crianças a se conformarem com a ideologia e o pensamento politicamente correto da moda. Porém, se os pais reclamam que seus filhos não estão aprendendo ciências, português, história e matemática, os políticos respondem que está faltando dinheiro, os professores respondem que são mal pagos e vários “agentes sociais” dizem que a nova metodologia de ensino, com maior ênfase na ‘consciência social do aluno’, é bastante superior ao velho e reacionário método clássico de educação. E, no final, todos se unem para concluir que o grande problema realmente é o governo, que destina *pouco* dinheiro para a educação — logo, novos impostos são necessários.

A questão é: teria como as coisas realmente serem diferentes? Nesse atual arranjo, sem estarem submetidos a uma pressão competitiva, sem estarem sujeitos à concorrência, as pessoas que realmente estão no controle das escolas públicas — os burocratas sindicalizados — estão livres para saciar seus desejos mais indômitos de doutrinar as crianças para que elas sejam cidadãos exemplares da Nova Ordem (Roque, 2015).

A estratégia discursiva é forjada no sentido de nomear e responsabilizar os agentes públicos que fazem da educação brasileira “um desastre”: professores/professoras, sindicatos, universidades, políticos e outros agentes. A crítica a um modelo que propõe a formação da “consciência social do aluno” é feita de modo irônico. Ao intelectual ultraliberal não interessa essa formação crítica, caracterizadas como produtos dos “desejos mais indômitos de doutrinar as crianças para que elas sejam cidadãos exemplares da *Nova Ordem*” de uma classe de “burocratas sindicalizados”. Tal caracterização nos leva a escolha da imagem que ilustra o artigo de opinião. Retirada de seu contexto político e social, a imagem é ressignificada para ser utilizada como arma do discurso ultraliberal.

Browne, em continuidade à estratégia de trazer o/a leitor/leitora para sua percepção ultraliberal, trará argumentos que irão comparar a gestão da educação pelo Estado com a gestão de uma idealizada empresa de tecnologia. A racionalização dos seus argumentos produzirá um discurso passível de ser analisado pela leitura do quadrado ideológico (van Dijk, 2005), posto realçar aspectos supostamente positivos e ocultar possíveis pontos críticos em relação ao modelo de gestão da empresa de tecnologia; e, como é comum nesse tipo de leitura analítica da intencionalidade do discurso, os ditos aspectos negativos o modelo de gestão da educação pelo “estado” serão realçados, enquanto os pontos favoráveis ficarão silenciados ou mesmo apresentados por meio de uma lente que distorce a realidade:

O problema é que as escolas são administradas pelo governo.

Podemos ver isso claramente ao comparar a educação pública com a indústria de computadores — um dos ramos menos regulados em todo o mundo.

- A educação está sob o comando de políticos e burocratas, gente que jamais irá enfrentar pessoalmente as consequências de suas próprias medidas, por mais que arruinem a educação de nossos filhos. E assim, os custos da educação vão ficando cada vez maiores, ano após ano, ao mesmo tempo em que a qualidade e a utilidade decrescem velozmente.
- A produção de computadores, notebooks e afins está sob o comando de empreendedores, pessoas que visam ao lucro e que, por isso mesmo, têm de estar sempre encontrando novas maneiras de nos satisfazer, produzindo cada vez mais com cada vez menos — caso contrário, perderão o que investiram e irão à falência. E assim, computadores, notebooks e demais apetrechos tecnológicos vão ficando cada vez mais baratos, ano após ano (ou mês após mês), ao mesmo tempo em que sua qualidade e utilidade aumentam velozmente (Browne, 2015).

A lógica operada nessa estratégia é baseada na comparação de dois elementos que, em tese, são regidos por pressuposições equidistantes: a gestão da educação pelo Estado e a gestão capitalista de uma empresa de tecnologia. A gestão da educação pelo Estado segue normativas de ordem constitucional (Artigos 205; 206; 208, III e IV; 2013, I da *CFB/1988*) e pelo ordenamento legal da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996)*, constituindo-se como um direito social elementar e um “dever da família e do Estado” (Artigo 2 da Lei 9.394/1996).

Já a gestão capitalista de uma empresa de tecnologia cumpre tão somente os fins de acumulação de capital pelos donos ou acionistas da mesma. Contudo, como a literatura acadêmica já vem demonstrando há algum tempo, a educação estatal vem sofrendo influência da visão mercadológica e seus processos por meio da transposição da lógica neoliberal para as dinâmicas que regulam e gerem as escolas. É o que analisa o sociólogo francês Christian Laval, por exemplo:

A educação não dá apenas uma contribuição fundamental à economia, não é apenas um input em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica. Por essa razão, é considerada uma atividade com custo e retorno, cujo produto se assemelha a uma mercadoria. Como dizia com seu costumeiro à-propos o ex-ministro francês da Educação Claude Allègre, o ensino é “o grande mercado do próximo século”. O caráter fundamental da nova ordem educacional está ligado à perda progressiva de autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa, que é elevada a ideal normativo (Laval, 2019, p. 33).

Percebemos ao trazer essa abalizada reflexão do professor de sociologia da *Universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense*, que as articulações da estratégia discursiva de Browne são ancoradas em uma enviesada produção da “realidade social” muito distinta daquela vivenciada no âmbito dos sistemas educativos sob a regulação neoliberal de Estados como os EUA e o Brasil.

A verdadeira intenção do autor ao fazer esse paralelo entre a gestão do Estado e a gestão empresarial é fabricar um consenso em torno da pauta pela completa desregulação da demanda educativa, que passaria a ser exercida pelos critérios únicos do livre mercado:

Não há nada de específico na educação que nos faça duvidar de que o mercado poderia fornecê-la. Assim como qualquer produto ou serviço, a educação é uma combinação de terra, trabalho e capital direcionados a um objetivo claro: a instrução de assuntos acadêmicos e relacionados, os quais são demandados por uma classe de consumidores, majoritariamente pais.

O argumento de que uma educação de alta qualidade seria intrinsecamente cara para uma fatia significativa da população não se sustenta. Um livre mercado que consegue saturar a sociedade com telefones celulares, geladeiras, fornos microondas, televisões de alta definição, computadores, tablets e máquinas de lavar certamente pode produzir educação de alta qualidade para as massas. O segredo é a liberdade de empreendimento (Browne, 2015).

Na prática discursiva de Browne, inclusive, a defesa de tal perspectiva é um assunto supostamente de interesse das próprias famílias. Por isso, desde o início, o autor engendra um discurso onde surge como alguém que batalha na defesa desse interesse. Família e lógica de mercado se entrecruzam, são interesses partícipes das mesmas expectativas e desejos: “Imagine um mundo em que os impostos para a educação deixassem de existir, em que a liberdade conduzisse a educação de seus filhos e você pudesse escolher uma escola para eles da mesma maneira que escolhe qual artefato eletrônico quer comprar. Isso é querer demais?” (Browne, 2015)?

Podemos considerar que o produtor do discurso tentou, ao longo de todo o seu texto, arquitetar como tópicos globais para a compreensão de leitores/leitoras tópicos como:

1 - a educação estatal pode ser considerada “um desastre”, posto ser influenciada por interesses de uma classe “burocratas sindicalizados”. Esses operariam com a intenção de promover a “ideologia do estado” e temáticas em salas de aula que confrontam “a moral” e o “bem estar da família”: “educação sexual”, “kit gay” e a “nova religião ambientalista”.

2- a escola poderia e, deveria, ser regida pelas concepções da gestão empresarial, pois isso traria resultados muito positivos para educação das crianças

3 - o “estado” deveria deixar de “atrapalhar” o livre mercado, porque esse é muito mais eficiente em oferecer qualquer produto, e a “educação é um produto como outro qualquer”, com qualidade e a baixo custo.

Tais tópicos, ao nosso ver, sintetizam as intencionalidades flagrantes no discurso do intelectual ultraliberal na tentativa de persuadir, educar o pensamento e engajar política e ideologicamente o seu público leitor.



Lyman, Isabel (2008). O homeschooling nos EUA (e no Brasil). Mises Brasil. <https://www.mises.org.br/article/153/o-homeschooling-nos-eua-e-no-brasil>

## O Homeschooling nos EUA (e no Brasil)



[direito](#)

Isabel Lyman, doutora em Educação, é apresentada como autora de uma obra na qual retrata o modelo educacional *homeschooling* nos EUA , o livro *The Homeschooling Revolution*, bem como uma especialista sobre a referida temática cujos artigos “já foram publicados em jornais e revistas como *Miami Herald*, *Wall Street Journal*, *Dallas Morning News*, *Pittsburgh Tribune-Review*, *Investor's Business Daily*, *Boston Herald*, *Los Angeles Daily Journal*, *National Review*, *Chronicles*, *Daily Oklahoman*, e outras publicações”. Por fim, é sugerido a visitação ao [website](#) da autora.

No artigo de opinião presente, o assunto a ser tratado, como é abertamente destacado no título e na sugestiva ilustração que se articula com o tópico presente no referido título, é a questão do modelo educativo *homeschooling* no país da autora e, a partir das considerações do tradutor Leandro Augusto Gomes Roque, a situação da discussão sobre esse modelo no cenário brasileiro. Leandro Roque enfatiza que “o texto a seguir é de 2003. Desnecessário dizer que seu conteúdo, além de cada vez mais atual, é também de interesse nacional, como ficará claro mais abaixo.”

A defesa do modelo *homeschooling* será a mais ampla possível na prática discursiva da autora. Seus argumentos irão, inicialmente, trazer a forma problemática como a televisão e a indústria do cinema, no ponto de vista de Lyman, traçam uma imagem pouco favorável às famílias que optam por educar seus filhos de acordo com as inspirações do processo da *educação domiciliar (homeschooling)*:

Na véspera da estréia do seriado cômico *The O'Keefes*, em 2003, os seguintes chamados comerciais foram veiculadas pela Warner Brothers:

‘Harry e Ellie O’Keefe são pais amorosos, porém excêntricos, que optaram por escolarizar seus três filhos em casa com o intuito de protegê-los de um mundo vulgar e libidinoso.’ (Tradução: os pais são uns derrotados.)

‘Apesar do banimento de toda a cultura pop, os adolescentes Danny e Lauren e o irmão caçula Mark estão ficando cada vez mais curiosos para descobrir o que existe além das paredes de sua sala de estudos/jantar.’ (Tradução: as crianças são mantidas em prisão domiciliar.)

‘Elas falam seis idiomas, mas são impossibilitadas de conversar com garotos da sua idade. A solução para isso jaz no pior pesadelo de seus pais: a escola pública.’ (Tradução: crianças que não frequentam as escolas do governo se tornam desajustadas.)

É enfurecedor, ainda que nada surpreendente, que os adeptos do homeschooling (os *homeschoolers*) - o maior dos grupos pertencentes ao movimento da escolha escolar - ainda sejam alvo de escárnio (Lyman, 2008).

A intelectual assume a posição de autoridade de quem analisou profundamente a temática em sua tese de doutorado, onde “analisou mais de 300 artigos de jornais e revistas”. Assegurando ter chegado à conclusão de “que as quatro principais razões para se evitar o ensino escolar convencional foram a insatisfação com as escolas públicas, o desejo de se transmitir livremente valores religiosos, a superioridade acadêmica do ensino doméstico e a necessidade de se construir laços familiares mais robustos”.

Embasados nos resultados do trabalho de doutoramento da autora, os argumentos que irão fundamentar a prática discursiva envidarão esforços na tentativa de convencer seus/suas leitores/leitoras sobre os aspectos positivos inerentes à educação realizada pelas próprias famílias no ambiente doméstico. Não deixando de apontar, antes de tudo, os motivos que levariam as famílias a optarem pela modalidade:

O homeschooling, como foi dito, é simplesmente o ato de educar crianças em idade escolar nas suas próprias casas ao invés de em alguma escola. Por que as pessoas escolhem essa opção? Em 1996, o Departamento de Educação da Flórida enviou um formulário de pesquisa para 2.245 homeschoolers, sendo que 31 por cento dessas pessoas deram retorno. Desse grupo, 42 por cento disseram que a insatisfação com o ambiente predominante nas escolas públicas (insegurança, drogas e pressão adversa do ambiente) foi a razão que os fez elaborar um programa próprio de educação domiciliar (Lyman, 2008).

“Insegurança, drogas e pressão adversa do ambiente” teriam sido as condicionantes, que segundo a especialista estadunidense, fizeram as famílias optarem pelo processo educativo do *homeschooling*.

Lyman, busca articular a imagem de modelo educacional alternativo em ascensão, que havia encontrado abrigo nos lares de personalidades do mundo da música e dos esportes (“O homeschooling também vem atraindo “celebridades” para suas fileiras, como o jogador da NFL, [Jason Taylor](#), e a sensação da música country, [LeAnn Rimes](#).”), posto ser

notório que as pessoas muitas vezes procuraram reproduzir os estilos de vida e hábitos das celebridades, reforçando assim a estratégia de convencimento sobre os aspectos ditos positivos da educação homeschooling. Afinal, se os astros e as estrelas do mundo pop fazem, por quê o/a leitor/leitora não deveria fazer?

Para a possível audiência de leitores/leitoras interessados/interessadas, a especialista informa a existência de uma série de organizações sociais, associações e empresas que oferecem modelos adaptados às famílias. Tudo dentro da lógica de demanda e oferta do livre mercado, cabendo às famílias optar pelo que mais lhe for conveniente:

As famílias podem optar por comprar um currículo já montado por empresas que têm especificamente os homeschoolers como alvo. Dentre essas empresas estão a [A Beka Home School](#) e a [Saxon Publishers](#). Outras podem optar por matricular seus filhos em instituições que também oferecem educação a distância, como a [Calvert School de Maryland](#), a [Christian Liberty Academy Satellite Schools de Illinois](#), ou a [Clonlara School](#) de Michigan. Já as escolas voltadas para a educação on-line, como a [K-12 Inc.](#), oferecem currículos na internet para os homeschoolers (Lyman, 2008).

\_\_\_\_\_ Neste fragmento do discurso de Lyman, em comparação com o texto original publicado no sítio eletrônico do *Mises Institute* (<https://mises.org/library/why-homeschool>), salta aos olhos a intervenção feita pelo tradutor oficial do *Instituto Mises Brasil*, Leandro Roque. No texto original não constam marcações com hiperlinks no evento discursivo de Lyman. Poderíamos fazer um exercício de imaginação na tentativa de compreender que trata-se de uma ação intencional, feita por Leandro Roque, de apresentar à audiência ultraliberal brasileira as organizações, associações e empresas estadunidenses que produzem modelos distintos entre si para o processo educativo do *homeschooling*.

Em um país como o nosso, como argutamente analisou Sousa (2019; 2020), com uma elite de mentalidade “colonizada” não seria de duvidar a adoção, compra, de modelos instituídos na “metrópole” estadunidense. O próprio presidente do IMB Helio Beltrão é uma evidência significativa dessa colonização ideológica, posto buscar inspiração em um modelo, que supostamente não existia no Brasil, na matriz estadunidense.

Lyman avança na sua estratégia de tentar convencer seus/suas leitores/leitoras sobre o mundo perfeito do modelo educativo defendido. Para isso, irá mobilizar os exemplos de sucesso acadêmico e trajetória de vida de pessoas que foram educadas de acordo com o modelo de educação domiciliar, os *homeschoolers*:

Gary Knowles, da Universidade de Michigan, estudou 53 adultos com o intuito de observar os efeitos de longo prazo de uma educação domiciliar. Em 1991, ele apresentou uma monografia com seus veredictos no encontro anual da [American Educational Research Association](#), em Chicago. Segundo Knowles: ‘Não encontrei qualquer evidência que mostre que esses adultos possuíam qualquer tipo de desprovemento. . . . Dois terços deles eram casados, a norma para os adultos da sua idade, e nenhum deles estava desempregado ou recebendo qualquer tipo de assistência governamental. E mais de três quartos deles sentiam que ter sido educado em casa na realidade tinha-os ajudado a interagir com pessoas de diferentes níveis da sociedade’ (Lyman, 2008).

Mais uma vez, Leandro Roque faz uma cirúrgica intervenção no discurso Lyman ao destacar a associação de investigação da área de educação estadunidense. Para um intelectual ultraliberal que defende a pura e massiva teorização contra a empiria, isto é a restauração do “crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo” como são definidas as ações do IMB em seu sítio eletrônico, é um tanto questionável que procure tecer como estratégia de convencimento do público leitor que os argumentos de Lyman são embasados na pesquisa empírica de um investigador estadunidense, que a apresenta perante seus/suas pares em uma organização científica.

Será que tal modelo exitoso e com capacidade de atrair astros e estrelas pop estadunidenses, apesar das críticas feitas por setores como o cinema e a televisão como discute Lyman, poderia ser aplicado no Brasil? Esse é ponto que a segunda parte do texto, de autoria do próprio Leandro Roque, irá apresentar como central em sua estratégia discursiva de convencimento da audiência leitores/leitoras:

No Brasil, o homeschooling ainda é algo praticamente fictício, pois a legislação brasileira não permite a educação domiciliar. Porém, há uma tênue esperança para os amantes da liberdade: uma corajosa família de Timóteo, MG, decidiu que ela, e não o estado, é que sabe o que é melhor para a educação de seus dois filhos de 14 e 15 anos. Nada mais de obrigar as crianças a ir à escola regularmente para ouvir o que o estado tem a lhes dizer. Basta! (Roque, 2008)

No contexto situacional em que o intelectual ultraliberal do Mises Brasil produz o seu discurso, de fato não era, e continua não sendo, liberada pelos ordenamentos jurídicos brasileiros que regulamenta a educação (CF/88; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei 9.394/1996; e o Estatuto da Criança e do adolescente, Lei 8.069/1990).

Mas, nada impediu que a organização continuasse ao longo dos anos produzindo discursos a favor dessa liberação, alimentando a “tênue esperança dos amantes da liberdade”. Artigos como, por exemplo, *O caso de um herói*, de Lucas Mendes, publicado em 15/04/2010, onde é retomada a história do pai “da corajosa família de Timóteo”, no Estado

brasileiro de Minas Gerais. Leandro Roque brada ao seu público leitor: “Nada mais de obrigar as crianças a ir à escola regularmente para ouvir o que o estado tem a lhes dizer. Basta!”.

A organização ultraliberal seria uma das vozes que pautaram esse discurso na sociedade civil brasileira, cumprindo o seu papel de *think tank* ou aparelho privado de hegemonia. Não seria, portanto, de estranhar, por meio das vozes de várias organizações, empresários/empresarias interessados nessa potencial fatia de mercado e famílias, que esse esforço discursivo tenha produzido efeitos políticos reais.

Em 08 de Outubro de 2015, o deputado federal Eduardo Bolsonaro protocolou o projeto de lei, o PL 3261/2015, a favor da liberação do modelo *homeschooling* no país. Antes e após essa data o IMB permaneceu como instrumento discursivo ideológico pela implementação do modelo. É que vemos em artigos de opinião como *Falácia e grosseria: O homeschooling segundo mais dois “izpessialisas”*, de André de Holanda, publicado em 07/07/2012; *Entendendo o básico sobre o homeschooling - e respondendo às três críticas mais comuns - seus defensores querem apenas uma liberdade humana essencial*, de Daniel Chaves Claudino, publicado em 31/01/2019.

Retornando ao jogo estratégico discursivo e ideológico manipulado por Leandro Roque, ele utiliza o exemplo da “corajosa família de Timóteo” para instrumentalizar seus argumentos contra a atuação do Estado e seus agentes no campo da educação:

[...]temeroso de perder o monopólio da doutrinação, o estado vem perseguindo implacavelmente essa família, fazendo de tudo para puni-la pelo hediondo crime de ter optado por não submeter seus dois filhos ao lixo ideológico e às inutilidades de toda sorte que são ensinados na educação básica (pra não dizer no ensino médio e superior). Dispostos a tudo para impedir o sucesso do individualismo e do mérito próprio, os burocratas processaram criminalmente a família - cujos pais podem ir pra cadeia - e ameaçam tomar a guarda dos filhos. Além disso, a Justiça decidiu que os dois meninos deveriam fazer provas de conhecimentos gerais para verificar se houve "abandono intelectual" - isto é, para verificar se eles deixaram de aprender as coisas que o estado quer que elas aprendam (Roque, 2008).

O produtor do discurso recorre ao encadeamento de expressões que projetam uma imagem significativamente negativa sobre a educação formal, de responsabilidade do Estado: “monopólio da doutrinação”, “lixo ideológico”, “inutilidades de toda sorte” e “as coisas que o estado quer que elas aprendam”.

Por se rebelarem contra isso, a família é acusada de "abandono intelectual", sendo perseguida “implacavelmente” pelos “burocratas” do “estado”, que consideram um “crime

hediondo” a família querer educar os seus filhos fora da escola, no ambiente domiciliar. Leandro Roque tenta impor um olhar de empatia pela família “perseguida pelo estado”.

A prática discursiva do IMB é mais uma que amplifica o debate acalorado entre defensores e opositores do modelo de educação domiciliar. O tema ganhou espaço no debate político na disputa à presidência brasileira em 2018. Inclusive, chegando a ser ponto central do programa de governo do então candidato Jair Bolsonaro, pai do referido deputado que levou a proposta para o Congresso Nacional brasileiro.

A temática tem reverberado no Brasil, produzindo discussões contrárias e a favor: *A educação domiciliar deve ser liberada no Brasil*, de Rayane Moura, publicado no *ECO*, no portal de notícias do UOL, em 17/12/2020; *Bandeira bolsonarista, o ensino em casa entra em discussão no Congresso - A Câmara dos Deputados se prepara para votar o projeto de lei que regulamenta o “homeschooling, apoiado pela bancada evangélica*, de Ricardo Ferraz e Laryssa Borges, publicado na principal revista semanal lida pelas elites e classes médias do país, a *Veja*, em 30/04/2021; *Educadora alerta para os interesses e danos por trás da “homeschooling” - Prioridade na pauta educacional, regulamentação da educação domiciliar vai além de aspectos ideológicos e poder trazer prejuízos a longo prazo*, de Cida de Oliveira, publicado no sítio eletrônico Rede Brasil Atual em 25/04/2021; e *Entidades ligadas à educação protestam contra a liberação do “homeschooling” no Brasil - Prioridade do governo Bolsonaro, proposta que autoriza crianças e adolescentes a terem aulas em casa com a família, em vez de frequentarem escolas, deve ser votada nesta terça-feira (25). Segundo manifesto, trata-se de um “extremo risco e ataque ao direito à educação”*, de Dri Veloso, publicado na Revista Fórum, em 24/05/2021.

A elaboração dos argumentos de Leandro Roque, bem como de outros artigos de opinião que publicados pelo IMB, ao retomarem a temática do *homeschooling*, fazem eco e se equalizam na frequência das práticas discursivas produzidas por frações da sociedade brasileira que encontram na família Bolsonaro seus mais ardorosos defensores.

Olhando retrospectivamente, percebemos que o articulado do discurso Leandro Roque já procurava, em 2008, dialogar com aquelas frações. Os tópicos globais de seu discurso são, ao nosso entender, orientações para as famílias que constituem aquelas frações da sociedade possa saber que:

1 - É possível encontrar formas de educar suas crianças sem a “intervenção do estado”: a adoção do *homeschooling*;

- 2 - Tal modelo educacional, nos EUA, é praticado com muito sucesso por inúmeras famílias, apesar das críticas e polêmicas sustentadas por setores contrários ao modelo;
- 3 - Existem várias empresas, organizações sociais e associações voltadas para ofertar módulos especiais para crianças que estudam em casa no EUA, inclusive, o/a leitor/leitora pode acessar para conhecer;
- 4 - No Brasil, o “estado persegue” quem se posiciona contra o modelo tradicional; mas, a esperança desse quadro mudar. Basta que mais pessoas sigam o exemplo da “corajosa família de Timóteo”.

Chiocca, Cristiano Fiori (2010). UMB - A Universidade Mises Brasil. *Mises Brasil*.  
<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=754>



\_\_\_\_\_Cristiano Chiocca, empresário e economista, foi um dos fundadores do *Instituto Mises Brasil* 3 anos antes da publicação deste texto informativo sobre as aspirações da organização ultraliberal no campo das ações para irradiar seu corolário ideológico na sociedade brasileira. Embora pese o fato de Cristiano e alguns outros membros terem cindido com o núcleo original do *Mises Brasil*, vindo a fundar um outro *think tank* ultraliberal, o *Instituto Rothbard*, o texto continua disponível na página do IMB.

O evento discursivo arquitetado por Chiocca vincula-se ao plano das aspirações projetadas por Lew Rockwell no discurso comemorativo dos 25 anos do *Mises Institute* (EUA). Rockwell traçava planos no campo da batalha ideológica para os “próximos 25 anos” posteriores ao evento discurso produzido em 2007 e publicado no IMB em 2008.

Partindo de um suposto encontro com um jovem interessado no ultraliberalismo e leitor do sítio eletrônico do IMB, Chiocca iria destacar a importância de a sua organização voltar-se para a produção e divulgação do escopo ideológico da *Escola Austríaca de Economia*, fonte de todo o corolário ultraliberal em suas várias vertentes:

Já faz um tempo que eu queria escrever sobre esse tema, pois sempre pensei no Instituto Mises Brasil como um disseminador da Escola Austríaca no Brasil(sic). No lançamento do livro do Constantino, *A Economia do Indivíduo*, fiquei conhecendo o André Cardoso, um jovem leitor do site que está terminando o colegial. Veio-me à cabeça a lembrança de quando descobri o site do *Mises Institute*. Naquela época, estava entre o meio e o final do meu curso de economia, e pensei comigo mesmo: "se eu tivesse descoberto esse site antes, teria poupado uma fortuna, jamais teria feito faculdade de economia". Os artigos eram didáticos, claros, sempre bem fundamentados. Cada artigo uma aula. O IMB nasceu mais ou menos com essa intenção: disseminar os artigos em língua local para que cada vez mais gente tenha acesso a EA. Mas não apenas isso: um papel importante do instituto é colocar à disposição dos leitores os livros dos grandes autores da EA que já



existiam traduzidos para o português. E isso tem sido feito. Faltam poucos títulos a serem colocados no site e, no futuro, devemos ter os livros em PDF, e-books, *print on demand*, enfim, tudo ao gosto do freguês (Chiocca, 2010).

Destacamos desse fragmento do discurso de Chiocca o suposto diálogo com a juventude. O IMB, como destacaria Helio Beltrão em um podcast gravado em 2012, a formação de “novos talentos”, ou seja a educação ideológica e o engajamento da juventude brasileira nas fileiras ultraliberais passaria a ser uma das táticas fundamentais das estratégias da organização.

Um sinal de que essa estratégia seria posta em prática foi a organização do evento *Tour Libertário*, realizado em conjunto com outra organização ultraliberal, o *Ordem Livre*, no qual o IMB, na figura de seus membros mais importantes à época, passou por várias universidades brasileiras proferindo palestras sobre o ultraliberalismo:

Hoje, começa em todo o país uma iniciativa do [Ordem Livre](#) que conta com o apoio do Instituto Mises Brasil. O Tour Libertário é um evento que promove palestras sobre liberdade e economia em diversas universidades nas principais cidades brasileiras. O presidente do Instituto Mises Brasil, Helio Beltrão, participa do evento nas universidades de São Paulo (USP), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Faculdade Mário Schenberg e IBMEC Minas, com sua palestra sobre as origens da atual crise econômica.

Além disso, outro integrante do Instituto Mises Brasil, o economista Rodrigo Constantino, também é um dos palestrantes. Além dos dois, os outros speakers são: Diogo Costa (cientista político e editor do *Ordem Livre*), Bruno Garschagen (cientista político), Lucas Mafaldo (filósofo) e Adolfo Sachsida (economista).

Abaixo, segue o roteiro completo do Tour Libertário.

5/10/2009 (8h) - UFRGS - Porto Alegre

6/10/2009 (8h) - UFSC - Florianópolis

7/10/2009 (8h) - Unicuritiba - Curitiba

8/10/2009 (8h) - USP - São Paulo

8/10/2009 (18h) - Faculdade Mario Schenberg - São Paulo

9/10/2009 (13h) - FAAP - São Paulo

14/10/2009 (18h) - IBMEC-MG - Belo Horizonte

15/10/2009 (8h) - UFMG - Belo Horizonte (Salão Nobre da Faculdade de Direito)

16/10/2009 (8h) - UFES - Vitória

19/10/2009 (13h) - UFBA - Salvador

20/10/2009 (13h) - UFAL - Maceió

21/10/2009 - UFPE - Recife

22/10/2009 (8h) - UFRN - Natal

23/10/2009 (8h) - UFC - Fortaleza

23/10/2009 - (18h) - FA7 - Fortaleza (Tavares, 2009)

Esse processo, ao nosso ver, marcaria uma das facetas daquilo que denominamos *guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal*, centrada na disputa de atenção e espaço no interior das instituições de educação do país.

Ainda fazendo um paralelo entre o evento discursivo realizado por Rockwell, no ano de 2007, em Nova York, e o de Chiocca, 3 anos depois, bem como a própria entrevista de Helio Brandão, em 2012, evidencia-se o uso da internet como ferramenta de produção e divulgação do IMB em seu diálogo com a sociedade brasileira, mas principalmente com o público mais jovem.

Raphael Almeida Dal Pai, investigador brasileiro que, também, estudou a organização em sua dissertação de mestrado, traz um exemplo de o quanto a estratégia da educação ideológica pelo IMB consegue alcançar um público jovem a partir da internet:

Tive conhecimento da existência do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) quando lecionava em uma escola particular como professor de História e Filosofia em 2012. Dentre meus alunos da época, um em particular, de uma turma de 8º ano, despertou minha curiosidade. Ele era muito participativo nas aulas, principalmente quando se discutia sobre economia e política. Mas o ponto realmente curioso não era sua participação ativa nas aulas, mas sim o conteúdo de suas intervenções e argumentações. Suas falas eram direcionadas sempre em defesa da propriedade privada e do capitalismo como modo de produção de forma geral. As argumentações deste aluno, em sua grande maioria, sempre eram baseadas em livros e artigos lidos por ele. Neste sentido, é um tanto evidente minha curiosidade, pois me pareceu de uma peculiaridade muito grande um aluno, de sua faixa de escolaridade, ter interesse por ler obras e artigos de intelectuais neoliberais. Inclusive, o aluno em questão se autodenominava “libertário”, mas não se remetendo aos intelectuais do anarquismo (Mikhail Bakunin ou mesmo Pierre-Joseph Proudhon, por exemplo), mas a algo chamado pelos intelectuais estudados por ele como anarcocapitalismo. Por conta de meu interesse na singularidade da questão, por um lado, e seu interesse em debater sobre economia e política, por outro; conversávamos com frequência fora das aulas. Nestas conversas, ele acabou me apresentando a fonte de onde se originara seu conhecimento sobre os temas. Ele me passou o link do site do IMB, do qual, tinha posse de livros publicados, e era leitor assíduo. Conforme me mostrava a origem de seu conhecimento, baseado nos escritos e obras disponíveis no site, comecei a vislumbrar a existência de várias páginas e pessoas que, partindo direta ou indiretamente do IMB, argumentavam a favor da propriedade privada e do livre-mercado, entre outras questões pertinentes ao neoliberalismo, nas redes sociais, em particular no Facebook. Aliás, a partir dessa tomada de conhecimento do IMB, percebi também que, ao longo de um curto período (aproximadamente dois anos), o número de pessoas defendendo as posições neoliberais abertamente cresceu, e continua crescendo, rapidamente (Dal Pai, 2017, p. 13 -14).

O discurso de Chiocca, conforme percebeu na prática Dal Pai, sustenta que a proliferação de um vasto material no sítio seria fundamental para o processo da formação ideológica ultraliberal. Esse seria o papel central da educação ultraliberal que o *Mises Brasil* estava produzindo, posto não haver espaço nas instituições tradicionais para o pensamento da *Escola Austríaca de Economia*:

Tudo isso pra dizer que acho que a sequência lógica do trabalho do instituto é educacional: criar cursos e aulas. Já sou da opinião de que as atuais faculdades de economia não têm mais sentido de existir; os currículos, engessados pelo MEC, ou mesmo seguindo o

mainstream, não têm espaço para a EA, e dessa forma quem quiser aprender "*Economics for real people*" fica órfão. E o IMB precisa preencher essa lacuna (Chiocca, 2010).

O discurso revela o projeto político e ideológico da organização na disputa de poder no campo da educação ideológica. As universidades são territórios onde, na visão do articulista, a presença do pensamento e do arcabouço teórico ultraliberal não tem vez. Portanto, o IMB precisa romper essa hegemonia, seja através da disponibilização de um conjunto de material para a leitura dos/das leitores/leitoras, que “se auto educariam”, ou da organização cursos e aulas.

Na busca de modelo ideal para a consecução desse projeto, afirma Chiocca, o *think tank* ultraliberal estadunidense *Mises Institute* seria o exemplo a ser seguido:

Nos EUA, o MI tem a Mises University e o Rothbard Graduate Seminar, que são um tipo de curso rápido, de uma ou duas semanas.

Quando estiveram aqui na ocasião do Seminário de EA, os palestrantes nos concederam entrevistas (que o Fernando está devendo) e, na missão de formular as perguntas, fiz questão de questioná-los sobre como eles veem um curso formal de economia 100% EA. As respostas não foram exatamente o que eu esperava: eles disseram que a EA deve ocupar cada vez mais espaço, etc, etc. Mas uma resposta em especial apontou para o Home Study Course (<http://mises.org/store/Mises-Institute-Home-Study-Course-in-Austrian-Economics-P211.aspx>). Mais ainda: foi dito que o ensino "por si mesmo" vai conquistar grande parte do público que hoje frequenta as salas de aula.

*Ainda não conheço o conteúdo desse Home Study, mas o modelo de uma série de aulas do Fundamentals of Economic Analysis (<http://mises.org/media.aspx?action=category&ID=99>) me agrada muito, e penso que um embrião de uma Universidade Mises Brasil deveria ser por aí, com cursos curtos, focados em certos temas, com algumas partes para os "já iniciados" e outras para os iniciantes.*

Pesa o fato de que, no momento, os membros do IMB não são, como no MI, professores universitários (Chiocca, 2010).

No discurso de Chiocca, transparece a importância da relação com os ultraliberaes dos EUA. Helio Beltrão, em sua entrevista, ao podcast *Mises Brasil* é enfático em dizer o quanto receberam “incentivos” da organização estadunidense no processo de criação do Mises brasileiro.

Chiocca apresenta aos/às seus/suas leitores/leitoras os parâmetros que lhe servem de inspiração para os futuros cursos, hoje já existentes, a ser oferecidos pelo IMB. Todos seguindo o modelo do “autodidatismo”. Para tanto, os contextos digitais, por sua “economicidade e grande alcance” (Beltrão, 2012), seria o espaço crucial.

Entretanto, a carência de pessoal acadêmico, pois, “no momento, os membros do IMB não são, como no MI, professores universitários”, seria um fator a ser equacionado pela organização na tentativa de executar a sua estratégia de cursos e aulas para um grande

público. O articulista ultraliberal finaliza a exposição dos projetos de construção da plataforma educativa da organização considerando que “nada temos ainda além de uma ideia e uma vontade de ouvir opiniões e mais ideias”, afirmando contar com algumas ideias trazidas por colaboradores do IMB, como Lucas Mendes, que “nos apresentou um projeto de aulas muito interessante”, e Fernando Ulrich “que recentemente voltou do mestrado em EA comandado por Jesús Huerta de Soto”.

Interessante notar que o próprio Ulrich e outros intelectuais ultraliberais brasileiros, como Jorge Iorio e Olavo de Carvalho, na seção de comentários irão deixar “opiniões e mais ideias”, conforme sugerido por Chiocca. A seção de comentários, do artigo de opinião de Chiocca, acaba por se tornar um espaço onde a intelectualidade ultraliberal e conservadora irá, aparentemente, de forma espontânea, deixar suas opiniões e contribuições para a formatação de um projeto pedagógico da referida *Universidade Mises Brasil*. Fernando Ulrich assim se pronunciaria:

Opa, fui chamado a causa! Cristiano, grato por mencionar meu nome. Respondendo a alguns posts acima, não acho que uma faculdade de economia seja totalmente inútil. Como recém formado no mestrado em EA confesso que um conhecimento mais profundo do mainstream econômico me facilitaria na hora de destruir por completo seus argumentos. Sou graduado em Administração. Entretanto, acho que a utilidade vai só até este ponto e nada mais. Dessa forma, se tivesse que escolher uma faculdade, talvez mesmo assim não escolhesse economia. Nosso tempo é precioso demais para aprender Keynes e cia palavra por palavra. Concordo com o Erick e acho que as Universidades deveriam ser fomentadoras de discussão e não indotrinação. No entanto, hoje em dia elas têm exercido muito pouco esse papel. Infelizmente currículos universitários são quase padrões no mundo todo. Mesmo assim, inúmeros economistas austríacos lecionam em Universidades mainstream com currículo mainstream mas pouco a pouco questionando e induzindo a uma reflexão mais profunda, e por fim, expondo a perspectiva austríaca. O Helio recentemente me comentou que há inúmeros docentes austríacos na Argentina. Atualmente no mundo, conheço apenas uma Universidade 100% austríaca, a Francisco Marroquín da Guatemala. Inclusive a biblioteca se chama Ludwig Von Mises. Na Espanha, o Jesús Huerta de Soto está fazendo todo o possível para dominar o departamento de Economia na Universidade Rey Juan Carlos. Já é o atual catedrático e, portanto, tem muito mais espaço para mudar o conteúdo curricular e contratar docentes com viés austríaco ou pelo menos questionador (?). *Nos cursos de graduação de Comunicação Visual, ADM e Economia nesta Universidade o próprio Huerta é o professor nas cadeiras de Introdução a Economia e o livro texto usado é o Ação Humana, o Dinheiro, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos, além de diversos textos de Hayek, Rothbard, Bawerk, Menger, etc.* O mestrado que eu fiz com ele nesta Universidade é 100% austríaco, Máster em Economía de La Escuela Austríaca. O curso ainda tem muito que ser aperfeiçoado, pois tem apenas 3 edições até o momento. A procura cresceu em todos os anos. Bom, escrevi muito e respondi pouco. Em suma, acho que as Universidades não devam ser descartadas de cara, até porque no mundo atual é difícil conseguir um emprego sem este "selo". Dependendo do curso, não esperem aprendizado, apenas o diploma mesmo. Com os recursos que temos hoje em dia, considero obrigatório ser pelo menos "um pouco" autodidata. Opinando sobre as propostas do Cristiano, acho que deveríamos fazer algo como uma Mises University sim. O formato ainda não tenho certeza. Como você mencionou, o

pessoal do IMB não é acadêmico. No meu caso, apesar de ser "mestre", nunca dei aula, ainda que em algum momento gostaria muito. Uma coisa é aprender escola austríaca, outra coisa é ensiná-la. Mesmo no mestrado na Espanha tive uns dois professores que, apesar dos temas serem de muito interesse, era uma tortura escutá-los, pois simplesmente não eram bons professores. Na minha opinião, antes de decidir o formato, seria necessário decidir o público alvo. Iniciantes na EA? Avançados? Discussões? Por exemplo no meu caso, que já tem um bom conhecimento, um debate entre economistas da EA e do mainstream é pouco enriquecedor, pois seus argumentos são quase sempre iguais. Acharia muito mais interessante debater dentro da própria EA. Mas esse sou eu. Por isso sugiro entender qual seria o público alvo e/ou propósito para podermos decidir algum formato. Algum curso de curta duração seria bom como fazem no MI, no qual os alunos devem realizar uma leitura prévia e poder agregar mais nas aulas. Falando nisso, ninguém aqui fez a Mises U? O Fernando Chiocca? Alguém poderia comentar a experiência no próprio MI do Alabama. Enfim, espero ter contribuído e que venham mais ideias (Ulrich em comentário ao artigo de Cristiano Chiocca.)

O comentário postado por Ulrich é ilustrativo da lógica da guerrilha intelectual acadêmica elaborada pelos/pelas intelectuais ultraliberais na disputa por espaço e poder dentro do ambiente acadêmico no Brasil e em outros países. Além disso, ele demonstra a forma como os/as ultraliberais encaram o ensino tradicional nas universidades: mero instrumento para a inserção no mercado de trabalho e como forma de conhecer melhor o “adversário ideológico”, na tentativa de assim o combater mais eficazmente.

Outro Intelectual ultraliberal, que ainda hoje figura entre os principais nomes do IMB, Jorge Iorio, ao ser lembrado por um leitor, afirma que:

É claro que a iniciativa tem todo o meu apoio. É um velho sonho que venho acalentando há anos e, por experiência com muitos alunos, posso afirmar que será um sucesso. Agradeço a lembrança do meu nome e gostei até do "lápiz" do Cristiano. Além do Muller e do Barbieri, temos um outro "austríaco" aqui no Rio, que fez a tese de PhD na NYU com o Israel Kirzner. É o Gilberto Salgado. É muito modesto e tímido, mas tem um vasto conhecimento da EA. Prometi ao Helio que me empenharia em trazê-lo para o IMB. Avanti, ragazzi! (Jorge Iorio em resposta ao artigo de Cristiano Chiocca)

Iorio traz a perspectiva de que haveria outros intelectuais ultraliberais disponíveis para auxiliar a tarefa ideológica educativa do IMB e nos traz a informação dos processos de cooptação de intelectuais para os quadros da organização. Posteriormente, Iorio, em parceria com Barbieri e Mueller, articulou um artigo de opinião, *Por que os austríacos ensinam em universidade pública*, de 2012. Nele os autores irão defender que, como ultraliberais, o que poderia ser uma enorme contradição, na verdade, opera na lógica da fundamental guerrilha intelectual e acadêmica no interior de um espaço de educação estatal.

Já Olavo de Carvalho, guru da ultradireita brasileira e mentor intelectual de muitos membros do governo Bolsonaro, que por meio do seu canal digital *Mídia Sem Máscara*

doutrina parcelas da sociedade brasileira (Patschiki, 2012), veiculou seu comentário enviesado pela perspectiva da guerrilha intelectual acadêmica e dos ataques às universidades brasileiras, no seu estilo que lhe bastante característico:

A única solução viável, que enxergo, é a formação de pequenos grupos solidários, firmemente decididos a obter uma formação intelectual sólida, de início sem nenhum reconhecimento oficial ou acadêmico, mas forçando mais tarde a obtenção desse reconhecimento mediante prova de superioridade acachapante. Já não leciono no Brasil, mas a experiência mostrou que muito aluno meu, com alguns anos de aulas e bastante estudo em casa, já está pronto para dar de dez a zero, não digo em alunos, mas em professores da USP, Unicamp, UFRJ et cetera, o que, bem feitas as contas, é até luta desigual, é até covardia. As universidades tornaram-se instrumentos do crime organizado, empenhados em tapar bocas, paralisar consciências, destruir talentos, perverter vocações, secar todas as fontes de uma restauração possível e, é claro, gastar dinheiro público. Custam caro e só servem para o mal. É preciso inventar o quanto antes novas formas de estruturação social da vida intelectual e torná-las economicamente viáveis. Só o empresariado pode tomar essa iniciativa. Só ele tem capacidade de organização e de aglutinação de recursos para isso. O sistema dos think tanks talvez funcione, se assimilado com a devida seriedade e adaptado eficazmente às condições brasileiras. Os modelos da Heritage Foundation, da Atlas Foundation, do Hudson Institute estão aí para ser estudados. Nos EUA eles tornaram-se centros irradiantes de energia positiva capaz de contrabalançar, e com frequência vencer, o ativismo imbecilizante dos comissários-do-povo universitários (Olavo de Carvalho em resposta ao artigo de Cristiano Chiocca).

O discurso de Olavo de Carvalho, por si só, produziria novas páginas de análise crítica. Mas, fiquemos com aquilo que ele aponta possíveis aliados para a divulgação do pensamento ultraliberal no Brasil. Carvalho enfatiza a necessidade de uma formação intelectual e ideológica consistente, que poderia ser obtida por meio pequenas “células” de pessoas empenhadas em assimilar o corolário ultraliberal. Ele destaca o papel das classes empresariais, como mantenedoras da viabilidade de promoção de aparelhos ideológicos como a *Atlas Network* e outros similares, que segundo Carvalho, teriam relevante êxito na guerra ideológica contra os seus adversários nos EUA. Carvalho sugere que tal modelo poderia ser adaptado à realidade brasileira.

Como já se disse, a seção de comentários foi bastante movimentada, suscitando o seguinte comentário do articulista Cristiano Chiocca:

Amigos, não esperava que esse artigo gerasse tantos bons comentários, portanto vou responder pontualmente e preparar um novo artigo UMB2. [...] Depois agradeço a todos os que já deram sugestões, o objetivo do artigo era esse mesmo. Tb menciono a grata surpresa do comentário do Olavo pois a inspiração foi mais ou menos seu curso e o objetivo de conseguir alunos sérios, isso é, que querem aprender alguma coisa e não conseguir um diploma (Chiocca, 2010).

Muitas outras contribuições e sugestões foram dadas por vários intelectuais ultraliberais. Mas, por limitação de espaço, optamos por ficar nos já supracitados. A dinâmica da intervenção opinativa dos mesmos evidencia que os artigos do IMB, pelo menos este de Chiocca, foi objeto de interesse de intelectuais como Olavo de Carvalho.

Consideramos, também, que o fato de que eles haverem deixado suas contribuições e sugestões revela um certo caráter de “solidariedade” e “irmandade”, ao menos nesse momento, em que IMB parecia à deriva em busca de um caminho próprio para produção de modelos que viabilizassem seu projeto de educação ideológica na sociedade brasileira.

O teor da mensagem informativa elaborada por Cristiano Chiocca é imensamente reveladora do projeto que já estava em curso e do que o público leitor ultraliberal poderia esperar como tarefa que o *Instituto Mises Brasil* iria assumir para si.

Mueller, Antony, Barbieri, Fábio & Iorio, Ubiratan Jorge. (2012). Por que austríacos lecionam em universidade pública. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1435/por-que-austriacos-lecionam-em-universidades-publicas>

## Por que austríacos lecionam em universidades públicas



filosofia

Antony Mueller, Fabio Barbieri e Ubiratan Jorge Iorio

O artigo de opinião, embora tenha sido publicado em 2012, refere-se a um questionamento presente, ainda hoje, conforme os comentários que circulam nos contextos digitais do IMB: “Por que os ‘austríacos’ lecionam em universidades públicas?”.

Assinado por três dos maiores expoentes ultraliberais atuantes no Brasil, apresentados de modo breve, porém, com a patente afirmação do argumento de autoridade que irá legitimar a representação autorreferenciada na imagem que ilustra o artigo:

Os três autores são Doutores em Economia: o Prof. Mueller pela Universidade de Erlangen-Nürnberg, na Alemanha, o Prof. Barbieri pela Universidade do Estado de São Paulo, em São Paulo e o Prof. Iorio pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. São sem dúvida os três acadêmicos austríacos mais conhecidos no Brasil e lecionam, respectivamente, na Universidade Federal de Sergipe (Aracaju), na USP (Ribeirão Preto) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ (Rio de Janeiro) (IMB, 2012)

O título do artigo, como um dos tópicos globais do discurso que compõem o artigo de opinião, é elaborado a partir da autorreferência dos autores como “austríacos”, o que remete a construção de pertencimento ao arcabouço teórico e ideológico da *Escola Austríaca de Economia* formulada por Carl Menger, no século XIX e trazida para os EUA por Mises no espocar da Segunda Guerra Grande Mundial.



A Imagem ilustrativa, do evento discursivo analisado, outro dos tópicos globais do discurso, é uma referência explícita e, também, uma apropriação, da clássica obra *Os três mosqueteiros*, de 1844, escrita pelo francês Alexandre Dumas (Dumas Davy de la Pailleterie). Os autores, ao elaborarem essa autorreferência, concatenam a ideia de que são eles “três leais mosqueteiros” a serviço da ideologia ultraliberal nos espaços de educação pública onde atuam.

Poderíamos avançar e ir mais além na discussão: os pilares aristocráticos do pensamento de Mises e da defesa que os ultraliberais fazem da monarquia como regime de governo, como exposto pelos intelectuais ultraliberais Hans-Hermann Hoppe(2009), em *Por que a monarquia é superior à democracia*, publicado pelo IMB em 10/09/2009; e Bruno Garschagen, em *Sobre Rui Barbosa, instituições e o Partido Conservador do Brasil Império - Um outro lado*, publicado pelo IMB em 02/02/2016; bem como o artigo crítico do professor André Guimarães Augusto, em *O neoliberalismo religioso e aristocrático de Von Mises*, publicado na edição de número 44, jun-set/2016, da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Mas, para os objetivos pretendidos nesta análise, ficamos restritos a apontar a relação supracitada.

Os autores irão apontar para o questionamento, que embora considerem irrelevante, lhes é feito por parte de uma certa juventude neófito na ideologia ultraliberal:

Com crescente frequência ouvimos jovens estudantes, a maioria dos quais aparentemente entusiastas da filosofia política do libertarianismo, expressarem a opinião de que os autores deste artigo não seriam intelectualmente honestos, pois ao mesmo tempo em que defendem a causa da liberdade, estão na folha de pagamentos do estado. Sendo assim, teriam eles base moral para a sua pregação?

O que nos levou a escrever este texto não foi tanto a "acusação" dirigida às nossas pessoas — um argumento *ad hominem* não merece muita atenção — mas sim a preocupação que temos com um perigo associado aos rumos tomados na batalha pela liberdade. Observamos cada vez mais pessoas que se dizem liberais manifestando opiniões convictas sobre assuntos políticos e econômicos sem que essas opiniões sejam acompanhadas pelo estudo dos debates relevantes. Essa tendência, em nossa opinião, é a antítese do liberalismo e merece ser discutida (Mueller et al., 2012).

O fragmento do discurso é expressivo no sentido de apontar as problemáticas que, segundo os autores, os impunha a responder a/à "supostos/supostas" neófitos/neófitas ultraliberais. Preocupados, não com esse público em específico, mas com aquele que, apesar de se autoafirmar como ultraliberal, é dotado de uma “leitura superficial” do arcabouço

“teórico” do ultraliberalismo. Representaria esse público um “perigo”, para as “batalhas pela liberdade”, isto é, a “guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal”.

Conforme o artigo de opinião irá demonstrar, esse receio é sustentado pela tentativa de os “três mosqueteiros” ultraliberais tentarem apresentar as concepções que fundamentam a *Escola Austríaca de Economia* como um campo analítico científico “não ideológico”, capaz de realizar o debate acadêmico distante de qualquer situação de conflito com seus pares não ultraliberais.

O radicalismo de visões, como a dos/das jovens iniciados/iniciadas, não contribuiriam, portanto, para a imagem pretendida. Ao questionar o “raso conhecimento” sobre os fundamentos de sua “escola”, por parte daquela juventude, compreendemos, como conseguimos observar nos contextos digitais da organização, que Mueller, Barbieri e Iorio estariam preocupados em preservar a “reputação” de todos os “austríacos”, que deveriam se preparar mais e mais através das leituras das produções “teóricas” das obras ultraliberais ou as propagadas por organizações como o *Mises Brasil*, por exemplo.

Afinal, ultraliberais subjugados pelo confronto de ideias com seus opositores ideológicos, certamente, apenas, contribuiria para a imagem negativa da *Escola Austríaca de Economia* enquanto escola de pensamento:

Nutrimos a convicção de que o liberalismo depende de sólida compreensão das teorias econômicas, políticas e filosóficas que o embasam. Como disse Mises, "O liberalismo não tem flor ou cor como símbolo partidário, nem canções ou ídolos, nem símbolos ou slogans. Tem a substância e os argumentos." O poder desses argumentos também depende, de forma crucial, do estudo das teorias contrárias, na medida em que estas trazem à tona aspectos da realidade que não consideramos no nosso modelo original.

Pois bem, achar que os ensinamentos da Escola Austríaca de Economia se submetem às doutrinas políticas do libertarianismo revela preocupante falta de familiaridade com os autores dessa escola. Em primeiro lugar, os economistas austríacos sempre enfatizaram que as teorias econômicas constituem conhecimento científico, independente dos julgamentos de valor de seus proponentes. Um economista austríaco examinaria o mérito dos argumentos empregados e não a motivação de quem o formulou. É melhor que essa última prática seja deixada com os socialistas e os marxistas, especialistas no assunto (Mueller et al., 2012).

O destacado trecho do discurso inicia-se reafirmando a necessária condição de se buscar a fundamentação “teórica” (ideológica) para a batalha das ideias no mundo acadêmico e no contexto social em geral. Retoma certa máxima de Mises de que “o liberalismo não tem flor ou cor como símbolo partidário, nem canções ou ídolos, nem símbolos ou slogans. Tem a substância e os argumentos”, como clara alusão ao socialismo e

ao comunismo, apresentados, em oposição ao liberalismo, como sem substância e argumentos.

No trecho, também, é discutida a instrumentalidade do estudo das teorias contrárias ao ultraliberalismo “na medida em que estas trazem à tona aspectos da realidade que não consideramos no nosso modelo original.” Observando a produção discursiva ultraliberal, produzida e divulgada nos contextos digitais do *Mises Brasil*, os “aspectos da realidade” que são considerados pelos ideólogos ultraliberais são ancorados em uma percepção da realidade são centrados em argumentos expressivamente ideológicos, com pouca ou nenhuma base analítica científica.

Alguns exemplos: *Nós não humanizamos o capitalismo; foi o capitalismo que nos humanizou - Graças à acumulação do capital, o trabalho infantil foi abolido e a jornada de trabalho foi reduzida*, de Steve Howirtz e Julian Adorney, publicado no sítio eletrônico da organização ultraliberal em 13/02/2021; *Como a desigualdade de riqueza acaba reduzindo a pobreza - Em economias livres, a desigualdade é uma consequência do progresso*, de John Tamny, publicado pelo IMB em 16/03/2021; e *Como o “Acordo da Burguesia” enriqueceu o mundo - O súbito salto na riqueza que poucos valorizam*, de David Gordon, publicado pelo IMB em 06/04/2021.

Uma leitura de obras de intelectuais progressistas que não se opõem ao modelo capitalista, mas buscam uma reformulação mais humanística a partir de dentro do próprio sistema em um projeto de expurgação dos seus “defeitos”, revela o quanto os “aspectos da realidade”, não considerados no corolário ultraliberal, são extremamente problemáticos. Vemos isso, por exemplo, em obras como *A era do capital improdutivo - A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e a destruição do planeta*, de Ladislau Dowbor (2017); *Pessoas, poder e lucro - capitalismo progressista para uma era de descontentamento*”, de Joseph E. Stiglitz (2019); e, igualmente, nas reflexões do ex-secretário do Trabalho Robert B. Reich, no governo Bill Clinton, no documentário *Salvando o capitalismo* (2017), de Sari Gilman e Jacob Kornbluth.

Contudo, os “mosqueteiros” ultraliberais tentam dar continuidade a projeção de uma imagem neutra de ideologismos investindo seus opositores, na dinâmica daquilo que denominamos de “produção discursiva do inimigo ideológico”: “Um economista austríaco examinaria o mérito dos argumentos empregados e não a motivação de quem o formulou. É

melhor que essa última prática seja deixada com os socialistas e os marxistas, especialistas no assunto”.

Além disso, evidencia-se a maneira muito pragmática com que se vinculam ao corolário das tendências ultraliberais que formam o escopo político ideológico da organização *Mises Brasil*: “Pois bem, achar que os ensinamentos da *Escola Austríaca de Economia* se submetem às doutrinas políticas do libertarianismo revela preocupante falta de familiaridade com os autores dessa escola”.

O libertarianismo, do qual os autores tentam se apartar nos argumentos pró-justificação de trabalharem em universidades públicas, é a tendência de aprofundamento das visões de Mises formuladas pelo seu pupilo estadunidense Murray Rothbard. Enquanto Mises acena para uma possibilidade de existência e atuação do Estado em esferas muito específicas da vida social, a Justiça nomeadamente, Rothbard é assertivo em considerar que nenhuma pode ser melhor gerida se não for pelo “livre mercado”. Mises e Rothbard são ostentados como ícones discursivos imagéticos no logotipo do IMB.

[...] para deixar bem claro: a Escola Austríaca fala apenas sobre *ciência econômica*, e adota uma abordagem *positiva* em vez de normativa. A Escola Austríaca apenas se limita a explicar como funciona a economia e quais serão as consequências de determinadas políticas econômicas. E só.

Ela nada tem a dizer sobre tamanho de estado, por exemplo. Quem fala sobre tamanho de estado é a *filosofia libertária*, a qual pode, aí sim, utilizar argumentos econômicos da Escola Austríaca.

Em termos práticos, libertários e anarcocapitalistas tendem a ser seguidores das ideias de Escola Austríaca. Mas nem todo seguidor das ideias da Escola Austríaca é libertário ou anarcocapitalista (Beltrão & Muller, 2021).

E:

Existem muitas variantes do libertarianismo vivas no mundo atual, porém o rothbardianismo continua a ser seu centro de gravidade intelectual, sua consciência primordial, seu cerne moral e estratégico, e o ponto focal de debate até mesmo quando seu nome não é mencionado.

O motivo é que Murray Rothbard foi o criador do libertarianismo moderno, um sistema político-ideológico que propõe uma fuga decisiva das armadilhas da esquerda e da direita e de seus planos centrais acerca de como o poder estatal deve ser usado. O libertarianismo é a alternativa radical que afirma que o poder estatal é impraticável e imoral (Rockwell, 2013).

Tais discursos, revelam uma pragmática vinculação dessas duas “conflitantes” tendências, minarquismo e libertarianismo/anarcocapitalismo. O “radicalismo” dos puristas “libertarianistas” portanto, é um empecilho para a atuação do IMB como um aparelho

privado de hegemonia que ambiciona influir no espaço no ambiente político mais ampliado, bem como intenciona agregar outras forças políticas e econômicas que possam pressionar os decisores das políticas públicas.

Segundo o historiador Dal Pai (2017), teria sido esse, inclusive, um dos fatores que vieram a causar a cisão no interior da organização e a consequente saída de alguns membros, como Cristiano Chiocca. Esses, viriam a fundar o Instituto Rothbard com o intuito de resgatar os “verdadeiros valores do anarcocapitalismo”.

Retornando ao evento discursivo em análise, na legitimação de suas condições de professores trabalhando no aparato educacional estatal os “mosqueteiros” ultraliberais farão uma digressão histórica mostrando como intelectuais como Carl Menger, ultraliberal austríaco (esse, realmente, natural da Áustria), estiveram a serviço de governos durante suas vidas. Lembrem, igualmente, que o próprio Ludwig Von Mises, que deu aulas não remuneradas na *Universidade de Viena*, se assim tivesse tido a oportunidade, “seguramente aceitaria o cargo, caso este fosse obtido. Todos eles trabalharam em comissões governamentais que influenciaram as políticas públicas.”

Esse último ponto, longe de qualquer polêmica sobre a continuidade da existência ou não do “estado”, suposto nó górdio entre misesianos e rothbardianos, quando comparada com a perspectiva marxista, posto que essa tem como fim último a superação do Estado concretamente, como, por exemplo, analisa Ademar Bogos(2018), em *Marx e a superação do Estado*.

O interesse substancial do ultraliberalismo, em qualquer de suas vertentes, é influenciar “as políticas públicas”, como podemos perceber nos debates intentados pelo *Mises Brasil* sobre uma possível reforma ultraliberal da *Constituição Brasileira*.

O resgate do pensamento de Roberto Campos, em *A Constituição contra o Brasil - Ensaio de Robertos Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988*, coletânea de ensaios do pensador liberal brasileiro organizada por Paulo Roberto de Almeida; e *Uma nova Constituição para o Brasil: De um país de privilégios para um país de oportunidades*, de Modesto Carvalhosa; ambos publicados, respectivamente em 2018 e 2021, pelo braço editorial do IMB, a editora LVM. Sobre esta última obra, Helio Beltrão organizou uma *live* com o autor e com o “príncipe” Luiz Philippe de Orléans Bragança, em maio de 2021. Reforçando, assim compreendemos, a ligação da organização com o pensamento monárquico no Brasil.

De volta ao artigo em análise, os “mosqueteiros” ultraliberais continuam o “diálogo” na tentativa fabricar certo consenso que possa ser aceitável para o seu público leitor:

O leitor deve se perguntar se o fato de que os três únicos economistas acadêmicos austríacos atuando no país trabalham em universidades públicas seria ou não uma coincidência. Poder-se-ia argumentar que, em um mundo liberal ideal, com separação entre educação e estado, o volume de riqueza seria tal que existiriam indivíduos ricos o bastante para que tivéssemos especialistas em cada campo do conhecimento humano, incluindo aquelas áreas menos demandadas, como literatura húngara, história da Mesopotâmia, musicologia do shakuhachi (a flauta japonesa de bambu) e...economistas especializados em preservar o conhecimento sobre a importância da propriedade privada e liberdade para o futuro da humanidade!

Em uma sociedade intervencionista, porém, algo como "economista austríaco" não é demandado: as poucas faculdades privadas que contratam pesquisadores se interessam por macroeconomistas tradicionais e especialistas em finanças. Nas públicas, apesar da predominância das teorias econômicas intervencionistas, ainda existe liberdade acadêmica: podemos dominar o conhecimento de teorias rivais, passar em concursos públicos, participar dos debates e propor nossas ideias. No sistema atual, poderíamos apenas dar (muitas) aulas em faculdades privadas, sem fazer pesquisa (Mueller et al., 2012).

A justificativa dos intelectuais ultraliberais passa pelo argumento de que o mundo real, o da intervenção estatal, seja impossível, caso se queira alcançar um espaço que concilie a aulas e investigação acadêmica, não se pode fugir da atuação profissional nas instituições sob gerência do “estado”.

A ideia da instrumentalidade do arcabouço teórico das correntes de pensamento contrárias ao ultraliberalismo, sem dúvidas uma referência ao keynesianismo social-democrata e o materialismo-histórico marxista, está presente no discurso. Isso se dá como argumento para explicar a batalha de ideias no interior das instituições de educação oficiais:

[...] ao optar por defender uma teoria econômica liberal, fizemos consideráveis sacrifícios pessoais. Como nosso trabalho é julgado pelos pares (geralmente economistas keynesianos ou marxistas), o reconhecimento na academia é muito mais difícil se defendemos ideais liberais. Além disso, o custo de oportunidade salarial do economista não é pequeno, mas, em vez de ganhar dinheiro no mercado financeiro, ou em outros campos, optamos pela sala de aula, em nome da perseguição de um ideal, da busca de um horizonte melhor para todos — ensinar os valores econômicos, o extraordinário cabedal de conhecimentos dos quais a civilização depende. Como observou Mises no último parágrafo de sua monumental obra *Ação Humana*, "*cabe aos homens decidirem se preferem usar adequadamente esse rico acervo de conhecimento que lhes foi legado ou se preferem deixá-lo de lado. Mas, se não conseguirem usá-lo da melhor maneira possível ou se menosprezarem os seus ensinamentos e as suas advertências, não estarão invalidando a ciência econômica; estarão aniquilando a sociedade e a raça humana* (Mueller et al., 2012).

Os articulistas procuram inverter o questionamento sobre a atuação deles nas instituições de educação do Estado, como podemos ver no fragmento do discurso anterior,

oferecendo aos/as leitores/leitoras a visão de que, na verdade, eles se constituem como “abnegados mosqueteiros” na defesa do legado de Mises, posto poderiam auferir maiores recompensas no mundo do capital que em universidades públicas. Nessas instituições, eles encontrariam, apenas, o desprestígio por parte de seus pares.

A elaboração da batalhas de ideias e da guerra intelectual e acadêmica é sensivelmente articulada no sentido de convencer leitores/leitoras ultraliberais:

A teoria econômica austríaca é uma ciência, não uma ideologia. Este fato inquestionável nos autoriza a trabalhar em qualquer instituição, privada ou pública, onde haja lugar para a investigação econômica. E, como qualquer empreendimento científico que não é ideológico deve também ter em conta as teorias opostas, os economistas austríacos, como economistas em um sentido científico, devem ser capazes de coabitar intelectualmente com quaisquer outros, inclusive marxistas e keynesianos, que devem realmente receber a sua oposição em termos de conhecimentos científicos, pela sede de conhecimento. De fato, parte significativa de tudo que escreveram os economistas austríacos consistiu em críticas das teorias rivais, críticas essas baseadas na atenta leitura dessas teorias. O isolamento autoimposto até que se chegasse a um puro mundo liberal seria inadequado para todos os envolvidos na discussão acadêmica.

Como economistas austríacos somos a favor de uma metodologia e teoria específica, que está em concorrência com paradigmas alternativos. Podemos ter convicção de que temos as melhores ferramentas, mas a nossa tarefa é principalmente a de tentar convencer os de um paradigma diferente. Assim funciona o processo acadêmico no que tem de melhor, o livre intercâmbio de ideias, o mercado competitivo de ideias onde os produtos às vezes ruins vendem mais do que os melhores, porque as pessoas não têm os recursos intelectuais para convencer as demais. Por exemplo, a McDonald tem um maior volume de negócios do que um restaurante três estrelas em Paris. Bons vinhos são apenas para alguns. Refeições requintadas são apenas para aqueles que podem pagar. Na área de ideias é a capacidade intelectual e também o tempo que contam. Seguindo com a nossa analogia, vemos que, para a maioria dos estudantes, a economia austríaca é “muito cara”. Temos que trabalhar para torná-la mais acessível, sem diluir sua substância. Esse é o nosso desafio e é melhor enfrentá-lo entre os nossos colegas (que não são inimigos), que têm pontos de vista diferentes (Mueller et al., 2012).

O discurso é centrado, como podemos perceber no excerto acima, na tentativa de produzir uma percepção da *Escola de Economia Austríaca* como um projeto não ideológico, mas sim “científico”. Portanto, distinto daquele defendido pelos setores neófitos ultraliberais, que acusam Mueller; Barbieri & Iorio de “falsos libertários”.

O sentido da guerrilha intelectual e acadêmica é reforçado nesse discurso: “os economistas austríacos, como economistas em um sentido científico, devem ser capazes de coabitar intelectualmente com quaisquer outros, inclusive marxistas e keynesianos, que devem realmente receber a sua oposição em termos de conhecimentos científicos, pela sede de conhecimento”; “parte significativa de tudo que escreveram os economistas austríacos consistiu em críticas das teorias rivais, críticas essas baseadas na atenta leitura

dessas teorias”; “Como economistas austríacos somos a favor de uma metodologia e teoria específica, que está em concorrência com paradigmas alternativos. Podemos ter convicção de que temos as melhores ferramentas, mas a nossa tarefa é principalmente a de tentar convencer os de um paradigma diferente”; “Assim funciona o processo acadêmico no que tem de melhor, o livre intercâmbio de ideias, o mercado competitivo de ideias onde os produtos às vezes ruins vendem mais do que os melhores, porque as pessoas não têm os recursos intelectuais para convencer as demais”. Embora os articulista neguem, expressamente, a dinâmica dessa guerrilha no discurso: “Esse é o nosso desafio e é melhor enfrentá-lo entre os nossos colegas (que não são inimigos), que têm pontos de vista diferentes”.

Contudo, o confronto desse discurso com os discursos presentes em artigos de opinião como *Os intelectuais de esquerda, a discordância como ofensa e as universidades como zonas de guerra*, de Bruno Garschagen, publicado em 07/04/2016, bem como em programas de entrevistas do IMB, como o *Podcast 279 - Luta por uma universidade livre (Bruno Kaiser)*, de 07/08/2017; e o *Podcast 330 - Liberalismo, vida acadêmica e a esquerda na universidade (Eduardo Chaves)*, de 21/08/2018, são notórios em demonstrar a disputa ideológica e política, quase sempre virulenta, desenvolvida pelos intelectuais ultraliberais.

O discurso dos “três mosqueteiros” ultraliberais, embora busque se afastar da expressividade ideológica daqueles contra o qual eles buscam se defender e justificar, na verdade, produz mera retórica no intuito de convencer a audiência de leitores/ultraliberais.

Para isso, é mobilizado como tópicos globais para a compreensão dos leitores/leitoras, dentre outros:

- 1 - não é possível, caso queira uma acadêmica que permita o ensino e a investigação, fugir da atividade profissional em instituições “controladas pelo estado”;
- 2 - não há embate moral algum entre ser um defensor do pensamento “científico” da Escola Austríaca de Economia e estar vinculado ao serviço do Estado. Os precursores austríacos, Menger e Mises, dentre outros, não tiveram problema com isso;
- 3 - é necessária a atuação no interior das instituições educacionais estatais, posto só assim “as ideias boas” poderão chegar a um público maior; e
- 4 - os “austríacos” que, de forma abnegada, procuram se inserir profissionalmente nas instituições oficiais de educação, deixando de obter melhores posições de prestígio e



financeira no mercado livre, na verdade, deveriam ser reconhecido pela contribuição que se esforçam para fazer prosperar o legado de Mises, em detrimento do benefício próprio.

Garschagen, Bruno (2016). Os intelectuais de esquerda, a discordância como ofensa e as universidades como zonas de guerra. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/2381/os-intelectuais-de-esquerda-a-discordancia-como-ofensa-e-as-universidades-como-zonas-de-guerra>

## Os intelectuais de esquerda, a discordância como ofensa, e as universidades como zonas de guerra



filosofia

O artigo de opinião é assinado por Bruno Garschagen, o intelectual ultraliberal autor do livro “best seller” ["Pare de Acreditar no Governo - Por que os Brasileiros não Confiam nos Políticos e Amam o Estado"](#) (Editora Record).

À época, Garschagen era apresentado, também, como “doutorando e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Oxford (*visiting student*), formado em Direito, coordenador e professor de Ciência Política da Pós-Graduação em Escola Austríaca (IMB-Uniútao), podcaster do Instituto Mises Brasil e membro do conselho editorial da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.” Elencados, assim, o perfil intelectual e acadêmico do autor como um argumento legitimador de sua autoridade perante o público leitor.

O artigo, como um evento discursivo situado em tempo específico, produzido posto em circulação em um contexto de máxima polarização política e ideológica, onde os rumos do país estavam sendo traçados nos obscuros acordos entre as frações das elites políticas e

econômicas brasileiras (Costa, 2019; Guelli, 2019; Rocha; 2019) etc. No centro do debate, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Os setores progressistas e das esquerdas brasileiras, com grande presença na intelectualidade e nos ambientes acadêmicos do país, se colocaram na linha de frente contra um golpe civil-parlamentar (Casimiro, 2020; Patschiki et al., 2016) etc, que contava a produção de uma narrativa discursiva ideológica amplamente disseminada nos veículos de comunicação no país (Guelli, 2019).

Esse é o cenário do contexto macro em que Garschagen publica o seu discurso. Trata-se de um exercício discursivo que emana, por meio daquilo que ele, exatamente, alega combater, a “distorção da realidade”, a dinâmica daquilo que denominamos como a “produção do inimigo ideológico” e a “guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal”. Os argumentos do articulista, também, se configuram na estruturação do “quadrado ideológico” (van Dijk, 2005), posto não se inibe em traçar um perfil dos/das adversários/adversárias ideológicos/ideológicas como detentores de defeitos morais e psicológicos, sendo exímio em ocultar, negar e esconder qualquer característica positiva que aquela/aquela possua.

Não se furtando, contudo, em construir uma representação significativamente elogiosa sobre aqueles/aquelas que se posicionam no mesmo espectro ideológico do autor, como é o caso do professor de uma universidade pública cuja experiência de enfrentamento, no âmbito da guerrilha ideológica e acadêmica ultraliberal, é narrada pelo autor.

O tópico de leitura presente no título já ensaia a compreensão que é desejada que o/a leitor/leitora alcance: a dimensão “problemática” vivenciada pelos/pelas intelectuais ultraliberais no embate contra a hegemonia acadêmica dos/das intelectuais de esquerda. Reforça essa articulação a imagem que ilustra o artigo, uma foto, em tamanho grande, da respeitadíssima Professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Marilena Chauí. Na foto, a expressão facial da Professora é exibida com um forte acento carregado, aparentemente, expondo um trejeitos furiosos.

A intenção é relacionar a imagem da Professora Marilena com o ar “beligerante dos intelectuais de esquerda”, que diante do enfrentamento ideológico, não possuem outros recursos que não a “ofensa”. Isso será trabalhado pelos argumentos de Garschagen ao longo do evento discursivo:

Eis um fenômeno revelador de uma certa personalidade e mentalidade progressista: qualquer um que não reze pela cartilha, qualquer um que discorde de qualquer ponto ou aspecto da ideologia culturalmente dominante, não é um indivíduo que discorda de um argumento A ou B, mas sim um agressor, um infame que ousa recusar-se a aceitar a superioridade da ideologia perfeita.

Se antes apenas alguns doutrinários e doutrinados das ideologias progressistas (muitas delas de esquerda) seriam capazes de pessoalmente se indignar com o interlocutor de forma ostensiva, com ameaças verbais e até agressões físicas, hoje tal comportamento de indignação agressiva virou moeda comum graças ao conforto, proteção e distância física propiciada pela internet. Para muitos desses progressistas das esquerdas de variadas matizes (e não só para eles), a internet é um poderoso estimulante comportamental, como a cocaína ou o crack para criminosos.

Usando a tela e o teclado como escudos, difamam, injuriam, caluniam e passeiam por outros artigos do código penal sem o menor escrúpulo ou drama de consciência. O fazem porque se consideram inimputáveis legalmente e ideologicamente. E se acham inimputáveis porque se veem alicerçados e justificados no pensamento político e cultural dominante gerado e legitimado pelos intelectuais e difundido e ratificado pela *intelligentsia* (Garschagen, 2016).

O discurso do intelectual orgânico ultraliberal ao afirmar que seus “adversários” encontram respaldo “no pensamento político e cultural dominante gerado e legitimado pelos intelectuais e difundido e ratificado pela *intelligentsia*”, sintoniza e reverbera toda uma produção narrativa e ideológica que os setores mais conservadores vinham produzindo desde os anos 90 no Brasil e em outros países.

É caso de Olavo de Carvalho, no Brasil, e Ben Shapiro nos EUA, cujas obras, respectivamente, *A nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994) e *Lavagem cerebral: Como as universidades doutrinam a juventude* (2004), traduzido e publicado no Brasil em 2020. O fato de a obra deste último haver sido posta em circulação no mercado de livros brasileiros permiti-nos que consideramos que a narrativa da guerrilha intelectual e acadêmica continua bastante válida para setores ultraconservadores e ultraliberais no país.

Essa narrativa discursiva política e ideológica iria centrar-se na elaboração da imagem dos/das intelectuais e das universidades como centro irradiadores da “nova revolução marxista”, ancorada no pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci e dos intelectuais vinculados à *Escola de Frankfurt*, grupo formado por teóricos marxistas como Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Olavo de Carvalho, intelectual do espectro ultraconservador brasileiro, um dos primeiros e mais influentes produtores dessa narrativa no Brasil, no livro *A nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*, cuja primeira publicação data de 1994, lançou a tese de que os setores intelectuais de esquerda e progressista faziam um trabalho de disseminação do processo de ideológico que denominou de *marxismo cultural*:

Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a a enxergar no martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a idéia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva”. Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural (Carvalho, 2019, p. 130).

Tal concepção se alastrou progressivamente pela sociedade brasileira influenciando tantos setores conservadores como os setores ultraliberais. O IMB capitalizou esse discurso para tentar atacar a imagem do candidato à presidência da República do *Partido dos Trabalhadores* (PT), Fernando Haddad. Em artigo de opinião publicado em 27/09/2018, de autoria do próprio Garschagen, em um momento decisório do pleito presidencial, o “marxismo cultural” é a arma ideológica apontada contra o presidenciável representantes dos setores progressistas e do voto estratégico das esquerdas brasileiras: *Fernando Haddad, um autodeclarado marxista adepto da Escola de Frankfurt*.

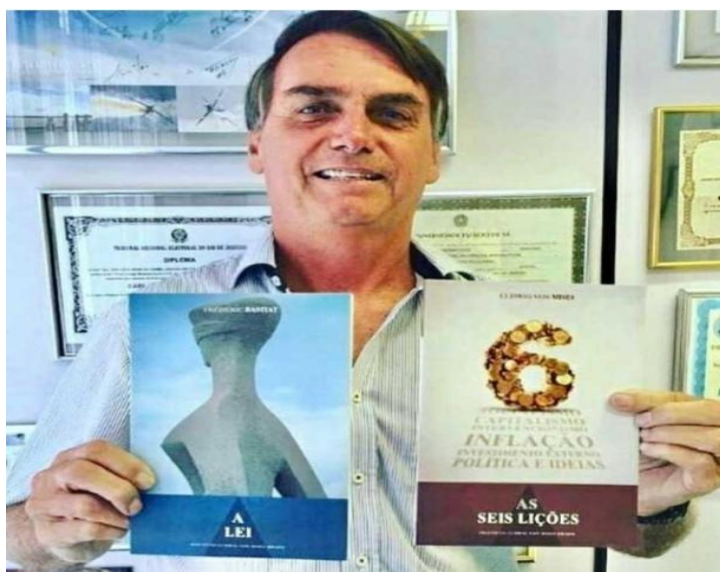
Nesse artigo, Garschagen que procura alertar seus/suas leitores/leitoras para o perigo do voto em Haddad informa que “muito se fala sobre o suposto perigo representando (*sic*) por Jair Bolsonaro, mas é praticamente inexistente na grande imprensa e televisão qualquer alerta sobre o risco para o país de um eventual governo de [Fernando Haddad](#), candidato do PT à Presidência.”

E o intelectual orgânico ultraliberal avança na tentativa de convencer da audiência de leitores/leitoras para evitarem o voto no candidato do PT, um intelectual de forte consistência acadêmica e docente vinculado à *Universidade São Paulo*:

A referência à [Escola de Frankfurt](#) é importante: seus integrantes criaram instrumentos intelectuais para tornar possível uma revolução cultural e política a partir do controle da linguagem e das ideias. O corolário desse empreendimento, alicerçado no marxismo, era a mudança de mentalidade e da própria política formal. Do [politicamente correto à bandidolatria e antirreligiosidade](#), várias agendas ideológicas que hoje afetam o mundo ocidental são resultado direto da produção teórica da Escola de Frankfurt (Garschagen, 2018).

No cenário ideológica e politicamente explosivo das eleições de 2018, esse discurso possuía um expressivo poder de convencimento. Inegavelmente, pelo menos durante o pleito eleitoral, a organização ultraliberal Mises Brasil, como um aparelho privado de

hegemonia, irá associar a sua imagem a do candidato populista da ultradireita Jair Bolsonaro.



Bolsonaro com obras tidas como iniciáticas ao pensamento ultraliberal.

Fonte: Fanpage do Instituto Mises Brasil.

A narrativa da “revolução cultural marxista” permanecerá presente em outros momentos na pauta do catecismo ideológico do IMB, como por exemplo: *A escola de Frankfurt, o marxismo cultural, (sic) e o politicamente correto como ferramenta de controle*, de Claudio Grass, publicado em 05/05/2016; *Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras - Chegou a hora de contra-atacar*, Ubiratan Jorge Iorio, publicado em 24/11/2016; e *O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence? Este é o embate ideológico da atualidade*, de Antony Mueller, publicado em 16/10/2018.

Ainda sobre o excerto do discurso de Garschagen, ressaltamos a estratégia presente de imputar ao/à “oponente” aquilo que, na verdade, é realizado pelo próprio produtor do discurso ou por pessoas e grupos ao qual ele se vincula por identidade e/ou solidariedade ideológica:

Eis um fenômeno revelador de uma certa personalidade e mentalidade progressista: qualquer um que não reze pela cartilha, qualquer um que discorde de qualquer ponto ou aspecto da ideologia culturalmente dominante, não é um indivíduo que discorda de um argumento A ou B, mas sim um agressor, um infame que ousa recusar-se a aceitar a superioridade da ideologia perfeita (Garschagen, 2016).

Essa argumentação será retomada, em outra passagem do discurso, quando Garschagen irá se solidarizar com outro intelectual ultraliberal que, na dinâmica de guerrilha intelectual e acadêmica, será contestado por suas ideias, possivelmente, estruturadas no corolário ideológico do *marxismo cultural olavista*:

Na semana passada, conversei com um professor de uma universidade federal. O seu relato deixou-me ainda mais abismado do que eu poderia imaginar previamente. O nível do aparelhamento ideológico do departamento a que ele está vinculado já ultrapassou há muito a patologia, a estupidez e a mera desonestidade. Para tornar a história ainda mais absurda, tornou-se a vítima preferencial do chefe do departamento e dos demais professores do curso, assim como dos alunos incitados por aqueles, por não se submeter àquela visão de mundo, de sociedade, de indivíduos, de política, de ideologia.

Instigado pelo professor para verificar um exemplo ínfimo do que ele vivencia profissionalmente, visitei a comunidade do Facebook onde esses personagens militam em detrimento da universidade e da inteligência. O que li é de fazer qualquer pessoa sensata duvidar que uma parte da humanidade fora agraciada com as conquistas do processo civilizatório. Professores e alunos competindo naquela esfera de *estupidez elevada ou pretensiosa* que o escritor austríaco [Robert Müssel](#) considerava como a verdadeira doença da cultura e que se infiltrava nas mais altas esferas intelectuais, tinha enorme influência dentro da sociedade e se manifestava com a participação ativa "na agitação da vida intelectual, especialmente na sua inconstância e ausência de resultados".[6]

Naquele universo restrito da rede social, a cada tentativa de concatenação de falta de ideias combinadas com insultos, emergia a prova empírica de como se desenvolveu e se manifesta essa estrutura de pensamento progressista e o horror que seus agentes expressam de forma agressiva contra o elemento de perturbação daquela ordem. Isso suscitava ataques e ultrajes dos mais variados contra o professor, que, diante da minha sugestão diplomática, respondeu-me que em hipótese alguma sairia daquele grupo, pois sua posição era a única nota crítica naquela terra desolada.

Interessa observar, como o autor aponta, que a guerrilha intelectual e acadêmica extrapola o ambiente físico da universidade e ocorre, também, nos fluxos informacionais dos contextos digitais, ou seja, na esfera pública digital brasileira.

No encadeamento da perspectiva do processo de ideologização do debate, induzindo a leitura da dinâmica do quadrado ideológico van Dijkano, o articulista produz uma construção argumentativa que ele mesmo, ao longo do evento discursivo procura associar ao/à adversário/adversária ideológico/ideológica, ao vincular a imagem daqueles que resistem, nos contextos digitais, a propagação do discurso enviesado de ultraliberais e conservadores olavistas, a "tóxicos dependentes": "Para muitos desses progressistas das esquerdas de variadas matizes (e não só para eles), a internet é um poderoso estimulante comportamental, como a cocaína ou o crack para criminosos."

Tomando como exemplo o discurso de Olavo de Carvalho, presente no *Como vencer um debate sem precisar ter razão*, do livro *O imbecil coletivo II*, posto ser uma produção

discursiva corrente na lógica argumentativa ultraliberal, podemos ter em mente o que levou a não aceitação da perspectiva do professor com quem Garschagen havia se solidarizado:

A hagiografia exacerbada e destinada a enternecer nossos corações de "homens cordiais" está hoje santificando guerrilheiros assassinos como Che Guevara, e toda a facção da *intelligentia*, tão notoriamente privada da mesma, que se destacou ao tentar converter o Brasil numa nova e gigantesca Cuba: Antônio Callado, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e o Betinho - que Deus os perdoe e os guarde em sua santa utopia ...

Mas a prova que a chamada "esquerda burra" a tudo está disposta para conservar as posições conquistadas - inclusive inquisição, censura e violência - nos é oferecida pelo pequeno incidente ocorrido há poucos dias na PUC do Rio. Estudantes daquela universidade publicaram um jornal a que deram o nome de *O Indivíduo*, para destacar sua oposição ao coletivismo sombrio, controlado pelo "politicamente correto" que se pretende implantar em nome de "justiça social". Foram agredidos por arruaceiros da SS jesuítica. Mas, ao se queixarem ao reitor Jesus Hortal Sánchez SJ, foram desautorizados com o argumento que "o individualismo ignora a solidariedade humana e o conteúdo cristão da fraternidade" (Carvalho, 1998, p. 329 -330).

É possível depreender da prática discursiva de Garschagen, bem como a presente em várias práticas discursivas do campo ultraliberal, como é o caso dos discursos presentes nos artigos de opinião do *Instituto Mises Brasil*, a mesma perspectiva argumentativa elaborada por Olavo de Carvalho.

Analisando embates semelhantes nos EUA, Stiglitz (2019), considerou que:

Alguns republicanos criticam as nossas universidades por serem politicamente corretas e não tolerarem o fanatismo e a misoginia. É verdade que os acadêmicos ensinam que as alterações climáticas são reais e, muitos deles levantam sérias dúvidas sobre a economia do lado da oferta. O universo acadêmico também tende a não dar crédito à teoria de que a Terra é plana, à teoria do flogisto, na área da química, ou à teoria dos escaravelhos de ouro (*gold bugs*), na área da economia. Há algumas noções que, merecidamente, não recebem a mesma atenção no ensino superior. Seria incorreto ensinar ideias datadas que têm sido repetidamente refutadas pelo método científico (Stiglitz, 2019, p. 48).

A resistência dos/das intelectuais progressistas e de esquerda, seja no Brasil ou EUA, tornam-se argumentos reelaborados e voltados contra os/as mesmos/mesmas na guerrilha intelectual e acadêmica ultraliberal. Nessa produção política e ideológica discursiva, Garschagen tentará convencer o seu público de leitores/leitoras de que não vale à pena discutir politicamente, ou mesmo tentar dialogar com os setores progressistas e/ou de esquerda:

A internet, para a *intelligentsia* e seus inocentes úteis, funciona como um megafone moderno. Eles ocupam as redes sociais, os espaços de comentários de blogs e sites, criam seus próprios blogs e sites, [muitos financiados pelo governo de turno](#), para vocalizar sua ideologia, hoje dominante, e atacar os inimigos. Tenho certeza de que você, leitor, em algum



momento, já se deparou com um desses, mesmo que não tenha sido uma vítima direta dos ataques.

O *modus operandi* é sempre o mesmo, seja na ação ou na reação. Sobrepõem temas freneticamente, lançam informações falsas ou adulteradas, distribuem acusações as mais estapafúrdias, muitas valendo-se de [polilogismo](#). Fazem, enfim, o que podem para não permitir que nenhuma discussão prospere, pois isto exibiria a fragilidade dos argumentos ou a própria ignorância individual acerca do tema em questão. É uma impossibilidade desenvolver um debate de ideias e uma ingenuidade esperar que possa havê-lo. Trata-se, no mais das vezes, de perda de tempo e de um custo emocional.

A percepção elaborada pelo autor procura encaixar os/as intelectuais de esquerda e “idiotas úteis”. A expressão que, supostamente, teria sido cunhada por Vladimir Lênin para se referir a intelectuais e outros/outras agentes sociais, dos países capitalistas ocidentais, simpatizantes do regime socialista soviético.

Conforme indica a jornalista Kyene Becker para o sítio eletrônico *boatos.org*, um trabalho efetivado por jornalistas brasileiros/brasileiras:

Ao procurarmos pela expressão “idiota útil”, descobrimos duas coisas. A primeira delas é que, de fato, o termo já foi atribuído ao líder da Revolução Russa (principalmente por políticos de direita ao longo do mundo durante a Guerra Fria). Naquele período, a expressão era utilizada por conservadores para descrever liberais de esquerda e sociais-democratas de países não-comunistas. [De acordo com o dicionário Oxford, há registros do termo já em 1940.](#)

A segunda foi que [a autoria do termo foi desmentida, em 1987, em uma matéria no The New York Times](#). Na reportagem, o jornal afirma que a autoria havia sido atribuída (erroneamente) ao líder da Revolução Russa, Vladimir Lenin. Como se isso não bastasse, [em 1989, toda a balela também foi desmentida pelo livro ‘They never said it’ \(ele nunca disse isso\)](#). Na página 76, os autores da publicação explicam que o termo nunca foi encontrado nos escritos de Lenin (Becker, 2019).

A motivação que levou a jornalista brasileira a investigar as origens da expressão foi o ressuscitamento da mesma pelo presidente Bolsonaro, em 2019, ao criticar as greves contra os cortes no setor da Educação. O presidente populista e ultraconservador, cujo ministro da economia é o ultraliberal Paulo Guedes e o ministro da educação havia sido o polêmico Abraham Weintraub, um confesso radical olavista, havia utilizado o termo para referir-se aos milhares de estudantes, que juntos com seus/suas professores/professoras, saíram às ruas do Brasil em manifestações contra aquilo que o governo Bolsonaro denominava de “contingenciamento”. Na verdade, profundos cortes de verbas no já combalido setor da educação brasileira.

Tanto no discurso do presidente brasileiro, quanto no do intelectual orgânico ultraliberal do *Instituto Mises Brasil*, o hipertexto discursivo utilizado havia sido, novamente,

a produção discursiva advinda do pensamento de Olavo de Carvalho. A relação intelectual, política e ideológica entre ambos os setores pode ser percebida em uma passagem do discurso de divulgação do 78º Podcast Mises Brasil - Olavo de Carvalho, de 28/06/2018:

Num passado recente, muitos liberais e libertários chegaram até as obras de Mises, especialmente ao livro *Ação Humana*, pelas referências elogiosas feitas em seus textos pelo filósofo Olavo de Carvalho. Em seu site, não é de hoje que [Mises faz parte de uma selecionada galeria de homens de ideias identificados como seus gurus intelectuais](#) (“Depois que você lê von Mises é que você percebe como os outros economistas são confusos”) (IMB, 2013).

Em um livro do ano 2013, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, uma coletânea dos artigos de Olavo de Carvalho, publicados nos principais veículos de informação do país, como *O Globo* por exemplo, o sentido do uso da expressão, tal qual usada pelos conservadores/conservadoras de outrora, é instrumentalizada como estratégia da guerrilha intelectual e acadêmica.

Um fragmento do discurso produzido em um dos artigos de opinião produzidos por Olavo de Carvalho, o intelectual ultraconservador irá argumentar sobre o quanto o “marxismo cultural” tem “afetado” a formação da população brasileira desde os anos 80 do século XX:

A partir dos anos 1980, a elite esquerdista tomou posse da educação pública, aí introduzindo o sistema de alfabetização “socioconstrutivista”, concebido por pedagogos esquerdistas como Emilia Ferrero, Lev Vigotsky e Paulo Freire para implantar na mente infantil as estruturas cognitivas aptas a preparar o desenvolvimento mais ou menos espontâneo de uma cosmovisão socialista, praticamente sem necessidade de “doutrinação” explícita. Do ponto de vista do aprendizado, do rendimento escolar dos alunos, e sobretudo da alfabetização, os resultados foram catastróficos. Não há espaço aqui para explicar a coisa toda, mas, em resumidas contas, é o seguinte. Todo idioma compõe-se de uma parte mais ou menos fechada, estável e mecânica — o alfabeto, a ortografia, a lista de fonemas e suas combinações, as regras básicas da morfologia e da sintaxe — e de uma parte aberta, movente e fluida: o universo inteiro dos significados, dos valores, das nuances e das intenções de discurso. A primeira aprende-se eminentemente por memorização e exercícios repetitivos. A segunda, pelo autoenriquecimento intelectual permanente, pelo acesso aos bens de alta cultura, pelo uso da inteligência comparativa, crítica e analítica e, last not least, pelo exercício das habilidades pessoais de comunicação e expressão. Sem o domínio adequado da primeira parte, é impossível orientar-se na segunda. Seria como saltar e dançar antes de ter aprendido a andar. É exatamente essa inversão que o socioconstrutivismo impõe aos alunos, pretendendo que participem ativamente — e até criativamente — do “universo da cultura” antes de ter os instrumentos de base necessários à articulação verbal de seus pensamentos, percepções e estados interiores. O socioconstrutivismo mistura a alfabetização com a aquisição de conteúdos, com a socialização e até com o exercício da reflexão crítica, tornando o processo enormemente complicado e, no caminho, negligenciando a aquisição das habilidades fonético-silábicas elementares sem as quais ninguém pode chegar a um domínio suficiente da linguagem. O produto dessa monstruosidade pedagógica são estudantes que

chegam ao mestrado e ao doutorado sem conhecimentos mínimos de ortografia e com uma reduzida capacidade de articular experiência e linguagem. Na universidade aprendem a macaquear o jargão de uma ou várias especialidades acadêmicas que, na falta de um domínio razoável da língua geral e literária, compreendem de maneira coisificada, quase fetichista, permanecendo quase sempre insensíveis às nuances de sentido e incapazes de apreender, na prática, a diferença entre um conceito e uma figura de linguagem. Em geral não têm sequer o senso da “forma”, seja no que leem, seja no que escrevem. Aplicado em escala nacional, o socioconstrutivismo resultou numa espetacular democratização da inépcia, que hoje se distribui mais ou menos equitativamente entre todos os jovens brasileiros, estudantes ou diplomados, sem distinções de credo ou de ideologia. O novo imbecil coletivo, ao contrário do antigo, não tem carteirinha de partido.

O excerto do discurso de Olavo de Carvalho, além de demonstrar que o autor, no mínimo, não conhece a arcabouço teórico-pedagógico sócio-construtivista, enfatiza os aspectos discursivos olavista, que procura realizar a projeção de uma representação distorcida do “adversário ideológico” inerente à tática operacional da narrativa ideológica da *guerrilha intelectual e acadêmica* levada a cabo por ultraliberais e ultraconservadores.

É desse arsenal discursivo ideológico que intelectuais orgânicos do IMB, como Garschagen, e de diversos movimentos e organizações ultraliberais e conservadores irão se municiar. Aparelhos privados de hegemonia de frações das elites econômicas, políticas e intelectuais operantes no Brasil, buscarão fabricar consensos em torno de seu projeto político e ideológico para o país.

Como parte fundamental dessa estratégia, Garschagen irá mobilizar, também, o pensamento do intelectual afro-estadunidense Thomas Sowell. Este se notabilizou entre ultraconservadores e ultraliberais por ser frontalmente contra as políticas de ação afirmativa nos EUA e contra o *establishment* acadêmico e intelectual do seu país.

A partir de determinado momento do século XXI, as obras de Sowell passaram a ser publicadas no Brasil, bem como a ter interpretações sobre o seu trabalho. É o caso do livro *Thomas Sowell e a aniquilação de falácias ideológicas*, de 2019, publicado pela editora LVM como parte de um *box* denominado *Breves Lições*, de autoria do filósofo ultraliberal e professor da Universidade Federal de Uberlândia Dennys Garcia Xavier.

Além disso, o sítio eletrônico do IMB reporta 33 artigos com referência a Sowell, segundo alguns da lavra do intelectual ultraliberal afro-estadunidense, como por exemplo: *A redistribuição é uma ideia economicamente insensata*, de 22/05/2015; e *Intelectuais e raça - O estrago incorrigível - E a tragédia causada pelos oportunistas*, de 20/11/2019.

O recorte que Garschagen faz do pensamento de Sowell é uma peça de notório malabarismo discursivo manipulativo que não mede esforços em tentar convencer leitores/leitoras sobre a percepção “distorcida da realidade” que os/as intelectuais de esquerda seriam dotados/dotadas:

Segundo Sowell:

Quando diferenças reais entre pessoas reais são mencionadas ou levadas em consideração por outros, os intelectuais são os primeiros a declarar que são meras "percepções" e meros "estereótipos". Evidência para conclusões tão apressadas são raramente perguntadas ou fornecidas. Igualdade abstrata é o ponto de partida a priori de suas suposições. Não há motivo algum para que pessoas abstratas tenham resultados diferentes quando suas diferenças reais em capacidade foram, abstratamente, descartadas. (...)

A excepcional facilidade que os intelectuais têm para lidar com abstrações não elimina a diferença entre essas abstrações e o mundo real. Nem mesmo garante que aquilo que é válido e verdadeiro para essas abstrações seja igualmente verdadeiro na realidade, muito menos garante que as sofisticadas visões abstratas dos intelectuais deveriam passar por cima das experiências diretas das pessoas vivendo no mundo real.

Os intelectuais podem, de fato, desconsiderar as "percepções" dos outros, rotulando-as como "estereótipos" ou "mitos", mas isso não é o mesmo que provar que elas estão empiricamente erradas, mesmo quando um número notável de intelectuais age como se elas estivessem.

Por trás da prática disseminada de considerar diferenças de grupo em "representações" demográficas, em várias profissões e instituições, e utilizando os níveis de renda como evidência de discriminação, existe a noção implícita de que os grupos não podem ser diferentes ou que quaisquer diferenças são culpa da "sociedade", a qual deve corrigir seus erros e seus pecados (Sowell citado por Garschagen, 2016).

O intelectual ultraliberal considera, a partir da leitura de Sowell, que

Para os inocentes úteis nas universidades, muito deles revolucionários de Facebook submersos no mundo abstrato de pessoas abstratas criado pelos intelectuais e pela *intelligentsia* (representada pelos seus professores, diretores de departamentos), a realidade representada por indivíduos concretos com uma visão de mundo contrária à deles é um choque. E o impacto desse contato lhes provoca repugnância e reações destemperadas (Garschagen, 2016).

Para ele, portanto, a construção da visão de mundo dos/das jovens universitários/universitárias, sob a inapelável influência de intelectuais e acadêmicos de esquerda e progressistas, não corresponde a “real percepção do mundo”, posto baseada em pressupostos teóricos equivocados.

A confrontação com aqueles/aquelas dotados/dotadas dos pressupostos corretos, os ultraliberais, provocaria uma reação de “choque” e “destemperamento” sensíveis. Os argumentos que o articulista procura promover seguem sempre no sentido de apresentar o/a “adversário ideológico”/“adversária ideológica” como portando um capital intelectual deturpado e uma condição psicológica afetada. Portanto, alguém com o/a qual não se

deveria “perder tempo”. Caberia ao/à leitor/leitadora ultraliberal evitar ouvir e ou discutir com semelhantes pessoas, posto para tais pessoas:

[...] a cosmovisão que lhes é transmitida pela maioria dos professores do ensino fundamental à universidade, onde ganha uma roupagem científica, com aceitação ativa ou passiva dos pais, familiares, amigos e colegas, é ratificada e ampliada por certa imprensa, comentaristas, personalidades culturais, intelectuais e até mesmo empresários, é compreensível que considerem-na correta, como a única e perfeita resposta para todos os problemas ocorridos dentro da sociedade (Garschagen, 2016).

Comprendemos que as nuances intrínsecas do discurso ultraliberal têm a intenção de convencer o/a leitor, a partir de tópicos globais específicos, que:

- 1 - Existe uma forte ideologia, o *marxismo cultural olavista*, que é hegemônico nas universidades, e legitimado por boa parte da sociedade civil, que obstrui a apreensão “correta” da realidade;
- 2 - A juventude universitária, bem como outros que servem de “massa de manobra” e “idiotas úteis, são manipulados pelos/pelas intelectuais devido à influência que exercem na sociedade;
- 3 - Aqueles/aquelas que não se deixam manipular pela “*intelligentsia*” progressista e de esquerda, são dignos de admiração e respeito; e
- 4 - Esses últimos não devem tentar ouvir e/ou dialogar com os/as intelectuais progressistas e/ou de esquerda, ou mesmo com “idiotas úteis”, porque jamais serão compreendidos.

## Anexo 1 - Imagens



Figura 1 - Reunião da *Sociedade Mont Pèlerin*: à mesa, Friedrich Hayek, primeiro presidente da organização. No centro, olhando para o horizonte, Ludwig Von Mises. Intelectuais orgânicos/orgânicas, fundaram a sociedade com o objetivo de refletir e traçar estratégias para o futuro do capitalismo nas sociedades após a Segunda Grande Guerra Mundial. Acessível em: <https://medium.com/@chagasleo/o-que-%C3%A9-a-mont-pelerin-society-ddf57b1b4cd9>

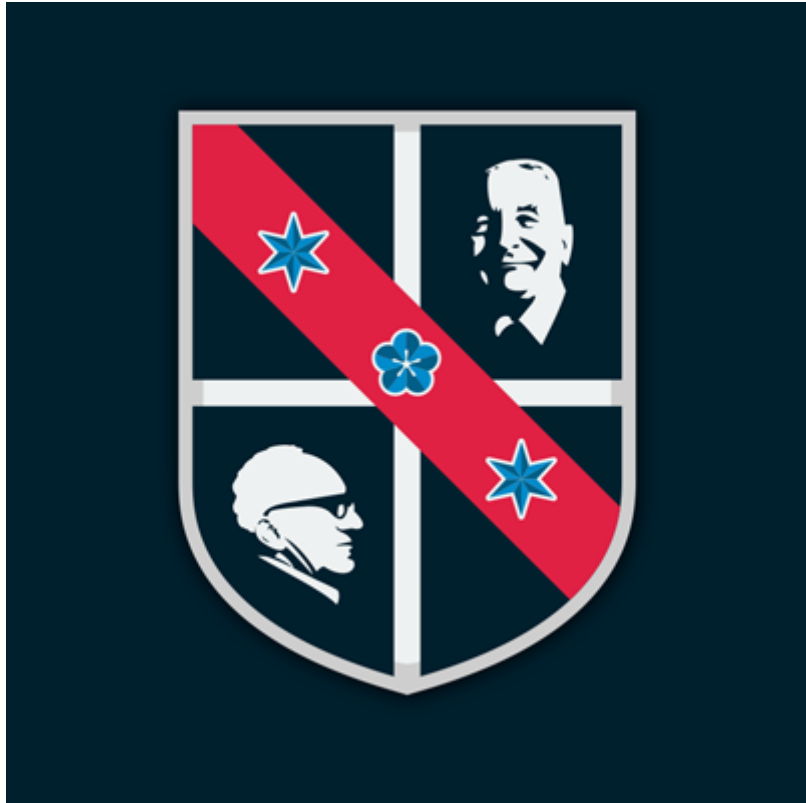


Figura 2 - Logotipo do Instituto Ludwig Von Mises Brasil: estampados, o patrono da organização e seu pupilo estadunidense Murray Rothbard. Acessível em: <https://mises.org.br/Default.aspx>

# 5 LIVROS PARA VOCÊ PARAR DE ACREDITAR NO ESTADO

**ESTADO? NÃO, OBRIGADO!**  
*de Marcello Mazzili*

**O QUE DEVE SER FEITO**  
*de Hans-Hermann Hoppe*

**ANATOMIA DO ESTADO**  
*de Murray N. Rothbard*

**LIBERDADE E A LEI**  
*de Bruno Leoni*

**O MANIFESTO LIBERTÁRIO**  
*de Murray N. Rothbard*

**MISES BRASIL**

@Mises\_Brasil  
 /MisesBrasil  
 @mises\_brasil

Figura 3 - Publicações em PDF disponibilizadas pelo IMB: a liberação de livros em PDF e outros conteúdos digitais foi uma estratégia adotada pela congénere estadunidense Mises Institute. Acessível em <https://mises.org.br/Ebooks.aspx?type=99>





Figura 4 - V Conferência de Escola Austríaca: exemplo de eventos e atividades presenciais compartilhada nos contextos digitais da organização como estratégia de atração da audiência online. Acessível em [https://www.youtube.com/watch?v=ttLJ9Jg1f7s&list=PL\\_khKcsvnmkzD9qXSkvc6aKIAME-bKVfh](https://www.youtube.com/watch?v=ttLJ9Jg1f7s&list=PL_khKcsvnmkzD9qXSkvc6aKIAME-bKVfh)



Figura 5 - Jovens influencers brasileiros debatem uso estratégico dos contextos digitais para a divulgação do ultraliberalismo. Acessível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7-9TGzPdT\\_w](https://www.youtube.com/watch?v=7-9TGzPdT_w)



### O outro lado do consumismo - ele mostra as maravilhas geradas pelo capitalismo

26/11/2020 por [Lew Rockwell](#)



### Quando Mises destruiu o socialismo: 100 anos do mais importante artigo econômico já escrito

25/11/2020 por [Gary North](#)



### Bitcoin versus moedas estatais digitais: as cruciais diferenças para seu bem-estar financeiro futuro

18/11/2020 por [Juan Ramón Rallo](#)



### É fácil entender por que os jovens dos países mais ricos tendem a defender mais socialismo

16/11/2020 por [Nicholas Crovitz](#)



### Como vivem os milionários do Bitcoin

12/11/2020 por [Jeffrey Tucker](#)



Figura 6 - Interface do sítio eletrônico do Instituto Mises Brasil: a imagem mostra a área da seção dos artigos de opinião publicados, divulgados e deixados ao livre acesso de qualquer leitor/leitora neste e em outros contextos digitais da organização ultraliberal. Acessível em: <https://mises.org.br/SearchBySection.aspx?section=1&type=3>



Figura 7 - Jorge Ubiratan Iorio e Eduardo Bolsonaro em aula da Pós-Graduação em Escola de Economia Austríaca: o intelectual ultraliberal professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Jorge Iorio com o deputado federal Eduardo Bolsonaro, durante evento da organização ultraliberal Instituto Mises Von Brasil. No centro, imagem do patrono do *think tank* brasileiro. Acessível em <https://www.facebook.com/bolsonaro.enb/posts/497615090431120/>

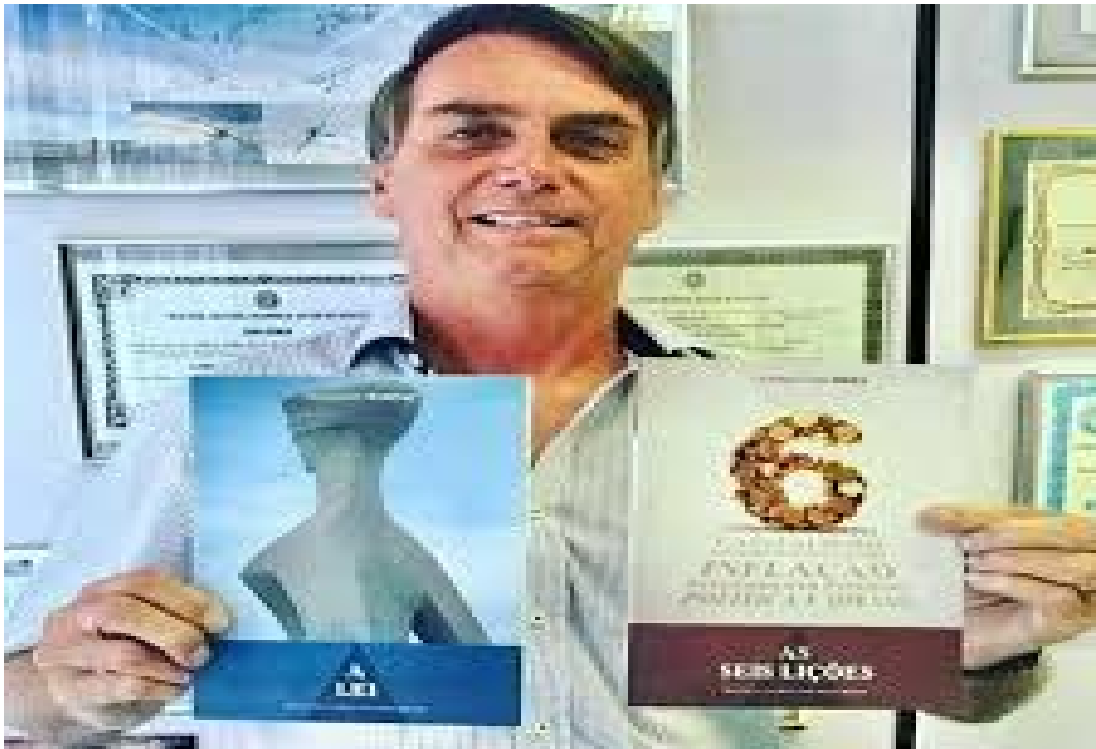


Figura 8 - Bolsonaro com livros considerados introdutórios ao ultraliberalismo: o IMB, em diversos momentos, esteve colado ao discurso do político da extrema direita brasileira. Acessível em: <https://mises.org.br/article/2957/os-quatro-nos-que-bolsonaro-e-sua-equipe-terao-de-desatar>



Figura 9 - Podcast Mises Brasil (Bruno Garschagen entrevista Olavo de Carvalho): Guru da extrema direita brasileira, Olavo de Carvalho forneceu os argumentos discursivos para a guerrilha acadêmica e intelectual ultraliberal. Acessível em: <https://mises.org.br/FileUp.aspx?id=274>

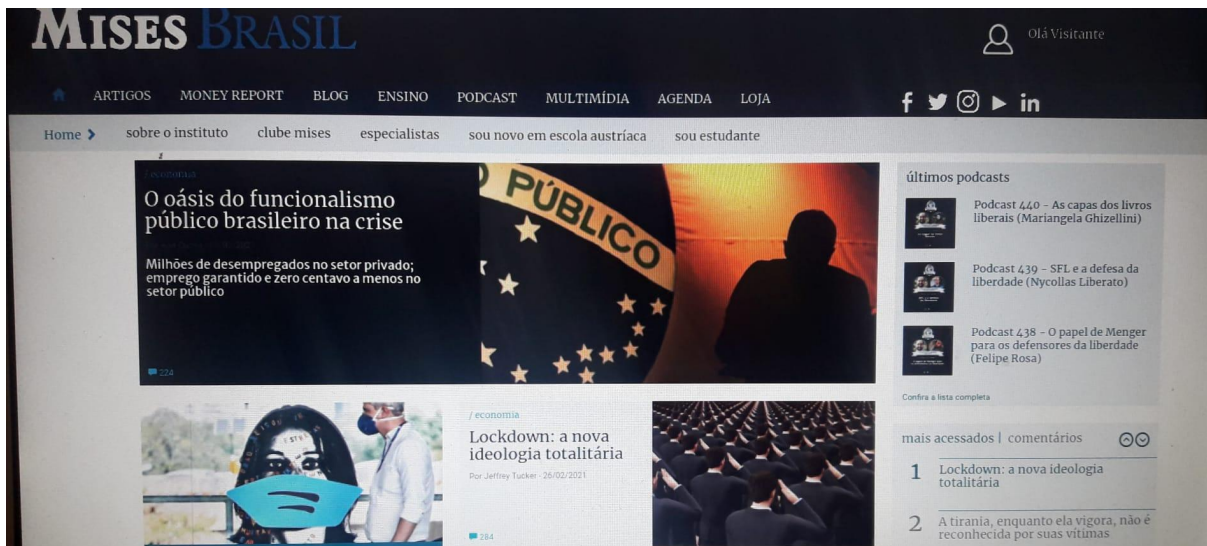


Figura 10- Interface principal do sítio eletrônico do Instituto Mises Brasil. Acessível em: <https://mises.org.br/>



Figura 11 - Pop-up de assinatura da carta semanal do Instituto Mises Brasil: um convite com ares de imposição para assinar a carta semanal do instituto. Interessante observar como a imagem do patrono da organização ultraliberal, Ludwig Von Mises, circunscreve-se como uma referência direta à tradicional imagem do *Uncle Sam*, “icônica” figura do imaginário político estadunidense. Fonte: Instituto Mises Brasil. Acessível em: <https://mises.org.br/>

Anexo 2 - Quadros

Countries with the Largest Number of Think Tanks

<b>RANKING</b>	<b>COUNTRY</b>	<b>NUMBER OF THINK TANKS</b>
1	United States	1871
2	India	509
3	China	507
4	United Kingdom	321
5	Argentina	227
6	Germany	218
7	Russia	215
8	France	203
9	Japan	128
10	Italy	114
11	Brazil	103

Fonte: *Global Go To Think Tanks Index Report 2019*, pág.42.

Organizações e movimentos ultraliberais no Brasil

<b>ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTOS</b>	<b>FUNDAÇÃO/ REESTRUTURAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Instituto Liberal	1983/2013	Rio de Janeiro - RJ
Instituto de Estudos Empresariais	1984	Porto Alegre - RS
Instituto Liberal do Rio Grande do Sul/ Instituto Liberdade	1986/2004	Porto Alegre - RS
Instituto Atlântico	1992	Rio de Janeiro - RJ
Fundação Friedrich Neumann Brasil	1992	São Paulo - SP
Centro de Ética e Economia Interdisciplinar	2002	Rio de Janeiro - RJ
Movimento Viva Brasil	2004	São Paulo - SP
Instituto de Estudos da Realidade Nacional/Instituto Millenium	2005/2006	Rio de Janeiro - RJ
Movimento Endireita Brasil	2006	São Paulo - SP
Instituto Mises Brasil	2007	São Paulo - SP
Instituto Ordem Livre	2007	Virtual
Estudantes pela Liberdade/ Students for Liberty Brazil	2009/2014	Belo Horizonte - MG / Virtual
Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte	2011	Belo Horizonte - MG
Instituto de Formação de Líderes de São Paulo	2011	São Paulo - SP
Instituto de Formação de Líderes do Rio de Janeiro	2011	Rio de Janeiro - RJ
Instituto Líderes do Amanhã	2011	Vitória - ES
Expresso da Liberdade	2012	São Luís - MA
Instituto Liberal do Nordeste	2013	Fortaleza - CE
Instituto Carl Menger	2013	Brasília - DF
Clube Farroupilha	2013	Santa Maria - RS
Instituto Mercado Popular	2013	Virtual
Movimento Renovação Liberal/ Movimento Brasil Livre	2013/2014	São Paulo - SP
Clube Ajuricaba	2014	Manaus -AM
Instituto Liberal do Centro-Oeste	2014	Virtual
Movimento Liberal Acorda Brasil	2014	Virtual

<b>ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTOS</b>	<b>FUNDAÇÃO/ REESTRUTURAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Instituto Liberal de São Paulo	2014	Virtual

Fonte: Rocha, Camila(2019). *"Imposto não é roubo!" - A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff*, pp. 38 - 39.